

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| • | Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a |
| | Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e |
| | Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores |
| | Mobiliários, altera a remuneração de servidores e |
| | empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a |
| | remuneração de cargos em comissão, de funções de |
| | confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, |
| | reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, |
| | padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações |
| | de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos |
| | vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e |
| | em funções de confiança, altera a regra de designação dos |
| | membros dos conselhos deliberativos e fiscais das |
| | entidades fechadas de previdência complementar e dá |
| | outras providências. |
| | O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe |
| | confere o art. 62 da <u>Constituição</u> , adota a seguinte Medida |
| | Provisória, com força de lei: |
| | Art. 1º Esta Medida Provisória: |
| | I - cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e |
| | Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores |
| | Mobiliários; |
| | II - altera a remuneração de servidores e empregados |
| | públicos do Poder Executivo federal; |
| | III - altera a remuneração de cargos em comissão, de |
| | funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo |
| | federal; |
| | IV - reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras; |
| | V - padroniza e unifica regras de incorporação de |
| | gratificações de desempenho; |
| | VI - altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na |
| | Carreira – Sidec; |
| | VII - transforma cargos efetivos vagos em outros cargos |
| | efetivos, em cargos em comissão e em funções de |
| | confiança; e |
| | VIII - altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de |
| | previdência complementar. |
| | CAPÍTULO I |
| | DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO |
| | BRASIL |
| <u>Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998</u> | Art. 2º A Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| | "Art. 1º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, o cargo de |
| | Analista do Banco Central do Brasil, da Carreira de |
| | Especialista do Banco Central do Brasil, passa a denominar- se Auditor do Banco Central do Brasil." (NR) |
| | "Art. 5º-A São prerrogativas funcionais dos integrantes do |
| | cargo de Auditor do Banco Central do Brasil, no exercício |
| | de suas atribuições: |
| | I - requisitar às autoridades de segurança auxílio para a sua |
| | própria proteção e para a proteção de testemunhas, de |
| | patrimônio e de instalações federais, sempre que |
| | caracterizada ameaça, na forma estabelecida pela Diretoria |
| | Colegiada do Banco Central do Brasil; e |
| | II - ingressar livremente em qualquer edifício ou recinto em |
| | que funcione sede ou dependência de instituição |
| | financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco |
| | Central do Brasil, para praticar ação de fiscalização, colher |
| | prova ou informação útil no estrito âmbito do exercício da |
| | atividade específica designada pela Autarquia, na forma |
| | estabelecida em regulamento." (NR) |
| | "Art. 8º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos |
| | cargos da Carreira de Especialista do Banco Central do |
| | Brasil passa a ser a constante do Anexo II-B, observada a |
| | correlação estabelecida na forma do Anexo II-C." (NR) |
| Art. 9º-E. O subsídio dos integrantes da Carreira de que | "Art. 9º-E |
| trata o art. 9º-A desta Lei não exclui o direito à percepção, | |
| nos termos da legislação e regulamentação específica, de: | |
| | W |
| III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| da <u>Constituição Federal</u> , o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. | da <u>Constituição</u> ^ e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| <u>2003;</u> | <u>2019</u> ; |
| Art. 9º-G. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos | "Art. 9º-G Aplica-se o disposto nos art. 9º-A a art. 9º-F |
| servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 9°-A | desta Lei às aposentadorias e às pensões instituídas pelos |
| desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e | servidores integrantes da carreira de que trata o art. 1º |
| pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de | desta Lei que tenham como critério de reajuste a paridade, |
| 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nos arts. | nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, |
| 9°-A a 9°-F em relação aos servidores que se encontram em | de 19 de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº |
| atividade | 47, de 5 de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº |
| | 103, de 12 de novembro de 2019." (NR) |
| | Art. 3º O Anexo II-A à Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, |
| | passa a vigorar na forma do Anexo I a esta Medida |
| | Provisória. |
| | Art. 4º A Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a |
| | vigorar acrescida dos Anexos II-B e II-C, na forma dos |
| | Anexos II e III a esta Medida Provisória. |



| LECICLAÇÃO ALTERADA | TEVTO ENCAMINITADO DELO EVECUTIVO |
|---|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | CAPÍTULO II |
| | DOS EMPREGADOS REINTEGRADOS AO QUADRO DE |
| | PESSOAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL |
| | Art. 5º O Anexo CXCVIII à Lei nº 14.673, de 14 de setembro |
| | de 2023, passa a vigorar na forma do Anexo IV a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO III |
| | DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE ATIVIDADES |
| | TÉCNICAS E AUXILIARES DE FISCALIZAÇÃO FEDERAL |
| | AGROPECUÁRIA – PCTAF |
| <u>Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016</u> | Art. 6º A Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 47-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de |
| | Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de |
| | Origem Animal, de Agente de Atividades Agropecuárias e |
| | de Técnico de Laboratório observarão a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo LXXVI-A." (NR) |
| Art. 66-A. Para fins de incorporação da GDTAF aos | "Art. 66-A. Para fins de incorporação da GDTAF aos |
| proventos de aposentadoria ou às pensões, serão | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - quando ao servidor que der origem à aposentadoria ou à | I - quando <mark>o benefício de</mark> aposentadoria tiver como |
| pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º, 6º ou 6º -A da | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| de 2005, a gratificação será correspondente: | gratificação corresponderá: a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor, para aqueles que perceberam a |
| | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| a) à média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos ^sessenta meses^ de atividade; ou |
| meses; ou b) quando percebida durante a atividade por período | |
| inferior a 60 (sessenta) meses, ao valor correspondente a | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| nível; e | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| inver, c | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| II - para os demais servidores, aplicar-se-á às | Parágrafo único. Aos benefícios não alcançados pelos |
| aposentadorias e pensões o disposto na Lei nº 10.887, de | incisos I e II do caput, será aplicado o disposto na Lei nº |
| 18 de junho de 2004, ou, conforme o caso, na Lei nº | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| 12.618, de 30 de abril de 2012 . | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| 12.010, de 30 de dom de 2012. | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 7º Os Anexos LXXVI, LXXVII e LXXVIII à Lei nº 13.324, |
| | de 29 de julho de 2016, passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos V, VI e VII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | Art. 8º A Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016, passa a |
| | vigorar acrescida do Anexo LXXVI-A, na forma do Anexo VIII |
| | a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO IV |
| | DA CARREIRA DE AUDITOR FISCAL FEDERAL |
| | AGROPECUÁRIO |
| Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004 | Art. 9º A <u>Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004</u> , passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 1º A Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário | "Art. 1º A Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário |
| compõe-se de cargos efetivos, agrupados em classes A, B, | compõe-se de cargos efetivos, agrupados em classes A, B, |
| C e Especial, compreendendo, as três primeiras, três | C e Especial, <mark>que compreendem cinco padrões cada uma</mark> |
| padrões, e a última, quatro padrões, na forma do Anexo I. | delas, na forma do Anexo I." (NR) |
| | Art. 10. Os Anexos I e II à Lei nº 10.883, de 16 de junho de |
| | 2004, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos IX e X a esta Medida Provisória. |
| Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012 | Art. 11. A Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 14. O subsídio dos titulares dos cargos da Carreira de | "Art. 14 |
| Fiscal Federal Agropecuário não exclui o direito à | |
| percepção, nos termos da legislação e regulamentação | |
| específica, das seguintes espécies remuneratórias: | |
| | |
| III - abono de permanência, de que tratam o § 19 do art. 40 | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| da <u>Constituição Federal</u> , o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º | da Constituição ^ <mark>e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º,</mark> da |
| da Emenda Constitucional nº 41, de 2003; | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | <u>2019</u> ; |
| | |
| Art. 16. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos | |
| titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal | às aposentadorias ^ e às pensões instituídas <mark>pelos</mark> |
| Agropecuário, e às pensões, ressalvadas as aposentadorias | servidores integrantes da carreira de Auditor Fiscal Federal |
| | Agropecuário que tenham como critério de reajuste a |
| 2004, e pela <u>Lei nº 12.618, de 2012</u> , no que couber, o | paridade, nos termos do disposto na <u>Emenda</u> |
| disposto nesta Lei em relação aos servidores que se | |
| encontram em atividade | Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019." (NR) |
| | Art. 12. O Anexo III à Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de |
| | 2012, passa a vigorar na forma do Anexo XI a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO V |
| | DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA |
| <u>Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005</u> | Art. 13. A Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | " <mark>Art. 2º-H Para fins de incorporação da GDAC aos</mark> |
| | proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes |
| | critérios: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | l - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 28 a art. 32 da Lei nº 13.326, de 29 de |
| | julho de 2016; ou |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDAC |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da <u>Emenda</u> |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| | abril de 2012."(NR) |
| | Art. 14 . Os Anexos I, II, IV-A, V-B e V-C à <u>Lei nº 11.233, de</u> |
| | <u>22 de dezembro de 2005</u> , passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos XII, XIII, XIV, XV e |
| | XVI a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO VI |
| | DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO |
| <u>Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006</u> | Art. 15 . A <u>Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006</u> , passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 7º-F Para fins de incorporação da GDPGPE aos |
| | proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes |
| | critérios: |
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | <mark>padrão do servidor; ou</mark> |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de que tratam os art. 87 a art. 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016; ou |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDPGPE corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) |
| | Art. 16. Os Anexos I, II, III, V-A e V-B à <u>Lei nº 11.357, de 19</u> de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XVII, XVIII, XIX, XX e XXI a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO VII DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA |
| Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 Art. 249. Para fins de incorporação da GDAFAZ aos | Art. 17 . A <u>Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 249. Para fins de incorporação da GDAFAZ aos |
| proventos de aposentadoria <mark>ou às pensões,</mark> serão adotados os seguintes critérios: | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá: |
| a) a partir de 1º de julho de 2008, a gratificação será correspondente a 40 (quarenta) pontos, observados o nível, a classe e o padrão do servidor; e | ^ |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, a gratificação será correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, observados o nível, a classe e o padrão do servidor; | a) ^a ^cinquenta^ pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 87 a art. 91 da Lei nº 13.324, de 29 de |
| | julho de 2016; ou |
| · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| -\ | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | |
| à pensão se aplicar o disposto nos <u>arts. 3º</u> e 6º da <u>Emenda</u> <u>Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art.</u> | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-ão os pontos constantes das alíneas a e b do | |
| inciso I do caput deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| 18 de junho de 2004. | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDAFAZ |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | <mark>classe e o padrão do servidor.</mark> |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 18. Os Anexos CXXXVI, CXXXVII, CXXXVIII, CXL e CXLI à |
| | Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos XXII, XXIII, XXIV, |
| | XXV e XXVI a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO VIII |
| | DO QUADRO DE PESSOAL DA IMPRENSA NACIONAL |
| | Art. 19. O Anexo XII à Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de |
| | 2005, passa a vigorar na forma do Anexo XXVII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | Art. 20. Os Anexos XLII, XLIII e XLIV à Lei nº 11.907, de 2 de |
| | <u>fevereiro de 2009</u> , passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos XXVIII, XXIX e XXX a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO IX |
| | DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO INSTITUTO |
| | BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 | Art. 21. A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a |
| <u> </u> | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 8º-L. Para fins de incorporação da GDATUR aos | "Art. 8º-L Para fins de incorporação da GDATUR aos |
| proventos de aposentadoria ou às pensões, serão | |
| adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, a GDATUR será: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratif <mark>icação corresponderá</mark> : |
| a) a partir de 1º de julho de 2008, correspondente a 40% | a) a <mark>cinquenta pon</mark> tos, considerados o nível, a classe e o |
| (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | <mark>padrão do servidor</mark> ; <mark>ou</mark> |
| е | |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, correspondente a 50% | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| e | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 87 a art. 91 da <u>Lei nº 13.324, de 29 de</u> |
| | julho de 2016; ou |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| revereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os percentuais constantes do inciso I do caput deste artigo; | |
| e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004.</u> | 6.40.0 |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDATUR |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012."(NR) |



LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** Art. 22. Os Anexos IV, V, VI, VI-A e VI-B à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passam respectivamente, na forma dos Anexos XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV e XXXV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO X DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS BENEFICIADOS PELA LEI № 8.878, DE 11 DE MAIO DE 1994 Art. 23. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 vigorar com as seguintes alterações: "Art. 310. Art. 310. Caberá ao empregado que retornar ao serviço na administração pública federal direta, autárquica e fundacional apresentar comprovação de todas as parcelas remuneratórias a que fazia jus no prazo decadencial de 15 (quinze) dias do retorno, as quais serão atualizadas pelos índices de correção adotados para a atualização dos benefícios do regime geral da previdência social, desde aquela data até a do mês anterior ao do retorno. § 6º As parcelas remuneratórias de que trata o caput ficam | § 6º majoradas em: V - 9% (nove por cento), a partir de 1º de janeiro de 2025; VI - 5% (cinco por cento), a partir de 1º de abril de 2026. Art. 24. O Anexo CLXX à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo XXXVI a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XI DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 Art. 25. A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 1º-L Para fins de incorporação da GDSUFRAMA aos Art. 1º-L. Para fins de incorporação da GDSUFRAMA aos proventos de aposentadoria ^, serão adotados os proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: seguintes critérios: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como fevereiro de 2004, a GDSUFRAMA será: critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá: a) a partir de 1º de julho de 2008, correspondente a 40% a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; padrão do servidor; ou



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| b) a partir de 1º de julho de 2009, correspondente a 50% | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| e | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 113 a art. 117 da Lei nº 13.328, de 29 de |
| | julho de 2016; <mark>ou</mark> |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da <u>Emenda Constitucional nº</u> | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o | |
| percentual constante no inciso I do caput deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| 18 de junho de 2004. | S. 10. Davis and harroffician de agreconte device e de granção |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDSUFRAMA |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 26. Os Anexos I, II, III, III-A e III-B à Lei nº 11.356, de 19 |
| | de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, |
| | na forma dos Anexos XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL e XLI a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XII |
| | DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS |
| <u>Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002</u> | Art. 27. A Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 5º A GDATA integrará os proventos da aposentadoria e | "Art. 5º Para fins de incorporação da GDATA aos proventos |
| as pensões, de acordo com: | de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: |
| | l - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| • | a) a sessenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses. | padrão do servidor, para aqueles que perceberam a |
| , , , , , , , , , , , , , , , , , , , | gratificação por período inferior a ^sessenta meses^; ou |
| I – a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) | |
| meses; ou | recebidos nos últimos ^sessenta^ meses de atividade, para |
| , | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDATA |
| | corresponderá a sessenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da <u>Emenda</u> |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| | <u>abril de 2012.</u> " (NR) |
| | Art. 28. O Anexo I à Lei nº 10.971, de 25 de novembro de |
| | 2004, passa a vigorar na forma do Anexo XLII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | Art. 29. O Anexo XL à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de |
| | 2009, passa a vigorar na forma do Anexo XLIII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XIII |
| | DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS DOS EX- TERRITÓRIOS FEDERAIS |
| <u>Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018</u> | Art. 30 . A <u>Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018</u> , passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 8º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de |
| | nível superior e de nível intermediário, inclusive técnico, |
| | do PCC-Ext observarão a correlação estabelecida na forma |
| | do Anexo III-A." (NR) |
| | "Art. 11-A. Para fins de incorporação da GDExt aos |
| | proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes |
| | <mark>critérios:</mark> |
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |



| LEGICI ACÃO ALTERADA | TEVTO ENGANGINHADO DELO EVECUTIVO |
|--|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor, para aqueles que perceberam a |
| | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, aplica-se o |
| | disposto no inciso I do caput, conforme o interstício |
| | cumprido pelo instituidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 31. Os Anexos III, IV e V à <u>Lei nº 13.681, de 18 de junho</u> |
| | de 2018, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos XLIV, XLV e XLVI a esta Medida Provisória. |
| | Art. 32 . A <u>Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018</u> , passa a |
| | vigorar acrescida do Anexo III-A, na forma do Anexo XLVII a |
| | esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XIV |
| | DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS ESPECÍFICOS |
| <u>Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010</u> | Art. 33 . A <u>Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010</u> , passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 19-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Estrutura |
| | Remuneratória Especial de que trata o art. 19 passa a |
| | vigorar na forma do Anexo XII-B." (NR) |
| | Art. 34. Os Anexos XII-A, XIII e XIV à Lei nº 12.277, de 30 de |
| | junho de 2010, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos XLVIII, XLIX e L a esta Medida Provisória. |
| | Art. 35 . A <u>Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010</u> , passa a |
| | vigorar acrescida do Anexo XII-B, na forma do Anexo LI a |
| | esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XV |
| | DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE |
| | POLÍCIA FEDERAL |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--------------------------------------|---|
| Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 | Art. 36. A Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, passa a |
| 20111 10.002, de 20 de maio de 2003 | vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 2º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de |
| | nível superior e de nível intermediário do Plano Especial de |
| | Cargos do Departamento de Polícia Federal passam a ser |
| | estruturados na forma do Anexo I-A." (NR) |
| | "Art. 4º-G Para fins de incorporação da GDATPF aos |
| | proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes |
| | critérios: |
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade para os |
| | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 22 a art. 26 da <u>Lei nº 13.327, de 29 de</u> |
| | julho de 2016; ou |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDATPF |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 37. Os Anexos I, II, IV e V à Lei nº 10.682, de 28 de |
| | maio de 2003, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos LII, LIII, LIV e LV a esta Medida |
| | Provisória. |
| | Art. 38. A Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, passa a |
| | vigorar acrescida do Anexo I-A, na forma do Anexo LVI a |
| | esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XVI |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| EEGISEAÇÃO AETENADA | DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |
| <u>Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005</u> | Art. 39 . A <u>Lei nº 11.095</u> , de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 11-G. Para fins de incorporação da GDATPRF aos proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: |
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de que tratam os art. 87 a art. 91 da <u>Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016; ou</u> |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDATPRF corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) |
| | Art. 40. Os Anexos III, IV, V, V-B e V-C à <u>Lei nº 11.095, de 13</u> de janeiro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos LVII, LVIII, LIX, LX e LXI a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XVII DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO |
| | Art. 41. A Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| ELGISLAÇÃO ALTERADA | "Art. 5º-E Para fins de incorporação da GDPST aos |
| | proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes |
| | critérios: |
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | <mark>padrão do servidor; ou</mark> |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 87 a art. 91 da <u>Lei nº 13.324, de 29 de</u> |
| | julho de 2016; |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDPST |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 42. Os Anexos I, II, IV-A, IV-B e IV-C à Lei nº 11.355, de |
| | 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos LXII, LXIII, LXIV, LXV |
| | e LXVI a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XVIII |
| | DA CARREIRA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO |
| <u>Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</u> | Art. 43 . A <u>Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</u> , passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 1º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, a Carreira da |
| | Seguridade Social e do Trabalho fica estruturada na forma do Anexo I-A." (NR) |
| Art. 8º A GDASST integrará os proventos da aposentadoria | |
| e as pensões, de acordo com: | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| | seguintes critérios: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| II – o valor correspondente a 10 (dez) pontos, quando | a) a <mark>sessenta</mark> pontos, <mark>considerados o nível, a classe e o</mark> |
| percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses. | padrão do servidor, para aqueles que perceberam a |
| | gratificação por período inferior a ^sessenta^ meses; ou |
| I – a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) | |
| meses; ou | recebidos nos últimos ^ sessenta ^ meses <mark>de atividade, para</mark> |
| | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDASST |
| | corresponderá a sessenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 44. Os Anexos I, III-A e V à Lei nº 10.483, de 3 de julho |
| | de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos LXVII, LXVIII e LXIX a esta Medida Provisória. |
| | Art. 45 . A Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, passa a |
| | vigorar acrescida do Anexo I-A, na forma do Anexo LXX a |
| | esta Medida Provisória. |
| Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004 | Art. 46 . A Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 5º-A. A partir de 1º de maio de 2023, a GESST passa a | "Art. 5º-A ^ A GESST passa a ter os valores constantes no |
| ter o valor de R\$ 224,54 (duzentos e vinte e quatro reais e | Anexo V, e produzirá efeitos financeiros a partir da data |
| cinquenta e quatro centavos). | nele especificada." (NR) |
| | Art. 47. A Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004, passa |
| | a vigorar acrescida do Anexo V, na forma do Anexo LXXI a |
| | esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XIX |
| | DO QUADRO EM EXTINÇÃO DE COMBATE ÀS ENDEMIAS |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| | Art. 48. Os Anexos II e III à Lei nº 13.026, de 3 de setembro |
| | de 2014, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos LXXII e LXXIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XX |
| | DO EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE DE COMBATE ÀS |
| | ENDEMIAS |
| | Art. 49 . O Anexo à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, |
| | passa a vigorar na forma do Anexo LXXIV a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO XXI |
| | DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE ATIVIDADE DE COMBATE E |
| | CONTROLE DE ENDEMIAS – GECEN E DA GRATIFICAÇÃO DE |
| | ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS – |
| | GACEN |
| Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 | Art. 50 . A <u>Lei nº 11.784</u> , de 22 de setembro de 2008, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 55-C. Para fins de incorporação da GACEN aos |
| | proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes |
| | critérios: |
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta por cento do seu valor, considerados o nível, |
| | a classe e o padrão do servidor; ou |
| | b) ao valor de que trata o art. 93 da <u>Lei nº 13.324, de 29 de</u> julho de 2016, desde que recebida nos últimos sessenta |
| | meses de atividade, por meio da apresentação do termo |
| | de opção de que tratam os art. 92 a art. 94 da Lei nº |
| | 13.324, de 29 de julho de 2016; |
| | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GACEN |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| 1 | 1 |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEVTO ENGANABILIADO DELO EVECUTIVO |
|---|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 51. O Anexo XLIX-A à Lei nº 11.784, de 22 de setembro |
| | de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo LXXV a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXII |
| | DA ÁREA DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE |
| Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006 | Art. 52. A Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 36. Para fins de incorporação da GDASUS aos | "Art. 36. Para fins de incorporação da GDASUS aos |
| proventos de aposentadoria ou às pensões, serão | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, a GDASUS será: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
|) | gratificação corresponderá: |
| a) a partir de 1º de março de 2008, correspondente a 40% | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, | padrão do servidor; <mark>ou</mark> |
| classe e padrão; b) a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, | |
| classe e padrão; | meio da apresentação do termo de opção de que tratam os |
| classe e padrao, | art. 87 a art. 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016; |
| | ou |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os percentuais constantes do inciso I do caput deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004.</u> | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | § 5º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDASUS |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | <mark>classe e o padrão do servidor.</mark> |
| | § 6º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012."(NR) |
| | Art. 53. O Anexo XV à Lei nº 11.344, de 8 de setembro de |
| | 2006, passa a vigorar na forma do Anexo LXXVI a esta |
| | Medida Provisória. CAPÍTULO XXIII |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO |
| | FEDERAL |
| Loi nº 12 772 do 29 do dozambro do 2012 | Art. 54. A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passa |
| <u>Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012</u> | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 1º Fica estruturado, a partir de 1º de março de 2013, o | "Art. 1º |
| Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, | Art. 1- |
| composto pelas seguintes Carreiras e cargos: | |
| composto pelas seguintes carreiras e cargos. | |
| § 1º A Carreira de Magistério Superior é estruturada em | § 1º A Carreira de Magistério Superior é estruturada nas |
| classes A, B, C, D e E e respectivos níveis de vencimento na | |
| forma do Anexo I. | forma do Anexo I. |
| § 2º As classes da Carreira de Magistério Superior | ξ 2º |
| receberão as seguintes denominações de acordo com a | |
| titulação do ocupante do cargo: | |
| I - Classe A, com as denominações de: | I - Classe A, com a denominação de Professor Assistente; |
| a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor; | |
| b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre; | |
| ou | |
| c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de | |
| especialista; | |
| II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente; | II - Classe B, com a denominação de Professor Adjunto; |
| III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto; | III - Classe C, com a denominação de Professor Associado; e |
| IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; | IV - Classe D, com a denominação de Professor Titular. ^ |
| e | |
| V - Classe E, com a denominação de Professor Titular. | |
| § 3º A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e | § 3º |
| Tecnológico é composta das seguintes classes, observado o | |
| Anexo I: | |
| I - D I; | I - <mark>A</mark> ; |
| II - D II; | II - <mark>B</mark> ; |
| III - D III; | III - <mark>C</mark> ; e |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| IV - D IV; e | IV - Titular. ^ |
| IV - D IV, E | iv - <mark>iltulal.</mark> |
| V - Titular. | |
| v Incular. | |
| Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de | "Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de |
| Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, | Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, da |
| Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do | Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e |
| Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe | Tecnológico, ^ ocorrerá sempre no primeiro nível da classe |
| D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou | inicial da carreira, mediante aprovação em concurso |
| de provas e títulos. | público de provas ou de provas e títulos." |
| | |
| Art. 12. O desenvolvimento na Carreira de Magistério | "Art. 12 |
| Superior ocorrerá mediante progressão funcional e | |
| promoção. | |
| | |
| § 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo | § 3º <mark>São critérios</mark> da promoção ^ : |
| de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe | |
| antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, | |
| ainda, as seguintes condições: I - para a Classe B, com denominação de Professor | I - para a Classe B, com denominação de Professor <mark>Adjunto</mark> , |
| Assistente, ser aprovado em processo de avaliação de | cumprido o interstício mínimo de trinta e seis meses no |
| desempenho; | último nível da classe anterior e a aprovação em processo |
| | de avaliação de desempenho; |
| II - para a Classe C, com denominação de Professor | II - para a Classe C, com a denominação de Professor |
| Adjunto, ser aprovado em processo de avaliação de | Associado, cumprido o interstício mínimo de vinte e quatro |
| desempenho; | meses no último nível da classe anterior, aprovação em |
| | processo de avaliação de desempenho <mark>e a obtenção do</mark> |
| | <mark>título de doutor</mark> ; <mark>e</mark> |
| III - para a Classe D, com denominação de Professor | III - para a Classe D, com a denominação de Professor |
| Associado: | Titular, cumprido o interstício mínimo de vinte e quatro |
| | meses no último nível da classe anterior e as seguintes |
| a) possuir a títula da dautor: a | condições: |
| a) possuir o título de doutor; e b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; | a) possuir o título de doutor; ^ b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; |
| e | e |
| | c) lograr aprovação de memorial, que deverá considerar as |
| | atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão |
| | acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de |
| | tese acadêmica inédita. |
| | |
| IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular: | |
| a) possuir o título de doutor; | |
| b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; | |
| e | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita. | |
| | § 7º Para os servidores da carreira de Magistério Superior que estejam em 31 de dezembro de 2024 posicionados nas classes A e B e tiverem sido aprovados no estágio probatório, considera-se cumprido o interstício para a promoção para a classe de Professor Adjunto em 1º de janeiro de 2025." (NR) |
| Art. 14. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta nesta Lei. | "Art. 14 |
| § 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições: | § 3º <mark>São critérios da</mark> promoção ^ : |
| I - para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; | I - para a Classe B, cumprido o interstício mínimo de trinta e seis meses no último nível da classe anterior e a aprovação em processo de avaliação de desempenho; |
| II - para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; | |
| III - para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; | III - para a Classe D, cumprido o interstício mínimo de vinte e quatro meses no último nível da classe anterior e as seguintes condições: a) possuir o título de doutor; b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e |
| | c) lograr aprovação de memorial, que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita. |
| IV - para a Classe Titular: | |
| a) possuir o título de doutor; b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; | |
| e c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita. | |



| ~ | |
|--|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | § 7º Para os servidores da carreira de Magistério do Ensino |
| | Básico, Técnico e Tecnológico que estejam posicionados |
| | nas classes DI e DII em 31 de dezembro de 2024, e tiverem |
| | sido aprovados no estágio probatório, considera-se |
| | cumprido o interstício para a promoção para a Classe B em |
| | 1º de janeiro de 2025." (NR) |
| | Art. 55. Os Anexos I, II, III e IV à <u>Lei nº 12.772, de 28 de</u> |
| | dezembro de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos LXXVII, LXXVIII, LXXIX e LXXX a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXIV |
| | DO PLANO DE CARREIRAS DE MAGISTÉRIO DO ENSINO |
| | BÁSICO FEDERAL |
| | Art. 56. Os Anexos LXXVII-A, LXXIX-A, LXXXIII-A e LXXXV-A à |
| | Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, passam a |
| | vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos LXXXI, |
| | LXXXII, LXXXIII e LXXXIV a esta Medida Provisória. |
| Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 | Art. 57. A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 124-B. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos do |
| | Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal |
| | ficam estruturados na forma dos Anexos LXXIV-B e LXXX-B, |
| | conforme correlação estabelecida nos Anexos LXXV-B e |
| | LXXXI-B desta Lei." (NR) |
| | Art. 58. A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, passa |
| | a vigorar acrescida dos Anexos LXXIV-B, LXXV-B, LXXX-B e |
| | LXXXI-B, na forma dos Anexos LXXXV, LXXXVI, LXXXVII e |
| | LXXXVIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXV |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA |
| | SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP |
| <u>Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008</u> | Art. 59. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 50. O subsídio dos integrantes das Carreiras de que | "Art. 50 |
| trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei não exclui o | |
| direito à percepção, nos termos da legislação e | |
| regulamentação específica, de: | |
| | |
| III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| da <u>Constituição Federal</u> , o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º | da <u>Constituição</u> ^ e os <mark>art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º,</mark> da |
| da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| <u>2003;</u> | <u>2019</u> ; |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Art. 54. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos | "Art. 54. Aplica-se o disposto nos art. 46 a art. 50, no art." |
| servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da | 51-A e no art. 51-B desta Lei às aposentadorias e às |
| Susep de que trata o art. 34 desta Lei e às pensões, | pensões instituídas pelos servidores integrantes das |
| ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos | Carreiras de que tratam os art. 46 e art. 51-A desta Lei que |
| arts. 1º e 2º da <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004,</u> no | tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos |
| que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores | do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de |
| que se encontram em atividade. | dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 |
| | de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de |
| | 12 de novembro de 2019." (NR) |
| Art. 64. Para fins de incorporação da GDASUSEP aos | "Art. 64. Para fins de incorporação da GDASUSEP aos |
| proventos de aposentadoria ou às pensões, serão | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| máximo do respectivo nível, classe e padrão; e | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor, para aqueles que perceberam a |
| | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | |
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da <u>Emenda</u> | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á o percentual constante do inciso I do caput | |
| deste artigo; | |
| b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004.</u> | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDASUSEP |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |



| | TEVTO ENCANGINUADO DELO EVECUTIVO |
|---|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 60. Os Anexos VIII, IX, X, X-A, XI e XII à Lei nº 11.890, |
| | de 24 de dezembro de 2008, passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos LXXXIX, XC, XCI, |
| | XCII, XCIII e XCIV a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXVI |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA COMISSÃO DE |
| | VALORES MOBILIÁRIOS – CVM |
| Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | Art. 61. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 67-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, fica |
| | estruturado, no âmbito do Plano de Carreiras e Cargos da |
| | CVM a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores |
| | Mobiliários, composta pelo cargo de nível superior de |
| | Inspetor Federal do Mercado de Capitais, com atribuições |
| | relacionadas às atividades de supervisão, regulação, |
| | inspeção, fiscalização e controle do mercado de capitais, à |
| | implementação de políticas, à realização de estudos e |
| | pesquisas e às atividades de natureza técnica, |
| | administrativa, de gestão e especializadas relativas às competências da CVM." (NR) |
| Art. 73. São requisitos para ingresso na classe inicial dos | "Art. 73. São requisitos para ingresso na classe inicial dos |
| cargos de que tratam as alíneas a e b do inciso I e o inciso II | cargos de que tratam o art. 67, caput, inciso II, e o art. 67- |
| do art. 67 desta Lei: | A: |
| do di ti or desta zen | <u> </u> |
| Art. 81. Os titulares dos cargos integrantes das Carreiras a | "Art. 81. Os titulares do cargo a que se refere o art. 67-A |
| que se referem as alíneas a e b do inciso I do caput do art. | serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado |
| 67 desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por | em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer |
| subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de | gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de |
| qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de | representação ou outra espécie remuneratória. |
| representação ou outra espécie remuneratória. | |
| Parágrafo único. Os valores do subsídio dos titulares dos | Parágrafo único. Os valores do subsídio dos titulares do |
| cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados | cargo a que se refere o caput ^ são os fixados no Anexo XIV |
| no Anexo XIV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das | ^, com efeitos financeiros a partir das datas nele |
| datas nele especificadas. | especificadas." (NR) |
| Art. 82. Estão compreendidas no subsídio e não são mais | "Art. 82. Estão compreendidas no subsídio e não são mais |
| devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas | devidas aos titulares do cargo a que se refere o art. 67-A ^ |
| a e b do inciso I do caput do art. 67 desta Lei, a partir de 1º | as seguintes espécies remuneratórias: |
| de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias: | |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Parágrafo único. Considerando o disposto no art. 81 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias: | Parágrafo único. <mark>O</mark> s titulares do cargo <mark>referido</mark> no art. 81 ^ não fazem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias: |
| Art. 83. Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 82 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas a e b do inciso I do caput do art. 67 desta Lei, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes parcelas: | "Art. 83. Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 82 ^, não são devidas aos titulares do cargo de que trata o art. 67-A ^ as seguintes parcelas: |
| Art. 84. Os servidores integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas a e b do inciso I do caput do art. 67 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado. | "Art. 84. Os servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 67-A ^ não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de decisão judicial transitada em julgado." (NR) |
| Art. 85. O subsídio dos integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas a e b do inciso I do caput do art. 67 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de: | "Art. 85. O subsídio dos integrantes da Carreira de que trata o art. 67-A ^ não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e da regulamentação específica, de: |
| III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da <u>Constituição Federal</u> , o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da <u>Emenda Constitucional nº 41</u> , de 19 de dezembro de <u>2003</u> ; | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, da Constituição ^ e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; |
| | "Art. 87-A. Os ocupantes dos cargos de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, com investidura decorrente de aprovação em concurso público, ficam enquadrados no cargo de Inspetor Federal do Mercado de Capitais da Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, de que trata o art. 67-A. |
| | § 1º Ficam assegurados aos ocupantes dos cargos enquadrados nos termos do disposto no caput: I - o posicionamento na classe e no padrão de vencimento, conforme posição relativa prevista no Anexo XIII; |
| | II - a remuneração prevista no Anexo XIV; III - as vantagens a que façam jus na data do enquadramento no cargo de que trata o art. 67-A; e |
| | IV - o cômputo do tempo de contribuição nas Carreiras anteriores para os fins legais. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Art. 89. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de que tratam o art. 67 desta Lei e o § 5º do art. 87 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO § 2º Os cargos efetivos de nível superior de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM que não foram enquadrados no cargo de Inspetor Federal do Mercado de Capitais da Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários de que trata o art. 67-A comporão quadro suplementar em extinção. § 3º Os cargos de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, vagos e que vierem a vagar ficam transformados em cargos de Inspetor Federal do Mercado de Capitais. § 4º O disposto neste artigo aplica-se aos aposentados e aos pensionistas. § 5º Para as aposentadorias e as pensões instituídas pelos servidores que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, o posicionamento na tabela de subsídios prevista no Anexo XIV a esta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão." (NR) "Art. 89. Aplica-se o disposto no art. 81 a art. 85 desta Lei às aposentadorias e às pensões instituídas pelos servidores integrantes das Carreiras ^ de que trata o art. 67, caput, inciso I, alíneas "a" e "b", desta Lei que tenham como |
| pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da <u>Lei nº 10.887, de</u> 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade. | critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019." (NR) |
| Art. 99. Para fins de incorporação da GDECVM ou GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: | |
| I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor, para aqueles que perceberam a gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões | II - <mark>quando o benefício de aposentadoria tiver como</mark> |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| a) guando ao corridor que deu origem à anecentadoria eu | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput | |
| deste artigo; e | |
| b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| 18 de junho de 2004. | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDECVM e |
| | GDASCVM corresponderão a cinquenta pontos, |
| | considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| Art. 100. Os ocupantes dos cargos integrantes das | "Art. 100. Os ocupantes do cargo integrante da Carreira de |
| carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM são | |
| impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, | impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, |
| potencialmente causadora de conflito de interesses, nos | potencialmente causadora de conflito de interesses, nos |
| termos da <u>Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013</u> . | termos <mark>do disposto na</mark> <u>Lei nº 12.813, de 16 de maio de</u> |
| | <u>2013</u> . |
| | |
| Art. 101. Os integrantes das Carreiras de Analista da CVM | "Art. 101. Os integrantes da Carreira de Fiscalização da |
| e de Inspetor da CVM somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes | Comissão de Valores Mobiliários somente poderão ser |
| situações: | cedidos ou ter exercício fora do órgão de lotação nas seguintes situações: |
| Situações. | seguintes situações. |
| | |



| LECICIAÇÃO ALTERADA | TEVTO ENCANAINILIADO DELO EVECUTIVO |
|---|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| Art. 154. O desenvolvimento na Carreira dos titulares dos | "Art. 154 |
| cargos que integram as Carreiras a seguir se dará por | |
| progressão e promoção, em virtude do mérito de seus | |
| integrantes e do desempenho no exercício das respectivas | |
| atribuições: | |
| IV - Analista da CVM e Agente Evecutivo, das carreiras de | IX - ^ Agente Executivo, da Carreira ^ de Agente Executivo |
| Analista da CVM e de Agente Executivo, das carreiras de Analista da CVM, e de Agente Executivo da CVM, | |
| respectivamente; | da CVIVI , |
| X - Inspetor da CVM da Carreira de Inspetor da CVM; | X - Inspetor Federal do Mercado de Capitais, da Carreira de |
| mispetor du evivi du current de hispetor du evivi, | Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários; |
| | riscanzação da comissão de valores mobilidades, |
| | Art. 62. Os Anexos XIII, XIV, XV, XV-A, XVI e XVII à Lei nº |
| | 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passam a vigorar, na |
| | forma dos Anexos XCV, XCVI, XCVII, XCVIII, XCIX e C a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXVII |
| | DAS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL |
| Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | Art. 63 . A <u>Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008</u> , passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 10-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | dos cargos de Analista de Comércio Exterior, de Analista de |
| | Planejamento e Orçamento, de Especialista em Políticas |
| | Públicas e Gestão Governamental e de Técnico de |
| | Planejamento e Orçamento passa a ser a constante do |
| | Anexo IV-A, observada a correlação estabelecida na forma |
| Art 14 O substitic des interpretes des Comeines de mus | do Anexo IV-B." (NR) |
| Art. 14. O subsídio dos integrantes das Carreiras de que | "Art. 14 |
| trata o art. 10 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de: | |
| nos termos da legisiação e regulamentação especifica, de: | |
| III - abono de permanência de que tratam o 8 19 do art. 40 | III - abono de permanência de que tratam o art. 40 <mark>,</mark> § 19, |
| da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º | da <u>Constituição</u> ^ e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| 2003; | 2019; |
| | |
| Art. 16. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos | "Art. 16. Aplica-se o disposto nos art. 10 a art. 15 desta Lei |
| servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 | às aposentadorias <mark>e às pensões instituídas pelos</mark> servidores |
| desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e | integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 desta Lei ^ |
| pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de | que tenham como critério de reajuste a paridade, nos |
| 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nos arts. | termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 |
| 10 a 15 desta Lei em relação aos servidores que se | de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de |
| encontram em atividade. | 5 de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de |
| | 12 de novembro de 2019." (NR) |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | Art. 64. O Anexo IV à Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de |
| | 2008, passa a vigorar na forma do Anexo CI a esta Medida |
| | Provisória. |
| | Art. 65. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa |
| | a vigorar acrescida dos Anexos IV-A e IV-B, na forma dos |
| | Anexos CII e CIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXVIII |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA FUNDAÇÃO |
| | INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA |
| Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | Art. 66. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 118. O subsídio dos integrantes da carreira de que | "Art. 118 |
| trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei não exclui o | |
| direito à percepção, nos termos da legislação e | |
| regulamentação específica, de: | |
| | |
| III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| da <u>Constituição Federal</u> , o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º | da <u>Constituição</u> ^ e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| <u>2003</u> ; | <u>2019;</u> |
| | |
| | |
| 1. 122 11 | //A + 400 A : |
| Art. 122. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos | "Art. 122. Aplica-se o disposto no art. 114 a art. 119 desta |
| servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do | Lei às aposentadorias e às pensões instituídas pelos |
| lpea, de que trata o art. 102 e às pensões, ressalvadas as | servidores integrantes da Carreira ^ de que trata o art. 102 |
| aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da | ^, caput, inciso I, desta Lei que tenham como critério de |
| Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o | reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda |
| disposto nesta Lei em relação aos servidores integrantes | Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na |
| do Plano de Carreiras e Cargos do Ipea que se encontram | Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na |
| em atividade. | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019." (NR) |
| | Art. 67. Os Anexos XX, XX-A e XX-B à Lei nº 11.890, de 24 |
| | de dezembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, |
| | com as alterações constantes dos Anexos CIV, CV e CVI a |
| | esta Medida Provisória. |
| | Art. 68. Os Anexos XXI e XXII à Lei nº 11.890, de 24 de |
| | dezembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CVII e CVIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXIX |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS |
| Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 | Art. 69. A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| Art. 86. Para fins de incorporação da GDAHFA aos | "Art. 86. Para fins de incorporação da GDAHFA aos |
| proventos de aposentadoria ou às pensões, serão | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004, a GDAHFA será: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| a) a partir de ºo de março de 2008, correspondente a 40% | a) <mark>a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o</mark> |
| (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | <mark>padrão do servidor</mark> ; <mark>ou</mark> |
| e | |
| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| e | servidores e os aposentados que tiverem feito opção de |
| | que tratam o art. 87 a art. 91 da <u>Lei nº 13.324, de 29 de</u> |
| | julho de 2016; ou |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| a) avende and considered avended described | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3o e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o | |
| percentual constante do inciso I do caput deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| 18 de junho de 2004. | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDAHFA |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> |
| | <u>10.887, de 18 de junho de 2004</u> , ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| | <u>abril de 2012.</u> " (NR) |
| | Art. 70. Os Anexos LXII e LXIII à Lei nº 11.784, de 22 de |
| | setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, |
| | com as alterações constantes dos Anexos CIX e CX a esta |
| | Medida Provisória. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | Art. 71. O Anexo LXV à <u>Lei nº 11.784, de 22 de setembro de</u> |
| | 2008, passa a vigorar na forma do Anexo CXI a esta Medida |
| | Provisória. |
| | Art. 72. O Anexo à Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, |
| | passa a vigorar na forma do Anexo CXII a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO XXX |
| | DO GRUPO DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO |
| | AÉREO – DACTA |
| Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002 | Art. 73 . A Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 6º A GDASA integrará os proventos da aposentadoria e | "Art. 6º Para fins de incorporação da GDASA aos proventos |
| as pensões, de acordo com: | de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004, a GDASA será: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,, | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| a) a partir de 1º de julho de 2008, correspondente a 40 | a) a ^cinquenta^ pontos, considerados o nível, a classe e o |
| (quarenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do | padrão do servidor <mark>, para aqueles que perceberam a</mark> |
| servidor; e | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, correspondente a 50 | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| do servidor; | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| do servidor, | ou superior a sessenta meses; ou |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| Tevereno de 2004. | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando percebida por período igual ou superior a 60 | inciso ii, da referida Emerida constitucional. |
| (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos | |
| valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses | |
| b) quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, ao servidor de que trata a alínea a deste inciso | |
| • | |
| aplicar-se-á, a partir de 1º de julho de 2008, o valor | |
| correspondente a 40 (quarenta) pontos e a partir de 1º de | |
| julho de 2009, o valor correspondente a 50 (cinqüenta) | |
| pontos, considerada a classe e padrão de referência do | |
| servidor; e | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos |
| | até 19 de fevereiro de 2004, a GDASA corresponderá a |
| | cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão |
| | <mark>do servidor.</mark> |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> |
| | <u>10.887, de 18 de junho de 2004</u> , ou no art. 26 da <u>Emenda</u> |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| , | <u>abril de 2012.</u> " (NR) |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões | |
| existentes por ocasião da publicação desta Lei aplica-se o | |
| disposto nas alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo. | |
| | Art. 74. Os Anexos I e II à <u>Lei nº 10.551, de 13 de novembro</u> |
| | de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos CXIII e CXIV a esta Medida Provisória. |
| | Art. 75. O Anexo IX à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de |
| | 2009, passa a vigorar na forma do Anexo CXV a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXXI |
| | |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — |
| | IBGE |
| Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 | Art. 76 . A Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passa a |
| <u>Lei II- 11.333, de 13 de outubro de 2000</u> | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 71. O Plano de Carreiras e Cargos de que trata o art. 70 | "Art. 71 |
| desta Lei é composto pelas seguintes Carreiras e cargos: | , |
| | I - Carreira de Pesquisa em Informações Geográficas e |
| Estatísticas, estruturada nas Classes A, B, C e Especial, | , <u> </u> |
| composta de cargo de Pesquisador em Informações | Informações Geográficas e Estatísticas, de nível superior, |
| Geográficas e Estatísticas, de nível superior, com | com atribuições <mark>referentes</mark> às atividades especializadas de |
| atribuições voltadas às atividades especializadas de ensino | ensino e pesquisa científica, tecnológica e metodológica |
| e pesquisa científica, tecnológica e metodológica em | em matéria estatística, geográfica, cartográfica, geodésica |
| matéria estatística, geográfica, cartográfica, geodésica e | e ambiental; |
| ambiental; | |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** II - Carreira de Produção e Análise de Informações II - Carreira de Produção e Análise de Informações Geográficas e Estatísticas, estruturada nas Classes A, B, C, Geográficas e Estatísticas, ^ composta do cargo de D e Especial, composta de cargo de Tecnologista em Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas, de Informações Geográficas e Estatísticas, de nível superior, nível superior, com atribuições referentes às atividades com atribuições voltadas às atividades especializadas de especializadas de produção, análise e disseminação de produção, análise e disseminação de dados e informações dados e informações de natureza estatística, geográfica, de natureza estatística, geográfica, cartográfica, geodésica cartográfica, geodésica e ambiental; e ambiental; III - Carreira de Suporte Técnico em Produção e Análise de III - Carreira de Suporte Técnico em Produção e Análise de Informações Geográficas e Estatísticas, estruturada nas Informações Geográficas e Estatísticas, ^ composta do cargo de Técnico em Informações Geográficas Classes A, B e Especial, composta de cargo de Técnico em Geográficas Estatísticas, de nível intermediário, com atribuições Informações е Estatísticas, intermediário, com atribuições voltadas para o suporte e o referentes ao suporte e ao apoio técnico especializado às apoio técnico especializado às atividades de ensino, atividades de ensino, pesquisa, produção, análise e pesquisa, produção, análise e disseminação de dados e disseminação de dados e informações de natureza informações de natureza estatística, estatística, geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental; geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental; IV - Carreira de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em IV - Carreira de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas, estruturada nas Informações Geográficas e Estatísticas, ^ composta do Classes A, B, C, D e Especial, composta de cargo de Analista cargo de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas, de nível de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações superior, com atribuições referentes ao exercício de Geográficas e Estatísticas, de nível superior, com atribuições voltadas para o exercício de atividades atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício administrativas e logísticas relativas ao exercício das das competências institucionais e legais a cargo do IBGE; e competências institucionais e legais a cargo do IBGE; V - Carreira de Suporte em Planejamento, Gestão e Infra-V - Carreira de Suporte em Planejamento, Gestão e Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas, Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas, ^ estruturada nas Classes A, B e Especial, composta de cargo composta do cargo de Técnico em Planejamento, Gestão e de Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas, Informações Geográficas e Estatísticas, de nível intermediário, com atribuições referentes ao exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas nível intermediário, relativas ao exercício das competências intermediário, relativas ao exercício das competências institucionais e legais a cargo do IBGE. institucionais e legais a cargo do IBGE. Art. 74. São pré-requisitos mínimos para ingresso na Classe "Art. 74. inicial e promoção às Classes subsequentes da Carreira referida no inciso I do caput do art. 71 desta Lei, além do diploma de nível superior, em nível de graduação, os seguintes: I - Classe Especial: I - a) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em a) ser detentor do título de Doutor no campo específico de atuação do cargo e possuir permanência mínima de um eventos de capacitação e experiência mínima de 13 (treze) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou ano no último padrão da Classe imediatamente anterior; ou



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| - | |
| b) ser detentor do título de Doutor e experiência mínima de 9 (nove) anos, todos no campo específico de atuação do | b) ser detentor de título de Mestre e ter certificação em |
| | eventos de capacitação, ambos no campo específico de atuação do cargo, e possuir permanência mínima de três |
| cargo; | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| II - Classe C: | |
| a) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em | a) ser detentor <mark>do</mark> título de <mark>Doutor</mark> no campo específico de |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 8 (oito) | atuação do cargo e possuir permanência mínima de um |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | ano no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| anos, todos no campo especinco de atuação do cargo, ou | ou |
| b) ser detentor do título de Doutor e experiência mínima | b) ser detentor <mark>de</mark> título de <mark>Mestre</mark> e <mark>ter certificação em</mark> |
| de 6 (seis) anos, todos no campo específico de atuação do | eventos de capacitação, ambos no campo específico de |
| cargo; | atuação do cargo, e possuir permanência mínima de dois |
| | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| III - Classe B: | |
| a) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em | a) ser detentor de título de Doutor no campo específico de |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 3 (três) | atuação do cargo e ter experiência mínima de ^cinco^ |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou |
| b) ser detentor de título de Doutor; | b) ser detentor <mark>de</mark> título de <mark>Mestre e ter certificação em</mark> |
| | eventos de capacitação, ambos no campo específico de |
| | atuação do cargo, e ter experiência mínima de seis anos, |
| | todos no campo específico de atuação do cargo; e |
| | |
| | § 1º Ocorrerá aceleração da promoção do cargo de |
| | Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas nos |
| | seguintes casos: |
| | I - o servidor aprovado no estágio probatório que possuir o |
| | título de Doutor e tiver experiência mínima de cinco anos |
| | na respectiva área será promovido ao primeiro padrão da |
| | Classe B; e |
| | II - o servidor aprovado no estágio probatório que estiver, |
| | pelo menos, no quarto padrão da Classe B será promovido |
| | para o primeiro padrão da Classe C, desde que seja |
| | detentor do título de Mestre e tenha pelo menos dez anos |
| | de experiência após a titulação, ou seja detentor do título |
| | de Doutor e tenha pelo menos cinco anos de experiência após a titulação. |
| | § 2º Nos casos de aceleração da promoção de que trata o § |
| | 1º, será necessária a comprovação de relevante |
| | contribuição científica ou tecnológica para a área de |
| | atuação do cargo, conforme requisitos estabelecidos em |
| | ato do dirigente máximo do IBGE." (NR) |
| Art. 75. São pré-requisitos mínimos para ingresso na Classe | "Art. 75 |
| inicial e a promoção às Classes subsequentes dos cargos de | |
| provimento efetivo das Carreiras referidas nos incisos II e | |
| IV do caput do art. 71 desta Lei, além do diploma de nível | |
| superior, em nível de graduação, os seguintes: | |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| I - Classe Especial: | I- |
| d) ser detentor de título de Doutor e experiência mínima | a) ser detentor do título de Doutor ^ no campo específico |
| de 12 (doze) anos, todos no campo específico de atuação | de atuação do cargo e possuir permanência mínima de um |
| do cargo; | ano no último padrão da classe imediatamente anterior; |
| c) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em | b) ser detentor de título de Mestre e ter certificação em |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 14 | eventos de capacitação ^, <mark>ambos</mark> no campo específico de |
| (quatorze) anos, todos no campo específico de atuação do | atuação do cargo <mark>, e possuir permanência mínima de dois</mark> |
| cargo; ou | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em | c) possuir pós-graduação lato sensu e ter certificação em |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 16 | eventos de capacitação ^, <mark>ambos</mark> no campo específico de |
| (dezesseis) anos, todos no campo específico de atuação do | atuação do cargo, e possuir permanência mínima de três |
| cargo; ou | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| cargo, ou | |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e | ou d) possuir certificação em eventos de capacitação ^ no |
| experiência mínima de 18 (dezoito) anos, todos no campo | campo específico de atuação do cargo e possuir |
| específico de atuação do cargo; ou | permanência mínima de quatro anos no último padrão da |
| especifico de atuação do cargo, od | Classe imediatamente anterior; ^ |
| II - Classe D: | II - Classe C: |
| d) ser detentor de título de Doutor e experiência mínima | a) ser detentor do título de Doutor no campo específico de |
| de 9 (nove) anos, todos no campo específico de atuação do | atuação do cargo e possuir permanência mínima de um |
| cargo; | ano no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| c) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em | |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 10 (dez) | eventos de capacitação ^, <mark>ambos</mark> no campo específico de |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | atuação do cargo <mark>, e possuir permanência mínima de dois</mark> |
| allos, todos no campo especifico de atdação do cargo, od | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em | c) possuir pós-graduação lato sensu e ter certificação em |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 12 (doze) | eventos de capacitação ^, <mark>ambos</mark> no campo específico de |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | atuação do cargo, e possuir permanência mínima de três |
| anos, todos no campo específico de acaação do cargo, ou | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | ou |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e | d) possuir certificação em eventos de capacitação ^ no |
| experiência mínima de 14 (quatorze) anos, todos no campo | campo específico de atuação do cargo <mark>e possuir</mark> |
| específico de atuação do cargo; ou | permanência mínima de quatro anos no último padrão da |
| especifico de dedagdo do cargo, od | Classe imediatamente anterior; |
| III - Classe C: | III - Classe B: |
| c) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em | a) ser detentor de título de Mestre^ no campo específico |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 7 (sete) | de atuação do cargo e possuir permanência mínima de um |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | ano no último padrão da Classe imediatamente anterior; ^ |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em | b) possuir pós-graduação lato sensu e ter certificação em |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 8 (oito) | eventos de capacitação ^, <mark>ambos</mark> no campo específico de |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | atuação do cargo, e possuir permanência mínima de dois |
| | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | ou |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e | c) possuir certificação em eventos de capacitação ^ no |
| experiência mínima de 10 (dez) anos, todos no campo | campo específico de atuação do cargo <mark>e possuir</mark> |
| específico de atuação do cargo; ou | permanência mínima de três anos no último padrão da |
| | Classe imediatamente anterior; e |
| d) ser detentor do título de Doutor e experiência mínima | |
| de 6 (seis) anos, todos no campo específico de atuação do | |
| cargo; | |
| IV - Classe B: | IV - Classe <mark>A - ter qualificação específica para a Classe.</mark> " |
| | (NR) |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e | |
| experiência mínima de 5 (cinco) anos, todos no campo | |
| específico de atuação do cargo; ou | |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em | |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 4 (quatro) | |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | |
| c) ser detentor de título de Mestre e experiência mínima | |
| de 3 (três) anos, todos no campo específico de atuação do | |
| cargo; | |
| V - Classe A: ter qualificação específica para a Classe. | |
| Art. 76. São pré-requisitos mínimos para ingresso na Classe | "Art. 76 |
| inicial e promoção às Classes subseqüentes dos cargos de | |
| provimento efetivo de nível intermediário das carreiras | |
| referidas nos incisos III e V do caput do art. 71 desta Lei , | |
| além do certificado de conclusão de ensino médio, os | |
| seguintes: | |
| I - Classe Especial: possuir certificação em eventos de | I - Classe Especial - possuir certificação em eventos de |
| capacitação e experiência mínima de 12 (doze) anos, todos | capacitação ^ no campo específico de atuação do cargo <mark>e</mark> |
| no campo específico de atuação do cargo; | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | Classe imediatamente anterior; |
| | II - Classe C - possuir certificação em eventos de |
| | capacitação no campo específico de atuação do cargo e |
| | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | Classe imediatamente anterior; |
| II - Classe B: possuir certificação em eventos de capacitação | III - Classe B - possuir certificação em eventos de |
| e experiência mínima de 6 (seis) anos, todos no campo | capacitação ^ no campo específico de atuação do cargo e |
| específico de atuação do cargo; | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | Classe imediatamente anterior; e |
| III - Classe A: ter qualificação específica para a Classe. | IV - Classe A - ter qualificação específica para a Classe." |
| | (NR) |
| | "Art. 149-A. Para fins de incorporação da GDIBGE aos |
| | proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes |
| | critérios: |



LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDIBGE corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 77. Os Anexos XIV, XV, XV-A, XV-B, XV-C e XVI à Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXVI, CXVIII, CXVIII, CXIX, CXX e CXXI a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXII DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE TECNOLOGIA **MILITAR** Art. 78. A Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passa a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998 vigorar com as seguintes alterações: Art. 17-A. Para fins de incorporação da GDATEM aos "Art. 17-A. Para fins de incorporação da GDATEM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, relativos a proventos de aposentadoria ^, serão adotados os servidores do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia seguintes critérios: Militar, serão adotados os seguintes critérios: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de I - quando o benefício de aposentadoria tiver como fevereiro de 2004, a gratificação será: critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá: a) a partir de 1º de julho de 2008, correspondente a 40% a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o

padrão do servidor; ou

(quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível,

classe e padrão; e



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| b) a partir de 1º de julho de 2009, correspondente a 50% | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, por |
| classe e padrão; | meio da apresentação do termo de opção de que tratam os |
| | art. 87 a art. 91 da <u>Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016</u> ; |
| | <u>ou</u> |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões | · · |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da <u>Emenda Constitucional no</u> | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os percentuais constantes das alíneas a e b do inciso I do | |
| caput deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDATEM |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 79. Os Anexos I, II e III à Lei nº 9.657, de 3 de junho de |
| | 1998, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos CXXII, CXXIII e CXXIV a esta Medida Provisória. |
| | Art. 80. Os Anexos XXI, XXV e XXV-A à Lei nº 11.355, de 19 |
| | de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXV, CXXVI e CXXVII a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO XXXIII |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA AGÊNCIA |
| | BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA |
| Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008 | Art. 81 . A <u>Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008</u> , passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 18. São pré-requisitos mínimos para promoção às | "Art. 18 |
| classes dos cargos de nível superior de que tratam os | |
| incisos I e III do caput do art. 2º desta Lei: | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos | I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de de capacitação, totalizando, no mínimo, 160 (cento e capacitação, totalizando, no mínimo, ^ cento e sessenta horas, e qualificação profissional horas^, e qualificação profissional com experiência mínima experiência mínima de 7 (sete) anos e meio, ambas no de ^ cinco ^ anos ^, ambas no campo específico de atuação campo específico de atuação de cada cargo; de cada cargo; II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de de capacitação, totalizando, no mínimo, 240 (duzentas e capacitação, totalizando, no mínimo, ^ duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional quarenta^ horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesseis) anos e 1/2 (meio), experiência mínima de ^ dez^ anos ^, ambas no campo ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e específico de atuação de cada cargo; e III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 360 (trezentas e específica, com carga horária de, no mínimo, ^ trezentas e sessenta) horas e qualificação profissional com experiência sessenta^ horas e qualificação profissional com experiência mínima de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambos no mínima de Aquinze anos A, ambos no campo específico de atuação de cada cargo." (NR) campo específico de atuação de cada cargo. "Art. 19. Art. 19. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior de que trata o inciso IV do caput do art. 20 desta Lei: I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, capacitação, totalizando, no mínimo, ^ oitenta horas, e e qualificação profissional com experiência mínima de 7 qualificação profissional com experiência mínima de ^ cinco[^] anos [^], ambas no campo específico de atuação de (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação de cada cargo; cada cargo; II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) capacitação, totalizando, no mínimo, ^ cento e vinte^ horas, e qualificação profissional com experiência mínima horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 16 (dezesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo de ^ dez^ anos ^, ambas no campo específico de atuação específico de atuação de cada cargo; e de cada cargo; e III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 180 (cento e oitenta) específica, com carga horária de, no mínimo, ^ cento e horas e qualificação profissional com experiência mínima oitenta^ horas e qualificação profissional com experiência de 25 (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambos no campo mínima de ^ quinze^ anos ^, ambos no campo específico de atuação de cada cargo." (NR) específico de atuação de cada cargo. Art. 20. São pré-requisitos mínimos para promoção às "Art. 20. classes dos cargos de nível intermediário de que tratam os incisos II e III do caput do art. 2º desta Lei: I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) capacitação, totalizando, no mínimo, ^ cento e vinte horas, horas, ou diploma de conclusão de curso superior e ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação qualificação profissional com experiência mínima de 7 profissional com experiência mínima de ^cinco^ anos ^, (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de ambas no campo específico de atuação de cada cargo; atuação de cada cargo;



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos | II - para a Classe <mark>C</mark> , possuir certificação em eventos de |
| de capacitação, totalizando, no mínimo, 200 (duzentas) | capacitação, totalizando, no mínimo, ^ duzentas^ horas, ou |
| horas, ou diploma de conclusão de curso superior e | diploma de conclusão de curso superior e qualificação |
| qualificação profissional com experiência mínima de 16 | profissional com experiência mínima de ^ dez^ anos ^, |
| (dezesseis) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico | ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e |
| de atuação de cada cargo; e | |
| III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos | III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos |
| de capacitação, totalizando, no mínimo, 280 (duzentas e | de capacitação, totalizando, no mínimo, ^ duzentas e |
| oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior | oitenta^ horas, ou diploma de conclusão de curso superior |
| e qualificação profissional com experiência mínima de 25 | e qualificação profissional com experiência mínima de ^ |
| (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambas no campo | quinze^ anos ^, ambas no campo específico de atuação de |
| específico de atuação de cada cargo. | cada cargo." (NR) |
| Art. 21. São pré-requisitos mínimos para promoção às | "Art. 21 |
| classes dos cargos de nível intermediário de que trata o | |
| inciso IV do caput do art. 2o desta Lei: | |
| I - para a Segunda Classe, possuir certificação em eventos | I - para a Classe <mark>B</mark> , possuir certificação em eventos de |
| de capacitação, totalizando, no mínimo, 40 (quarenta) | capacitação, totalizando, no mínimo, ^ quarenta horas, ou |
| horas, ou diploma de conclusão de curso superior e | diploma de conclusão de curso superior e qualificação |
| qualificação profissional com experiência mínima de 7 | profissional com experiência mínima de ^ cinco^ anos, |
| (sete) anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de | ambas no campo específico de atuação de cada cargo; |
| atuação de cada cargo; | |
| II - para a Primeira Classe, possuir certificação em eventos | II - para a Classe <mark>C</mark> , possuir certificação em eventos de |
| de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, | capacitação, totalizando, no mínimo, ^ oitenta^ horas, ou |
| ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação | diploma de conclusão de curso superior e qualificação |
| profissional com experiência mínima de 16 (dezesseis) | profissional com experiência mínima de ^dez^ anos ^, |
| anos e 1/2 (meio), ambas no campo específico de atuação | ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e |
| de cada cargo; e | |
| III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos | · · · · · · · · · · · · · · · |
| de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) | de capacitação, totalizando, no mínimo, ^ cento e vinte^ |
| horas, ou diploma de conclusão de curso superior e | horas, ou diploma de conclusão de curso superior e |
| qualificação profissional com experiência mínima de 25 | qualificação profissional com experiência mínima de ^ |
| (vinte e cinco) anos e 1/2 (meio), ambas no campo | quinze anos ^, ambas no campo específico de atuação de |
| específico de atuação de cada cargo. | cada cargo." (NR) |
| Art. 28. O subsídio dos integrantes das Carreiras de que | "Art. 28 |
| tratam os incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei não | |
| exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e | |
| regulamentação específica, das seguintes espécies | |
| remuneratórias: | |
| III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 | |
| da <u>Constituição Federal</u> , o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º | da <u>Constituição</u> <mark>e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º,</mark> da |
| da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de | |
| <u>2003</u> ; | <u>2019</u> ; |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Art. 32. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos | "Art. 32. Aplica-se o disposto nos art. 24 a art. 28 desta Lei |
| servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da | às aposentadorias e às pensões instituídas pelos servidores |
| ABIN de que trata o art. 1º desta Lei e às pensões, | integrantes das Carreiras ^ a que se refere o art. 2º, caput, |
| ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos | incisos I e II, desta Lei ^ que tenham como critério de |
| arts. 1º e 2º da <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004,</u> no | reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda |
| que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores | Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na |
| que se encontram em atividade. | Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019." (NR) |
| Art. 42. Para fins de incorporação da GDAIN e da | "Art. 42. Para fins de incorporação da GDAIN ou da |
| GDACABIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, | GDACABIN aos proventos de aposentadoria ^, serão |
| serão adotados os seguintes critérios: | adotados os seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| máximo do respectivo nível, classe e padrão; e | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor, para aqueles que perceberam a |
| | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões | The state of the s |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | |
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput | |
| deste artigo; e | |
| b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | 5 40 D |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDAIN e |
| | GDACABIN corresponderá a cinquenta pontos, |
| | considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. |



| \$ 2º Aos beneficios não alcançados pelos incisos i e II do caput e pelo \$ 19, será aplicado o disposto na Lie in 10.837, de 12 de, novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 10.10.87, de 120, de 10 de 11.2.618, de 30 de abril de 2012" (NR) Art. 82 Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXVIII, CXXIX, CXXXI, CXXXII, CXXXIII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MANA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MANA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO LIMA – MANA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO LIMA – MANA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D, A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nivel superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, (VIR) Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos CXXVX, CXXVIII e CXXXVIII e CXXXVIII e cXXXVIII e cXXXVIII e cXXXVIII e cXXVIII e cXXXVIII e cXXVIII e cXXVIII e cXXXVIII e cXXVIII e cXXVIIII e cXXVIII e cXXVIII e cXXVIIII e cXX | LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|--|
| caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei na 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 25 da Emenda Constitucional nº 10.3, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 82. Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXVIII, CXXIX, CXXX, CXXXII, CXXXIII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENDOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MAMA, DO IBAMA E DO QUADR | ELGISLAÇÃO ALTERADA | |
| 10.887, de 18 de junho de 2014, ou no art. 26 de Emende Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2015, conforme a data de cumprimente dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 82. Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXVIII, CXXIX, CXXX, CXXXI, CXXXII, CXXXIII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MAM, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MAM, DO ISMAME A DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma dos Anexos CXXXIVI de CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar carcesida dos Anexos VIII experimente, na forma dos Anexos CXXXI expectivamente, na forma dos Anexos CXXIX expectivamente, na vigorar com as seguintes alterações: "Art. 86. A Lei nº 10.1156, de 2º de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 87. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 88. Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria o via personado | | |
| Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2015, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012," (NR) Art. 82. Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXVIII, CXXIX, CXXX, CXXXI, CXXXII, CXXXIII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIALO E CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS. NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO GUINESTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2002, passa a constante do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos CXXXVI, CXXXVIII e CXXXVIII a ceta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos CXXVIV, CXXXVIVI (CXXXVIII a ceta Medida Provisória. Art. 86. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria do a Anexos CXXIXI e CXL a esta Medida Provisória. Art. 87. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 88 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria do a passa dos vigorar com as seguintes alterações: "Art. 88 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: | | |
| requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618. de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 82. Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXVIII, CXXII, CXXXII, CXXXII CXXXIII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MINA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO ART. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 33. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 34. D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII ("NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII e exta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria va seguintes alterações: "Art. 88. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadoria se pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: "Art. 88. Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como ritérios a integralidade e a pariadade de que tratam a temeda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, remeda Constitucional nº 41, de 19 | | |
| Art. 82. Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXVIII, CXXIX, CXXX, CXXXI, CXXXIV, CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (INR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos CXXXV, CXXXVI (EXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXVI, CXXXVIII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 88. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXVI, CXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 89. Para fins de incorporação aos proventos da vigorar com as seguintes alterações: Art. 89. Para fins de incorporação aos proventos da vigorar com as seguintes alterações: Art. 89. Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadoria e pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a | | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| Art. 82. Os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXVII, CXXIX, CXXX, CXXXI, CXXXII, CXXXII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 19 de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nivel superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXIV, CXXVII e CXXXVIII e esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VIII. e VIII, na forma dos Anexos CXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 87. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 88 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadoria e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: "Art. 89 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: "Art. 89 Para fins de incorporação da GDAEM aos proventos de aposentadoria de que tratam a rincenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, remenda Constitucional nº 41, de 19 | | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| 17 de setembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXVIII, CXXIX, CXXXI, CXXXII, CXXXIII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, "Observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, "Observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII," (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VXXVI, CXXXVIII e exta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VXXVI, CXXXVIII e CXXXVIIII e esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 10.10, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VXXVI, CXXXVIII e CXXXVIII e exta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a menda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, menda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 20 | | <u>abril de 2012.</u> " (NR) |
| respectivamente, na forma dos Anexos CXXVIII, CXXIX, CXXX, CXXX, CXXXI, CXXXIII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa de stabelecida na forma do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, VINS) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar respectivamente, na forma dos Anexos CXXXIV, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VIII, volvisória. Art. 89. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: "Art. 80 Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria ^, serão adotados os reguintes critérios: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a pariadade de que tratam a menda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, menda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, menda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, menda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, menda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro | | |
| CXXX, CXXXI, CXXXII e CXXXIV a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA — MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS — IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE — ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes avigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXIXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: "Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: I - quando o beneficio de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a femenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | |
| Provisória. CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar coma as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII, "(NR) Art. 84. Os Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 87. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 88. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 89. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: | | |
| CAPÍTULO XXXIV DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII, cXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 89. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: "Art. 89. Para fins de incorporação dos GDAEM aos proventos de aposentadoria ^ serão adotados os seguintes critérios: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a menda Constitucional nº 41, de 19 de devembro de 2003, a menda constitucional nº 41, de 19 de devembro de 2003, a menda constitucional nº 41, de 19 de devembro de 2003. | | |
| DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MIMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO ATL. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII. "(NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXII e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 80 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: | | |
| PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MÉIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos CXXXV, CXXXVI e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 80 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: | | |
| AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 34. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII," (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 87. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | 1 |
| BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MIMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores reféridos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: BRASILEIRO DO MENDAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO Art. 80 Para fins de incorporação dos conservados da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores reféridos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: BRASILEIRO DO MENDES DE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO Art. 80 Para fins de incorporação da GDAEM aos proventos de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitutional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 | | |
| NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA E DO QUADRO DE PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 33. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 80. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 80 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: Art. 80 Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 | | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · |
| PESSOAL DO MMA, DO IBAMA E DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII. "(NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 89 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 | | |
| MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 89 Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 | | · |
| Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 Art. 83. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVII, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 89. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | , |
| vigorar com as seguintes alterações: "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VIII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVII, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a memenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | Lei nº 10.410. de 11 de janeiro de 2002 | |
| "Art. 13-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos de nível superior e de nível intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII," (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VIII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 80. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | |
| Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | |
| constante do Anexo VII, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | dos cargos de nível superior e de nível intermediário da |
| estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | Carreira de Especialista em Meio Ambiente passa a ser a |
| Art. 84. Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | constante do Anexo VII, observada a correlação |
| janeiro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 80. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a memenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | estabelecida na forma do Anexo VIII." (NR) |
| forma dos Anexos CXXXV, CXXXVI, CXXXVII e CXXXVIII a esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 80. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a memenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | |
| esta Medida Provisória. Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | |
| Art. 85. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | · · · |
| vigorar acrescida dos Anexos VII e VIII, na forma dos Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | |
| Anexos CXXXIX e CXL a esta Medida Provisória. Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação da GDAEM aos aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | |
| Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 Art. 86. A Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | | , |
| vigorar com as seguintes alterações: Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | Loi nº 11 156 do 20 do julho do 2005 | |
| Art. 8º Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: The triangle of the tr | <u>Lei II≃ 11.156, de 29 de juino de 2005</u> | |
| aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores proventos de aposentadoria ^, serão adotados os referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | Art 89 Para fins de incornoração aos proyentos da | · · |
| referidos no art. 1º desta Lei, a GDAEM: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | , , , | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, será: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | • • • | |
| fevereiro de 2004, será: critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | · | |
| Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | |
| | , - | |
| | | _ |
| gratificação corresponderá: | | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| a) a partir de 1º de julho de 2008, correspondente a 40 | a) ^ a ^ cinquenta^ pontos, considerados o nível, a classe e |
| (quarenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do | o padrão do servidor <mark>, para aqueles que perceberam a</mark> |
| servidor; e | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, correspondente a 50 | |
| (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| do servidor; | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| do sel (last) | ou superior a sessenta meses; ou |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004, será: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| 10.0.0.00000000000000000000000000000000 | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando percebida por período igual ou superior a 60 | moiso ny au terenda Emerida constitución an |
| (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos | |
| valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; | |
| b) quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, ao servidor de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-á o disposto nas alíneas a e b do inciso I do caput | |
| deste artigo; e | |
| III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDAEM |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | <mark>classe e o padrão do servidor.</mark> |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § |
| | 1º do caput, será aplicado o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> |
| | <u>18 de junho de 2004,</u> ou no art. 26 da <u>Emenda</u> |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | <u>abril de 2012</u> ." (NR) |
| Art. 16. Para fins de incorporação aos proventos da | "Art. 16. Para fins de incorporação da GDAMB aos |
| aposentadoria ou às pensões, relativas aos servidores a | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| que se refere o art. 9º desta Lei, a GDAMB: | seguintes critérios: |
| I - somente será devida se percebida há pelo menos 60 | I - quando o benefício de aposentadoria ou de pensão tiver |
| (sessenta) meses; e | como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| EEGISLAÇÃO ALTERADA | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor, para aqueles que perceberam a |
| | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou |
| II - será calculada pela média aritmética dos valores | · |
| percebidos nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| aposentadoria ou à instituição da pensão, consecutivos ou | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| não. | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDAMB |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 87. Os Anexos I e II à Lei nº 11.156, de 29 de julho de |
| | 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos CXLI e CXLII a esta Medida Provisória. |
| Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 | Art. 88 . A Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 17-C. Para fins de incorporação da GTEMA aos | "Art. 17-C. Para fins de incorporação da GTEMA aos |
| proventos de aposentadoria ou às pensões serão adotados | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| a) a partir de 1º de julho de 2008, a GTEMA será paga no | a) ^ a ^cinquenta^ pontos, considerados o nível, a classe e |
| valor correspondente a 40 (quarenta) pontos, observados | <mark>o padrão do servidor</mark> ; <mark>ou</mark> |
| o nível, classe e padrão do servidor; e | |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, a GTEMA será paga no | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| valor correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, observados | |
| o nível, classe e padrão do servidor; e | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 87 a art. 91 da <u>Lei nº 13.324, de 29 de</u> |
| | julho de 2016; <mark>ou</mark> |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | |
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á o disposto nas alíneas a e b do inciso I do caput | |
| deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GTEMA |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 89 . Os Anexos VIII, X e X-A à <u>Lei nº 11.357, de 19 de</u> |
| | outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CXLIII, CXLIV e CXLV desta a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO XXXV |
| | DA CARREIRA DE PERITO MÉDICO FEDERAL E DA CARREIRA |
| | DE SUPERVISOR MÉDICO-PERICIAL |
| Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 | Art. 90. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 31-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | dos cargos da Carreira de Perito Médico Federal e da |
| | Carreira de Supervisor Médico-Pericial passa a ser a |
| | constante do Anexo XII-A, observada a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo XIII-A." (NR) |
| Art. 50. A GDAPMP integrará os proventos da | |
| aposentadoria e as pensões, de acordo com: | proventos de aposentadoria, <mark>serão adotados os seguintes critérios</mark> : |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| - | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004, a GDAPMP será: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| a) a partir de 1º de julho de 2008, correspondente a | |
| quarenta pontos, observado o disposto nos §§ 1º e 2º | |
| deste artigo; | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| cinquenta pontos, observado o disposto nos §§ 10 e 20 | · · |
| deste artigo; | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou |
| _ · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando percebida por período igual ou superior a 60 | inciso ii, da referida Efficilda Constitucional. |
| (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos | |
| valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses | |
| b) quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, ao servidor de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-á o disposto nas alíneas a e b do inciso I do caput | |
| deste artigo; e | |
| III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| será calculado levando-se em conta o valor estabelecido | |
| para cada jornada a que o servidor tenha se submetido no | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| exercício das atividades do cargo em que se deu a | <mark>classe e o padrão do servidor</mark> . |
| aposentadoria. § 2º O valor do ponto, no caso dos servidores que se | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § |
| submeteram a mais de uma jornada de trabalho, no | 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de |
| exercício das atividades do cargo em que se deu a | 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| aposentadoria, será calculado proporcionalmente ao | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| tempo que o servidor tiver permanecido em cada jornada. | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| , 4, 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 91. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a |
| | vigorar acrescida dos Anexos XII-A e XIII-A, na forma dos |
| | Anexos CXLVI e CXLVII a esta Medida Provisória. |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| • | Art. 92. Os Anexos XV e XVI à Lei nº 11.907, de 2 de |
| | fevereiro de 2009, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CXLVIII e CXLIX a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXXVI |
| | DA CARREIRA DE PERÍCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL |
| Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004 | Art. 93. A Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 13. Ressalvado o direito de opção pela aposentadoria | "Art. 13. ^ Para fins de incorporação da GDAMP aos |
| conforme as normas estabelecidas no art. 40 da | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| Constituição ou as normas estabelecidas no art. 2º da | seguintes critérios: |
| Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | |
| a GDAMP integrará os proventos da aposentadoria e das | |
| pensões dos servidores amparados pelo disposto no art. 6º | |
| daquela Emenda Constitucional, de acordo com: | |
| | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) a trinta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão |
| | do servidor, para aqueles que perceberam a gratificação |
| | por período inferior a sessenta meses; ou |
| I - a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| meses; ou | recebidos nos últimos ^ sessenta^ meses de atividade, |
| | para aqueles que perceberam a gratificação por período |
| | igual ou superior a sessenta meses; ou |
| II - o valor correspondente a 30% (trinta por cento) do | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| valor máximo a que o servidor faria jus na atividade, | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| meses. | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões | |
| concedidas até a vigência da Medida Provisória nº 166, de | |
| 18 de fevereiro de 2004, aplica-se o disposto no inciso II do | |
| caput deste artigo. | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, ou até a vigência |
| | da Medida Provisória nº 166, de 18 de fevereiro de 2004, a |
| | GDAMP corresponderá a trinta pontos, considerados o |
| | nível, a classe e o padrão do servidor. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § |
| | 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de |
| | 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012."(NR) |
| | Art. 94. Os Anexos II, V e VI à Lei nº 10.876, de 2 de junho |
| | de 2004, passam a vigorar na forma dos Anexos CL, CLI e |
| | CLII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXXVII |
| | DOS PLANOS ESPECIAIS DE CARGOS DAS AGÊNCIAS |
| | REGULADORAS |
| | Art. 95. Os Anexos I, II e III à <u>Lei nº 10.882, de 9 de junho</u> |
| | de 2004, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 | Anexos CLIII, CLIV, e CLV a esta Medida Provisória . Art. 96. A Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passa a |
| Lei II = 11.537, de 19 de outubro de 2000 | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 31-A. A estrutura dos cargos de provimento efetivo de | "Art. 31-A. A estrutura dos cargos de provimento efetivo |
| nível auxiliar dos Planos Especiais de Cargos a que se refere | dos Planos Especiais de Cargos a que se refere o art. 31 ^ |
| o art. 31 desta Lei passa a ser a constante do Anexo XIV-A | passa a ser a constante do Anexo XIV-A ^, observada a |
| desta Lei, observada a correlação estabelecida na forma do | correlação estabelecida na forma do Anexo XIV-B ^." (NR) |
| Anexo XIV-B desta Lei. | |
| Art. 31-O. Para fins de incorporação da GDPCAR aos | "Art. 31-O. Para fins de incorporação da GDPCAR aos |
| proventos de aposentadoria ou às pensões, serão | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas | |
| até 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| a) a partir de 10 de julho de 2009, a gratificação corá | gratificação corresponderá: |
| correspondente a 40 (quarenta) pontos, observados o | a) ^ a ^cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou |
| nível, a classe e o padrão do servidor; e | paurao do servidor, <mark>ou</mark> |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, a gratificação será | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, observados o | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| nível, a classe e o padrão do servidor; | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 28 a art. 32 da Lei nº 13.326, de 29 de |
| | julho de 2016, ou |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | |
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á a pontuação constante das alíneas a e b do | |
| inciso I do caput deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDPCAR |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | <mark>classe e o padrão do servidor.</mark> |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § |
| | 1º do caput, será aplicado o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> |
| | 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da <u>Emenda</u> |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| | abril de 2012." (NR) |
| Art. 36-D. Para fins de incorporação da GEDR aos | • • |
| proventos de aposentadoria ou às pensões, serão | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · |
| até 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| a) a markin da 40 da julha da 2000 a markitiana a and | gratificação corresponderá: |
| a) a partir de 1º de julho de 2008, a gratificação será | |
| correspondente a 40 (quarenta) pontos, observados o | o padrão do servidor; <mark>ou</mark> |
| nível, a classe e o padrão do servidor; e | b) > módio dos nontos do gratificação do decomposho |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, a gratificação será | |
| correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, observados o nível, a classe e o padrão do servidor; | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 28 a art. 32 da Lei nº 13.326, de 29 de |
| | julho de 2016; ou |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões | |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| misticalidas apos 15 de leveleiro de 2004. | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | moiso ny da referida Emerida constitucionari |



| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6 º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-à a pontuação constante das alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo; b) aos demais aplicar-se-à, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. \$ 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. \$ 2º Aos benefícios ñão alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012," (NR) Art. 9º Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLX e CLX a esta Medida Provisória. Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98 A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 9º D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constantue do Anexo III, observado a correlações: "Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo III, observada a correlações: "Art. 9º A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passas a ser a constante do Anexo III, observada a correlações: "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira do Anexo III, observada a correlações: "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira do Anexo III, observada a correlações: "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira do Anexo III, observada a correlações: "Art. 9º O avanço de ní | LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|---|
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6 º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a pontuação constante das alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo; b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadoria se pensões, o disposto na Lei n º 10.887, de 18 de junho de 2004. § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 9º O senexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III, observada a correlação estabelecida por meio de progressão funcional e promoção." (NR) Art. 9º A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa ou promoção." (NR) | <u> </u> | TEXTO ENCAIVIINHADO PELO EXECUTIVO |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a pontuação constante das alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo; b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. \$ 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. \$ 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.518, de 30 de abril de 2012." (INR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 88-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo IV, (INR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, possa de progressão funcional e de promoção." (INR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa e promoção. | , , | |
| 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a pontuação constante das alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo; b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei n º 10.887, de 18 de junho de 2004. \$ 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. \$ 2º A os benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012," (NR) Art. 9º O sa nexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Art. 9º O A partir de 1º de janeiro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV," (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV," (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo correrá por meio de progressão funcional e promoção." (NR) Art. 9º A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| aplicar-se-á a pontuação constante das alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo; b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei n º 10.887, de 18 de junho de 2004. \$ 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. \$ 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 9º. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLV e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Art. 9º. A partir de 1º de janeiro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2005, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de promoção." (NR) Art. 9º A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa e promoção." (NR) | | |
| inciso I do caput deste artigo; b) aos demais aplicar-se-à, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. \$ 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. \$ 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IIV." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo correrá por meio de e promoção." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo correrá por meio de e promoção." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo correrá por meio de e promoção." (NR) | | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei n º 10.887, de 18 de junho de 2004. \$ 19 Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. \$ 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLIXI, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 98-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo II, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 99 A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo II, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 99 A movimentação do servidor na tabela constante do Progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99 A lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa por gor gersão funcional e de promoção." (NR) | | |
| \$ 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. \$ 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 9º. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 9º. A partir de 1º de janeiro de 2005, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Pares de constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Pares do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Pares do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Pares do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Pares do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Pares do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Pares do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo correrá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) | | |
| § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º D. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) | | |
| instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Parogressão funcional e promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa de promoção." (NR) | <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97 Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLIVII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| classe e o padrão do servidor. § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo II a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GEDR |
| \$ 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV. 10 NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV. 2º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo correrá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo II, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo II, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | classe e o padrão do servidor. |
| 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 9º A vanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 9º A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar como as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| abril de 2012." (NR) Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| Art. 97. Os Anexos XIV, XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 9º A lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| respectivamente, na forma dos Anexos CLVI, CLVIII, CLVIII, CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| CLIX e CLX a esta Medida Provisória. CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de e promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | - |
| CAPÍTULO XXXVIII DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · |
| DAS CARREIRAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de promoção. Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 Art. 98. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de promoção. Art. 9º Na Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | L. 1.0.10.700 de 40 de censelos de 2002 | |
| "Art. 8º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do "Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de promoção. Art. 9º A movimentação do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 9º A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 | |
| dos cargos a que se refere o art. 1º passa a ser a constante do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 9º A movimentação do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| do Anexo III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| do Anexo IV." (NR) Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 9º O avanço de nível do servidor na carreira correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) | | |
| Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. correspondente ao seu cargo efetivo ocorrerá por meio de progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | Art 90 A movimentação do servidor na tabela constante do | |
| e promoção. progressão funcional e de promoção." (NR) Art. 99. A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, passa | | |
| Art. 99 . A <u>Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003</u> , passa | | |
| | e promoção. | |
| | | · |
| Anexos CLXI e CLXII a esta Medida Provisória. | | _ |
| Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 Art. 100. A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a | Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 | |
| vigorar com as seguintes alterações: | | |
| "Art. 8º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos a | | |
| que se refere o art. 1º observarão a correlação | | |
| estabelecida na forma do Anexo III-A." (NR) | | · · |



| I FOIGH A GÃO AL TERARA | TEVTO ENGANABLIADO DELO EVERNIO |
|---|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| Art. 25. São pré-requisitos mínimos para promoção às | "Art. 25 |
| classes dos cargos de nível superior referidos no Anexo I | |
| desta Lei os seguintes: | |
| II - Classe Especial: | II - para a Classe C: |
| a) ser detentor de certificado de conclusão de curso de | • |
| especialização de no mínimo 360 (trezentas e sessenta) | totalizem no mínimo ^trezentas e sessenta^ horas^, ^ no |
| horas e experiência mínima de 14 (quatorze) anos, ambos | campo específico de atuação de cada carreira, e |
| no campo específico de atuação de cada carreira; ou | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| The sample cope and a constant and constant | Classe imediatamente anterior; ^ |
| b) ser detentor de título de mestre e experiência mínima | b) possuir certificação em eventos de capacitação que |
| de 12 (doze) anos, ambos no campo específico de atuação | totalizem no mínimo duzentas e quarenta horas, no campo |
| de cada carreira; ou | específico de atuação de cada carreira, e permanência |
| | mínima de dois anos no último padrão da Classe |
| | imediatamente anterior; e |
| c) ser detentor de título de doutor e experiência mínima de | |
| 10 (dez) anos, ambos no campo específico de atuação de | |
| cada carreira. | |
| | III - para a Classe Especial: |
| | a) ser detentor de título de doutor, no campo específico de |
| | atuação de cada carreira, e permanência mínima de um |
| | ano no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | b) ser detentor de título de mestre, no campo específico de atuação de cada carreira, e permanência mínima de dois |
| | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | ou |
| | c) ser detentor de certificado de conclusão de curso de |
| | especialização com duração de no mínimo trezentas e |
| | sessenta horas, no campo específico de atuação de cada |
| | carreira, e permanência mínima de três anos no último |
| | padrão da Classe imediatamente anterior. |
| | |
| | Art. 101. O Anexo III à Lei nº 10.871, de 20 de maio de |
| | 2004, passa a vigorar na forma do Anexo CLXIII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | Art. 102. A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a |
| | vigorar acrescida do Anexo III-A, na forma do Anexo CLXIV |
| Loi nº 12 236 do 30 do inho do 3016 | a esta Medida Provisória. |
| <u>Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016</u> | Art. 103. A Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, passa a |
| Art. 16. O subsídio dos servidores integrantes das carreiras | vigorar com as seguintes alterações: "Art. 16 |
| de que tratam os incisos I a XXIII do caput do art. 12 não | Art. 10. |
| exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de | |
| regulamentação específica, das seguintes espécies | |
| remuneratórias: | |
| | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| da Constituição Federal e o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. | da Constituição ^ e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| 3º da Emenda Constitucional nº 41 , de 19 de dezembro de | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| 2003; | 2019; |
| | |
| | Art. 104. Os Anexos XXVIII e XXIX à Lei nº 13.326, de 29 de |
| | julho de 2016, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CLXV e CLXVI a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XXXIX |
| | DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA |
| | AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO |
| Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 | Art. 105 . A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, |
| | passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 1º Ficam criadas, para exercício no Departamento | "Art. 1º Ficam criadas, para exercício <mark>na Agência Nacional</mark> |
| Nacional de Produção Mineral - DNPM, as carreiras de: | de Mineração – ANM, as carreiras de: |
| , , | , |
| | § 4º A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de |
| | Especialista em Recursos Minerais, de Analista |
| | Administrativo, de Técnico em Atividades de Mineração e |
| | de Técnico Administrativo observarão a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo I-A." (NR) |
| Art. 1º-A. A partir de 1º de janeiro de 2026, os ocupantes | "Art. 1º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes |
| dos cargos das carreiras de que trata o art. 1º desta Lei | dos cargos das carreiras de que trata o art. 1º ^ passam a |
| passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, | ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em |
| fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo | parcela única, conforme especificado no Anexo II-A ^." |
| II-A desta Lei. | (NR) |
| Art. 1º-B. Estão compreendidas no subsídio e não serão | "Art. 1º-B Estão compreendidas no subsídio e não serão |
| mais devidas aos ocupantes dos cargos das carreiras de | mais devidas aos ocupantes dos cargos das carreiras de |
| que trata o art. 1º desta Lei, a partir de 1º de janeiro de | que trata o art. 1º ^, a partir de 1º de janeiro de 2025, as |
| 2026, as seguintes parcelas remuneratórias: | seguintes parcelas remuneratórias: |
| | |
| Art. 1º-C. Além das parcelas remuneratórias de que trata o | "Art. 1º-C Além das parcelas remuneratórias de que trata o |
| art. 1º-B, não serão devidas aos ocupantes dos cargos que | art. 1º-B, não serão devidas aos ocupantes dos cargos que |
| integram as carreiras a que se referem os incisos I, II, III e | integram as carreiras a que se refere o art. 1º ^, caput, |
| IV do caput do art. 1º desta Lei, a partir de 1º de janeiro de | incisos I, II, III e IV, a partir de 1º de janeiro de <mark>2025</mark> , as |
| 2026, as seguintes espécies remuneratórias: | seguintes espécies remuneratórias: |
| | |
| Art. 11. São pré-requisitos mínimos para promoção às | "Art. 11 |
| classes dos cargos de nível superior das Carreiras referidas | |
| nos incisos I e II do art. 1º desta Lei, observado o disposto | |
| em regulamento: | |
| II - para a Classe Especial: | II - para a Classe <mark>C</mark> : |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| a) ser detentor de certificado de conclusão de curso de | a) possuir certificação em eventos de capacitação que |
| especialização de no mínimo 360 (trezentas e sessenta) | totalizem no mínimo ^trezentas e sessenta^ horas ^, ^ no |
| horas e ter experiência mínima de 14 (quatorze) anos, | campo específico de atuação de cada carreira <mark>, e</mark> |
| ambos no campo específico de atuação de cada carreira; | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| ambos no campo específico de acdação de cada carreira, | Classe imediatamente anterior; ou |
| b) ser detentor de título de mestre e ter experiência | b) possuir certificação em eventos de capacitação que |
| mínima de 12 (doze) anos, ambos no campo específico de | totalizem no mínimo duzentas e quarenta horas, no campo |
| atuação de cada carreira; ou | específico de atuação de cada carreira, e permanência |
| | mínima de dois anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; e |
| c) ser detentor de título de doutor e ter experiência mínima de 10 (dez) anos, ambos no campo específico de | included including c |
| atuação de cada carreira. | |
| | III- para a Classe Especial: |
| | a) ser detentor de título de doutor, no campo específico de |
| | atuação de cada carreira, e permanência mínima de um |
| | ano no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | b) ser detentor de título de mestre, no campo específico de |
| | atuação de cada carreira, e permanência mínima de dois |
| | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | <u>ou</u> |
| | c) ser detentor de certificado de conclusão de curso de |
| | especialização com duração de no mínimo trezentas e |
| | sessenta horas, no campo específico de atuação de cada |
| | carreira, e permanência mínima de três anos no último |
| | padrão da Classe imediatamente anterior. |
| | Art. 106. Os Anexos I, II-A, III, IV, V, VI-B e VI-D à Lei nº |
| | 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos CLXVII, CLXVIII, |
| | CLXIX, CLXX, CLXXI, CLXXII e CLXXIII a esta Medida |
| | Provisória. |
| | Art. 107. A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, |
| | passa a vigorar acrescida do Anexo I-A, na forma do Anexo |
| | CLXXIV a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XL |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA PREVIC – PCCPREVIC |
| Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 | Art. 108 . A Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, |
| | passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 18. O Plano de Carreiras e Cargos da Previc – | "Art. 18 |
| PCCPREVIC é composto pelas seguintes Carreiras e cargos: | |
| | § 3º A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de que |
| | tratam os incisos I, II e II do caput observarão a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo I-A." (NR) |
| | |

(Elaboração: 31/01/2025 13:51)



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Art. 20. O desenvolvimento do servidor nos cargos de | |
| provimento efetivo do PCCPREVIC ocorrerá mediante | , |
| progressão funcional e promoção. | |
| p 6, - 5, - 6, - 6, - 6, - 6, - 6, - 6, | |
| § 1º Para os fins desta Lei, progressão funcional é a | δ 19 |
| passagem do servidor de um padrão para outro | |
| imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, e | |
| promoção, a passagem do servidor do último padrão de | |
| uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente | |
| superior, observando-se os seguintes requisitos: | |
| I - para fins de progressão funcional: | 1 |
| a) cumprimento do interstício mínimo de 18 (dezoito) | a) cumprimento do interstício mínimo de ^ doze^ meses de |
| meses de efetivo exercício em cada padrão; e | efetivo exercício em cada padrão; e |
| ' ' | · · · · · · |
| II - para fins de promoção: | II |
| | a) cumprimento do interstício mínimo de ^ doze^ meses de |
| meses de efetivo exercício no último padrão de cada | • |
| classe; | |
| | |
| Art 22 Figure institutions of Creatification de Decomposition | "Aut 22 Fine institutide a Cuntificação do Decomposibo A |
| Art. 23. Ficam instituídas a Gratificação de Desempenho de Atividade na Superintendência de Previdência | |
| Complementar - GDAPREVIC, devida aos servidores | The state of the s |
| ocupantes dos cargos de que tratam os incisos I a III do art. | |
| 18, e a Gratificação de Desempenho dos Cargos do | caput, meiso iv. |
| PCCPREVIC - GDCPREVIC, devida aos servidores ocupantes | |
| dos cargos de que trata o inciso IV daquele artigo. | |
| Parágrafo único. As gratificações criadas no caput somente | Parágrafo único. <mark>A gratificação</mark> de que trata o caput |
| serão devidas quando o servidor estiver em exercício de | somente <mark>será devida</mark> quando o servidor estiver em |
| atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nas | exercício de atividades inerentes às atribuições do |
| unidades da Previc. | respectivo cargo <mark>ou</mark> nas unidades da Previc." (NR) |
| | "Art. 24. A ^ GDCPREVIC será paga observando-se os |
| observando-se os seguintes limites: | seguintes limites: |
| | |
| Art. 25. A pontuação a que se referem as gratificações será | "Art. 25. A pontuação a que se <mark>refere a gratificação</mark> será |
| assim distribuída: | assim distribuída: |
| | |
| | Parágrafo único. Os valores a serem pagos a título de |
| | GDCPREVIC serão calculados por meio da multiplicação do |
| | somatório dos pontos auferidos nas avaliações de |
| | desempenho individual e institucional pelo valor do ponto |
| | constante do Anexo II, fixado para cada cargo, nível, classe |
| | <mark>e padrão.</mark> " (NR) |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Art. 28. A avaliação individual terá efeito financeiro apenas | "Art. 28 |
| se o servidor tiver permanecido em exercício de atividades | |
| inerentes ao respectivo cargo por, no mínimo, 2/3 (dois | |
| terços) de um período completo de avaliação. | |
| S 20 O comider etime hereficiónia de CDADDEVIC evi | S 20 O semider ative horafisiónia de A CDCDDEVIC ave |
| § 2º O servidor ativo beneficiário da GDAPREVIC ou GDCPREVIC que obtiver avaliação de desempenho | § 2º O servidor ativo beneficiário da ^ GDCPREVIC que obtiver avaliação de desempenho individual igual ou |
| individual igual ou inferior a 10 (dez) pontos não fará jus à | inferior a dez pontos não fará jus à parcela referente à |
| parcela referente à avaliação de desempenho institucional | avaliação de desempenho institucional do período de |
| do período de avaliação. | avaliação. |
| § 3º O servidor ativo beneficiário da GDAPREVIC ou | |
| GDCPREVIC que obtiver na avaliação de desempenho | obtiver, na avaliação de desempenho individual, |
| individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) | pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor |
| do valor máximo desta parcela será imediatamente | máximo dessa parcela será imediatamente submetido a |
| submetido a processo de capacitação ou de análise da | processo de capacitação ou de análise da adequação |
| adequação funcional, conforme o caso, sob | , , |
| responsabilidade da Previc. | Previc. |
| Art. 29. Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios | "Art. 29. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre os |
| gerais a serem observados para a realização das avaliações | critérios gerais a serem observados para a realização das |
| de desempenho individual e institucional da GDAPREVIC e | avaliações de desempenho individual e institucional ^ da |
| da GDCPREVIC. | GDCPREVIC. |
| Parágrafo único. Os critérios e os procedimentos | Parágrafo único. Os critérios e os procedimentos |
| específicos de avaliação institucional e individual e de | específicos de avaliação institucional e individual e de |
| concessão da GDAPREVIC e da GDCPREVIC serão | concessão ^ da GDCPREVIC serão estabelecidos em ato do |
| estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Previdência | Ministro de Estado da Previdência Social, observada a |
| Social, observada a legislação pertinente. | legislação pertinente." (NR) |
| Art. 30. As metas de desempenho institucional serão | |
| fixadas anualmente em ato da Diretoria Colegiada da Previc. | |
| FIEVIC. | |
| § 4º O ato a que se refere o art. 29 definirá o percentual | § 4º O ato a que se refere o art. 29 definirá o percentual |
| mínimo de alcance das metas abaixo do qual as parcelas da | mínimo de alcance das metas abaixo do qual a parcela ^ da |
| GDAPREVIC e da GDCPREVIC correspondente à avaliação | GDCPREVIC correspondente à avaliação institucional será |
| institucional serão iguais a zero, sendo os percentuais de | igual a zero, sendo os percentuais de gratificação |
| gratificação distribuídos proporcionalmente no intervalo | distribuídos proporcionalmente no intervalo entre esse |
| entre esse limite e o índice máximo de alcance das metas. | limite e o índice máximo de alcance das metas." (NR) |
| Art. 32. Até que sejam regulamentados os critérios e | "Art. 32. Até que sejam regulamentados os critérios e os |
| procedimentos de aferição das avaliações de desempenho | procedimentos de aferição das avaliações de desempenho |
| e processados os resultados do primeiro período de | e processados os resultados do primeiro período de |
| avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDAPREVIC e da GDCPREVIC, o valor devido de pagamento | avaliação de desempenho, para fins de atribuição ^ da GDCPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por |
| mensal por servidor ativo será correspondente a 80 | servidor ativo será correspondente a ^oitenta^ pontos, |
| (oitenta) pontos, observados os respectivos cargos, níveis, | observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões. |
| classes e padrões. | , 6-1, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11, |
| | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

respectiva gratificação de desempenho calculada com base

no resultado da avaliação institucional do período; e

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

equivalente ou superior, fará jus à GDCPREVIC calculada com base no resultado da avaliação institucional de

desempenho do período; e

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** § 2º Em caso de afastamentos e licenças considerados § 2º Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAPREVIC servidor continuará percebendo a ^ GDCPREVIC em valor GDCPREVIC em valor correspondente ao da última correspondente ao da última pontuação obtida, até que pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira seja processada a sua primeira avaliação após o retorno. avaliação após o retorno. Art. 33. Até que seja processada a sua primeira avaliação "Art. 33. Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAPREVIC ou da GDCPREVIC sem direito à percepção ^ da GDCPREVIC no decurso do no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. correspondente a ^oitenta^ pontos." (NR) Art. 34. O titular de cargo efetivo do PCCPREVIC em "Art. 34. O titular de cargo efetivo do PCCPREVIC em efetivo exercício na Previc, quando investido em cargo em efetivo exercício na Previc, quando ocupante de Cargo comissão de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Assessoramento Superiores-DAS, níveis 6, 5, 4 ou Executiva – FCE de nível 13, equivalente ou superior, fará equivalentes, fará jus à GDAPREVIC ou à GDCPREVIC jus à ^ GDCPREVIC calculada com base no valor máximo da calculada com base no valor máximo da parcela individual, parcela individual, somado ao resultado da avaliação somado ao resultado da avaliação institucional do período. institucional do período. Parágrafo único. Ocorrendo exoneração do cargo em Parágrafo único. Ocorrendo exoneração do CCE ou comissão, com manutenção do cargo efetivo, o servidor dispensa da FCE, com manutenção do cargo efetivo, o que faça jus à GDAPREVIC ou à GDCPREVIC continuará a servidor que faça jus ^ à GDCPREVIC continuará a perceber perceber a respectiva gratificação de desempenho em a respectiva gratificação de desempenho em valor valor correspondente ao da última pontuação atribuída, correspondente ao da última pontuação atribuída, até que até que seja processada a sua primeira avaliação após a seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração. exoneração." (NR) Art. 35. O ocupante de cargo efetivo do PCCPREVIC que "Art. 35. O ocupante de cargo efetivo do PCCPREVIC que não se encontre desenvolvendo atividades na PREVIC não se encontre desenvolvendo atividades na PREVIC somente fará jus à GDAPREVIC ou GDCPREVIC: somente fará jus à ^ GDCPREVIC: II - quando cedido para órgãos ou entidades do Governo II - quando cedido para órgãos ou entidades do Governo Federal distintos dos indicados no inciso I, o servidor <mark>f</mark>ederal distintos dos <mark>daqueles de que trata o</mark> inciso I, o investido em cargo em comissão de Natureza Especial, servidor investido em Cargo Comissionado Executivo – CCE ou Função Comissionada Executiva - FCE de nível 13, DAS-6, DAS-5, DAS-4 ou equivalentes, perceberá a



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| Art. 36. A GDAPREVIC e a GDCPREVIC não poderão ser pagas cumulativamente com quaisquer outras gratificações ou vantagens que tenham como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção ou superação de metas, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. | "Art. 36. A GDCPREVIC não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações ou vantagens que tenham como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção ou a superação de metas, independentemente da sua denominação ou base de cálculo." (NR) |
| Art. 37. Para fins de incorporação da GDAPREVIC ou da GDCPREVIC aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá: a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor; ou b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de que tratam os art. 22 a art. 26 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016; ou |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da <u>Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003</u> , e no art. 3o da <u>Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005</u> , aplicar-se-á o percentual constante no inciso I; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDCPREVIC corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Art. 38. A estrutura remuneratória das Carreiras e cargos | "Art. 38. A estrutura remuneratória ^ dos cargos |
| integrantes do PCCPREVIC compõe-se de: | integrantes do PCCPREVIC compõe-se de: |
| | |
| | "Art. 38-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes |
| | dos cargos das Carreiras de que trata o art. 18, caput, |
| | incisos I a III, passam a ser remunerados exclusivamente |
| | por subsídio, fixado em parcela única, conforme |
| | especificado no Anexo III-A. |
| | § 1º Não serão devidas aos titulares de cargos das |
| | Carreiras de que trata o art. 18, caput, incisos de I a III, as |
| | seguintes espécies remuneratórias: I - vencimento básico; |
| | II - Gratificação de Desempenho de Atividade na |
| | Superintendência de Previdência Complementar – |
| | GDAPREVIC; |
| | III - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente |
| | Identificada – VPNI, de qualquer origem e natureza; |
| | IV - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e |
| | natureza; |
| | V - valores incorporados à remuneração decorrentes do |
| | exercício de função de direção, chefia ou assessoramento |
| | ou de cargo em comissão; |
| | VI - valores incorporados à remuneração referentes a |
| | quintos ou a décimos; |
| | VII - valores incorporados à remuneração a título de |
| | <mark>adicional por tempo de serviço;</mark> |
| | VIII - vantagens incorporadas a proventos ou a pensões |
| | com fundamento no disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei |
| | <u>nº 1.711, de 28 de outubro de 1952</u> , e nos art. 190 e art. |
| | 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; |
| | IX - abonos; |
| | X - valores pagos a título de representação; XI - adicional pelo exercício de atividades insalubres, |
| | perigosas ou penosas; |
| | XII - adicional noturno: |
| | XIII - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº |
| | 10.698, de 2 de julho de 2003; |
| | XIV - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada |
| | nº 13, de 27 de agosto de 1992v; e |
| | |
| | XV - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|--|
| • | § 2º Os titulares de cargos das Carreiras de que trata o art. |
| | 18, caput, incisos I a III, não poderão perceber |
| | cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou |
| | vantagens incorporadas à remuneração por decisão |
| | administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa |
| | de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda |
| | que decorrentes de decisão judicial transitada em julgado. |
| | § 3º O subsídio percebido pelos titulares de cargos das |
| | Carreiras de que trata o art. 18, caput, incisos I a III, não |
| | exclui o direito à percepção, nos termos do disposto na |
| | legislação e na regulamentação específica, das seguintes |
| | espécies remuneratórias: |
| | <mark>I - gratificação natalina;</mark> |
| | II - adicional de férias; |
| | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| | da Constituição e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | <u>2019;</u> e |
| | IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia |
| | <mark>ou assessoramento.</mark> |
| | § 4º O disposto no § 3º também se aplica a parcelas |
| | indenizatórias previstas em lei. |
| | § 5º Na hipótese de redução de remuneração, de provento |
| | ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto |
| | nesta Lei aos titulares de cargos das Carreiras de que trata |
| | o art. 18, caput, incisos I a III, eventual diferença será paga |
| | a título de parcela complementar de subsídio, de natureza |
| | provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião |
| | do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por |
| | progressão funcional ou promoção ordinária ou |
| | extraordinária, da reorganização ou da reestruturação do |
| | cargo, da Carreira ou das remunerações previstas nesta Lei |
| | ou da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza. |
| | § 6º A parcela complementar de subsídio a que se refere o |
| | § 5º estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente |
| | da revisão geral da remuneração dos servidores públicos |
| | federais." (NR) |
| | icaciais. (ivit) |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| | "Art. 38-B. Aplica-se o disposto no art. 38-A desta Lei às |
| | aposentadorias e às pensões instituídas pelos servidores |
| | integrantes das Carreiras de que trata o art. 18, incisos I a |
| | III, desta Lei que tenham como critério de reajuste a |
| | paridade, nos termos do disposto na Emenda |
| | Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na |
| | Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019." (NR) |
| | "Art. 38-C. Os titulares dos cargos de provimento efetivo |
| | integrantes da Carreira de Especialista em Previdência |
| | Complementar, da Carreira de Analista Administrativo e da |
| | Carreira de Técnico Administrativo do PCCPREVIC, somente |
| | poderão: |
| | I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice- |
| | Presidência da República ou nas hipóteses de requisição |
| | previstas em lei; |
| | II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder |
| | Executivo federal para o exercício de CCE ou de FCE de |
| | nível mínimo 13 ou equivalente; |
| | III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros |
| | Poderes da União para o exercício de cargo em comissão |
| | de nível equivalente ou superior a CCE-15; ou IV - ser cedidos para o exercício de cargo de Secretário de |
| | Estado ou do Distrito Federal, de cargo em comissão de |
| | nível equivalente ou superior a CCE-15 ou de cargo de |
| | dirigente máximo de entidade da administração pública no |
| | âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de Prefeitura de |
| | Capital estadual ou de Município com mais de quinhentos |
| | mil habitantes." (NR) |
| Art. 40. Os padrões de vencimento básico das Carreiras e | "Art. 40. Os padrões de vencimento básico ^ dos cargos do |
| cargos do PCCPREVIC são os constantes do Anexo III. | PCCPREVIC e que trata o art. 18, caput, inciso IV, são os |
| 00.000 00 1.00.112110 000 00 0011000111000 00 1.1110110 1.111 | constantes do Anexo III." (NR) |
| | Art. 109 . Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 12.154, de 23 de |
| | dezembro de 2009, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CLXXV, CLXXVI, CLXXVII e CLXXVIII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | Art. 110. A Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, |
| | passa a vigorar acrescida dos Anexos I-A e III-A, na forma |
| | dos Anexos CLXXIX e CLXXX a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XLI |
| | DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO |
| | DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE |
| | TRANSPORTES – DNIT |
| Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 | Art. 111. A Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Art. 1º Ficam criadas, para exercício no Departamento | "Art. 1º |
| Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, as | |
| carreiras de: | |
| | |
| | § 5º A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de que |
| | tratam os incisos de l a IV do caput observarão a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo IV-B." (NR) |
| | "Art. 1º-E A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes |
| | dos cargos das carreiras de que trata o art. 1º, caput, |
| | incisos I a IV, passam a ser remunerados exclusivamente |
| | por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo II-A. |
| | § 1º Não serão devidas aos titulares de cargos das carreiras |
| | de que trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, as seguintes |
| | espécies remuneratórias: |
| | I - vencimento básico; |
| | II - Gratificação de Desempenho de Atividade de |
| | Infraestrutura de Transportes – GDAIT; |
| | III - Gratificação de Qualificação – GQ; |
| | IV - Gratificação de Desempenho de Atividades |
| | Administrativas do Dnit – GDADNIT; |
| | V - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente |
| | Identificada – VPNI, de qualquer origem e natureza; |
| | VI - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e |
| | <mark>natureza;</mark> |
| | VII - valores incorporados à remuneração decorrentes do |
| | exercício de função de direção, chefia ou assessoramento |
| | ou de cargo em comissão; |
| | VIII - valores incorporados à remuneração referentes a |
| | quintos ou a décimos; |
| | IX - valores incorporados à remuneração a título de |
| | adicional por tempo de serviço; |
| | X - vantagens incorporadas a proventos ou a pensões com fundamento no disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº |
| | 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 |
| | da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; |
| | XI - abonos; |
| | XII - valores pagos a título de representação; |
| | XIII - adicional pelo exercício de atividades insalubres, |
| | perigosas ou penosas; |
| | XIV - adicional noturno; |
| | XVI - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº |
| | 10.698, de 2 de julho de 2003; |
| | XVII - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada |
| | <u>nº 13, de 27 de agosto de 1992; e</u> |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| e natureza, não m § 2º Os titulares o 1º, caput, incis cumulativamente vantagens incor administrativa ou de decisão judicia que decorrentes o § 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na re espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constitu 2019; e IV - retribuição pe ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | onais e gratificações, de qualquer origem encionados no § 3º. le cargos das carreiras de que trata o art. os I a IV, não poderão perceber com o subsídio quaisquer valores ou poradas à remuneração por decisão judicial, ou por extensão administrativa al, de natureza geral ou individual, ainda le decisão judicial transitada em julgado. percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
|--|---|
| § 2º Os titulares o 1º, caput, incis cumulativamente vantagens incor administrativa ou de decisão judicia que decorrentes o § 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na re espécies remuner l - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constitui 2019; e IV - retribuição pe ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | le cargos das carreiras de que trata o art. os I a IV, não poderão perceber com o subsídio quaisquer valores ou poradas à remuneração por decisão judicial, ou por extensão administrativa II, de natureza geral ou individual, ainda le decisão judicial transitada em julgado. percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| 1º, caput, incis cumulativamente vantagens incorpadministrativa ou de decisão judicia que decorrentes o § 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na reespécies remuner l - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição per ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | os I a IV, não poderão perceber com o subsídio quaisquer valores ou poradas à remuneração por decisão judicial, ou por extensão administrativa al, de natureza geral ou individual, ainda de decisão judicial transitada em julgado. percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| cumulativamente vantagens incor administrativa ou de decisão judicia que decorrentes o § 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na respécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição e Ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | com o subsídio quaisquer valores ou poradas à remuneração por decisão judicial, ou por extensão administrativa II, de natureza geral ou individual, ainda le decisão judicial transitada em julgado. percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| vantagens incoradministrativa ou de decisão judicia que decorrentes or § 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na respécies remuner I - gratificação nat III - adicional de fé IIII - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição e Ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | poradas à remuneração por decisão judicial, ou por extensão administrativa II, de natureza geral ou individual, ainda le decisão judicial transitada em julgado. percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| administrativa ou de decisão judicia que decorrentes or \$ 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na re espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição per ou assessorament \$ 4º O disposto indenizatórias pre \$ 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | judicial, ou por extensão administrativa al, de natureza geral ou individual, ainda de decisão judicial transitada em julgado. percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| de decisão judicia que decorrentes de § 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na re espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição pou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | ll, de natureza geral ou individual, ainda le decisão judicial transitada em julgado. percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| que decorrentes de § 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na re espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição per ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | le decisão judicial transitada em julgado. percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| § 3º O subsídio carreiras de que exclui o direito à legislação e na re espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição pou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | percebido pelos titulares de cargos das trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| carreiras de que exclui o direito à legislação e na re espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição per ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, não |
| exclui o direito à legislação e na re espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição per ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | |
| legislação e na re espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição pou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | |
| espécies remuner I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constitu 2019; e IV - retribuição pe ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | percepção, nos termos do disposto na |
| I - gratificação nat II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constitu 2019; e IV - retribuição pe ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | egulamentação específica, das seguintes |
| II - adicional de fé III - abono de per da Constituição e Emenda Constitu 2019; e IV - retribuição pe ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | |
| III - abono de per da Constituição e Emenda Constituição e Emenda Constituição per ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | |
| da Constituição e Emenda Constitu 2019; e IV - retribuição pe ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | • |
| Emenda Constitu 2019; e IV - retribuição pe ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | manência de que tratam o art. 40, § 19, |
| 2019; e IV - retribuição per ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| IV - retribuição per ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | cional nº 103, de 12 de novembro de |
| ou assessorament § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | |
| § 4º O disposto indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | elo exercício de função de direção, chefia |
| indenizatórias pre § 5º Na hipótese o ou de pensão en nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | |
| § 5º Na hipótese o ou de pensão er nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | no § 3º também se aplica a parcelas |
| ou de pensão en nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, in a título de parcela | |
| nesta Lei aos titul o art. 1º, caput, ir a título de parcela | de redução de remuneração, de provento |
| o art. 1º, caput, ir a título de parcela | n decorrência da aplicação do disposto |
| a título de parcela | ares de cargos das carreiras de que trata |
| | icisos I a IV, eventual diferença será paga |
| provisoria, que se | a complementar de subsídio, de natureza |
| do december | rá gradativamente absorvida por ocasião ento no cargo ou na carreira por |
| | enio no cargo ou na carreira nor i |
| | |
| | <mark>cional ou promoção ordinária ou</mark> |
| | cional ou promoção ordinária ou reorganização ou da reestruturação do |
| natureza. | cional ou promoção ordinária ou reorganização do ou da reestruturação do ou das remunerações previstas nesta Lei |
| · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | cional ou promoção ordinária ou reorganização ou da reestruturação do |
| · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | cional ou promoção ordinária ou reorganização ou da reestruturação do ou das remunerações previstas nesta Lei de reajuste ou de vantagem de qualquer |
| The state of the s | cional ou promoção ordinária ou reorganização ou da reestruturação do ou das remunerações previstas nesta Lei de reajuste ou de vantagem de qualquer oplementar de subsídio a que se refere o |
| federais." (NR) | cional ou promoção ordinária ou reorganização do ou da reestruturação do ou das remunerações previstas nesta Lei de reajuste ou de vantagem de qualquer |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | "Art. 1º-F Aplica-se o disposto no art. 1º-E desta Lei às |
| | aposentadorias e às pensões instituídas pelos servidores |
| | integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, caput, |
| | incisos I a IV, desta Lei que tenham como critério de |
| | reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda |
| | Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na |
| | Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019." (NR) |
| Art. 11. São pré-requisitos mínimos para promoção às | "Art. 11 |
| classes dos cargos de nível superior das Carreiras referidas | |
| nos incisos I e III do caput do art. 1º desta Lei, observado o | |
| disposto em regulamento: | |
| | |
| II - para a Classe Especial: | II - para a Classe <mark>C</mark> : |
| a) ser detentor de certificado de conclusão de curso de | a) <mark>possuir certificação em eventos de capacitação, que</mark> |
| especialização de no mínimo 360 (trezentas e sessenta) | totalizem no mínimo ^trezentas e sessenta^ horas ^, ^ no |
| horas e ter experiência mínima de 14 (quatorze) anos, | campo específico de atuação de cada carreira <mark>, e</mark> |
| ambos no campo específico de atuação de cada carreira; | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | Classe imediatamente anterior; ou |
| b) ser detentor de título de mestre e ter experiência | |
| mínima de 12 (doze) anos, ambos no campo específico de | totalizem no mínimo duzentas e quarenta horas, no campo |
| atuação de cada carreira; ou | específico de atuação de cada carreira, e permanência |
| | mínima de dois anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; e |
| c) ser detentor de título de doutor e ter experiência | medictal mente differ in the many control of t |
| mínima de 10 (dez) anos, ambos no campo específico de | |
| atuação de cada carreira. | |
| | III - para a Classe Especial: |
| | a) ser detentor de título de doutor no campo específico de |
| | atuação de cada carreira e permanência mínima de um ano |
| | no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | b) ser detentor de título de mestre no campo específico de |
| | atuação de cada carreira e permanência mínima de dois |
| | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | |
| | c) ser detentor de certificado de conclusão de curso de |
| | especialização com duração de no mínimo trezentas e |
| | sessenta horas no campo específico de atuação de cada carreira e permanência mínima de três anos no último |
| | padrão da Classe imediatamente anterior." (NR) |
| Art. 11-A. São pré-requisitos mínimos para promoção às | "Art. 11-A |
| classes dos cargos de nível intermediário das Carreiras | |
| referidas nos incisos II e IV do caput do art. 1º desta Lei, | |
| observado o disposto em regulamento: | |
| , | |
| | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| II - para a Classe Especial: | II - para a Classe C possuir certificação em eventos de |
| | capacitação que totalizem, no mínimo, cento e vinte horas, |
| | no campo específico de atuação de cada carreira, e |
| | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | Classe imediatamente anterior; e |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação que | |
| totalizem, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas e | |
| experiência mínima de 10 (dez) anos, ambas no campo | |
| específico de atuação de cada Carreira; ou | |
| b) possuir certificação em eventos de capacitação que | |
| totalizem, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas e | |
| experiência mínima de 12 (doze) anos, ambas no campo | |
| específico de atuação de cada Carreira. | III - para a Classe Especial: |
| | a) permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | Classe imediatamente anterior e possuir certificação em |
| | eventos de capacitação que totalizem, no mínimo, |
| | duzentas e quarenta horas, no campo específico de |
| | atuação de cada carreira; ou |
| | b) permanência mínima de três anos no último padrão da |
| | Classe imediatamente anterior e possuir certificação em |
| | eventos de capacitação que totalizem, no mínimo, cento e |
| | oitenta horas, no campo específico de atuação de cada |
| | carreira." (NR) |
| Art. 12. O regulamento definirá os quantitativos de vagas | |
| por classe, observado o critério de que nenhuma classe | |
| terá mais de 40% (quarenta por cento) ou menos de 20% | |
| (vinte por cento) do total de vagas. | |
| Parágrafo único. Os limites estabelecidos no caput deste artigo poderão ser desconsiderados nos primeiros 10 (dez) | |
| anos após a 1º primeira nomeação para cargo da carreira, | |
| visando a permitir maior alocação de vagas nas classes | |
| iniciais. | |
| Art. 15. Ficam instituídas a Gratificação de Desempenho de | "Art. 15. Fica instituída ^ a Gratificação de Desempenho de |
| Atividade de Infraestrutura de Transportes - GDAIT, devida | Atividade de Transportes - GDIT, devida aos servidores do |
| aos ocupantes dos cargos das Carreiras de Infraestrutura | Plano Especial de Cargos do DNIT, ocupantes dos cargos de |
| de Transportes e de Suporte à Infraestrutura de | nível superior de Arquiteto, Economista, Engenheiro, |
| Transportes, e a Gratificação de Desempenho de Atividade | Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações, |
| de Transportes - GDIT, devida aos servidores do Plano | Estatístico e Geólogo e de nível intermediário de Agente de |
| Especial de Cargos do DNIT, ocupantes dos cargos de nível | Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e |
| superior de Arquiteto, Economista, Engenheiro, | Tecnologista, quando em exercício de atividades inerentes |
| Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações, | às atribuições do respectivo cargo no DNIT." (NR) |
| Estatístico e Geólogo e de nível intermediário de Agente de | |
| Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e | |
| Tecnologista, quando em exercício de atividades inerentes | |
| às atribuições do respectivo cargo no DNIT. | |

(Elaboração: 31/01/2025 13:51)



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Art. 21. Para fins de incorporação aos proventos da | "Art. 21. Para fins de incorporação <mark>da GDIT e a GDAPEC</mark> aos |
| aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| referidos nos arts. 15, 15-A e 15-B desta Lei, a GDAIT, a | seguintes critérios: |
| GDIT, a GDADNIT e a GDAPEC: | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | I - <mark>quando o benefício de aposentadoria tiver como</mark> |
| fevereiro de 2004, as gratificações de que trata o caput | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| deste artigo serão: | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a <u>Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005</u> , a |
| | gratificação corresponderá: |
| a) a partir de 1º de julho de 2008, correspondentes a 40 | a) a <mark>cinquenta</mark> pontos, considerados o nível, <mark>a</mark> classe e <mark>o</mark> |
| (quarenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do | padrão do servidor <mark>, para aqueles que perceberam por</mark> |
| servidor; e | período inferior a sessenta meses; ou |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, correspondentes a 50 | |
| (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| do servidor; | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| II. nara as anacantadorias a nançãos instituídos anás 10 do | ou superior a sessenta meses; ou |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| Tevereno de 2004. | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 | meison, da referida Emerida constitucional. |
| (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos | |
| valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; | |
| b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-ão os pontos constantes das alíneas a e b do | |
| inciso I do caput deste artigo; e | |
| III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões | |
| instituídas até o dia anterior ao da vigência desta Lei, | |
| aplica-se o disposto no inciso II do caput deste artigo. | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDIT e a GDAPEC |
| | corresponderão a cinquenta pontos, considerados o nível, |
| | <mark>a classe e o padrão do servidor.</mark> |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| Art. 22. É instituída a Gratificação de Qualificação - GQ a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I e III do caput do art. 1º e nos arts. 3º-A e 3º-B desta Lei, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais | "Art. 22. É instituída a Gratificação de Qualificação – GQ, a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos ^ nos art. 3º-A e art. 3º-B, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, |
| necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII desta Lei, com efeitos financeiros a partir da data nele especificada. | gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII ^, com efeitos financeiros a partir da data nele especificada. |
| Art. 28. Fica vedada a cessão para outros órgãos ou entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de servidores do DNIT, nos seguintes casos: | "Art. 28. Fica vedada a cessão de servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º para outros órgãos ou entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, durante os primeiros dez anos de efetivo exercício no DNIT, contados a partir do ingresso no cargo das respectivas carreiras. |
| I – durante os primeiros 10 (dez) anos de efetivo exercício no DNIT, a partir do ingresso em cargo das Carreiras de que trata o art. 1º desta Lei; ou | |
| II — pelo prazo de 10 (dez) anos contado da publicação desta Lei, para os servidores do Plano Especial de Cargos do DNIT, instituído pelo art. 3º desta Lei. | |
| | Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo ^ a requisição para o atendimento de situações previstas em leis específicas, ou a cessão para a ocupação de cargos de Natureza Especial ou para o exercício de CCE ou de FCE de nível 13, equivalente ou superior no âmbito do Ministério dos Transportes." (NR) |
| | "Art. 28-A. Observado o disposto no art. 28, os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes da carreira de Infraestrutura de Transportes e da carreira de Analista Administrativo do DNIT somente poderão: |
| | I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice- Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; |



| ~ | |
|--|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder |
| | Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado |
| | Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – |
| | FCE de nível 13, equivalente ou superior; |
| | III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros |
| | Poderes da União para o exercício de cargo em comissão |
| | de nível equivalente ou superior a CCE 15; ou |
| | IV - ser cedidos para o exercício de cargo de Secretário de |
| | Estado ou do Distrito Federal, de cargo em comissão de |
| | nível equivalente ou superior a CCE 15 ou de cargo de |
| | dirigente máximo de entidade da administração pública |
| | indireta no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de |
| | Prefeitura de Capital estadual ou de Município com mais |
| | de quinhentos mil habitantes." (NR) |
| | Art. 112. Os Anexos I, III, IV, V, VII e VIII à Lei nº 11.171, de |
| | <u>2 de setembro de 2005</u> , passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXII, |
| | CLXXXIII, CLXXXIV, CLXXXV e CLXXXVI a esta Medida |
| | Provisória. |
| | Art. 113 . A <u>Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005</u> , passa |
| | a vigorar acrescida dos Anexos II-A e IV-B, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXVII e |
| | CLXXXVIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XLII |
| | DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E |
| | DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO |
| <u>Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005</u> | Art. 114 . A <u>Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005</u> , passa a |
| | vigorar com a seguintes alterações: |
| Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de | "Art. 1º |
| Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos | |
| cargos de nível superior de Analista em Reforma e | |
| Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e | |
| pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma | |
| e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, | |
| integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de | |
| Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao | |
| regime instituído pela <u>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de</u> | |
| <u>1990,</u> observadas as disposições desta Lei. | |
| | |
| § 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as | § 1º |
| seguintes atribuições: | |
| III - Analista Administrativo: execução de atividades | III - Analista Administrativo - execução de atividades |
| administrativas e logísticas de nível superior relativas ao | administrativas e logísticas de nível superior relativas ao |
| exercício das competências constitucionais e legais a cargo | exercício das competências do órgão ou da entidade de |
| do INCRA; | <mark>exercício</mark> ; <mark>e</mark> |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| IV - Técnico Administrativo: exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do INCRA. | IV - Técnico Administrativo - exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências do órgão ou da entidade de exercício. |
| | § 4º A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura dos cargos do Plano de Carreira passa a ser a constante da Tabela II do Anexo I, observada a correlação estabelecida na forma da Tabela II do Anexo III." (NR) "Art. 1º-A Os ocupantes dos cargos de que trata o art. 1º terão lotação no INCRA, na qualidade de órgão supervisor, |
| | e exercício descentralizado em órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional com competências relativas às políticas relacionadas à realização do ordenamento territorial, à regularização da estrutura fundiária e à promoção e à execução da reforma agrária e da colonização." (NR) |
| Art. 10. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior do Plano de Carreira: | "Art. 10. |
| I - para a Classe B: a) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 4 | I |
| (quatro) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; ou | mínima de um ano no último padrão da Classe imediatamente anterior; ou |
| b) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 180 (cento e oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 6 (seis) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; | totalizando no mínimo ^cento e oitenta^ horas, ^ no campo específico de atuação de cada cargo, e permanência mínima de dois anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| II - para a Classe C: | II |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; ou | imediatamente anterior; ou |
| b) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 10 (dez) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; | b) possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo ^duzentas e quarenta^ horas, ^ no campo específico de atuação de cada cargo, e permanência mínima de dois anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; e |
| III - para a Classe Especial: | III |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| c) ser detentor de título de doutor e qualificação | a) ser detentor de título de doutor ^ no campo específico |
| profissional com experiência mínima de 10 (dez) anos, | de atuação de cada cargo <mark>e permanência mínima de um</mark> |
| ambos no campo específico de atuação de cada cargo. | ano no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| b) ser detentor de título de mestre e qualificação | b) ser detentor de título de mestre ^ no campo específico |
| profissional com experiência mínima de 12 (doze) anos, | de atuação de cada cargo <mark>e permanência mínima de dois</mark> |
| ambos no campo específico de atuação de cada cargo; ou | anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| | <mark>ou</mark> |
| a) ser detentor de certificado de conclusão de curso de | c) ser detentor de certificado de conclusão de curso de |
| especialização de no mínimo 360 (trezentas e sessenta) | especialização com duração de no mínimo ^trezentas e |
| horas, e qualificação profissional com experiência mínima | sessenta^ horas, ^ no campo específico de atuação de cada |
| de 14 (quatorze) anos, ambos no campo específico de | cargo, e permanência mínima de três anos no último |
| atuação de cada cargo; | padrão da Classe imediatamente anterior." (NR) |
| Art. 11. São pré-requisitos mínimos para promoção às | "Art. 11 |
| classes dos cargos de nível intermediário do Plano de | |
| Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento | |
| Agrário: | |
| I - para a Classe B: | 1 |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação, | a) possuir certificação em eventos de capacitação, |
| totalizando no mínimo 180 (cento e oitenta) horas, e | totalizando no mínimo ^cento e oitenta^ horas, ^ no |
| qualificação profissional com experiência mínima de 4 | campo específico de atuação de cada cargo, e permanência |
| (quatro) anos, ambas no campo específico de atuação de | mínima de um ano no último padrão da Classe |
| cada cargo; ou | imediatamente anterior; ou |
| b) possuir certificação em eventos de capacitação, | b) possuir certificação em eventos de capacitação, |
| totalizando no mínimo 120 (cento e vinte) horas, e | totalizando no mínimo ^cento e vinte^ horas, ^ no campo |
| qualificação profissional com experiência mínima de 6 | específico de atuação de cada cargo, e permanência |
| (seis) anos, ambas no campo específico de atuação de cada | mínima de dois anos no último padrão da Classe imediatamente anterior; |
| II - para a Classe C: | |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação, | a) possuir certificação em eventos de capacitação, |
| totalizando no mínimo 240 (duzentas e quarenta) horas, e | totalizando no mínimo ^duzentas e quarenta^ horas, no |
| qualificação profissional com experiência mínima de 8 | campo específico de atuação de cada cargo, e permanência |
| | mínima de um ano no último padrão da Classe |
| cargo; ou | imediatamente anterior; ou |
| b) possuir certificação em eventos de capacitação, | b) possuir certificação em eventos de capacitação, |
| totalizando no mínimo 180 (cento e oitenta) horas, e | totalizando no mínimo ^cento e oitenta^ horas, ^ no |
| qualificação profissional com experiência mínima de 10 | campo específico de atuação de cada cargo, e permanência |
| (dez) anos, ambas no campo específico de atuação de cada | mínima de dois anos no último padrão da Classe |
| cargo; | imediatamente anterior; e |
| III - para a Classe Especial: | III |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação, | a) possuir certificação em eventos de capacitação, |
| totalizando no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, e | totalizando no mínimo ^trezentas e sessenta^ horas, ^ no |
| qualificação profissional com experiência mínima de 12 | campo específico de atuação de cada cargo, e permanência |
| (doze) anos, ambas no campo específico de atuação de | mínima de um ano no último padrão da Classe |
| cada cargo; ou | imediatamente anterior; ou |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| b) possuir certificação em eventos de capacitação, | b) possuir certificação em eventos de capacitação, |
| totalizando no mínimo 240 (duzentas e quarenta) horas, <mark>e</mark> | totalizando no mínimo ^duzentas e quarenta^ horas, ^ no |
| qualificação profissional com experiência mínima de 14 | campo específico de atuação de cada cargo, e permanência |
| (quatorze) anos, ambas no campo específico de atuação de | mínima de dois anos no último padrão da Classe |
| cada cargo. | imediatamente anterior." (NR) |
| Art. 15. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de | "Art. 15. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de |
| Atividade de Reforma Agrária - GDARA, devida aos | Atividade de Reforma Agrária — GDARA, devida aos |
| ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos de | ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos de |
| Reforma e Desenvolvimento Agrário, quando em exercício | Reforma e Desenvolvimento Agrário, quando em exercício |
| de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INCRA. | de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo em órgãos e em entidades da administração pública |
| IIIO INCRA. | federal direta, autárquica e fundacional que tenham |
| | atuação nas políticas relacionadas à realização do |
| | ordenamento, à regularização da estrutura fundiária e à |
| | promoção e à execução da reforma agrária e da |
| | colonização." (NR) |
| Art. 16. A GDARA será atribuída em função do | "Art. 16. |
| desempenho individual do servidor e do desempenho | |
| institucional do INCRA. | |
| | |
| § 8º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o | § 8º A avaliação de desempenho individual visa ^ aferir o |
| desempenho do servidor no Incra, no exercício das | desempenho do servidor ^, no exercício das atribuições do |
| atribuições do cargo ou função, para o alcance das metas | cargo ou da função, para o alcance das metas de |
| de desempenho institucional. | desempenho institucional. |
| | |
| Art. 16-B. Os titulares dos cargos de provimento efetivo de | "Art. 16-B. Os titulares dos cargos de provimento efetivo |
| que trata o art. 1º desta Lei, em exercício no Incra, quando | de que trata o art. 1º em exercício <mark>em órgãos ou entidades</mark> |
| investidos em cargo em comissão ou função de confiança farão jus à GDARA da seguinte forma: | da administração pública federal direta, autárquica e fundacional com competências relativas às políticas |
| larao jus a GDAKA da seguinte forma. | relacionadas à realização do ordenamento territorial, à |
| | regularização da estrutura fundiária e à promoção e à |
| | execução da reforma agrária e da colonização, quando |
| | investidos em cargo em comissão ou função de confiança |
| | farão jus à GDARA da seguinte forma: |
| | · |
| Art. 16-C. Os titulares dos cargos de provimento efetivo de | "Art. 16-C. Os titulares dos cargos de provimento efetivo |
| que trata o art. 1º desta Lei quando não se encontrarem | de que trata o art. 1º ^ quando não se encontrarem em |
| em exercício no Incra somente farão jus à GDARA: | exercício <mark>em órgãos ou em entidades da administração</mark> |
| | pública federal direta, autárquica e fundacional com |
| | competências relativas às políticas relacionadas à |
| | realização do ordenamento territorial, à regularização da |
| | estrutura fundiária e à promoção e à execução da reforma |
| | agrária e da colonização, somente farão jus à GDARA: |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Art. 22. Para fins de incorporação da GDARA aos proventos | "Art. 22. Para fins de incorporação da GDARA aos |
| e aposentadoria ou às pensões, observar-se-á os critérios | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| estabelecidos por esta Lei. | seguintes critérios: |
| | III - quando o benefício de aposentadoria ou de pensão |
| | tiver como critérios a integralidade e a paridade de que |
| | tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro |
| | de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de |
| | 2005, a gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor, para aqueles que perceberam a |
| | gratificação por período inferior a sessenta meses; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para |
| | aqueles que perceberam a gratificação por período igual |
| | ou superior a sessenta meses; ou IV - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, aplica-se o |
| | disposto no inciso I do caput, conforme interstício |
| | cumprido pelo instituidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos III e IV do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| | <u>abril de 2012.</u> " (NR) |
| | Art. 115. Os Anexos I, II, III e V à Lei nº 11.090, de 7 de |
| | janeiro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CLXXXIX, CXC, CXCI e CXCII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XLIII |
| | DA CARREIRA DE PERITO FEDERAL TERRITORIAL |
| <u>Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002</u> | Art. 116. A Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, |
| | passa a vigorar com a seguintes alterações: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| • | "Art. 1º-B Fica estruturada a Carreira de Perito Federal |
| | Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal |
| | Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para |
| | o planejamento, a coordenação, a orientação, a |
| | implementação, o acompanhamento e a fiscalização de |
| | atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo e de |
| | atividades de governança territorial, fundiária e |
| | patrimonial da União. |
| | § 1º Os cargos de que trata o caput serão classificados em |
| | especialidades, conforme habilitações específicas |
| | necessárias ao desempenho de suas atribuições, nos |
| | termos estabelecidos em regulamento. |
| | § 2º As atribuições específicas de cada especialidade serão |
| | definidas em regulamento. |
| | § 3º Os atuais cargos de Engenheiro Agrônomo, |
| | integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário, serão |
| | enquadrados na Carreira de Perito Federal Territorial, na |
| | especialidade correspondente a sua formação, nos termos |
| | estabelecidos em regulamento, e observada a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo I-D. |
| | § 4º Os cargos vagos de Engenheiro Agrônomo, integrantes |
| | da Carreira de Perito Federal Agrário, ficam transformados |
| | em cargos de Perito Federal Territorial, da Carreira de |
| | Perito Federal Territorial." (NR) |
| | "Art. 1º-C A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura da |
| | Carreira de Perito Federal Territorial passa a ser a |
| | constante do Anexo I-C, observada a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo I-D." (NR) |
| Art. 3º O desenvolvimento do servidor na Carreira de | |
| Perito Federal Agrário ocorrerá mediante progressão | Perito Federal Territorial ocorrerá mediante progressão |
| funcional e promoção. | funcional e promoção. |
| Art 40 O consissants bésis de l'escape de | ((A + 40 O |
| Art. 4º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de | "Art. 4º O vencimento básico dos integrantes da Carreira |
| Perito Federal Agrário é o constante do Anexo II. | de Perito Federal Territorial é o constante do Anexo II. |
| Parágrafo único. A jornada de trabalho dos integrantes da | Parágrafo único. A jornada de trabalho dos integrantes da |
| Carreira de Perito Federal Agrário é de quarenta horas | Carreira de Perito Federal Territorial é de quarenta horas |
| semanais. | semanais." (NR) |
| | "Art. 4º-E A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | remuneratória dos cargos integrantes da Carreira de Perito |
| | Federal Territorial será composta de: |
| | I - vencimento básico; e |
| | II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito |
| | Federal Territorial – GDAPA." (NR) |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| | "Art. 5º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA passa a se denominar Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Territorial – GDAPA, devida aos servidores ocupantes dos cargos de Perito Federal Territorial que integrarem a Carreira de Perito Federal Territorial, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo." (NR) |
| Art. 6º A gratificação instituída no art. 5º terá como limites: | "Art. 6º A gratificação instituída no art. 5º-A terá como limites: |
| § 5º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no Incra, no exercício das atribuições do cargo ou função, para o alcance das metas de desempenho institucional. | § 5º A avaliação de desempenho individual visa ^ aferir o desempenho do servidor ^ no exercício das atribuições do cargo ou da função, para o alcance das metas de desempenho institucional. |
| Art. 9º A GDAPA integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com: | "Art. 9º Para fins de incorporação da GDAPA aos proventos de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor, para aqueles que perceberam por período inferior a 60 meses; ou |
| I - a média dos valores recebidos nos últimos sessenta meses; ou | recebidos nos últimos sessenta meses <mark>de atividade</mark> ; ou |
| II - quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses: | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) a partir de 1º de março de 2008, no valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | |
| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, no valor correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível. | |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo. | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § |
| | 1º do caput, será aplicado o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> |
| | 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | <u>abril de 2012</u> ." (NR) |
| | Art. 117 . Os Anexos I-C, I-D, II e III à <u>Lei nº 10.550</u> , <u>de 13 de</u> |
| | novembro de 2002, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CXCIII, CXCIV, CXCV e CXCVI a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XLIV |
| | DA CARREIRA DE DIPLOMATA |
| Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | Art. 118. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, |
| | passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 29. O subsídio dos integrantes da Carreira de que | "Art. 29 |
| trata o art. 25 desta Lei não exclui o direito à percepção, | |
| nos termos da legislação e regulamentação específica, de: | |
| | |
| III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º | da Constituição ^, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, |
| da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de | da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| <u>2003</u> ; | 2019 ; |
| | |
| Art. 30. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos | "Art. 30. Aplica-se o disposto nos art. 25 a art. 29 às |
| servidores integrantes da Carreira a que se refere o art. 25 | aposentadorias e às pensões dos cargos a que se refere o |
| desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e | art. 25 desta Lei e que tenham como critério de reajuste a |
| pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de | paridade, nos termos do disposto na <u>Emenda</u> |
| 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei | Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na |
| em relação aos servidores que se encontram em atividade. | Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | <u>2019</u> ." (NR) |
| | Art. 119. O Anexo VII à Lei nº 11.890, de 24 de dezembro |
| | de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo CXCVII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XLV |
| | DAS CARREIRAS DE OFICIAL DE CHANCELARIA E DE |
| | ASSISTENTE DE CHANCELARIA |
| Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012 | Art. 120. A Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012, |
| | passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 5º O subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o | "Art. 5º |
| art. 1º não exclui o direito à percepção, nos termos da | |
| legislação e regulamentação específica, das seguintes | |
| espécies remuneratórias: | |
| | |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| III - abono de permanência, de que tratam o § 19 do art. 40 | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º | da Constituição ^, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, |
| da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de | da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| 2003; | 2019; |
| | |
| Art. 7º Aplica-se às aposentadorias concedidas aos titulares | "Art. 7º Aplica-se o disposto nos art. 1º a art. 6º às |
| dos cargos a que se refere o art. 1º e às pensões, | aposentadorias e às pensões dos cargos a que se refere o |
| ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas | art. 1º desta Lei e que tenham como critério de reajuste a |
| pelos arts. 1º e 2º da <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de</u> | paridade, nos termos do disposto na <u>Emenda</u> |
| 2004, e pela <u>Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012,</u> no que | Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na |
| couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que | Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na |
| se encontram em atividade. | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019." (NR) |
| | Art. 121 . Os Anexos I e II à <u>Lei nº 12.775, de 28 de</u> |
| | dezembro de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CXCVIII e CXCIX a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO XLVI |
| | DA CARREIRA DO SEGURO SOCIAL |
| Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004 | Art. 122 . A <u>Lei nº 10.855</u> , de 1º de abril de 2004, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 5º-B São atribuições da carreira do Seguro Social: | "Art. 5º-B São atribuições <mark>específicas</mark> da <mark>C</mark> arreira do Seguro |
| | Social, entre outras dispostas em regulamento: |
| I - no exercício da competência do INSS e em caráter | I - no exercício da competência <mark>finalística</mark> do INSS e em |
| privativo: | caráter <mark>exclusivo</mark> : |
| | |
| Art. 16. Para fins de incorporação da GDASS aos proventos | "Art. 16. Para fins de incorporação da GDASS aos |
| de aposentadoria ou às pensões relativos a servidores da | proventos de aposentadoria ^, serão adotados os |
| Carreira do Seguro Social, serão adotados os seguintes | seguintes critérios: |
| critérios: | |
| | I - <mark>quando o benefício de aposentadoria tiver como</mark> |
| | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| o caput deste artigo será paga aos aposentados e | |
| pensionistas: | e a <u>Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005</u> , a |
| | gratificação <mark>corresponderá</mark> : |
| a) a partir de 1º de julho de 2008, em valor correspondente | |
| a 40 (quarenta) pontos; e | <mark>padrão do servidor</mark> ; <mark>ou</mark> |
| The state of the s | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| correspondente a 50 (cinqüenta) pontos. | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 87 a art. 91 da <u>Lei nº 13.324, de 29 de</u> |
| | <u>julho de 2016; ou</u> |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões | |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando o servidor que deu origem à aposentadoria ou à | |
| pensão enquadrar-se no disposto nos arts. 3º e 6º da | |
| Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, | |
| e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho | |
| de 2005, aplicar-se-á o constante das alíneas a e b do inciso | |
| I do caput deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º-A Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º-A Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 123 . Os Anexos I-A, II-A, IV-A e VI-A à <u>Lei nº 10.855</u> , <u>de</u> |
| | 1º de abril de 2004, passam a vigorar, respectivamente, |
| | com as alterações constantes dos Anexos CC, CCI, CCII e |
| | CCIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XLVII |
| | DA CARREIRA PREVIDENCIÁRIA |
| <u>Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001</u> | Art. 124. A <u>Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001</u> , |
| A de 20 A First touth (de constitute 40 de 1 lb c de 2000 e | passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 3º-A Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2008, a | "Art. 3º-A Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2008, a |
| Gratificação Específica Previdenciária - GEP, devida aos | Gratificação Específica Previdenciária — GEP, devida aos |
| integrantes da Carreira Previdenciária, no valor de R\$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais). | integrantes da Carreira Previdenciária^. |
| | Parágrafo único. A GEP passa a ter os valores constantes do |
| | Anexo IV e produzirão efeitos financeiros a partir da data |
| | nele especificada." (NR) |
| | Art. 125. Os Anexos II-A e III à Lei nº 10.355, de 26 de |
| | dezembro de 2001, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CCIV e CCV a esta Medida Provisória. |
| | Art. 126. A Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, |
| | passa a vigorar acrescida do Anexo IV, na forma do Anexo |
| | CCVI a esta Medida Provisória. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEVTO ENCANDIANIA DO RELO EVECUTIVO |
|--|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO CAPÍTULO XLVIII |
| | DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO |
| | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO |
| | – FNDE |
| <u>Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006</u> | Art. 127. A Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 40-E. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | remuneratória do cargo de Especialista em Financiamento |
| | e Execução de Programas e Projetos Educacionais da |
| | Carreira de Financiamento e Execução de Programas e |
| | Projetos Educacionais será composta de: |
| | I - vencimento básico; e |
| | II - Retribuição por Titulação – RT." (NR) |
| | "Art. 40-F. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | remuneratória do cargo de Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais da Carreira |
| | de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de |
| | Programas e Projetos Educacionais será composta de: |
| | I - vencimento básico; e |
| | II - Gratificação de Qualificação – GQ." (NR) |
| | "Art. 40-G. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos |
| | integrantes das Carreiras de que trata o art. 40, caput, |
| | incisos I e II passam a ser organizados em classes e padrões |
| | conforme o disposto no Anexo XVI-E, observada a |
| | correlação estabelecida na forma do Anexo XVI-F. |
| | Parágrafo único. Os valores do vencimento básico dos |
| | cargos a que se refere o caput são os constantes do Anexo |
| | XVI-G e produzirão efeitos financeiros a partir das datas |
| | nele especificadas." (NR) |
| | "Art. 47-B. A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes |
| | dos cargos das Carreiras de que trata o art. 40, caput, |
| | incisos I e II e do Plano Especial de Cargos de que trata o |
| | art. 42 serão reposicionados na tabela de Estrutura de |
| | Classes e Padrões da respectiva Carreira ou Plano que |
| | integram, considerado o tempo de efetivo exercício. |
| | Parágrafo único. O reposicionamento equivalerá a um |
| | padrão para cada interstício de doze meses e não gerará |
| | efeitos financeiros retroativos." (NR) |
| Art. 48-M. Para fins de incorporação da GDAFE ou da | "Art. 48-M. Para fins de incorporação ^ da GDPFNDE aos |
| GDPFNDE aos proventos de aposentadoria ou às pensões, | |
| serão adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | - · |
| fevereiro de 2004, a GDAFE ou a GDPFNDE será: | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| a) a partir de 1º de julho de 2008, correspondente a 40 | a) ^ a ^cinquenta^ pontos, considerados o nível, a classe e |
| (quarenta) pontos, observados o nível, a classe e o padrão | o padrão ^ do servidor; <mark>ou</mark> |
| de vencimento do servidor; e | · |
| b) a partir de 1º de julho de 2009, correspondente a 50 | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| (cinquenta) pontos observados o nível, a classe e o padrão | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| de vencimento do servidor; e | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 14 a art. 18 da <u>Lei nº 13.325, de 29 de</u> |
| | <u>julho de 2016</u> ; <mark>ou</mark> |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da <u>Emenda Constitucional nº</u> | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os pontos constantes das alíneas a e b do inciso I do caput | |
| deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| 18 de junho de 2004. | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § |
| | 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de |
| | 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | <u>abril de 2012."</u> (NR) |
| | Art. 128. Os Anexos XVI-E, XVI-F, XVI-G, XVIII-C, XIX-D, XX- |
| | A, XX-C e XX-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, |
| | passam a vigorar, respectivamente, com as alterações |
| | constantes dos Anexos CCVII, CCVIII, CCIX, CCX, CCXI, CCXII, |
| | CCXIII e CCXIV a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO XLIX |
| | DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO |
| | INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS |
| | EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP |
| <u>Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006</u> | Art. 129 . A <u>Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006</u> , passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |



| ~ | |
|---|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | "Art. 53-E. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | remuneratória do cargo de Pesquisador-Tecnologista em |
| | Informações e Avaliações Educacionais da Carreira de |
| | Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações |
| | Educacionais será composta de: |
| | <mark>I - vencimento básico; e</mark> |
| | <mark>II - Retribuição por Titulação – RT.</mark> " (NR) |
| | "Art. 53-F. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | remuneratória do cargo de Técnico em Informações |
| | Educacionais da Carreira de Suporte Técnico em |
| | Informações Educacionais será composta de: |
| | <mark>I - vencimento básico; e</mark> |
| | <mark>II - Gratificação de Qualificação – GQ.</mark> " (NR) |
| | "Art. 53-G. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos |
| | integrantes das Carreiras de que trata o art. 53, caput, |
| | incisos I e II, passam a ser organizados em classes e |
| | padrões, conforme o disposto no Anexo XXI-D, observada a |
| | correlação estabelecida na forma do Anexo XXI-E. |
| | Parágrafo único. Os valores do vencimento básico dos |
| | cargos a que se refere o caput são os constantes do Anexo |
| | XXI-F e produzirão efeitos financeiros a partir das datas |
| | nele especificadas." (NR) |
| | "Art. 61-B. A partir de 1º de janeiro de 2025, os servidores |
| | das Carreiras de que trata o art. 53, caput, incisos I e II e do |
| | Plano Especial de Cargos de que trata o art. 55 serão |
| | reposicionados na tabela de Estrutura de Classes e Padrões |
| | da respectiva Carreira ou Plano que integram, considerado o tempo de efetivo exercício. |
| | Parágrafo único. O reposicionamento equivalerá a um |
| | padrão para cada interstício de doze meses e não gerará |
| | efeitos financeiros retroativos." (NR) |
| Art. 62-F. Para fins de incorporação da GDIAE ou da | |
| GDINEP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, | |
| serão adotados os seguintes critérios: | seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004, a GDIAE ou a GDINEP será, a partir de 1º | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| de julho de 2008, correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| observado o nível, classe e padrão do servidor; e | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| рин из селот, стато с рин из селото, с | gratificação corresponderá: |
| | b) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 14 a art. 18 da Lei nº 13.325, de 29 de |
| | julho de 2016; ou |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | Initiation in a referred Emerical constitutional. |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a | |
| pontuação constante do inciso I do caput deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| | |
| 18 de junho de 2004. | \$ 10 Days as haneficias de expendedavia e de nomero |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § |
| | 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de |
| | 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 130. Os Anexos XXI-D, XXI-E, XXI-F, XXIII-E, XXIV-C, |
| | XXV-C, XXV-D, e XXV-E da <u>Lei nº 11.357, de 19 de outubro</u> |
| | de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos CCXV, |
| | CCXVI, CCXVII, CCXVIII, CCXIX, CCXX, CCXXI e CCXXII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO L |
| | DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO- |
| | ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO |
| Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 | Art. 131 . A <u>Lei nº 11.091</u> , de 12 de janeiro de 2005, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 5º Para todos os efeitos desta Lei, aplicam-se os | "Art. 5º |
| seguintes conceitos: | |
| | |
| III - padrão de vencimento: posição do servidor na escala | III - padrão de vencimento: posição do servidor na escala |
| de vencimento da carreira em função do nível de | de vencimento da carreira em função do cargo e nível ^ de |
| capacitação, cargo e nível de classificação; | classificação; |
| • • • | |
| Art. 7º Os cargos do Plano de Carreira são organizados em | "Art. 7º Os cargos do Plano de Carreira são organizados em |
| 5 (cinco) níveis de classificação, A, B, C, D e E, de acordo | cinco níveis de classificação A, B, C, D e E, de acordo com o |
| com o disposto no inciso II do art. 5º e no Anexo II desta | disposto no art. 5º, caput, inciso II <mark>,</mark> no Anexo II e no Anexo |
| Lei. | II-A." (NR) |
| | ······································ |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|--|
| • | "Art. 7º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos que |
| | compõem o Plano de Carreira em cada nível de |
| | classificação serão estruturados em dezenove padrões de |
| | vencimento, conforme correlação estabelecida no Anexo I- |
| | D." (NR) |
| | "Art. 7º-B Integrarão o Plano de Carreira dos Cargos |
| | Técnico-Administrativos em Educação os seguintes cargos: |
| | I - Técnico em Educação: no nível de classificação D, com |
| | atribuições voltadas para o exercício de atividades de |
| | apoio técnico, administrativo e logístico, relativas à |
| | execução das competências constitucionais e legais das |
| | Instituições Federais de Ensino; e |
| | II - Analista em Educação: no nível de classificação E, com |
| | atribuições voltadas para o exercício de atividades |
| | técnicas, administrativas e logísticas, relativas à execução |
| | das competências constitucionais e legais a cargo das |
| | Instituições Federais de Ensino. |
| | § 1º Ficam criados, por transformação dos cargos vagos |
| | constantes da Tabela I do Anexo VIII, observado o disposto |
| | no art. 7º-C, os seguintes cargos no âmbito do Ministério |
| | da Educação, para redistribuição às Instituições Federais de |
| | Ensino: |
| | I - quatro mil e quarenta cargos de Técnico em Educação; e |
| | II - seis mil e sessenta cargos de Analista em Educação. |
| | § 2º O concurso público para ingresso nos cargos a que se |
| | refere o § 1º ocorrerá após a sua regulamentação. |
| | § 3º Poderão ser exigidos outros requisitos de ingresso em |
| | razão do exercício da profissão. |
| | § 4º As áreas, as especialidades, a formação e as |
| | atribuições específicas para os cargos a que se refere os |
| | incisos I e II do caput serão estabelecidas em |
| | regulamento." (NR) |
| | "Art.7º-C Os cargos vagos e os que vierem a vagar |
| | constantes da Tabela III do Anexo VIII ficarão |
| | provisoriamente alocados no Ministério da Educação." |
| | (NR) |
| | "Art. 7º-D Fica autorizada a transformação, sem aumento |
| | de despesa, dos cargos que vierem a vagar constantes da |
| | Tabela II do Anexo VIII nos seguintes cargos: |
| | I - seis mil duzentos e vinte e seis cargos de Técnico em |
| | Educação; e |
| | II - nove mil trezentos e quarenta cargos de Analista em |
| | Educação." (NR) |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| · | "Art. 7º-E O Ministério da Educação deverá submeter à |
| | apreciação e à autorização do Órgão Central do Sistema de |
| | Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec as |
| | transformações dos cargos que vierem a vagar a que se |
| | refere o art. 7º-D, observada a adequação orçamentária e |
| | <mark>financeira.</mark> " (NR) |
| Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o | "Art. 8º |
| Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas | |
| e observados os requisitos de qualificação e competências | |
| definidos nas respectivas especificações: | |
| | |
| II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades | |
| técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão | técnico-administrativas e especializadas relativas às ações |
| nas Instituições Federais de Ensino; | de pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino; e |
| III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos | III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos |
| materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal | materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal |
| de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a | de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a |
| eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa | eficácia e a efetividade das atividades de ^ pesquisa, |
| e extensão das Instituições Federais de Ensino. | extensão <mark>, inovação, gestão e assistência especializada</mark> das |
| , | Instituições Federais de Ensino. |
| | |
| Art. 9º O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á | "Art. 9º O ingresso nos cargos do Plano de Carreira |
| no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do | ocorrerá no padrão inicial do ^ respectivo nível ^ de |
| respectivo nível de classificação, mediante concurso | classificação, mediante concurso público de provas ou de |
| público de provas ou de provas e títulos, observadas a | provas e títulos, <mark>observados os requisitos de ingresso</mark> |
| escolaridade e experiência estabelecidas no Anexo II desta | estabelecidos no Anexo II ^. |
| Lei. | |
| | "Art. 10-B. A partir de 1º de janeiro de 2025, o |
| | desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá pela |
| | mudança de padrão de vencimento mediante progressão |
| | por mérito ou aceleração da progressão por capacitação. § 1º Progressão por mérito é a mudança para o padrão de |
| | vencimento imediatamente subsequente, a cada doze |
| | meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente |
| | resultado fixado em programa de avaliação de |
| | desempenho. |
| | § 2º Na contagem do interstício necessário à progressão |
| | por mérito de que trata o caput, será aproveitado o tempo |
| | computado desde a última progressão. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | § 3º Aceleração da progressão por capacitação é a |
| | mudança de padrão de vencimento, decorrente da |
| | obtenção pelo servidor de certificação em programa de |
| | capacitação, compatível com o cargo ocupado, respeitado |
| | o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida |
| | a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos |
| | termos do disposto no Anexo III-A. |
| | § 4º Para fins de cumprimento do interstício estabelecido |
| | no § 3º, deverá ser computado cinco anos de efetivo |
| | exercício do servidor para cada mudança de padrão de vencimento decorrente de desenvolvimento na carreira |
| | pelo antigo instituto de progressão por capacitação. |
| | § 5º Para fins de aceleração da progressão por capacitação, |
| | cada evento de capacitação deverá ser computado uma |
| | única vez." (NR) |
| | "Art. 12-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, o Incentivo à |
| | Qualificação será calculado com base no padrão de |
| | vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo |
| | IV. |
| | § 1º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o |
| | Poder Executivo federal estabelecerá os critérios e os |
| | processos de validação dos certificados e títulos, |
| | observadas as diretrizes previstas no art. 24, § 2º. § 2º O Incentivo à Qualificação de que trata o caput será |
| | concedido aos servidores que possuírem certificado, |
| | diploma ou titulação que exceda a exigência de |
| | escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual seja |
| | titular, independentemente do nível de classificação do |
| | cargo ocupado. |
| | § 3º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são |
| | acumuláveis e serão incorporados aos respectivos |
| | proventos de aposentadoria e pensão. |
| | § 4º O Incentivo à Qualificação somente integrará os |
| | proventos de aposentadorias e as pensões quando os |
| | certificados considerados para a sua concessão tiverem |
| | sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão." (NR) |
| Art. 13. A remuneração dos integrantes do Plano de | "Art. 13. A remuneração dos integrantes do Plano de |
| Carreira será composta do vencimento básico, | Carreira será composta do vencimento básico ^ do padrão |
| correspondente ao valor estabelecido para o padrão de | de vencimento do nível de classificação ^ do cargo |
| vencimento do nível de classificação e nível de capacitação | ocupado pelo servidor, acrescido dos incentivos previstos |
| ocupados pelo servidor, acrescido dos incentivos previstos | nesta Lei e das demais vantagens pecuniárias estabelecidas |
| nesta Lei e das demais vantagens pecuniárias estabelecidas | em lei. |
| em lei. | |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Art. 14. Os vencimentos básicos do Plano de Carreira dos | "Art. 14. Os vencimentos básicos do Plano de Carreira dos |
| Cargos Técnico-Administrativos em Educação estão | Cargos Técnico-Administrativos em Educação estão |
| estruturados na forma do Anexo I-C desta Lei, com efeitos | estruturados na forma do Anexo <mark>I-D, com produção de</mark> |
| financeiros a partir das datas nele especificadas. | efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas. |
| | |
| Art. 15. O enquadramento previsto nesta Lei será efetuado | "Art. 15 |
| de acordo com a Tabela de Correlação, constante do Anexo | |
| VII desta Lei. | |
| | |
| | § 6º A parcela complementar de que tratam os § 2º e § 3º |
| | não será absorvida por força dos aumentos |
| | remuneratórios com efeitos financeiros a partir de 2025 e 2026." (NR) |
| | Art. 132. O Anexo IV à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de |
| | 2005, passa a vigorar na forma do Anexo CCXXIII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | Art. 133 . A <u>Lei nº 11.091</u> , de 12 de janeiro de 2005, passa a |
| | vigorar acrescida dos Anexos I-D, II-A, III-A e VIII, na forma |
| | dos Anexos CCXXIV, CCXXV, CCXXVI e CCXXVII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LI DA CARREIRA DE ANALISTA DE INFRAESTRUTURA E DO |
| | CARGO ISOLADO DE ESPECIALISTA EM INFRAESTRUTURA |
| | SÊNIOR |
| Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007 | Art. 134 . A Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 1º Ficam criados, no âmbito da administração pública | "Art. 1º |
| federal direta, a seguinte Carreira e cargos isolados de | |
| provimento efetivo: | |
| | § 7º A partir de 1º de janeiro de 2025, o cargo de Analista |
| | de Infraestrutura observará a correlação estabelecida na |
| | forma do Anexo I-A." (NR) |
| | "Art. 4º-B A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | remuneratória do cargo isolado de Especialista em |
| | Infraestrutura Sênior será composta de: |
| | <mark>I - vencimento básico, conforme o Anexo II; e</mark> |
| | II - Gratificação de Desempenho de Atividade em |
| | Infraestrutura – GDAIE, conforme o Anexo III." (NR) |
| | "Art. 4º-C A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes |
| | do cargo de Analista de Infraestrutura passam a ser |
| | remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em |
| | parcela única, conforme especificado no Anexo II-A. |
| | § 1º Não serão devidas aos titulares do cargo de Analista de Infraestrutura as seguintes espécies remuneratórias: |
| | I - vencimento básico; |
| | 1 - Vencimento basico, |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| ~ | |
|---------------------|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | II - Gratificação de Desempenho de Atividade em |
| | Infraestrutura – GDAIE; III - Gratificação de Qualificação – GQ; |
| | IV - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente |
| | Identificada – VPNI, de qualquer origem e natureza; |
| | V - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e |
| | natureza; |
| | VI - valores incorporados à remuneração decorrentes do |
| | exercício de função de direção, chefia ou assessoramento |
| | ou de cargo em comissão; |
| | VII - valores incorporados à remuneração referentes a |
| | quintos ou a décimos; |
| | VIII - valores incorporados à remuneração a título de |
| | adicional por tempo de serviço; |
| | IX - vantagens incorporadas a proventos ou pensões com |
| | fundamento nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 |
| | de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; |
| | X - abonos; |
| | XI - valores pagos a título de representação; |
| | XII - adicional pelo exercício de atividades insalubres, |
| | perigosas ou penosas; |
| | XIII - adicional noturno; |
| | XIV - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas |
| | Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, |
| | de que trata o art. 15 da <u>Lei nº 11.356, de 19 de outubro</u> |
| | <u>de 2006;</u> |
| | XV - vantagem pecuniária individual, de que trata a <u>Lei nº</u> |
| | 10.698, de 2 de julho de 2003; |
| | XVI - Gratificação de Atividade, de que trata a <u>Lei Delegada</u> |
| | nº 13, de 27 de agosto de 1992; e |
| | XVII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem |
| | e natureza, que não estejam explicitamente referidos no § 3º. |
| | § 2º Os titulares do cargo de Analista de Infraestrutura não |
| | poderão perceber cumulativamente com o subsídio |
| | quaisquer valores ou vantagens incorporadas à |
| | remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por |
| | extensão administrativa de decisão judicial, de natureza |
| | geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença |
| | judicial transitada em julgado. |
| | § 3º O subsídio percebido pelos titulares do cargo de |
| | Analista de Infraestrutura não exclui o direito à percepção, |
| | nos termos da legislação e de regulamentação específica, |
| | das seguintes espécies remuneratórias: |
| | <mark>I - gratificação natalina;</mark> |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|--|
| | II - adicional de férias; |
| | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| | da Constituição, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019; e |
| | IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia |
| | ou assessoramento. |
| | § 4º O disposto no § 3º também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei. |
| | § 5º Na hipótese de redução de remuneração, de provento |
| | ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto |
| | nesta Lei aos titulares do cargo de Analista de |
| | Infraestrutura, eventual diferença será paga a título de |
| | parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, |
| | que será gradativamente absorvida por ocasião do |
| | desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão |
| | funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da |
| | reorganização ou da reestruturação do cargo, da carreira |
| | ou das remunerações previstas nesta Lei ou da concessão |
| | de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza. |
| | § 6º A parcela complementar de subsídio a que se refere o |
| | § 5º estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente |
| | da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais." (NR) |
| | "Art. 4º-D Aplica-se o disposto no art. 4º-C desta Lei às |
| | aposentadorias e às pensões instituídas pelos servidores |
| | integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura que |
| | tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos |
| | do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de |
| | dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 |
| | de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de |
| | 12 de novembro de 2019." (NR) |
| | "Art. 4º-E Os titulares dos cargos de provimento efetivo |
| | integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura |
| | somente poderão: |
| | I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice- Presidência da República ou nas hipóteses de requisição |
| | previstas em lei; |
| | II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder |
| | Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado |
| | Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – |
| | FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; |
| | III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros |
| | Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de |
| | nível mínimo 15 ou equivalente; ou |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| Art. 5º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura - GDAIE, devida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 1º, quando em exercício das atividades inerentes às suas atribuições. | IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes." (NR) "Art. 5º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura – GDAIE, devida aos ocupantes do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, quando em exercício das atividades inerentes às suas atribuições. |
| Art. 6º Decreto disporá sobre os critérios gerais a serem observados na realização das avaliações de desempenho institucional e individual para fins de concessão da GDAIE. | "Art. 6º |
| § 3º Os servidores ocupantes dos cargos referidos no art. 1º que obtiverem avaliação de desempenho individual inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima prevista serão submetidos a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. | § 3º Os servidores ocupantes do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior que obtiverem avaliação de desempenho individual inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima prevista serão submetidos a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso ^. |
| Art. 9º As avaliações referentes aos desempenhos individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período. | "Art. 9º |
| calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo III | § 2º Os valores a serem pagos a título de GDAIE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo III ^ para o cargo isolado ^ de Especialista em Infraestrutura Sênior^. |
| Art. 12. O titular de cargo efetivo da Carreira de Analista de Infraestrutura ou do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior, em efetivo exercício, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDAIE da seguinte forma: | "Art. 12. O titular do cargo o isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, em efetivo exercício, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDAIE da seguinte forma: |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Art. 13. O ocupante de cargo efetivo da Carreira de Analista de Infraestrutura ou do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior que não se encontre desenvolvendo | "Art. 13. O ocupante ^ do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior que não se encontre desenvolvendo as atividades previstas no art. 1º, caput, inciso ^ II, |
| atividades relacionadas nos incisos I e II do caput do art. 1º somente fará jus à GDAIE: | somente fará jus à GDAIE: |
| Art. 16. O desenvolvimento do servidor no cargo de Analista de Infra-Estrutura ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. | "Art. 16. |
| § 1º Para fins deste artigo, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior, observando-se os seguintes requisitos: | § 1º |
| I - para fins de progressão funcional: | 1 |
| a) cumprimento do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício em cada padrão; e | a) cumprimento do interstício de <mark>^doze</mark> ^ meses de efetivo exercício em cada padrão; e |
| II - para fins de promoção: | II |
| a) cumprimento do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe; | a) cumprimento do interstício de <mark>^doze</mark> ^ meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe; |
| § 2º O interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício para a progressão funcional e para a promoção, conforme estabelecido nas alíneas a dos incisos I e II do § 1º deste artigo, será: | § 2º O interstício de ^doze^ meses de efetivo exercício para progressão funcional e promoção, conforme estabelecido nos inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "a", do § 1º ^, será: |
| | § 3º A partir de 1º de janeiro de 2025, a próxima progressão funcional ou promoção na Carreira de Analista de Infraestrutura se dará depois de doze meses da última progressão ou promoção concedida ao servidor. |
| | § 4º O servidor que tiver cumprido interstício igual ou superior a doze meses de efetivo exercício na mesma classe e padrão em 1º de janeiro de 2025 será progredido ou promovido ao nível imediatamente superior da tabela remuneratória correspondente nesta data. |
| | § 5º O interstício para progressão funcional ou promoção do servidor a que refere o § 4º passará a ser computado a partir de 1º de janeiro de cada exercício. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| ELOISLAÇÃO ALTERADA | § 6º Enquanto o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – |
| | Sidec, previsto na Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de |
| | 2008, não for regulamentado, a avaliação de desempenho |
| | para progressão funcional e promoção permanece a |
| | estabelecida no art. 5º, § 5º, desta Lei." (NR) |
| Art. 18. Para fins de incorporação da GDAIE aos proventos | "Art. 18. Para fins de incorporação da GDAIE aos proventos |
| de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: | de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: |
| I - quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | I - quando <mark>o benefício de aposentadoria tiver como</mark> |
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| a GDAIE será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) | gratificação corresponderá: |
| do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão, ou | |
| da classe única, conforme o respectivo cargo efetivo que | |
| lhe deu origem; e | |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho |
| | recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os |
| | servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de |
| | que tratam os art. 35 a art. 40 da <u>Lei nº 13.464, de 10 de</u> |
| | julho de 2017; ou |
| II - nos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| | inciso II, da referida Emenda Constitucional. Parágrafo único. Aos benefícios não alcançados pelos |
| | incisos I e II, do caput, será aplicado o disposto na Lei nº |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 135. Os Anexos I, II e III à Lei nº 11.539, de 8 de |
| | novembro de 2007, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CCXXVIII, CCXXIX e CCXXX a esta Medida |
| | Provisória. |
| | Art. 136 . A <u>Lei nº 11.539</u> , de 8 de novembro de 2007, passa |
| | a vigorar acrescida dos Anexos I-A e II-A, na forma dos |
| | Anexos CCXXXII e CCXXXII a esta Medida Provisória. CAPÍTULO LII |
| | DO PLANO DE CARREIRAS PARA A ÁREA DE CIÊNCIA E |
| | TECNOLOGIA |
| | TECHOLOGIA |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

| ~ ~ ~ | |
|--|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| <u>Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993</u> | Art. 137 . A <u>Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993</u> , passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 4º A Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia é | "Art. 4º A Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia é |
| constituída do cargo de Pesquisador, com as seguintes | constituída do cargo de Pesquisador, <mark>composto pelas</mark> |
| classes: | classes Especial, C, B e A." (NR) |
| I - Pesquisador Titular; | |
| II - Pesquisador Associado; | |
| III - Pesquisador Adjunto; | |
| IV - Assistente de Pesquisa. | |
| Art. 5º São pré-requisitos para ingresso e progressão nas | "Art. 5º São pré-requisitos para ingresso e <mark>promoção</mark> nas |
| classes do cargo de Pesquisador: | classes do cargo de Pesquisador: |
| I - Pesquisador Titular: | I - <mark>classe Especial</mark> : |
| a) ter realizado pesquisas durante, pelo menos, seis anos, | a) ter realizado <mark>pesquisa</mark> <mark>pelo período de um ano em cada</mark> |
| após a obtenção do título de Doutor; e | padrão em que esteve posicionado na carreira após a |
| | obtenção do título de Doutor; e |
| | |
| II - Pesquisador Associado: | II - <mark>classe C:</mark> |
| a) ter realizado pesquisa durante, pelo menos, três anos, | a) ter <mark>o título de Doutor e, caso já tenha passado por</mark> |
| após a obtenção do título de Doutor; e | promoção na carreira, ter realizado pesquisa por pelo |
| | menos seis anos após a obtenção do título de Doutor; e |
| | |
| III - Pesquisador Adjunto: | III - <mark>classe B</mark> : |
| | |
| IV - Assistente de Pesquisa: | IV - <mark>classe A</mark> : |
| | |
| | § 1º A aceleração da promoção do cargo de Pesquisador |
| | ocorrerá nos seguintes casos: |
| | I - o servidor aprovado no estágio probatório que possuir o |
| | título de Doutor será promovido ao primeiro padrão da |
| | classe B; e |
| | II - o servidor aprovado em estágio probatório que estiver, |
| | pelo menos, no quarto padrão da classe B será promovido |
| | ao primeiro padrão da classe C, caso preencha os |
| | requisitos previstos no art. 5º, caput, inciso II. |
| | § 2º Nos casos de aceleração da promoção de que trata o § |
| | 1º, será necessária a comprovação de relevante |
| | contribuição científica ou tecnológica para a área de |
| | atuação do cargo, conforme requisitos estabelecidos em |
| | ato do dirigente máximo do respectivo órgão ou entidade." |
| | (NR) |
| Art. 7º A Carreira de que trata o artigo anterior é | "Art. 7º |
| constituída de três cargos: | |
| | |
| Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo são | Paragrato único |
| distribuídos nas seguintes classes: | |
| a) Tecnologistas: | |

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| 1. Tecnologista Senior; | |
| 2. Tecnologista Pleno 3; | |
| 3. Tecnologista Pleno 2; | |
| 4. Tecnologista Pleno 1; | |
| 5. Tecnologista Júnior. | |
| b) Técnico: | |
| 1. Técnico 3; | |
| 2. Técnico 2; | |
| 3. Técnico 1; | |
| c) Auxiliar-Técnico: | |
| 1. Auxiliar-Técnico 2; | |
| 2. Auxiliar-Técnico 1. | |
| | I - cargo de Tecnologista pelas classes Especial, C, B e A; |
| | II - cargo de Técnico pelas classes Especial, C, B e A; e |
| | III - cargo de Auxiliar-Técnico pelas classes Auxiliar-Técnico |
| | 2 e Auxiliar-Técnico 1." (NR) |
| Art. 8º São pré-requisitos para ingresso e progressão nas | "Art. 8º São pré-requisitos para ingresso e promoção nas |
| classes do cargo de Tecnologista, além do 3º grau | classes do cargo de Tecnologista, além do ensino superior |
| completo, os seguintes: | completo ^: |
| I - Tecnologista Senior: | I - <mark>classe Especial</mark> : |
| a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado, durante, | a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado, durante, |
| pelo menos seis anos após a obtenção de tal título, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou | pelo menos seis anos após a obtenção de tal título, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou |
| ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, | ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, |
| atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico | atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico |
| durante, pelo menos, onze anos, que lhe atribua | durante, pelo menos, doze anos, que lhe atribua |
| habilitação correspondente, ou ter realizado, durante pelo | habilitação correspondente, ou ter realizado, durante pelo |
| menos quatorze anos, atividades de pesquisa e | menos <mark>quinze</mark> anos, atividades de pesquisa e |
| desenvolvimento tecnológico que lhe atribuam habilitação | desenvolvimento tecnológico que lhe atribuam habilitação |
| correspondente; e | correspondente; e |
| | <u> </u> |
| II - Tecnologista Pleno 3: | II - <mark>classe C</mark> : |
| a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado, durante, | a) ter o título de Doutor ^ ou ter realizado, após a |
| pelo menos, três anos após a obtenção de tal título, | obtenção do grau de Mestre, atividade de pesquisa e |
| atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou | desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, <mark>seis</mark> |
| ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, | anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter |
| atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico | realizado, durante pelo menos <mark>nove</mark> anos <mark>,</mark> atividade de |
| durante, pelo menos, oito anos, que lhe atribua habilitação | pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua |
| correspondente, ou ter realizado durante, pelo menos, | habilitação correspondente; e |
| onze anos atividade de pesquisa e desenvolvimento | |
| tecnológico, que lhe atribua habilitação correspondente: e | 1 |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| b) demonstrar capacidade de realizar pesquisa e | b) demonstrar capacidade de participar em projetos de |
| desenvolvimento tecnológico relevantes de forma | pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes na sua |
| independente, contribuindo com resultados tecnológicos | área de atuação, contribuindo com resultados tecnológicos |
| expressos em trabalhos documentados por publicações de | expressos em trabalhos documentados por publicações de |
| circulação internacional, patentes, normas, protótipos, | circulação internacional, patentes, normas, protótipos, |
| contratos de transferência de tecnologia, laudos e | contratos de transferência de tecnologia, laudos e |
| pareceres técnicos, e outros meios aprovados pelo | pareceres técnicos, e outros meios aprovados pelo |
| Conselho referido no art. 16; | Conselho referido no art. 16; |
| III - Tecnologista Pleno 2: | III - classe B: |
| a) ter o título de Doutor ou ter realizado, após a obtenção | a) ter ^ o grau de Mestre ^ ou ter realizado, durante, pelo |
| do grau de Mestre, atividade de pesquisa e | menos, cinco anos, atividade de pesquisa e |
| desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, cinco | desenvolvimento tecnológico, que lhe atribua habilitação |
| | correspondente; e |
| anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado, durante pelo menos oito anos, atividade de | correspondente, e |
| • | |
| pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua | |
| habilitação correspondente; e | b) tor participado do projetos do possujeo o |
| b) demonstrar capacidade de participar em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes na sua | |
| 1 | desenvolvimento tecnológico ^; e |
| área de atuação, contribuindo com resultados tecnológicos | |
| expressos em trabalhos documentados por publicações de | |
| circulação internacional, patentes, normas, protótipos, | |
| contratos de transferência de tecnologia, laudos e | |
| pareceres técnicos, e outros meios aprovados pelo | |
| Conselho referido no art. 16; | IV classe Autor qualificação específica para a classe " (ND) |
| IV - Tecnologista Pleno 1: a) ter o grau de Mestre ou ter realizado, durante, pelo | IV - <mark>classe A: ter qualificação específica para a classe.</mark> " (NR) |
| | |
| | |
| desenvolvimento tecnológico, que lhe atribua habilitação correspondente; e | |
| | |
| b) ter participado de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; | |
| V - Tecnologista Júnior: ter qualificação específica para a | |
| | |
| Art. 9º São pré-requisitos para ingresso e progressão nas | "Art. 9º São pré-requisitos para ingresso e promoção nas |
| | classes do cargo de Técnico, além do ensino médio |
| classes do cargo de Técnico, além do 2º grau completo, ter conhecimentos específicos ao cargo, e ainda mais: | completo, ter conhecimentos específicos ao cargo e, ainda |
| connecimentos específicos ao cargo, e anida mais. | ^: |
| I - Técnico 3: ter, pelo menos, doze anos de experiência na | |
| execução de tarefas inerentes à classe; | capacitação, no campo específico de atuação do cargo, e |
| execução de tareias inerentes à classe, | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior; |
| II - Técnico 2: ter, pelo menos, seis anos de experiência na | |
| execução de tarefas inerentes à classe; | capacitação, no campo específico de atuação do cargo, e |
| execução de tareida increntes a ciasse, | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior; |
| | orasse interioration anterior, |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| III - Técnico 1: ter um ano, no mínimo, de participação em | III - classe B: possuir certificação em eventos de |
| projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou | capacitação, no campo específico de atuação do cargo, e |
| habilitação inerente à classe. | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior; e |
| | IV - A: ter qualificação específica para a classe." (NR) |
| Art. 12. A Carreira referida no artigo anterior é constituída | "Art. 12 |
| de três cargos: | |
| | |
| Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo são | Parágrafo único |
| distribuídos nas seguintes classes: | |
| a) Analista em Ciência e Tecnologia: | |
| 1. Analista em Ciência e Tecnologia Senior; | |
| 2. Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 3; | |
| 3. Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 2; | |
| 4. Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 1; | |
| 5. Analista em Ciência e Tecnologia Júnior; | |
| b) Assistente em Ciência e Tecnologia: | |
| 1. Assistente 3; | |
| 2. Assistente 2; | |
| 3. Assistente 1; | |
| c) Auxiliar em Ciência e Tecnologia: | |
| 1. Auxiliar 2; | |
| 2. Auxiliar 1. | |
| | I - cargo de Analista em Ciência e Tecnologia pelas classes |
| | Especial, C, B e A; |
| | II - cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia pelas |
| | <mark>classes Especial, C, B e A; e</mark> |
| | III - cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia pelas classes |
| | Auxiliar 2 e Auxiliar 1." (NR) |
| Art 13. São pré-requisitos para ingresso e progressão nas | "Art. 13. São pré-requisitos para ingresso e promoção nas |
| classes do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, além | classes do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, além |
| do 3º grau completo, os seguintes: | do ensino superior completo^: |
| I - Analista em Ciência e Tecnologia Senior: | I - <mark>classe Especial</mark> : |
| a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante | a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante |
| pelo menos seis anos, após a obtenção de tal título, | pelo menos seis anos, após a obtenção de tal título, |
| atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura em | atividades de gestão, planejamento e infraestrutura em |
| Ciência e Tecnologia, ou ter realizado, após obtenção do | Ciência e Tecnologia, ou ter realizado, após obtenção do |
| grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou | grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou |
| infra-estrutura em Ciência e Tecnologia durante, pelo | infraestrutura em Ciência e Tecnologia durante, pelo |
| menos, onze anos, que lhe atribuam habilitação | menos, <mark>doze</mark> anos, que lhe atribuam habilitação |
| correspondente, ou ter realizado, durante pelo menos quatorze anos, atividades de gestão, planejamento e infra- | correspondente, ou ter realizado, durante pelo menos quinze anos, atividades de gestão, planejamento e |
| estrutura em Ciência e Tecnologia, que lhe atribuam | infraestrutura em Ciência e Tecnologia, que lhe atribuam |
| habilitação correspondente; | habilitação correspondente; e |
| naomiação correspondente, | nabintação correspondente, <mark>e</mark> |
| II - Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 3: | II - classe C: |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, | a) ter o título de Doutor ^ ou ter exercido, durante, pelo |
| pelo menos, três anos, após a obtenção de tal título, | menos, seis anos, após a obtenção do grau de Mestre, |
| atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura em | atividades de gestão, planejamento ou <mark>infraestrutura em</mark> |
| Ciência e Tecnologia, ou ter realizado após a obtenção do | Ciência e Tecnologia, que lhe atribuam habilitação |
| grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou | correspondente ou <mark>ainda</mark> ter realizado, durante, pelo |
| infra-estrutura, durante, pelo menos, oito anos, que lhe | menos, nove anos, atividades de gestão, planejamento e |
| atribuam habilitação correspondente, ou ter realizado, | infraestrutura em Ciência e Tecnologia, que lhe atribuam |
| durante, pelo menos onze anos, atividades de gestão, | habilitação correspondente; e |
| planejamento e infra-estrutura em Ciência e Tecnologia, | • • • |
| que lhe atribuam habilitação correspondente; | |
| b) ter realizado, de forma independente, trabalhos | b) ter realizado, <mark>sob supervisão</mark> , trabalhos |
| interdisciplinares ou sistemas de suporte relevantes para o | interdisciplinares, ou sistemas de suporte relevantes para o |
| apoio científico e tecnológico, consubstanciados por | apoio científico e tecnológico consubstanciados por ^ |
| desenvolvimento de sistemas de infra-estrutura, | elaboração ou <mark>gerenciamento</mark> de planos, programas, |
| elaboração ou coordenação de planos, programas, | projetos <mark>e</mark> estudos específicos com divulgação |
| projetos, estudos específicos de divulgação nacional e | interinstitucional, e outros meios aprovados pelo Conselho |
| outros meios aprovados pelo Conselho referido no art. 16; | referido no art. 16; |
| III - Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 2: | III - <mark>classe B</mark> : |
| a) ter o título de Doutor ou ter exercido, durante, pelo | a) ter ^ grau de Mestre ou ter realizado, durante, pelo |
| menos, cinco anos, após a obtenção do grau de Mestre, | menos, cinco anos, atividade de gestão, planejamento ou |
| atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura em | infraestrutura em Ciência e Tecnologia, que lhe <mark>atribua</mark> |
| Ciência e Tecnologia, que lhe atribuam habilitação | habilitação correspondente ^; e |
| correspondente ou ainda ter realizado, durante, pelo | |
| menos, oito anos, atividades de gestão, planejamento e | |
| infra-estrutura em Ciência e Tecnologia, que lhe atribuam | |
| habilitação correspondente; | |
| | b) ter <mark>participado de</mark> ^ trabalhos interdisciplinares^ ou <mark>da</mark> |
| | <mark>elaboração de</mark> sistemas de suporte <mark>, de relatórios técnicos e</mark> |
| | de projetos correlacionados com a área de Ciência e |
| elaboração ou gerenciamento de planos, programas, | Tecnologia; e |
| projetos e estudos específicos com divulgação | |
| interinstitucional, e outros meios aprovados pelo Conselho | |
| referido no art. 16; | 1) / · · · · · · · · · · · · · · · · · · |
| IV - Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 1: | IV - <mark>classe A: ter qualificações específicas para a classe.</mark> " |
| a) ter grau de Mestre ou ter realizado, durante, pelo | (NR) |
| menos, três anos, atividade de gestão, planejamento ou | |
| infra-estrutura em Ciência e Tecnologia, que lhe atribua | |
| habilitação correspondente; e | |
| b) ter participado de trabalhos interdisciplinares ou da | |
| elaboração de sistemas de suporte, de relatórios técnicos e | |
| de projetos correlacionados com a área de Ciência e | |
| Tecnologia; | |
| V - Analista em Ciência e Tecnologia Júnior: ter | |
| qualificações específicas para a classe. | |
| , | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| Art. 14. São pré-requisitos para ingresso e progressão nas | "Art. 14. São pré-requisitos para ingresso e promoção nas |
| classes do cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, | classes do cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, |
| além do 2º grau completo, ter conhecimentos específicos | além do <mark>ensino médio</mark> completo, ter conhecimentos |
| ao cargo e, ainda: | específicos ao cargo e, ainda: |
| I - Assistente 3: ter, pelo menos, doze anos de experiência | I - classe Especial: possuir certificação em eventos de |
| na execução de tarefas inerentes à classe; | capacitação no campo específico de atuação do cargo e |
| | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior; |
| II - Assistente 2: ter, pelo menos, seis anos de experiência | II - <mark>classe C: possuir certificação em eventos de capacitação</mark> |
| na execução de tarefas inerentes à classe; | no campo específico de atuação do cargo e permanência |
| | <mark>mínima de um ano no último padrão da classe</mark> |
| | <mark>imediatamente anterior</mark> ; |
| III - Assistente 1: ter um ano, no mínimo, de experiência na | III - <mark>classe B: possuir certificação em eventos de</mark> |
| execução de tarefas inerentes à classe. | capacitação no campo específico de atuação do cargo e |
| | permanência mínima de um <mark>ano no último padrão da</mark> |
| | classe imediatamente anterior; e |
| | IV - classe A: ter qualificação específica para a classe." (NR) |
| | "Art. 26-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | dos cargos do Plano de Carreiras dos órgãos e das |
| | entidades da Administração Pública Federal Direta, |
| | Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e |
| | Tecnologia, passa a ser a constante do Anexos I-B, |
| | observada a correlação estabelecida na forma do Anexo I- |
| | C." (NR) |
| | Art. 138. A Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, passa a vigorar acrescida dos Anexos I-B e I-C, na forma dos Anexos |
| | CCXXXIII e CCXXXIV a esta Medida Provisória. |
| | Art. 139. Os Anexos VIII-A e VIII-B à Lei nº 11.344, de 8 de |
| | setembro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CCXXXV e CCXXXVI a esta Medida |
| | Provisória. |
| | Art. 140. Os Anexos XIX e XX à Lei nº 11.907, de 2 de |
| | fevereiro de 2009, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CCXXXVII e CCXXXVIII a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO LIII |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO INSTITUTO |
| | EVANDRO CHAGAS E DO CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS |
| Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 | Art. 141. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 170. A Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica | "Art. 170. A Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica |
| em Saúde Pública é constituída do cargo de Pesquisador | em Saúde Pública é constituída do cargo de Pesquisador |
| em Saúde Pública, com as seguintes classes: | em Saúde Pública <mark>, composto pelas</mark> classes <mark>A, B, C e Especial." (NR)</mark> |
| I - Assistente de Pesquisa e Investigação Biomédica; | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| II - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica | |
| Adjunto; | |
| III - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Associado; e | |
| IV - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Titular. | |
| Art. 171. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial e promoção para as classes subseqüentes da Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública: | "Art. 171 |
| I - Assistente de Pesquisa e Investigação Biomédica: | I - <mark>classe A</mark> : |
| II - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Adjunto: | II - classe B: |
| III - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Associado: | III - <mark>classe C</mark> : |
| a) ter realizado pesquisa durante pelo menos 3 (três) anos, após a obtenção do título de Doutor; e | a) ter o título de Doutor e, caso já tenha passado por promoção na carreira, ter realizado pesquisa por, pelo menos, ^seis^ anos após a obtenção do título de Doutor; e |
| IV - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Titular: | IV - <mark>classe Especial</mark> : |
| a) ter realizado pesquisas durante pelo menos 6 (seis) anos, após a obtenção do título de Doutor; e | a) ter realizado <mark>pesquisa</mark> por período equivalente a um ano para cada padrão percorrido na carreira, após a obtenção do título de Doutor; e |
| | § 1º A aceleração da promoção do cargo de Pesquisador em Saúde Pública ocorrerá nos seguintes casos: |
| | I - o servidor aprovado no estágio probatório que possuir o |
| | título de Doutor será promovido ao primeiro padrão da classe B; e |
| | II - o servidor aprovado em estágio probatório que estiver, |
| | pelo menos, no quarto padrão da classe B será promovido ao primeiro padrão da classe C, caso preencha os requisitos previstos no art. 171, caput, inciso III. |
| | § 2º Nos casos de aceleração da promoção de que trata o § 1º, será necessária a comprovação de relevante contribuição científica ou tecnológica para a área de atuação do cargo, conforme requisitos estabelecidos em ato do dirigente máximo do respectivo órgão." (NR) |
| Art. 173. A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica, com as seguintes Classes: | "Art. 173. A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica, composto pelas classes A, B, C e Especial." (NR) |



| LECISLAÇÃO ALTERADA | TEVTO ENCAMINHADO DELO EVECUTIVO |
|--|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA I - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| Júnior; | |
| II - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 1; | |
| III - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 2; | |
| IV - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica | |
| Pleno 3; e | |
| V - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Sênior. | |
| Art. 174. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial | "Art. 174 |
| e promoção para as classes subseqüentes da Carreira de | |
| Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica em Saúde Pública, além do curso superior em | |
| nível de graduação, com habilitação legal específica, | |
| quando for o caso, os seguintes: | |
| I - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica | I - <mark>classe A</mark> : ter qualificação específica para a <mark>c</mark> lasse; |
| Júnior: ter qualificação específica para a Classe; | |
| II - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica | II - <mark>classe B</mark> : |
| Pleno 1: | |
| | a) ter o grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo |
| menos, 3 (três) anos atividade de pesquisa e | |
| desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação | desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação |
| correspondente; e | correspondente; e |
| III Tanalarista em Dassuira a Investigação Disprádica | III. alassa C. |
| III - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 2: | III - Classe C: |
| a) ter o título de Doutor ou ter realizado, após a obtenção | a) ter o título de Doutor ou ter realizado, após a obtenção |
| do grau de Mestre, atividade de pesquisa e | do grau de Mestre, atividade de pesquisa e |
| desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, 5 | desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, ^seis^ |
| (cinco) anos, que lhe atribua habilitação correspondente, | anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter |
| ou ter realizado durante, pelo menos, 8 (oito) anos | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · |
| atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que | pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua |
| lhe atribua habilitação correspondente; e | habilitação correspondente; e |
| b) demonstrar capacidade de participar em projetos de | b) demonstrar capacidade de participar em projetos de |
| pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes na sua | pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes na sua |
| área de atuação, contribuindo com resultados tecnológicos | área de atuação, contribuindo com resultados tecnológicos |
| expressos em trabalhos documentados por publicações de | expressos em trabalhos documentados por publicações de |
| circulação internacional, patentes, normas, protótipos, | circulação internacional, patentes, normas, protótipos, |
| contratos de transferência de tecnologia, laudos e | contratos de transferência de tecnologia, laudos e |
| pareceres técnicos; | pareceres técnicos; e |
| IV - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica | IV - <mark>classe Especial</mark> : |
| Pleno 3: | |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, | a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante |
| pelo menos, 3 (três) anos, após a obtenção de tal título, | pelo menos ^seis^ anos, após a obtenção de tal título, |
| atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou | atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou |
| ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, | ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, |
| atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico | atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico |
| durante, pelo menos, 8 (oito) anos, que lhe atribua | durante, pelo menos, <mark>^doze</mark> ^ anos, que lhe atribua |
| habilitação correspondente, ou ter realizado durante, pelo | habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo |
| menos, 11 (onze) anos atividade de pesquisa e | menos, <mark>^quinze</mark> ^ anos atividades de pesquisa e |
| desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação | desenvolvimento tecnológico que lhe atribuam habilitação |
| correspondente; e | correspondente; e |
| b) demonstrar capacidade de realizar pesquisa e | |
| desenvolvimento tecnológico relevantes, de forma | |
| independente, contribuindo com resultados tecnológicos | por coordenação de projetos ou de grupos de pesquisa e |
| expressos em trabalhos documentados por publicações de | desenvolvimento tecnológico^, contribuindo com |
| circulação internacional, patentes, normas, protótipos, | resultados tecnológicos expressos em trabalhos |
| contratos de transferência de tecnologia, laudos e | documentados por periódicos de circulação internacional, |
| pareceres técnicos; e | patentes, normas, protótipos, contratos de transferência |
| | de tecnologia, laudos e pareceres técnicos." (NR) |
| Art. 175. A Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e | "Art. 175. A Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e |
| Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo | Investigação Biomédica em Saúde Pública é constituída |
| cargo de Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica, | pelo cargo de Técnico em Pesquisa e Investigação |
| com as seguintes Classes: | Biomédica, <mark>composto pelas</mark> classes <mark>A, B, C e Especial.</mark> " (NR) |
| I - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 1; | |
| II - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 2; e | |
| III - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 3. | "Art. 176 |
| Art. 176. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial e promoção para as Classes subsequentes da Carreira de | Art. 1/0 |
| Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em | |
| Saúde Pública, além do ensino médio ou curso equivalente | |
| completo, ter conhecimentos específicos inerentes ao | |
| cargo e, ainda mais: | |
| I - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 1: ter 1 | L- classe Δ' nossuir qualificação específica para a classe: |
| (um) ano, no mínimo, de participação em projetos de | elusse 71. possuir qualificação especifica para a classe, |
| pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou habilitação | |
| inerente à Classe; | |
| II - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 2: ter, | II - classe B: possuir certificação em eventos de capacitação |
| pelo menos, 6 (seis) anos de experiência na execução de | no campo específico de atuação do cargo e permanência |
| tarefas inerentes à Classe anterior; e | mínima de um ano no último padrão da classe |
| | imediatamente anterior; ^ |
| III - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 3: ter, | III - classe C: possuir certificação em eventos de |
| pelo menos, 12 (doze) anos de experiência na execução de | capacitação no campo específico de atuação do cargo e |
| tarefas inerentes à Classe anterior. | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | <mark>c</mark> lasse <mark>imediatamente</mark> anterior <mark>; e</mark> |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| • | IV - classe Especial: possuir certificação em eventos de |
| | capacitação no campo específico de atuação do cargo e |
| | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior." (NR) |
| Art. 178. A Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação | "Art. 178. A Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação |
| Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de | Biomédica em Saúde Pública é constituída pelo cargo de |
| Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, | Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, |
| com as seguintes Classes: | composto pelas classes A, B, C e Especial." (NR) |
| | |
| I - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica Júnior; | |
| · | |
| II - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica 1; | |
| III - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica 2; | |
| IV - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica 3; e | |
| | |
| V - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica Sênior. | |
| Art. 179. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial | "Art. 179 |
| e promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de | |
| Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde | |
| Pública, além do curso superior, em nível de graduação, | |
| concluído, os seguintes: | |
| I - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | I - <mark>classe A</mark> : ter qualificação específica para a classe; |
| Biomédica Júnior: ter qualificação específica para a Classe; | |
| II - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | II - <mark>classe B</mark> : |
| Biomédica 1: | |
| | a) ter grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo |
| | menos, ^cinco^ anos atividade de gestão, planejamento ou |
| infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação | infraestrutura na área de Pesquisa e Investigação |
| Biomédica em Saúde Pública, que lhe atribua habilitação | |
| correspondente; e | correspondente; e |
| III. Analista da Costão em Dosmilio a liversidado. | III. places C. |
| III - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | iii - <mark>ciasse C</mark> : |
| Biomédica 2: | |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO

- a) ter o título de Doutor ou ter exercido durante, pelo menos, 5 (cinco) anos, após a obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, que lhe atribuam habilitação correspondente ou ainda ter realizado durante, pelo menos, 8 (oito) anos atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe atribuam habilitação correspondente; e
- b) ter realizado, sob supervisão, trabalhos interdisciplinares ou sistemas de suporte relevantes para o apoio científico e tecnológico consubstanciados por elaboração ou gerenciamento de planos, programas, projetos e estudos específicos com divulgação interinstitucional;
- IV Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica 3:
- a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, pelo menos, 3 (três) anos, após a obtenção de tal título, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, ou ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura, durante, pelo menos, 8 (oito) anos, que lhe atribuam habilitação correspondente, ou ter realizado durante, pelo menos, 11 (onze) anos atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe atribuam habilitação correspondente; e
- b) ter realizado, de forma independente, trabalhos interdisciplinares ou sistemas de suporte relevantes para o apoio científico e tecnológico, consubstanciados por desenvolvimento de sistemas de infra-estrutura, elaboração ou coordenação de planos, programas, projetos e estudos específicos de divulgação nacional; e
- V Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica Sênior:

- a) ter o título de Doutor ou ter exercido durante, pelo menos, ^seis^ anos, após a obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infraestrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, que lhe atribuam habilitação correspondente ou ainda ter realizado durante, pelo menos, ^nove^ anos atividades de gestão, planejamento e infraestrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe atribuam habilitação correspondente; e
- b) ter realizado, sob supervisão, trabalhos interdisciplinares ou sistemas de suporte relevantes para o apoio científico e tecnológico consubstanciados por elaboração ou gerenciamento de planos, programas, projetos e estudos específicos com divulgação interinstitucional; e

IV - classe Especial:

- a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, pelo menos, ^seis^ anos, após a obtenção de tal título, atividades de gestão, planejamento e infraestrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, ou ter realizado, após obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infraestrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, durante, pelo menos, ^doze^ anos, que lhe atribuam habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo menos, ^quinze^ anos atividades de gestão, planejamento e infraestrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe atribuam habilitação correspondente; e
- b) ter reconhecimento em sua área de atuação, aferida por uma relevante contribuição e consubstanciada por orientação de equipes interdisciplinares ou de profissionais especializados, treinamentos ofertados, coordenação de planos, programas, projetos e trabalhos publicados." (NR)



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, pelo menos, 6 (seis) anos, após a obtenção de tal título, atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, ou ter realizado, após obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, durante, pelo menos, 11 (onze) anos, que lhe atribuam habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo menos, 14 (quatorze) anos atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| atribuam habilitação correspondente; e b) ter reconhecimento em sua área de atuação, aferida por uma relevante contribuição e consubstanciada por orientação de equipes interdisciplinares ou de profissionais especializados, treinamentos ofertados, coordenação de planos, programas, projetos e trabalhos publicados. Art. 180. A Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, com as seguintes Classes: | "Art. 180. A Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é constituída pelo cargo de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, composto pelas classes A, B, C e |
| Art. 181. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial e promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, além do ensino médio ou curso equivalente concluído, ter conhecimentos específicos inerentes ao cargo e, ainda: | Especial." (NR) "Art. 181 |
| I - Assistente Técnico de Gestão 1: ter 1 (um) ano, no mínimo, de experiência na execução de tarefas inerentes à Classe; II - Assistente Técnico de Gestão 2: ter, pelo menos, 6 (seis) anos de experiência na execução de tarefas inerentes à | II - B: possuir certificação em eventos de capacitação no |
| Classe; e III - Assistente Técnico de Gestão 3: ter, pelo menos, 12 | mínima de um ano no último padrão da classe imediatamente anterior; ^ III - classe C: possuir certificação em eventos de capacitação no campo específico de atuação do cargo e permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior; e IV - classe Especial: possuir certificação em eventos de capacitação no campo específico de atuação do cargo e permanência mínima de um ano no último padrão da classe imediatamente anterior." (NR) |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Art. 182. O cargo isolado de Especialista em Pesquisa e | "Art. 182. |
| Investigação Biomédica em Saúde Pública destina-se a profissionais habilitados a exercer atribuições de alto nível de complexidade voltadas às atividades especializadas de desenvolvimento tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública. | AIL 102. |
| § 2º São pré-requisitos para ingresso no cargo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública: | § 2º |
| I - ter realizado pesquisas voltadas às atividades especializadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública durante, pelo menos, 6 (seis) anos, após a obtenção do título de Doutor; e | I - ter realizado pesquisas voltadas às atividades especializadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública durante, pelo menos, ^doze^ anos, após a obtenção do título de Doutor; e |
| Art. 202. Para fins de incorporação da GDAPIB aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: | "Art. 202. Para fins de incorporação da GDAPIB aos proventos de aposentadoria ^, serão adotados os seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDAPIB será a partir de 10 de julho de 2008, correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, observados o nível, a classe e o padrão do servidor que lhes deu origem; e | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou |
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de que tratam os art. 87 a art. 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016; ou |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem, beneficiários da GDAPIB, se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a pontuação constante do inciso I do caput deste artigo; e b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> <u>18 de junho de 2004</u> . | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| - | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão |
| | instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação |
| | corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a |
| | classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II do |
| | caput e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> |
| | 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda |
| | Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, |
| | conforme a data de cumprimento dos respectivos |
| | requisitos, observado o disposto na <u>Lei nº 12.618, de 30 de</u> |
| | abril de 2012." (NR) |
| | Art. 142. Os Anexos CXVII, CXVIII, CXX, CXXIII, CXXIV, CXXV |
| | e CXXVI à <u>Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009</u> , passam |
| | a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCXXXIX, |
| | CCXL, CCXLI, CCXLII, CCXLIV e CCXLV a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO LIV |
| | DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ |
| Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 | Art. 143 . A <u>Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006</u> , passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 14. A Carreira de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, | • |
| Produção e Inovação em Saúde Pública é constituída do | Produção e Inovação em Saúde Pública é constituída do |
| cargo de Pesquisador em Saúde Pública, com as seguintes | cargo de Pesquisador em Saúde Pública, com as ^ classes |
| Classes: | Especial, C, B e A." (NR) |
| I - Pesquisador em Saúde Titular; | |
| II - Pesquisador em Saúde Associado; | |
| III - Pesquisador em Saúde Adjunto; e | |
| IV - Assistente de Pesquisa em Saúde. | WA 1 45 |
| Art. 15. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e | "Art. 15 |
| promoção para as Classes subsequentes da Carreira de | |
| Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública: | |
| Saude Publica: | |
| | |
| I - Pesquisador em Saúde Titular: | I - <mark>classe Especial</mark> : |
| a) ter realizado pesquisas durante pelo menos 6 (seis) | a) ter realizado <mark>pesquisa</mark> <mark>pelo período de um ano em cada</mark> |
| anos, após a obtenção do título de Doutor; e | padrão em que esteve posicionado na carreira, após a |
| | obtenção do título de Doutor; e |
| | |
| II - Pesquisador em Saúde Associado: | II - <mark>classe C</mark> : |
| a) ter realizado pesquisa durante pelo menos 3 (três) anos, | |
| após a obtenção do título de Doutor; e | promoção na carreira, ter realizado pesquisa por, pelo |
| | menos <mark>, ^seis^</mark> anos após a obtenção do título de Doutor; e |
| III. Dannidas dan ara Carida Adir ata | III. alassa B. |
| III - Pesquisador em Saúde Adjunto: | III - <mark>classe B</mark> : |
| | |



| LEGICI ACÃO ALTERADA | TEVTO ENGANGANIA DO RELO EVECUTIVO |
|---|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| b) ter realizado pesquisa relevante em sua área de | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · |
| atuação; | atuação; e |
| IV - Assistente de Pesquisa em Saúde: | IV - <mark>classe A</mark> : |
| | S 10 A produce and a promotion do promotion down |
| | § 1º A aceleração da promoção do cargo de Pesquisador em Saúde Pública ocorrerá nos seguintes casos: |
| | I - o servidor aprovado no estágio probatório que possuir o |
| | título de Doutor será promovido ao primeiro padrão da |
| | classe B; e |
| | II - o servidor aprovado no estágio probatório que estiver, |
| | pelo menos, no quarto padrão da classe B será promovido |
| | ao primeiro padrão da classe C, caso preencha os |
| | requisitos previstos no do art. 15, caput, inciso II. |
| | § 2º Nos casos de aceleração da promoção de que trata o § |
| | 1º, será necessária a comprovação de relevante |
| | contribuição científica ou tecnológica para a área de |
| | atuação do cargo, conforme requisitos estabelecidos em |
| | ato do dirigente máximo da Fiocruz." (NR) |
| Art. 17. A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em | "Art. 17. A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em |
| Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública | Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública |
| é composta pelo cargo de Tecnologista em Saúde Pública, | é composta pelo cargo de Tecnologista em Saúde Pública, |
| com as seguintes Classes: | com as ^ <mark>c</mark> lasses <mark>Especial, C, B e A.</mark> " (NR) |
| I - Tecnologista em Saúde Sênior; | |
| II - Tecnologista em Saúde Pleno 3; | |
| III - Tecnologista em Saúde Pleno 2; | |
| IV - Tecnologista em Saúde Pleno 1; e | |
| V - Tecnologista em Saúde Júnior. | |
| Art. 18. A Carreira de Suporte Técnico em Ciência, | "Art. 18. A Carreira de Suporte Técnico em Ciência, |
| Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública é | Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública é |
| composta pelo cargo de Técnico em Saúde Pública, com as | composta pelo cargo de Técnico em Saúde Pública, com as |
| seguintes Classes: | ^ Classes Especial, C, B e A." (NR) |
| I - Técnico em Saúde 3; | |
| II - Técnico em Saúde 2; e | |
| III - Técnico em Saúde 1. | //A |
| Art. 19. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e | "Art. 19 |
| promoção para as Classes subsequentes da Carreira de | |
| Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, | |
| Produção e Inovação em Saúde Pública, além do curso superior em pívol do graduação, com babilitação logal | |
| superior em nível de graduação, com habilitação legal específica, quando for o caso, os seguintes: | |
| I - Tecnologista em Saúde Sênior: | I - classe Especial: |
| 1 - Techologista etti saude settiot. | i - <mark>ciasse Especiai</mark> . |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante pelo menos 6 (seis) anos, após a obtenção de tal título, pelo menos ^seis^ anos, após a obtenção de tal título, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, 11 (onze) anos, que lhe atribua durante, pelo menos, doze anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo menos, 14 (quatorze) anos atividades de pesquisa e menos, 'quinze' anos atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribuam habilitação desenvolvimento tecnológico que lhe atribuam habilitação correspondente; e correspondente; e II - classe C: II - Tecnologista em Saúde Pleno 3: a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, a) ter o título de Doutor ^ ou ter realizado, após a pelo menos, 3 (três) anos, após a obtenção de tal título, obtenção do grau de Mestre, atividade de pesquisa e atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, ^seis^ ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado durante, pelo menos, ^nove^ anos atividade de atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, 8 (oito) anos, que lhe atribua pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado durante, pelo habilitação correspondente; e menos, 11 (onze) anos atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação correspondente; e b) demonstrar capacidade de realizar pesquisa b) demonstrar capacidade de participar em projetos de desenvolvimento tecnológico relevantes, pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes na sua forma independente, contribuindo com resultados tecnológicos área de atuação, contribuindo com resultados tecnológicos expressos em trabalhos documentados por publicações de expressos em trabalhos documentados por publicações de circulação internacional, patentes, normas, protótipos, circulação internacional, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos; pareceres técnicos; III - classe B: III - Tecnologista em Saúde Pleno 2: a) ter o título de Doutor ou ter realizado, após a obtenção a) ter o ^ grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo Mestre, atividade de pesquisa de menos, ^cinco^ anos atividade de pesquisa desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, 5 desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação (cinco) anos, que lhe atribua habilitação correspondente, correspondente; e ou ter realizado durante, pelo menos, 8 (oito) anos atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação correspondente; e b) demonstrar capacidade de participar em projetos de participado projetos pesquisa pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes na sua desenvolvimento tecnológico ^; e área de atuação, contribuindo com resultados tecnológicos expressos em trabalhos documentados por publicações de circulação internacional, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos; IV - Tecnologista em Saúde Pleno 1: IV - classe A: ter qualificação específica para a classe." (NR)



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| a) ter o grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo | |
| menos, 3 (três) anos atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação | |
| correspondente; e | |
| b) ter participado de projetos de pesquisa e | |
| desenvolvimento tecnológico; | |
| V - Tecnologista em Saúde Júnior: ter qualificação | |
| específica para a Classe. | |
| Art. 20. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e | "Art. 20 |
| promoção para as Classes subsequentes da Carreira de | |
| Suporte Técnico em Ciência, Tecnologia, Produção e | |
| Inovação em Saúde Pública, além do ensino médio ou curso equivalente completo, ter conhecimentos específicos | |
| inerentes ao cargo e, ainda mais: | |
| I - Técnico em Saúde 3: ter, pelo menos, 12 (doze) anos de | I - <mark>classe Especial</mark> : possuir, pelo menos, <mark>um ano</mark> de |
| experiência na execução de tarefas inerentes à Classe; | experiência no último padrão da classe imediatamente |
| | anterior; |
| II - Técnico em Saúde 2: ter, pelo menos, 6 (seis) anos de | II - <mark>classe C</mark> : possuir, pelo menos, <mark>um ano</mark> de experiência <mark>no</mark> |
| experiência na execução de tarefas inerentes à Classe; e | <mark>último padrão da</mark> <mark>c</mark> lasse <mark>imediatamente anterior</mark> ; ^ |
| III - Técnico em Saúde 1: ter 1 (um) ano, no mínimo, de | |
| participação em projetos de pesquisa e desenvolvimento | no último padrão da classe imediatamente anterior; e |
| tecnológico ou habilitação inerente à Classe. | IV - classe A: possuir um ano, no mínimo, de participação |
| | em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou |
| | habilitação inerente à classe." (NR) |
| Art. 22. A Carreira de Gestão em Ciência, Tecnologia, | "Art. 22. A Carreira de Gestão em Ciência, Tecnologia, |
| Produção e Inovação em Saúde Pública é composta pelo | Produção e Inovação em Saúde Pública é composta pelo |
| cargo de Analista de Gestão em Saúde, com as seguintes | cargo de Analista de Gestão em Saúde, com as ^ Classes |
| Classes: | Especial, C, B e A." (NR) |
| | |
| I - Analista de Gestão em Saúde Sênior; | |
| II - Analista de Gestão em Saúde 3; | |
| III - Analista de Gestão em Saúde 2; | |
| IV - Analista de Gestão em Saúde 1; e | |
| V - Analista de Gestão em Saúde Júnior. | |
| Art. 23. A Carreira de Suporte à Gestão em Ciência, | "Art. 23. A Carreira de Suporte à Gestão em Ciência, |
| Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública é | Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública é |
| composta pelo cargo de Assistente Técnico de Gestão em | composta pelo cargo de Assistente Técnico de Gestão em |
| Saúde, com as seguintes Classes: | Saúde, com as ^ Classes Especial, C, B e A." (NR) |
| I - Assistente Técnico de Gestão 3; | |
| II - Assistente Técnico de Gestão 2; e | |
| ii 7.05/3/citic recitied de desido 2, e | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| III - Assistente Técnico de Gestão 1. | |
| Art. 24. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, além do curso superior, em nível de graduação, concluído, os seguintes: I - Analista de Gestão em Saúde Sênior: a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, pelo menos, 6 (seis) anos, após a obtenção de tal título, atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde, ou ter realizado, após obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde, | "Art. 24 |
| durante, pelo menos, 11 (onze) anos, que lhe atribuam habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo menos, 14 (quatorze) anos atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde que lhe atribuam habilitação correspondente; | durante, pelo menos, ^doze^ anos, que lhe atribuam habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo menos, ^quinze^ anos atividades de gestão, planejamento e infraestrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde que lhe atribuam habilitação correspondente; |
| II - Analista de Gestão em Saúde 3: a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, | II - classe C: a) ter o título de Doutor ^ ou ter exercido durante, pelo |
| pelo menos, 3 (três) anos, após a obtenção de tal título, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde, ou ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura, durante, pelo menos, 8 (oito) anos, que lhe atribuam habilitação correspondente, ou ter realizado durante, pelo menos, 11 (onze) anos atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde que lhe atribuam habilitação correspondente; | menos, ^seis^ anos, após a obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infraestrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde, que lhe atribuam habilitação correspondente ou ainda ter realizado durante, pelo menos, ^nove^ anos atividades de gestão, planejamento e infraestrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde que lhe atribuam habilitação correspondente; |
| b) ter realizado, de forma independente, trabalhos interdisciplinares ou sistemas de suporte relevantes para o apoio científico e tecnológico, consubstanciados por desenvolvimento de sistemas de infra-estrutura, elaboração ou coordenação de planos, programas, projetos e estudos específicos de divulgação nacional; III - Analista de Gestão em Saúde 2: | b) ter realizado, sob supervisão, trabalhos interdisciplinares ou sistemas de suporte relevantes para o apoio científico e tecnológico^ consubstanciados por ^ elaboração ou gerenciamento de planos, programas, projetos e estudos específicos com divulgação interinstitucional; III - classe B: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| a) ter o título de Doutor ou ter exercido durante, pelo | a) ter ^ grau de Mestre ou ^ ter realizado durante, pelo |
| menos, 5 (cinco) anos, após a obtenção do grau de Mestre, | menos, ^cinco^ anos atividade de gestão, planejamento ou |
| atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na | infraestrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e |
| área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde, | |
| que lhe atribuam habilitação correspondente ou ainda ter | |
| realizado durante, pelo menos, 8 (oito) anos atividades de | correspondente, c |
| gestão, planejamento e infra-estrutura na área de | |
| Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde que lhe | |
| atribuam habilitação correspondente; | |
| | b) ter participado de ^ trabalhos interdisciplinares ou da |
| , | elaboração de sistemas de suporte, de relatórios técnicos e |
| l ' | de projetos correlacionados com a área de Pesquisa, |
| elaboração ou gerenciamento de planos, programas, | |
| projetos e estudos específicos com divulgação | r roudyady del viços e destad em dadae, e |
| interinstitucional; | |
| IV - Analista de Gestão em Saúde 1: | IV - classe A: ter qualificação específica para a classe." (NR) |
| a) ter grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo | |
| menos, 3 (três) anos atividade de gestão, planejamento ou | |
| infra-estrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e | |
| Gestão em Saúde, que lhe atribua habilitação | |
| correspondente; e | |
| b) ter participado de trabalhos interdisciplinares ou da | |
| elaboração de sistemas de suporte, de relatórios técnicos e | |
| de projetos correlacionados com a área de Pesquisa, | |
| Produção, Serviços e Gestão em Saúde; | |
| V - Analista de Gestão em Saúde Júnior: ter qualificação | |
| específica para a Classe. | |
| Art. 25. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e | "Art. 25 |
| promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de | |
| Suporte à Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e | |
| Inovação em Saúde Pública, além do ensino médio ou | |
| curso equivalente concluído, ter conhecimentos | |
| específicos inerentes ao cargo e, ainda: | |
| I - Assistente Técnico de Gestão 3: ter, pelo menos, 12 | |
| (doze) anos de experiência na execução de tarefas | experiência <mark>no último padrão da</mark> classe <mark>imediatamente</mark> |
| inerentes à Classe; | anterior; |
| II - Assistente Técnico de Gestão 2: ter, pelo menos, 6 (seis) | |
| anos de experiência na execução de tarefas inerentes à | último padrão da classe <mark>imediatamente anterior</mark> ; |
| Classe; | |
| III - Assistente Técnico de Gestão 1: ter 1 (um) ano, no | |
| mínimo, de experiência na execução de tarefas inerentes à | no último padrão da <mark>c</mark> lasse <mark>imediatamente anterior; e</mark> |
| Classe. | |
| | IV - classe A: possuir um ano, no mínimo, de experiência na |
| | execução de tarefas inerentes à classe." (NR) |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| Art. 26. O cargo isolado de Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública destina-se a profissionais habilitados a exercer atribuições de alto nível de complexidade voltadas às atividades especializadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde. | "Art. 26 |
| Parágrafo único. São pré-requisitos para ingresso no cargo de Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública: | Parágrafo único. |
| I - ter realizado pesquisas voltadas às atividades especializadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde durante, pelo menos, 6 (seis) anos, após a obtenção do título de Doutor; e | I - ter realizado pesquisas voltadas às atividades especializadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde durante, pelo menos, ^doze^ anos, após a obtenção do título de Doutor; e |
| | "Art. 41-F. Fica instituído o Reconhecimento de Resultados e Aprendizagem — RRA como equivalência da titulação exigida para os cargos de nível superior das Carreiras de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e de Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, para fins de percepção da RT. |
| | § 1º O RRA será devido, mediante requerimento, como retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura dos cargos de que trata o caput. |
| | § 2º O RRA será concedido ao servidor que esteja em efetivo exercício nas unidades da Fiocruz em atividades inerentes às atribuições dos cargos de que trata o caput. § 3º O RRA poderá ser concedido em três níveis, |
| | exclusivamente para fins de percepção da RT, de acordo com as seguintes equivalências, conforme o constante do Anexo IX-C: I - RRA 1, que equivalerá à RT - Especialização; |
| | II - RRA 2, que equivalerá à RT - Mestrado; e III - RRA 3, que equivalerá à RT - Doutorado. |
| | § 4º A concessão do RRA 3 fica condicionada, além de outros requisitos estabelecidos em regulamento, a, no mínimo, titulação de mestrado ou entrega excepcional que traga contribuição relevante para a saúde pública no País, atestada pela autoridade máxima da Fiocruz. |
| | § 5º Em nenhuma hipótese o RRA poderá ser utilizado para fins de equiparação de titulação para cumprimento de requisitos para progressão e promoção na Carreira. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | § 6º Para fazer jus ao RRA, os titulares dos cargos de que |
| | trata o caput deverão comprovar, na forma estabelecida |
| | <mark>em regulamento, pontuação para um ou mais dos</mark> |
| | seguintes requisitos: |
| | I - inovação em produtos, técnicas e processos; |
| | II - produção científica ou técnica; |
| | III - participação na gestão institucional; |
| | IV - capacitação profissional; e V - participação em atividades de caráter pedagógico. |
| | § 7º Regulamento disporá sobre a concessão do RRA, o |
| | qual deverá conter: |
| | I - critérios objetivos e mensuráveis, baseados em |
| | informações e dados de acesso público; e |
| | II - definição de recorte temporal para as aquisições de |
| | aprendizagem e resultados alcançados pelo servidor que |
| | não ultrapasse os últimos cinco anos anteriores à data de |
| | requerimento do RRA. |
| | § 8º O disposto no inciso II do § 7º não se aplica à titulação |
| | de mestrado ou à entrega excepcional que traga |
| | contribuição relevante para a saúde pública no País. § 9º Os efeitos financeiros do RRA ocorrerão a partir da |
| | data de sua concessão e não retroagirão à data do seu |
| | requerimento." (NR) |
| | Art. 144. Os Anexos VI, VII, IX-A, IX-B, IX-C e IX-D à Lei nº |
| | 11.355, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar na |
| | forma dos Anexos CCXLVI, CCXLVII, CCXLVIII, CCXLIX, CCL e |
| | CCLI a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LV |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO INSTITUTO |
| | NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO |
| Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 | Art. 145 . A Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 50. O Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro é | "Art. 50 |
| composto pelas seguintes Carreiras e cargos: | |
| II - Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento em Metrologia | · |
| e Qualidade, estruturada nas Classes C, B e A, composta de | e Qualidade, estruturada nas <mark>c</mark> lasses <mark>Especial,</mark> C, B e A, |
| cargos de nível superior de Pesquisador-Tecnologista em | composta de cargos de nível superior de Pesquisador- |
| Metrologia e Qualidade, com atribuições voltadas às | Tecnologista em Metrologia e Qualidade, com atribuições |
| atividades especializadas de pesquisa, planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução | voltadas às atividades especializadas de pesquisa, planejamento, coordenação, fiscalização, assistência |
| de projetos em metrologia e qualidade e a outras | técnica e execução de projetos em metrologia e qualidade |
| atividades relacionadas com a metrologia legal, científica e | e a outras atividades relacionadas com a metrologia legal, |
| industrial, qualidade, regulamentação, acreditação, | científica e industrial, qualidade, regulamentação, |
| superação de barreiras técnicas, avaliação da | acreditação, superação de barreiras técnicas, avaliação da |
| conformidade e informação tecnológica; | conformidade e informação tecnológica; |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** III - Carreira de Suporte Técnico à Metrologia e Qualidade, III - Carreira de Suporte Técnico à Metrologia e Qualidade, estruturada nas Classes C, B e A, composta de cargos de estruturada nas <mark>c</mark>lasses <mark>Especial,</mark> C, B e A, composta de nível intermediário de Técnico em Metrologia e Qualidade, cargos de nível intermediário de Técnico em Metrologia e com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico Qualidade, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio especializado às atividades de metrologia legal, científica e técnico especializado às atividades de metrologia legal, industrial, qualidade, regulamentação, acreditação, científica e industrial, qualidade, regulamentação, acreditação, superação de barreiras técnicas, avaliação da superação de barreiras técnicas, avaliação conformidade e informação tecnológica; conformidade e informação tecnológica; IV - Carreira de Gestão em Metrologia e Qualidade, IV - Carreira de Gestão em Metrologia e Qualidade, estruturada nas Classes C, B e A, composta de cargos de estruturada nas classes Especial, C, B e A, composta de cargos de nível superior de Analista Executivo em nível superior de Analista Executivo em Metrologia e Qualidade, com atribuições voltadas para o exercício de Metrologia e Qualidade, com atribuições voltadas para o atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício exercício de atividades administrativas e logísticas relativas das competências institucionais e legais a cargo do ao exercício das competências institucionais e legais a Inmetro; cargo do Inmetro; V - Carreira de Suporte à Gestão em Metrologia e V - Carreira de Suporte à Gestão em Metrologia e Qualidade, estruturada nas Classes C, B e A, composta de Qualidade, estruturada nas classes Especial, C, B e A, cargos de nível intermediário de Assistente Executivo em composta de cargos de nível intermediário de Assistente Metrologia e Qualidade, com atribuições voltadas para o Executivo em Metrologia e Qualidade, com atribuições exercício de atividades administrativas e logísticas de nível voltadas para o exercício de atividades administrativas e intermediário, relativas ao exercício das competências logísticas de nível intermediário, relativas ao exercício das institucionais e legais a cargo do Inmetro; e competências institucionais e legais a cargo do Inmetro; e Art. 52. Fica criado o Comitê do Plano de Carreiras e Cargos Art. 52. Fica criado o Comitê do Plano de Carreiras e do Inmetro - CPCI, com a finalidade de assessorar os Cargos do Inmetro – CPCI, com a finalidade de assessorar o Ministros de Estado do Planejamento, Orcamento e Gestão Ministro de Estado ^ do Desenvolvimento, Indústria<mark>,</mark> e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na Comércio e Serviços na elaboração da política de recursos elaboração da política de recursos humanos para o humanos para o Inmetro, ao qual caberá, em especial: Inmetro, cabendo-lhe, em especial: Art. 53. O CPCI será constituído por 9 (nove) membros, Art. 53. O CPCI será constituído por **oito** membros, **dos** sendo: <mark>quais</mark>: § 3º Os membros do CPCI serão designados em ato § 3º Os membros do CPCI serão designados em ato do conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Ministro de Estado ^ do Desenvolvimento, Indústria, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços. Comércio Exterior. Art. 55. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de "Art. 55. que tratam os incisos I a V do caput do art. 50 desta Lei dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a legislação específica.



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| § 5º Para investidura nos cargos referidos no § 4º deste | § 5º Para investidura nos cargos a que se refere o § 4º ^, |
| artigo, será exigido título de Doutor, com experiência em | será exigido título de Doutor, com experiência em |
| atividades relevantes comprovadas, durante pelo menos | atividades relevantes comprovadas, durante, pelo menos, |
| 10 (dez) anos após a obtenção do título, na área de | ^quatorze^ anos após a obtenção do título, na área de |
| atuação estabelecida para o concurso, e demais requisitos | atuação estabelecida para o concurso, e demais requisitos |
| estabelecidos no edital. | estabelecidos em edital." (NR) |
| Art. 56. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e | "Art. 56. |
| promoção às Classes dos cargos de Pesquisador- | |
| Tecnologista em Metrologia e Qualidade e de Analista | |
| Executivo em Metrologia e Qualidade: | |
| I - Classe A: | I - <mark>c</mark> lasse <mark>Especial</mark> : |
| a) ter realizado, durante pelo menos 12 (doze) anos, | a) ter <mark>o título de Doutor e permanência mínima de um ano</mark> |
| atividades relevantes em sua área de atuação; ou | no último padrão da classe imediatamente anterior; ^ |
| b) ter realizado, durante pelo menos 10 (dez) anos, | b) ter o título de Mestre e permanência mínima de dois |
| atividades relevantes em sua área de atuação e possuir | anos no último padrão da classe imediatamente anterior; ^ |
| especialização em sua área de atuação; ou | |
| c) ter o título de Mestre e ter realizado, durante o período | c) ter <mark>especialização em sua área de atuação e</mark> |
| de pelo menos 8 (oito) anos, atividades relevantes em sua | permanência mínima de três anos no último padrão da |
| área de atuação; ou | <mark>classe imediatamente anterior</mark> ; ou |
| d) ter o título de Doutor e ter realizado, durante o período | d) ter <mark>permanência mínima de quatro</mark> anos no último |
| de pelo menos 6 (seis) anos, atividades relevantes em sua | padrão da classe imediatamente anterior; |
| área de atuação; | _ |
| II - Classe B: | II - classe <mark>C</mark> : |
| a) ter realizado, durante pelo menos 6 (seis) anos, | a) ter <mark>o título de Doutor e permanência mínima de um ano</mark> |
| atividades relevantes em sua área de atuação; ou | no último padrão da classe imediatamente anterior; ou |
| b) ter realizado, durante pelo menos 5 (cinco) anos, | b) ter <mark>o título de Mestre e permanência mínima de dois</mark> |
| atividades relevantes em sua área de atuação e possuir | anos no último padrão da classe imediatamente anterior; ^ |
| especialização em sua área de atuação; ou | |
| c) ter o título de Mestre e ter realizado, durante o período | c) ter especialização em sua área de atuação e |
| de pelo menos 4 (quatro) anos, atividades relevantes em | permanência mínima de três anos no último padrão da |
| sua área de atuação; ou | classe imediatamente anterior; ou |
| d) ter o título de Doutor e ter realizado, durante o período | d) ter permanência mínima de quatro anos no último |
| de pelo menos 3 (três) anos, atividades relevantes em sua | padrão da classe imediatamente anterior; |
| área de atuação. III - Classe C: diploma de graduação em nível superior. | III - classe <mark>B</mark> : |
| in - Classe C. dipiorna de graduação em nivei superior. | a) ter o título de Doutor e permanência mínima de um ano |
| | no último padrão da classe imediatamente anterior; |
| | b) ter o título de Mestre e permanência mínima de dois |
| | anos no último padrão da classe imediatamente anterior; |
| | c) ter especialização em sua área de atuação e |
| | permanência mínima de três anos no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior; ou |
| | d) ter permanência mínima de quatro anos no último |
| | padrão da classe imediatamente anterior; ou |
| | IV - classe A: ter qualificação específica para a classe. |
| | the state of t |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** § 1º O Pesquisador-Tecnologista em Metrologia O Pesquisador-Tecnologista em Metrologia Qualidade da Classe A deverá ter, adicionalmente, Qualidade da classe Especial deverá ter, adicionalmente, reconhecido desempenho em sua área de atuação, aferido reconhecido desempenho em sua área de atuação, aferido por continuada contribuição, devidamente por continuada contribuição, devidamente consubstanciada, contribuindo com resultados expressos consubstanciada, contribuindo com resultados expressos em trabalhos documentados por periódicos de circulação em trabalhos documentados por periódicos de circulação internacional, por patentes, por normas, por protótipos, internacional, patentes, normas, protótipos, contratos de por contratos de transferência de tecnologia, por laudos, transferência de tecnologia, laudos ou pareceres técnicos, ou por pareceres técnicos, ou pelo exercício de atividades ou pelo exercício de atividades de apoio à direção, à direção, coordenação, organização, coordenação, à organização, ao planejamento, ao controle e à avaliação de projetos, em todos os casos, em planejamento, controle e avaliação de projetos, em todos os casos, em quantidade e qualidade relevantes. quantidade e qualidade relevantes. § 2º O Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e § 2º O Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade da Classe B deverá, adicionalmente, demonstrar Qualidade da classe C deverá, adicionalmente, demonstrar capacidade de participar de projetos na sua área de capacidade de participar de projetos na sua área de atuação, contribuindo com resultados expressos em atuação, contribuindo com resultados expressos em trabalhos documentados por publicações de circulação trabalhos documentados por publicações de circulação internacional, por patentes, por normas, por protótipos, internacional, ^ patentes, ^ normas, ^ protótipos, ^ por contratos de transferência de tecnologia, por laudos ou contratos de transferência de tecnologia, ^ laudos ou pareceres técnicos, ou por ter realizado trabalhos pareceres técnicos, ou por ter realizado trabalhos interdisciplinares, ou sistemas de suporte em sua área de interdisciplinares ou sistemas de suporte em sua área de atuação, consubstanciados por elaboração atuação, consubstanciados por elaboração gerenciamento de planos, por programas, por projetos e gerenciamento de planos, ^ programas, ^ projetos e estudos específicos, com divulgação interinstitucional, em estudos específicos, com divulgação interinstitucional, em todos os casos, em quantidade e qualidade relevantes. todos os casos, em quantidade e qualidade relevantes. § 3º A aceleração da promoção do cargo de Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade ocorrerá nos seguintes casos: I - o servidor aprovado no estágio probatório que possuir o título de Doutor será promovido ao primeiro padrão da classe B; e II - o servidor aprovado no estágio probatório que estiver, pelo menos, no quarto padrão da classe B será promovido ao primeiro padrão da classe C, caso seja detentor do título de Mestre e possua, pelo menos, dez anos de experiência após a titulação, ou seja detentor do título de Doutor e possua, pelo menos, cinco anos de experiência após a titulação. § 4º Nos casos de aceleração da promoção de que trata o § 3º, será necessária a comprovação de relevante contribuição científica ou tecnológica para a área de atuação do cargo, conforme requisitos estabelecidos em ato do dirigente máximo do Inmetro." (NR)



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| Art. 57. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e | "Art. 57 |
| promoção às Classes subsequentes dos cargos de Técnico | |
| em Metrologia e Qualidade e de Assistente Executivo em | |
| Metrologia e Qualidade: I - Classes A e B: ter, pelo menos, 6 (seis) anos de | La classa Espacial: permanência mínima de um ano no |
| | último padrão da classe imediatamente anterior e possuir |
| imediatamente anterior e possuir certificação em eventos | |
| de capacitação; e | |
| II - Classe C: certificado de conclusão de ensino médio ou | II - classe C: permanência mínima de um ano no último |
| equivalente. | padrão da classe imediatamente anterior e possuir |
| | certificação em eventos de capacitação; |
| | III - classe B: permanência mínima de um ano no último |
| | padrão da classe imediatamente anterior e possuir certificação em eventos de capacitação; e |
| | IV - classe A: certificado de conclusão de ensino médio ou |
| | equivalente." (NR) |
| | Art. 146. Os Anexos X, XI, XI-A, XI-B, XI-C e XII à Lei nº |
| | 11.355, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar na |
| | forma dos Anexos CCLII, CCLIII, CCLIV, CCLV, CCLVI e CCLVII |
| | a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LVI |
| | DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI |
| Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 | Art. 147. A Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passa |
| <u>Let II = 11.333, de 13 de odtabio de 2000</u> | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 90. O Plano de Carreiras e Cargos do Inpi é composto | "Art. 90. |
| pelas seguintes Carreiras e cargos: | |
| | |
| III - Carreira de Produção e Análise em Propriedade | · |
| Industrial, estruturada nas Classes A, B, C, D e Especial, | <u> </u> |
| , | composta de cargo de Tecnologista em Propriedade Industrial, de nível superior, com atribuições de natureza |
| técnica especializada, voltadas aos exames de pedidos e | • |
| elaboração de pareceres técnicos para concessão de | elaboração de pareceres técnicos para concessão de |
| direitos relativos ao registro de marcas, de desenho | direitos relativos ao registro de marcas, de desenho |
| industrial e de indicações geográficas, entre outros; | industrial e de indicações geográficas, entre outros; |
| desenvolvimento de ações e projetos de divulgação e | desenvolvimento de ações e projetos de divulgação e |
| fortalecimento da propriedade industrial e realização de | fortalecimento da propriedade industrial e realização de |
| estudos técnicos relativos à área; | estudos técnicos relativos à área; |
| IV - Carreira de Suporte Técnico em Propriedade Industrial, estruturada nas Classes A, B e Especial, composta de cargo | IV - Carreira de Suporte Técnico em Propriedade Industrial, |
| de Técnico em Propriedade Industrial, de nível | estruturada nas classes A, B, <mark>C</mark> e Especial, composta de cargo de Técnico em Propriedade Industrial, de nível |
| intermediário, com atribuições voltadas para o suporte e o | intermediário, com atribuições voltadas para o suporte e o |
| apoio técnico especializado em matéria de propriedade | apoio técnico especializado em matéria de propriedade |
| industrial e intelectual; | industrial e intelectual; |



Quadro Comparativo
Medida Provisória nº 1286/2024

de atuação do cargo e ter permanência mínima de um ano

no último padrão da classe imediatamente anterior;

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

de 9 (nove) anos, todos no campo específico de atuação do

cargo;

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** V - Carreira de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em V - Carreira de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, estruturada nas Classes A, B, C, D e Propriedade Industrial, estruturada nas classes A, B, C ^ e Especial, composta de cargo de Analista de Planejamento, Especial, composta de cargo de Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial, de Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, de nível nível superior, com atribuições voltadas para o exercício de superior, com atribuições voltadas para o exercício de atividades de análise, elaboração, aperfeiçoamento e atividades de análise, elaboração, aperfeiçoamento e aplicação de modelos conceituais, processos, instrumentos aplicação de modelos conceituais, processos, instrumentos e técnicas relacionadas às funções de planejamento, e técnicas relacionadas às funções de planejamento, logística e administração em geral, bem como logística e administração em geral, bem como desenvolvimento de ações e projetos de divulgação e desenvolvimento de ações e projetos de divulgação e fortalecimento da propriedade industrial; fortalecimento da propriedade industrial; e VI - Carreira de Suporte em Planejamento, Gestão e Infra-VI - Carreira de Suporte em Planejamento, Gestão e Estrutura em Propriedade Industrial, estruturada nas Infraestrutura em Propriedade Industrial, estruturada nas Classes A, B e Especial, composta de cargo de Técnico em classes A, B, C e Especial, composta de cargo de Técnico Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, de nível intermediário, com atribuições voltadas Industrial, de nível intermediário, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário, relativas ao exercício das de nível intermediário, relativas ao exercício das competências institucionais e legais a cargo do Inpi. competências institucionais e legais a cargo do Inpi. Art. 93. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de que tratam os incisos I a VI do caput do art. 90 desta Lei dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a legislação específica. § 5º Para investidura no cargo a que se refere o § 4 ^º, será § 5º Para investidura no cargo referido no § 4º deste artigo será exigido título de Doutor, com experiência em exigido título de Doutor, com experiência em atividades atividades relevantes comprovadas, durante pelo menos relevantes comprovadas, durante, pelo 10 (dez) anos após a obtenção do título, na área de ^dezesseis^ anos após a obtenção do título, na área de atuação estabelecida para o concurso, e demais requisitos atuação estabelecida para o concurso, e demais requisitos estabelecidos no edital. estabelecidos em edital. Art. 94. São pré-requisitos mínimos para ingresso na Classe "Art. 94. inicial e promoção às Classes subsequentes do cargo de Pesquisador em Propriedade Industrial, além do curso superior em nível de graduação, com habilitação legal específica, quando for o caso: I - Classe Especial: l - a) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em a) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em eventos de capacitação e experiência mínima de 14 eventos de capacitação ^, ambos no campo específico de (quatorze) anos, todos no campo específico de atuação do atuação do cargo, e permanência mínima de três anos no <mark>último padrão da classe imediatamente anterior</mark>; ou cargo; ou b) ser detentor de título de Doutor e experiência mínima b) ser detentor de título de Doutor ^ no campo específico



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| | |
| II - Classe C: a) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em eventos de capacitação e experiência mínima de 9 (nove) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou b) ser detentor de título de Doutor e experiência mínima de 6 (seis) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; III - Classe B: a) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em eventos de capacitação e experiência mínima de 4 (quatro) | a) ser detentor de título de Mestre, ter certificação em eventos de capacitação ^, ambos no campo específico de atuação do cargo, e permanência mínima de três anos no último padrão da classe imediatamente anterior; ou b) ser detentor de título de Doutor ^ no campo específico de atuação do cargo e ter permanência mínima de um ano no último padrão da classe imediatamente anterior; III |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou b) ser detentor de título de Doutor e experiência mínima de 3 (três) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; | atuação do cargo, e permanência mínima de dois anos no último padrão da classe imediatamente anterior; ou b) ser detentor de título de Doutor ^ no campo específico de atuação do cargo e ter permanência mínima de um ano no último padrão da classe imediatamente anterior; |
| § 1º Os Pesquisadores em Propriedade Industrial da Classe Especial deverão ter, adicionalmente, reconhecido desempenho em sua área de atuação, aferido por continuada contribuição, devidamente comprovada por resultados expressos em trabalhos documentados por periódicos de excelência, com circulação nacional e internacional, pela elaboração de normas internas relativas aos procedimentos do Inpi, de laudos ou de pareceres técnicos para o setor externo, especialmente para a instrução de casos sobre direitos relativos à Propriedade Industrial que tramitem no Poder Judiciário, ou pelo exercício de atividades de apoio à direção, coordenação, organização, planejamento, controle e avaliação de projetos, em todos os casos em quantidade e qualidade relevantes. | |
| | I - o servidor aprovado no estágio probatório que possuir o título de Doutor será promovido ao primeiro padrão da classe B; e II - o servidor aprovado no estágio probatório que estiver, pelo menos, no quarto padrão da classe B será promovido ao primeiro padrão da classe C, caso seja detentor do título de Mestre e possua, pelo menos, dez anos de experiência após a titulação, ou seja detentor do título de Doutor e possua, pelo menos, cinco anos de experiência após a titulação. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| § 2º Os Pesquisadores em Propriedade Industrial da Classe C deverão, adicionalmente, demonstrar capacidade de participar de projetos em sua área de atuação, pela elaboração de normas internas relativas aos procedimentos do Inpi, de laudos ou de pareceres técnicos para o setor externo, especialmente para a instrução de casos sobre direitos relativos à Propriedade Industrial que tramitem no Poder Judiciário, ou por terem realizado trabalhos interdisciplinares, ou desenvolvido sistemas de suporte em sua área de atuação, consubstanciados por elaboração ou gerenciamento de planos, por programas, por projetos e estudos específicos com divulgação interinstitucional, em todos os casos em quantidade e qualidade relevantes. Art. 95. São pré-requisitos mínimos para ingresso na Classe | |
| inicial e promoção às Classes subseqüentes dos cargos de provimento efetivo de nível superior de Tecnologista em Propriedade Industrial e de Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial, além do curso superior em nível de graduação, com habilitação legal específica, quando for o caso, os seguintes: | Art. 95. |
| I - Classe Especial: | l |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e experiência mínima de 20 (vinte) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | a) possuir certificação em eventos de capacitação ^ no campo específico de atuação do cargo e permanência mínima de quatro anos no último padrão da classe imediatamente anterior; |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em eventos de capacitação e experiência mínima de 18 (dezoito) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em eventos de capacitação ^, ambos no campo específico de atuação do cargo, e permanência mínima de três anos no último padrão da classe imediatamente anterior; ^ |
| c) ser detentor de título de mestre e ter experiência mínima de 14 (quatorze) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | c) ser detentor de título de Mestre ^ no campo específico de atuação do cargo e ter permanência mínima de dois anos no último padrão da classe imediatamente anterior; ou |
| d) ser detentor do título de Doutor e experiência mínima de 9 (nove) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; | d) ser detentor do título de Doutor no campo específico de atuação do cargo e ter permanência mínima de um ano no último padrão da classe imediatamente anterior; |
| II - Classe D: a) possuir certificação em eventos de capacitação e experiência mínima de 15 (quinze) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | II - Classe C: a) possuir certificação em eventos de capacitação ^ no campo específico de atuação do cargo e permanência mínima de três anos no último padrão da classe imediatamente anterior; ou |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em eventos de capacitação e experiência mínima de 13 (treze) anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em eventos de capacitação^, ambos no campo específico de atuação do cargo, e permanência mínima de dois anos no último padrão da classe imediatamente anterior; ou |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| c) ser detentor de título de Mestre e ter experiência | c) ser detentor de título de Mestre <mark>ou de Doutor, ^</mark> no |
| mínima de 11 (onze) anos, todos no campo específico de | campo específico de atuação do cargo <mark>, e ter permanência</mark> |
| atuação do cargo; ou | mínima de um ano no último padrão da classe |
| | imediatamente anterior; ^ |
| d) ser detentor do título de Doutor e experiência mínima | |
| de 9 (nove) anos, todos no campo específico de atuação do | |
| cargo; | |
| III - Classe C: | III - Classe <mark>B</mark> : |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e | a) possuir certificação em eventos de capacitação ^ no |
| experiência mínima de 10 (dez) anos, todos no campo | campo específico de atuação do cargo <mark>e permanência</mark> |
| específico de atuação do cargo; ou | <mark>mínima de dois anos no último padrão da classe</mark> |
| | imediatamente anterior; ^ |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em | b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 8 (oito) | eventos de capac <mark>itação ^, ambos</mark> no campo específico de |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | atuação do cargo <mark>, e permanência mínima de dois anos no</mark> |
| | último padrão da classe imediatamente anterior; ou |
| c) ser detentor de título de Mestre ou de Doutor e ter | c) ser detentor de título de Mestre ou de Doutor <mark>, ^</mark> no |
| experiência mínima de 6 (seis) anos, todos no campo | campo específico de atuação do cargo <mark>, e ter permanência</mark> |
| específico de atuação do cargo; | mínima de um ano no último padrão da classe |
| | imediatamente anterior; |
| IV - Classe B: | IV - Classe <mark>A: ter qualificação específica para a Classe.</mark> |
| | |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e | |
| experiência mínima de 5 (cinco) anos, todos no campo | |
| específico de atuação do cargo; ou | |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em | |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 4 (quatro) | |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | |
| c) ser detentor de título de Mestre ou de Doutor e | |
| experiência mínima de 3 (três) anos, todos no campo | |
| específico de atuação do cargo; | |
| V - Classe A: ter qualificação específica para a Classe. | |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| § 2º Os Tecnologistas em Propriedade Industrial e os | § 2º Os Tecnologistas em Propriedade Industrial e os |
| Analistas de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em | Analistas de Planejamento, Gestão e <mark>Infraestrutura</mark> em |
| Propriedade Industrial da Classe D deverão, | Propriedade Industrial da Classe <mark>C</mark> deverão, |
| adicionalmente, demonstrar capacidade de participar de | adicionalmente, demonstrar capacidade de participar de |
| projetos na sua área de atuação, pela elaboração de | projetos em sua área de atuação, <mark>de elaborar</mark> normas |
| normas internas relativas aos procedimentos do Inpi, de | internas relativas aos procedimentos do Inpi, <mark>por meio</mark> de |
| laudos ou de pareceres técnicos para o setor externo, | laudos ou de pareceres técnicos para o setor externo, ^ de |
| especialmente para a instrução de casos sobre direitos | realizar a instrução de casos sobre direitos relativos à |
| relativos à Propriedade Industrial que tramitem no Poder | Propriedade Industrial que tramitem no Poder Judiciário, |
| Judiciário, ou por terem realizado trabalhos | de realizar trabalhos interdisciplinares, e de desenvolver |
| interdisciplinares, ou desenvolvido sistemas de suporte em | sistemas de suporte em sua área de atuação, |
| sua área de atuação, consubstanciados por elaboração ou | consubstanciados <mark>pela</mark> elaboração ou gerenciamento de |
| gerenciamento de planos, por programas, por projetos e | planos, ^ programas, ^ projetos e estudos específicos com |
| estudos específicos com divulgação interinstitucional, em | divulgação interinstitucional, em todos os casos, em |
| todos os casos em quantidade e qualidade relevantes. | quantidade e qualidade relevantes." (NR) |
| Art. 96. São pré-requisitos mínimos para ingresso na Classe | "Art. 96 |
| inicial e promoção às Classes subsequentes dos cargos | |
| efetivos de nível intermediário de Técnico em Propriedade | |
| Industrial e de Técnico em Planejamento, Gestão e Infra- | |
| Estrutura em Propriedade Industrial: | |
| I - Classe Especial: possuir certificação em eventos de | I - Classe Especial: possuir certificação em eventos de |
| capacitação e experiência mínima de 12 (doze) anos, todos | capacitação ^ no campo específico de atuação do cargo e |
| no campo específico de atuação do cargo; | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior; |
| | II - Classe C: possuir certificação em eventos de capacitação |
| | no campo específico de atuação do cargo e permanência |
| | mínima de um ano no último padrão da classe |
| | imediatamente anterior; |
| II - Classe B: possuir certificação em eventos de capacitação | III - Classe B: possuir certificação em eventos de |
| e experiência mínima de 6 (seis) anos, todos no campo | capacitação ^ no campo específico de atuação do cargo e |
| específico de atuação do cargo; e | permanência mínima de um ano no último padrão da |
| | classe imediatamente anterior; e |
| III - Classe A: ter qualificação específica para a Classe. | IV - Classe A: ter qualificação específica para a Classe." (NR) |
| Art. 149. Para fins de incorporação das gratificações de | "Art. 149. Para fins de incorporação das gratificações de |
| desempenho a que se referem os arts. 34, 61, 80 e 100 | desempenho a que se referem os art. 34, art. 61 ^ e art. |
| desta Lei aos proventos de aposentadoria ou às pensões, | 100 ^ aos proventos de aposentadoria ^ , serão adotados |
| serão adotados os seguintes critérios: | os seguintes critérios: |
| I - para as aposentadorias e pensões concedidas até 19 de | I - quando o benefício de aposentadoria tiver como |
| fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a | critérios a integralidade e a paridade de que tratam a |
| 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo | Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, |
| nível; | e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a |
| | gratificação corresponderá: |
| | a) a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o |
| | padrão do servidor; ou |
| | |

(Elaboração: 31/01/2025 13:51)



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | b) à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, para os servidores e os aposentados que tiverem feito a opção de que tratam os art. 28 a art. 32 da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016; |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004</u> . | |
| | § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor. |
| | § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos I e II, e § 1º do caput, será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012." (NR) |
| | Art. 148. Os Anexos XVII, XVIII, XVIII-A, XVIII-B, XVIII-C e XIX à Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLVIII, CCLIX, CCLX, CCLXI, CCLXII e CCLXIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LVII DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM INDIGENISMO E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI – PECFUNAI |
| | Art. 149. Os Anexos I, II, III, IV, V e VI à Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXIV, CCLXV, CCLXVI, CCLXVIII e CCLXIX a esta Medida Provisória. |



| 150101 100 0 11750 10 1 | TEVTO ENGANDANHA DO DELO EVECUTIVO |
|---|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | Art. 150. Os Anexos LXXXII e LXXXIII à Lei nº 11.907, de 2 |
| | de fevereiro de 2009, passam a vigorar, respectivamente, |
| | na forma dos Anexos CCLXX e CCLXXI a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO LVIII |
| | DOS CARGOS DE JUIZ-PRESIDENTE E JUIZ DO TRIBUNAL |
| | MARÍTIMO |
| | Art. 151. Os Anexos II e III à <u>Lei nº 11.319, de 6 de julho de</u> |
| | 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos CCLXXII e CCLXXIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LIX |
| | DO CARGO DE TÉCNICO DE PLANEJAMENTO P-1501 DO |
| | GRUPO P-1500 |
| | Art. 152. Os Anexos XXIII e XXIV à Lei nº 11.890, de 24 de |
| | dezembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CCLXXIV e CCLXXV a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO LX |
| | DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS |
| | FEDERAIS DO ACRE, DO AMAPÁ, DE RONDÔNIA E DE |
| | RORAIMA |
| | Art. 153. O Anexo VI à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de |
| | 2006, passa a vigorar na forma do Anexo CCLXXVI a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXI |
| | DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO DOS OPTANTES PELA |
| | INCLUSÃO EM QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO DOS EX- |
| | TERRITÓRIOS |
| Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 | Art. 154 . A <u>Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018</u> , passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 3º No caso de opção para a inclusão em quadro em | |
| extinção da União de que tratam as <u>Emendas</u> | |
| Constitucionais nºs 60, de 11 de novembro de 2009, 79, de | |
| <u>27 de maio de 2014</u> , <u>e 98, de 6 de dezembro de 2017</u> : | |
| | § 7º A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura da |
| | Carreira de que trata o inciso III passa a ser a constante do |
| | Anexo II-A, observada a correlação estabelecida na forma |
| | do Anexo II-B desta Lei." (NR) |
| | Art. 155. O Anexo II à Lei nº 13.681, de 18 de junho de |
| | 2018, passa a vigorar na forma do Anexo CCLXXVII a esta Medida Provisória. |
| | Art. 156. A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a |
| | vigorar acrescida dos Anexos II-A e II-B, respectivamente, |
| | na forma dos Anexos CCLXXVIII e CCLXXIX a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO LXII |
| | C |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| | DOS CARGOS DE MÉDICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL |
| | Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº |
| | 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXXI, CCLXXXI, |
| | CCLXXXII e CCLXXXIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXIII |
| | DOS CARGOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E TÉCNICO- |
| | MARÍTIMOS DO PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E |
| | RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS – PUCRCE |
| Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001 | Art. 158 . A <u>Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001</u> , passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 6º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, não serão |
| | devidas aos servidores amparados por esta Lei: |
| | I - a vantagem pecuniária individual, de que trata a <u>Lei nº</u> |
| | 10.698, de 2 de julho de 2003; e |
| | II - a Gratificação Específica de Apoio Técnico- |
| | Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais |
| | de Ensino – GEAT, de que trata a <u>Lei nº 10.908, de 15 de</u> |
| | <u>julho de 2004.</u> " (NR) |
| | Art. 159. O Anexo à Lei nº 10.302, de 31 de outubro de |
| | 2001, passa a vigorar na forma do Anexo CCLXXXIV a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXIV |
| | DO CARGO DE PROFESSOR DE 3º GRAU DO PLANO ÚNICO |
| | DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E |
| | EMPREGOS |
| <u>Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006</u> | Art. 160. A Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Cargo de Professor de 3º Grau do Plano Único de |
| | Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos |
| | Art. 10-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura do |
| | cargo de Professor de 3º Grau do Plano Único de |
| | Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos passa a |
| | ser a constante do Anexo III-A, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo III-B." (NR) |
| | "Art. 10-B. A partir de 1º de janeiro de 2025, o cargo de |
| | Professor de 3º Grau do Plano Único de Classificação e |
| | Retribuição de Cargos e Empregos passa a ser remunerado |
| | por: |
| | I - vencimento básico, na forma do Anexo IV-B; e |
| | II - Retribuição por Titulação, na forma do Anexo V-C." (NR) |
| | Art. 161. A Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa |
| | a vigorar acrescida dos Anexos III-A, III-B, IV-B e V-C, na |
| | forma dos Anexos CCLXXXV, CCLXXXVI, CCLXXXVII e |
| | CCLXXXVIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXV |
| | CAFITULU LAV |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------------------------|--|
| | DO QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO |
| Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 | Art. 162 . A <u>Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 1º-C A partir de 1º de janeiro de 2025, passam a integrar o quadro de pessoal da Advocacia-Geral da União os cargos de provimento efetivo, de nível superior, intermediário e auxiliar, ocupados por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda – PECFAZ, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério da |
| | Fazenda que estejam em exercício na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no período de 31 de agosto a 31 de dezembro de 2024. |
| | Parágrafo único. Os servidores de que trata o caput poderão optar por permanecer no quadro de pessoal do órgão de origem, e deverão fazê-lo perante o Ministério da Fazenda, de forma irretratável, até 31 de janeiro de 2025." (NR) |
| | "Art. 1º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a Advocacia-Geral da União será responsável por prover a força de trabalho de pessoal técnico-administrativo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional." (NR) Art. 163. O Anexo I à Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar na forma do Anexo CCLXXXIX a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXVI |
| | DA GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE APOIO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – GEATA |
| Lei nº 10.907, de 15 de julho de 2004 | Art. 164 . A <u>Lei nº 10.907</u> , <u>de 15 de julho de 2004</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 1º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, no caso de servidores ocupantes de cargos cuja estrutura remuneratória não corresponda ao número de padrões previstos no Anexo I, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União – GEATA será paga de acordo com o tempo de efetivo exercício do servidor no respectivo cargo até o valor máximo previsto para cada nível de escolaridade de que trata o Anexo I. |
| | Parágrafo único. Cada doze meses de efetivo exercício do servidor no seu cargo de origem corresponde a um padrão da Tabela constante do Anexo I, conforme o nível de escolaridade do seu cargo." (NR) |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | Art. 165. O Anexo I à Lei nº 10.907, de 15 de julho de 2004, |
| | passa a vigorar na forma do Anexo CCXC a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO LXVII |
| | DA GRATIFICAÇÃO DE APOIO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES |
| | DE METEOROLOGIA – GEINMET E DA GRATIFICAÇÃO DE |
| | APOIO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO |
| | EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – |
| | GECEPLAC |
| | Art. 166. Os Anexos I e II à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de |
| | 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos |
| | Anexos CCXCI e CCXCII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXVIII |
| | DO ADICIONAL POR PARTICIPAÇÃO EM MISSÃO NO |
| | EXTERIOR – APME |
| | Art. 167. O Anexo I à Lei nº 12.277, de 30 de junho de |
| | 2010, passa a vigorar na forma do Anexo CCXCIII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXIX |
| | DA GRATIFICAÇÃO DE INCREMENTO À ATIVIDADE DE |
| | ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – GIAPU |
| | Art. 168. O Anexo VI à Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de |
| | 2005, passa a vigorar na forma do Anexo CCXCIV a esta Lei. |
| | CAPÍTULO LXX |
| | DOS CARGOS EM COMISSÃO, DAS FUNÇÕES DE |
| | CONFIANÇA E DAS GRATIFICAÇÕES |
| | Art. 169. Os Anexos VIII e IX à Lei nº 11.356, de 19 de |
| | outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CCXCV e CCXCVI a esta Medida Provisória. |
| | Art. 170. Os Anexos I, II e III à Lei nº 11.526, de 4 de |
| | outubro de 2007, passam a vigorar, respectivamente, na |
| | forma dos Anexos CCXCVII, CCXCVIII e CCXCIX a esta |
| | Medida Provisória. |
| | Art. 171. Os Anexos CLVIII, CLIX, CLX, CLXIII e CLXIII à Lei nº |
| | 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passam a vigorar, |
| | respectivamente, na forma dos Anexos CCC, CCCI, CCCII, |
| | CCCIII e CCCIV a esta Medida Provisória. |
| | Art. 172. O Anexo XXV à Lei nº 14.875, de 31 de maio de |
| | 2024, passa a vigorar na forma do Anexo CCCV a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXXI |
| | DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|--|
| • | Art. 173. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo |
| | federal, a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, |
| | composta pelo cargo de Analista Técnico de |
| | Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, de nível |
| | superior, regida pela <u>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de</u> |
| | <u>1990</u> . |
| | § 1º Os ocupantes do cargo de ATDS terão lotação no |
| | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, |
| | na qualidade de órgão supervisor, e exercício |
| | descentralizado em órgãos da administração pública |
| | federal direta com competências relativas às políticas |
| | previstas no art. 175. |
| | § 2º O cargo efetivo de ATDS é estruturado em classes e |
| | padrões, na forma do Anexo CCCVI. § 3º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em |
| | Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o |
| | órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo |
| | de ATDS. |
| | § 4º No interesse da administração, o Ministério da Gestão |
| | e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o |
| | exercício descentralizado provisório dos servidores |
| | ocupantes do cargo de ATDS em autarquias e fundações, |
| | com competências relativas às políticas previstas no art. |
| | 175. |
| | Art. 174. Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de |
| | ATDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da |
| | Inovação em Serviços Públicos, por transformação de |
| | cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, |
| | inciso I. |
| | Art. 175. São atribuições do cargo de ATDS, respeitadas as |
| | atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no |
| | âmbito do Poder Executivo federal: |
| | I - executar atividades de assistência técnica em projetos e |
| | programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico; II - executar atividades de assistência técnica no |
| | planejamento, na implementação, na análise e na |
| | avaliação de políticas públicas que contribuam para o |
| | desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja |
| | agrário ou urbano; |
| | III - analisar a viabilidade econômica de projetos de |
| | investimento e de desenvolvimento sustentável; |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|---|
| EEGISEAÇÃO AETERADA | IV - analisar e avaliar dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas |
| | relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País; V - subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais; e VI - subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico. Art. 176. A jornada de trabalho do cargo de ATDS da |
| | Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais. Art. 177. O ingresso nos cargos de ATDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes |
| | etapas, respeitada a legislação específica: I - provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório; e II - curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório. |
| | § 1º O ingresso nos cargos de ATDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso. |
| | § 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios. |
| | § 3º O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico. |
| | Art. 178. Os ocupantes do cargo de ATDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. |
| | Parágrafo único. Os valores do subsídio são os constantes do Anexo CCCVII. Art. 179. Os ocupantes do cargo de ATDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer |
| | valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos: |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LECICIAÇÃO ALTERADA | TENTO ENCARABILIADO DELO EVECUTIVO |
|---------------------|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente |
| | Identificadas – VPNI, de qualquer origem e natureza; |
| | II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e |
| | natureza; |
| | III - valores incorporados à remuneração decorrentes do |
| | exercício de função de direção, chefia ou assessoramento |
| | ou de cargo em comissão; |
| | IV - valores incorporados à remuneração referentes a |
| | quintos ou a décimos; |
| | V - valores incorporados à remuneração a título de |
| | adicional por tempo de serviço; |
| | VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por |
| | força do disposto nos art. 180 e art. 184 da <u>Lei nº 1.711, de</u> 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº |
| | 8.112, de 11 de dezembro de 1990; |
| | |
| | VIII - valores pages a título de representação: |
| _ | VIII - valores pagos a título de representação; IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, |
| | · |
| | perigosas ou penosas; |
| _ | X - adicional noturno; |
| | XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e |
| | XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no |
| | art. 180. |
| | Art. 180. O subsídio dos ocupantes do cargo de ATDS não |
| | exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em |
| | legislação e regulamentação específica, de: |
| | I - gratificação natalina; |
| | II - adicional de férias; |
| | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| | da <u>Constituição</u> , e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019; |
| | IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia |
| | e assessoramento; e |
| | V - parcelas indenizatórias previstas em lei. |
| | Art. 181. O desenvolvimento do servidor na Carreira de |
| | Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante |
| | progressão funcional e promoção, observadas as regras do |
| | Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que |
| | trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008. |
| | Art. 182. Os ocupantes do cargo de ATDS somente |
| | poderão: |
| | I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice- |
| | Presidência da República ou nas hipóteses de requisição |
| | previstas em lei; |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|--|
| EEGIJENÇAO AETENADA | II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder |
| | Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado |
| | Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – |
| | FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; |
| | III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros |
| | Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de |
| | nível mínimo 15 ou equivalente; ou |
| | IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de |
| | Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de |
| | nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível |
| | 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração |
| | pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de |
| | prefeitura de capital ou de Município com mais de |
| | quinhentos mil habitantes. |
| | CAPÍTULO LXXII |
| | DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE |
| | JUSTIÇA E DEFESA |
| | Art. 183. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo |
| | federal, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de |
| | Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico |
| | de Justiça e Defesa – ATJD, de nível superior, regida pela |
| | Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. |
| | § 1º Os ocupantes do cargo de ATJD terão lotação no |
| | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício |
| | na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública |
| | federal direta com competências relativas às políticas |
| | previstas no art. 185. |
| | § 2º O cargo efetivo de ATJD é estruturado em classes e |
| | padrões, na forma do Anexo CCCVIII. |
| | § 3º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em |
| | Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o |
| | órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo |
| | de ATJD. |
| | § 4º No interesse da administração, o Ministério da Gestão |
| | e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o |
| | exercício descentralizado provisório dos servidores |
| | ocupantes do cargo de ATJD em autarquias e fundações, |
| | com competências relativas às políticas previstas no art. |
| | 185. |
| | Art. 184. Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de |
| | ATJD no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da |
| | Inovação em Serviços Públicos por transformação de |
| | cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193, caput, |
| | inciso I. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|---|
| | Art. 185. São atribuições do cargo de ATJD, respeitadas as |
| | atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no |
| | âmbito do Poder Executivo federal: |
| | I - executar atividades de assistência técnica no |
| | planejamento, na coordenação, na implementação e na |
| | supervisão de projetos e programas inerentes às áreas de |
| | justiça, defesa nacional e segurança; |
| | II - proceder à análise e à avaliação de dados que |
| | contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das |
| | políticas de justiça, defesa nacional e segurança; |
| | III - subsidiar a definição de estratégias de execução das |
| | atividades de controle, monitoramento e avaliação das |
| | políticas de justiça, defesa nacional e segurança; |
| | IV - promover e subsidiar os processos, os projetos e os |
| | programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de |
| | defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, |
| | tecnologia e inovação de defesa e aos demais programas |
| | do Governo federal para a defesa nacional; |
| | V - promover e subsidiar as políticas de acesso e promoção |
| | da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos |
| | direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e |
| | refúgio, penal nacional, de direitos digitais e demais |
| | programas do Governo federal para a justiça e a |
| | segurança; e |
| | VI - promover e subsidiar o planejamento e a coordenação |
| | das atividades de segurança da informação e das |
| | comunicações, incluídos a cibersegurança, a segurança de |
| | fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas |
| | do Governo federal para a segurança institucional. |
| | Art. 186. A jornada de trabalho do cargo de ATJD da |
| | Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e |
| | Defesa é de quarenta horas semanais. |
| | Art. 187. O ingresso nos cargos de ATJD ocorrerá mediante |
| | aprovação em concurso público constituído das seguintes |
| | etapas, respeitada a legislação específica: |
| | I - provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório; |
| | е |
| | II - curso de formação, de caráter eliminatório e |
| | classificatório. |
| | § 1º O ingresso nos cargos de ATJD exige curso de |
| | graduação em nível superior e habilitação legal específica, |
| | se for o caso. |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|--|
| EEGISLAÇÃO ALTERADA | § 2º O edital de abertura do concurso definirá as |
| | características de cada etapa a que se referem os incisos I e |
| | II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § |
| | 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios. |
| | § 3º O concurso público a que se refere o caput será |
| | realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão |
| | inicial da classe inicial da Carreira de Desenvolvimento das |
| | Políticas de Justiça e Defesa. |
| | § 4º Sem prejuízo dos requisitos estabelecidos neste artigo, |
| | o ingresso nos cargos de que trata o caput poderá contar |
| | com procedimento de investigação social e, se necessário, |
| | funcional do candidato, em caráter eliminatório, |
| | assegurados a tramitação sigilosa e o direito de defesa, |
| | conforme ato do Poder Executivo federal. |
| | Art. 188. Os ocupantes do cargo de ATJD serão |
| | remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em |
| | parcela única, vedado o acréscimo de qualquer |
| | gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de |
| | representação ou outra espécie remuneratória. |
| | Parágrafo único. Os valores do subsídio são os constantes |
| | do Anexo CCCIX. |
| | Art. 189. Os ocupantes do cargo de ATJD não poderão |
| | perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer |
| | valores ou vantagens incorporadas à remuneração por |
| | decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa |
| | de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda |
| | que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos: |
| | I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente |
| | Identificadas – VPNI, de qualquer origem e natureza; |
| | II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e |
| | natureza; |
| | III - valores incorporados à remuneração decorrentes do |
| | exercício de função de direção, chefia ou assessoramento |
| | ou de cargo em comissão; |
| | IV - valores incorporados à remuneração referentes a |
| | quintos ou a décimos; |
| | V - valores incorporados à remuneração a título de |
| | adicional por tempo de serviço; |
| | VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por |
| | força do disposto nos art. 180 e art. 184 da <u>Lei nº 1.711, de</u> |
| | 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº |
| | 8.112, de 11 de dezembro de 1990; |
| | VII - abonos; |
| | VIII - valores pagos a título de representação; |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|---|
| EESISEAŞAO ALTERADA | IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, |
| | perigosas ou penosas; |
| | X - adicional noturno; |
| | XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e |
| | XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e |
| | natureza, que não estejam explicitamente mencionados no |
| | art. 190. |
| | Art. 190. O subsídio dos ocupantes do cargo de ATJD não |
| | exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em |
| | legislação e regulamentação específica, de: |
| | I - gratificação natalina; |
| | II - adicional de férias; |
| | III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, |
| | da <u>Constituição</u> , e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da |
| | Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| | 2019; |
| | IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e |
| | V - parcelas indenizatórias previstas em lei. |
| | Art. 191. O desenvolvimento do servidor na Carreira de |
| | Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa ocorrerá |
| | mediante progressão funcional e promoção, observadas as |
| | regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, |
| | de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008. |
| | Art. 192. Os ocupantes do cargo de ATJD somente |
| | poderão: |
| | I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice- |
| | Presidência da República ou nas hipóteses de requisição |
| | previstas em lei; |
| | II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder |
| | Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado |
| | Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – |
| | FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; |
| | III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de |
| | nível mínimo 15 ou equivalente; ou |
| | IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de |
| | Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de |
| | nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível |
| | 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração |
| | pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de |
| | prefeitura de capital ou de Município com mais de |
| | quinhentos mil habitantes. |
| | CAPÍTULO LXXIII |
| | DA TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS VAGOS |



| | TEVED ENGANABINHADO DELO EVECUTIVO |
|---------------------|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | Art. 193 . Ficam transformados, na forma do Anexo CCCX, no âmbito do Poder Executivo federal, quatorze mil, |
| | novecentos e oitenta e nove cargos efetivos vagos em: |
| | I - dois mil setecentos e oitenta e cinco cargos efetivos |
| | _ |
| | vagos; II - mil novecentos e cinquenta e cinco cargos em comissão |
| | e funções de confiança, no âmbito do Poder Executivo |
| | federal; |
| | III - quatro mil cento e trinta e oito cargos de direção, |
| | funções gratificadas e funções comissionadas de |
| | coordenação de curso, no âmbito do Ministério da |
| | Educação, para redistribuição aos Institutos Federais de |
| | Educação, Ciência e Tecnologia, ao Instituto Nacional de |
| | Educação de Surdos, ao Instituto Benjamin Constant, às |
| | escolas técnicas e colégios de aplicação vinculados às |
| | Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, aos centros |
| | federais de educação tecnológica e ao Colégio Pedro II; e |
| | IV - seis mil setecentos e noventa e dois cargos de direção, |
| | funções gratificadas e funções comissionadas de |
| | coordenação de curso, no âmbito do Ministério da |
| | Educação, para redistribuição às IFES. |
| | § 1º O provimento e a designação dos cargos efetivos e em |
| | comissão e das funções de confiança transformados por |
| | esta Medida Provisória serão realizados nos termos do |
| | disposto no art. 169, § 1º, da Constituição, conforme as |
| | necessidades do serviço. |
| | § 2º Caberá ao Ministério da Educação definir a |
| | distribuição dos cargos de direção e das funções de |
| | confiança de que tratam os inciso III e IV do caput entre as |
| | instituições federais de ensino. |
| | § 3º O provimento e a designação dos cargos de direção e |
| | funções de confiança destinados à implantação das novas |
| | unidades de ensino dependerão da existência de instalações adequadas e da disponibilidade de recursos |
| | financeiros necessários ao seu funcionamento. |
| | Art. 194. A transformação de cargos a que se refere o art. |
| | 193 será realizada sem aumento de despesa, mediante |
| | compensação financeira entre os valores correspondentes |
| | à totalidade da remuneração dos cargos e das funções que |
| | estão sendo criados e os valores correspondentes à |
| | totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo |
| | transformados, vedada a produção de efeitos retroativos. |
| | CAPÍTULO LXXIV |
| | CATTIOLO LANTA |



| ~ ~ ~ | |
|---|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | DOS CARGOS DE ATIVIDADES TÉCNICAS DA FISCALIZAÇÃO |
| | FEDERAL AGROPECUÁRIA DO QUADRO DE PESSOAL |
| | PERMANENTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E |
| | PECUÁRIA |
| | Art. 195. O Anexo à <u>Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002</u> , |
| | passa a vigorar na forma do Anexo CCCXI a esta Medida Provisória. |
| | Art. 196. O Anexo IX à Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de |
| | 2005, passa a vigorar na forma do Anexo CCCXII a esta Medida Provisória. |
| | Art. 197. O Anexo XIV-A à Lei nº 11.344, de 8 de setembro |
| | de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo CCCXIII a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXXV |
| | DOS EMPREGADOS DE QUE TRATA O ART. 13 DA LEI Nº |
| | 13.681, DE 18 DE JUNHO DE 2018 |
| Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 | Art. 198 . A <u>Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018</u> , passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| | "Art. 13-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, aplica-se aos |
| | empregados de que trata o art. 13 a estrutura constante |
| | do Anexo VI-A a esta Lei, observada a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo VI-B a esta Lei." (NR) |
| | Art. 199. O Anexo VI à Lei nº 13.681, de 18 de junho de |
| | 2018, passa a vigorar na forma do Anexo CCCXIV a esta |
| | Medida Provisória. |
| | Art. 200. A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescida dos Anexos VI-A e VI-B, na forma dos |
| | Anexos CCCXV e CCCXVI a esta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXXVI |
| | DO ADICIONAL POR PLANTÃO HOSPITALAR – APH |
| | Art. 201. O Anexo CLXVI à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro |
| | de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo CCCXVII a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXXVII |
| | DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO |
| | SERVIDOR PÚBLICO DA UNIÃO – FUNPRESP |
| Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012 | Art. 202. A Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, passa a |
| | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 5º A estrutura organizacional das entidades de que | "Art. 5º |
| trata esta Lei será constituída de conselho deliberativo, | |
| conselho fiscal e diretoria executiva, observadas as | |
| disposições da <u>Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de</u> | |
| <u>2001.</u> | |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| | § 3º-A A designação dos membros dos conselhos deliberativos e dos conselhos fiscais das entidades fechadas representantes dos participantes e dos assistidos poderá ser delegada pelas autoridades de que trata o § 3º. |
| | CAPÍTULO LXXVIII |
| | DOS COMITÊS GESTORES DE CARREIRAS |
| Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004 | Art. 203. A Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, passa a |
| <u>Let 11- 10:055, de 1- de abili de 2004</u> | vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 21-B. Fica criado o Comitê Gestor da Carreira do | "Art. 21-B. Fica criado o Comitê Gestor da Carreira do |
| Seguro Social, com a participação da direção do Instituto Nacional de Seguro Social, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e das representações sindicais dos servidores da carreira. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 | Seguro Social, com a participação da direção do Instituto Nacional do Seguro Social, do Ministério ^ da Previdência Social^ e das representações sindicais dos servidores da carreira. Art. 204. A Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passa |
| | a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 48. O CPCSP será constituído por 6 (seis) membros, sendo 2 (dois) representantes do Ministério da Saúde, 2 (dois) representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e 2 (dois) representantes da Fiocruz, sendo 1 (um) da entidade representativa dos servidores. | "Art. 48. O CPCSP será constituído por ^quatro^ membros, dos quais: |
| | I - ^dois^ representantes do Ministério da Saúde; ^ e |
| | II - ^dois^ representantes da Fiocruz, sendo ^um^ da |
| | entidade representativa dos servidores. |
| § 1º Os membros do CPCSP serão designados em portaria interministerial dos Ministros de Estado da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão. | § 1º Os membros do CPCSP serão designados em ato do Ministro de Estado da Saúde ^. |
| Art. 52. Fica criado o Comitê do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro - CPCI, com a finalidade de assessorar os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na elaboração da política de recursos humanos para o Inmetro, cabendo-lhe, em especial: | "Art. 52. Fica criado o Comitê do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro – CPCI, com a finalidade de assessorar o Ministro de Estado ^ do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços na elaboração da política de recursos humanos para o Inmetro, ao qual caberá, em especial: |
| Art. 53. O CPCI será constituído por 9 (nove) membros, sendo: | "Art. 53. O CPCI será constituído por <mark>oito</mark> membros, <mark>dos quais:</mark> |
| § 3º Os membros do CPCI serão designados em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. | § 3º Os membros do CPCI serão designados em ato ^ do Ministro de Estado ^ do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. |
| Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 | Art. 205. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações: |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| Art. 213. O CGPCPIB será constituído por 7 (sete) | |
| membros, sendo 2 (dois) representantes do Ministério da | |
| Saúde, 2 (dois) representantes do Ministério do | |
| Planejamento, Orçamento e Gestão, e 3 (três) | |
| representantes do IEC e do CENP, sendo 1 (um) da | |
| entidade representativa dos servidores. | |
| | I - ^dois^ representantes do Ministério da Saúde; ^ e |
| | II - ^três^ representantes do IEC e do CENP, sendo um da |
| | entidade representativa dos servidores. |
| § 1º Os membros do CGPCPIB serão designados em | § 1º Os membros do CGPCPIB serão designados em ato do |
| portaria interministerial dos Ministros de Estado da Saúde | Ministro de Estado da Saúde ^. |
| e do Planejamento, Orçamento e Gestão. | 2.2(7.11.2.11.11.11.11.11.11.11.11.11.11.11.1 |
| | CAPÍTULO LXXIX |
| Lai no 44 000 de 24 de desembro de 2000 | DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA – SIDEC |
| <u>Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008</u> | Art. 206. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, |
| Art. 154. O desenvolvimento na Carreira dos titulares dos | passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 154. O desenvolvimento na Carreira dos titulares dos |
| cargos que integram as Carreiras a seguir se dará por | cargos que integram as Carreiras <mark>ou Planos de Cargos</mark> a |
| progressão e promoção, em virtude do mérito de seus | seguir se dará por progressão e promoção, em virtude do |
| integrantes e do desempenho no exercício das respectivas | mérito de seus integrantes e do desempenho no exercício |
| atribuições: | das respectivas atribuições: |
| | |
| III - Analista do Banco Central do Brasil e Técnico do Banco | III - Auditor do Banco Central do Brasil e Técnico do Banco |
| Central do Brasil, da Carreira de Especialista do Banco | Central do Brasil, da Carreira de Especialista do Banco |
| Central do Brasil; | Central do Brasil; |
| | |
| X - Inspetor da CVM da Carreira de Inspetor da CVM; | X-A - Inspetor Federal do Mercado de Capitais, da Carreira |
| | <mark>de Fiscalização</mark> da CVM; |
| | VIII. Compine de Description de Baltière Conjeire de |
| | XLI - Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, de |
| | que trata a <u>Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009;</u> XLII - Carreira de Tecnologia da Informação, de que trata a |
| | Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024; |
| | XLIII - Carreira de Especialista em Previdência |
| | Complementar, Carreira de Analista Administrativo e |
| | Carreira de Técnico Administrativo, de que trata a Lei nº |
| | 12.154, de 23 de dezembro de 2009; |
| | XLIV - Carreira de Infraestrutura de Transportes, Carreira |
| | de Suporte à Infraestrutura de Transportes, Carreira de |
| | Analista Administrativo e Carreira de Técnico |
| | Administrativo, de que trata a <u>Lei nº 11.171, de 2 de</u> |
| | setembro de 2005; |
| | XLV - Carreira de Analista de Infraestrutura, de que trata a |
| | <u>Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007;</u> |
| | XLVI - Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei |
| | <u>nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970;</u> |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|---|
| | XLVII - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que |
| | trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; |
| | XLVIII - Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, |
| | de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; |
| | XLIX - Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a |
| | Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005; |
| | L - Plano Especial de Cargos da Embratur, de que trata a <u>Lei</u> |
| | <u>nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;</u> |
| | LI - Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia |
| | Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de |
| | 2003; |
| | LII - Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de |
| | janeiro de 2005; |
| | LIII - Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de |
| | que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006; |
| | LIV - Carreira de Perito Federal Territorial, de que trata a |
| | Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002; |
| | LV - Plano Especial de Cargos da Suframa, de que trata a Lei |
| | <u>nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;</u> |
| | LVI - Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que |
| | trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; |
| | LVII - Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata a <u>Lei</u> |
| | nº 11.171, de 2 de setembro de 2005; |
| | LVIII - Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio |
| | Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, de que trata a Lei |
| | nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; |
| | LIX - Plano Especial de Cargos do Inep, de que trata a Lei nº |
| | 11.357, de 19 de outubro de 2006; |
| | LX - Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº |
| | 11.357, de 19 de outubro de 2006; |
| | LXI - Plano Especial de Cargos da Funai, de que trata a Lei |
| | <u>nº 14.875, de 31 de maio de 2024;</u> |
| | LXII - Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico; |
| | LXIII - Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça |
| | <mark>e Defesa;</mark> |
| | LXIV - Carreira de Especialista em Recursos Minerais, de |
| | que trata da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; |
| | LXV - Carreira de Técnico em Atividades de Mineração, de |
| | que trata da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; LXVI - Carreira de Analista Administrativo, de que trata da |
| | Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; |
| | LXVII - Carreira de Técnico Administrativo, de que trata da |
| | Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e |
| | Lori. 1210 to, de 27 de dezembro de 2004, e |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEVTO ENCAMINHADO DELO EXECUTIVO |
|--|--|
| LEGISLAÇAU ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO LXVIII - outros planos e carreiras, nos termos do |
| | regulamento. |
| § 2º A participação, com aproveitamento, em programas e | § 2º A participação, com aproveitamento, em programas e |
| cursos de aperfeiçoamento ministrados por escola de | cursos de aperfeiçoamento ministrados por escola de |
| governo constituirá requisito obrigatório para a promoção | governo constituirá requisito obrigatório para ^ promoção |
| nas carreiras de que tratam os incisos I a XL do caput. | nas Carreiras e nos Planos de Cargos de que trata este artigo. |
| | § 5º Para os fins do inciso LXVIII do caput, não poderão ser |
| | incluídos nas regras de progressão e promoção os planos e |
| | as carreiras incompatíveis com o disposto neste Capítulo, como: |
| | <mark>I - os que possuam quantitativo de v</mark> aga por classe; e |
| | II - os regidos por lei complementar." (NR) |
| Art. 155. Para fins de progressão, serão considerados os resultados da avaliação de desempenho individual do servidor. | "Art. 155. Para fins de progressão, serão considerados <mark>:</mark> |
| | I - os resultados da avaliação de desempenho individual do servidor; e |
| | II - o interstício em cada nível não inferior a doze meses." (NR) |
| Art. 156. Para fins de promoção, será estruturado o | "Art. 156. Para fins de promoção, será estruturado o |
| Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC, baseado | Sistema de Desenvolvimento na Carreira – S <mark>idec</mark> , baseado |
| no acúmulo de pontos a serem atribuídos ao servidor em virtude dos seguintes fatores: | no acúmulo de pontos a serem atribuídos ao servidor em virtude de fatores, como: |
| § 2º Ato do Poder Executivo definirá o peso de cada um | § 2º Regulamento ^ definirá o peso de cada um dos |
| dos fatores, os critérios de sua aplicação e a forma de cálculo do resultado final. | fatores, os critérios de sua aplicação e a forma de cálculo do resultado final. |
| | § 3º Os requisitos para promoção deverão possuir nível de |
| | complexidade crescente de acordo com a evolução ao |
| | longo da estrutura do cargo. |
| | § 4º A avaliação de desempenho de que trata o inciso I do |
| | caput deverá ser realizada durante toda a vida funcional do servidor." (NR) |
| | "Art. 156-A. O desenvolvimento dos servidores públicos |
| | federais de que o art. 154 poderá prever mecanismos de |
| | aceleração, na forma do regulamento, observados os seguintes parâmetros: |
| | I - consideração de critérios objetivos que atestem desempenho diferenciado; e |
| | II - aceleração limitada a dois padrões durante toda a vida |
| | funcional do servidor, não podendo ocorrer de forma consecutiva e nem na mesma classe. |



| ~ | |
|--|--|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos planos e às carreiras: |
| | I - que possuam regras específicas de aceleração; e |
| | II - cuja estrutura possua menos de vinte padrões." (NR) |
| Art. 158. Enquanto não forem publicados os atos a que se | "Art. 158. Enquanto não forem publicados os atos a que se |
| referem o § 1º do art. 155 e o § 2º do art. 156 desta Lei, as | refere ^ o art. 156, § 1º e § 2º ^, as progressões e as |
| progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos que | promoções dos ocupantes dos cargos que integram as |
| integram as carreiras referidas no art. 154 desta Lei serão | Carreiras a que se refere o art. 154 ^ serão concedidas em |
| concedidas observando-se as normas vigentes: | <mark>observância às</mark> normas <mark>específicas</mark> ." (NR) |
| I - em 28 de agosto de 2008, para os cargos referidos nos | |
| incisos I a XI do caput do art. 154; e | |
| II - em 30 de agosto de 2012, para o cargo referido no inciso XV do caput do art. 154. | |
| III - em 31 de dezembro de 2015, para os cargos referidos | |
| nos incisos XVI a XL do caput do art. 154. | |
| · · | CAPÍTULO LXXX |
| | DA CARREIRA FINANÇAS E CONTROLE |
| Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | Art. 207. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, |
| | passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| | " <mark>Seção III-A</mark> |
| | Da Carreira Finanças e Controle |
| | Art. 18-A. O disposto no art. 10, caput, e nos art. 11 a art. |
| | 18 desta Lei se aplicam à Carreira Finanças e Controle de |
| | que trata o Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987." |
| | (NR) |
| | "Art. 18-B. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura |
| | dos cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle e de |
| | Técnico Federal de Finanças e Controle passa a ser a |
| | constante do Anexo IV-C a esta Lei, observada a correlação |
| | estabelecida na forma do Anexo IV-D desta Lei." (NR) |
| | "Art. 18-C. Os valores do subsídio dos titulares dos cargos |
| | de Auditor Federal de Finanças e Controle e de Técnico |
| | Federal de Finanças e Controle passam a ser o constante |
| | no Anexo IV-E desta Lei, com efeitos financeiros a partir do |
| | previsto no respectivo Anexo." (NR) Art. 208. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, |
| | passa a vigorar acrescida dos Anexos IV-C, IV-D e IV-E na |
| | forma dos Anexos CCCXVIII, CCCXIX e CCCXX a esta Medida |
| | Provisória. |
| | CAPÍTULO LXXXI |
| | DAS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA |
| | Art. 209. O Anexo XXXV à Lei nº 13.327, de 29 de julho de |
| | 2016, passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXI a esta |
| | Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXXXII |
| | |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LECICIAÇÃO ALTERADA | TEVTO ENCANGIANI ADO DELO EVECUTIVO |
|---|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| | Art. 210. Não se aplica aos servidores que se encontram |
| | cedidos na data de entrada em vigor desta Medida |
| | Provisória o disposto nos: |
| | I - art. 28-A da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005; |
| | II - art. 4º-E da <u>Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007;</u> e |
| | III - art. 38-C da <u>Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009</u> . |
| | Art. 211. Os candidatos aprovados em concursos públicos |
| | em vigor em 31 de dezembro de 2024 ingressarão na |
| | classe e no padrão iniciais da estrutura do cargo vigente na |
| | data de publicação do edital de abertura do concurso público, assegurado o reenquadramento nas tabelas de |
| | correlação previstas nos Anexos desta Medida Provisória. |
| | CAPÍTULO LXXXIII |
| | DISPOSIÇÕES FINAIS |
| | Art. 212. Fica concedido, exclusivamente aos aposentados |
| | e aos instituidores de pensão provenientes de cargos de |
| | magistério superior não amparados pela <u>Lei nº 7.596, de</u> |
| | 10 de abril de 1987, reajuste nos seguintes percentuais: |
| | I - 10% (dez por cento), a partir de 1º de janeiro de 2025; e |
| | II - 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento), a partir |
| | de 1º de abril de 2026. |
| | Art. 213. Ficam extintas: |
| | I - a gratificação de representação de função de gabinete |
| | militar de que tratam a <u>Lei nº 8.460, de 17 de setembro de</u> |
| | 1992, e a alínea "g" do Anexo III à <u>Lei nº 11.526, de 4 de</u> |
| | outubro de 2007; e |
| | II - a gratificação pela representação de gabinete, de que |
| | tratam o art. 10 da <u>Lei nº 8.460, de 17 de setembro de</u> |
| | 1992, e a alínea "e" do Anexo III à <u>Lei nº 11.526, de 4 de</u> |
| | outubro de 2007. |
| | Art. 214. Ficam revogados: |
| <u>Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993</u> | I - da <u>Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993</u> : |
| Art. 4º A Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia é | a) os incisos I a IV do caput do art. 4º; |
| constituída do cargo de Pesquisador, composto pelas | |
| classes Especial, C, B e A. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| I - Pesquisador Titular; | |
| II - Pesquisador Associado; | |
| III - Pesquisador Adjunto; | |
| IV - Assistente de Pesquisa. | b) as also as "a" a "a" de parácrafa (ria de art 70 |
| Art. 7º A Carreira de que trata o artigo anterior é | ਲ) as aimeas a a c do paragrato unico do art. /੫; |
| constituída de três cargos: | |
| Parágrafo único. Os cargos do que trata esta artigo são | |
| Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo são distribuídos nas seguintes classes: | |
| a) Tecnologistas: | |
| a) Techologistas. | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| 1. Tecnologista Senior; | |
| 2. Tecnologista Pleno 3; | |
| 3. Tecnologista Pleno 2; | |
| 4. Tecnologista Pleno 1; | |
| 5. Tecnologista Júnior. | |
| b) Técnico: | |
| 1. Técnico 3; | |
| 2. Técnico 2; | |
| 3. Técnico 1; | |
| c) Auxiliar-Técnico: | |
| 1. Auxiliar-Técnico 2; | |
| 2. Auxiliar-Técnico 1. | |
| Art. 8º São pré-requisitos para ingresso e promoção nas | c) do art. 8º: |
| classes do cargo de Tecnologista, além do ensino superior | |
| completo: | |
| | |
| IV - classe A: ter qualificação específica para a classe. | 1. as alíneas "a" e "b" do inciso IV do caput; e |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) ter o grau de Mestre ou ter realizado, durante, pelo | |
| menos, três anos, atividade de pesquisa e | |
| desenvolvimento tecnológico, que lhe atribua habilitação | |
| correspondente; e | |
| b) ter participado de projetos de pesquisa e | |
| desenvolvimento tecnológico; V - Tecnologista Júnior: ter qualificação específica para a | 2. o inciso V do caput; |
| classe. | 2. O Iliciso V do Caput, |
| Art. 12. A Carreira referida no artigo anterior é constituída | d) as alíneas "a" a "c" do parágrafo único do art. 12; e |
| de três cargos: | |
| | |
| Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo são | |
| distribuídos nas seguintes classes: | |
| a) Analista em Ciência e Tecnologia: | |
| 1. Analista em Ciência e Tecnologia Senior; | |
| 2. Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 3; | |
| 3. Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 2; | |
| 4. Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 1; | |
| 5. Analista em Ciência e Tecnologia Júnior; | |
| b) Assistente em Ciência e Tecnologia: | |
| 1. Assistente 3; | |
| 2. Assistente 2; | |
| 3. Assistente 1; | |
| c) Auxiliar em Ciência e Tecnologia: | |
| 1. Auxiliar 2; | |
| 2. Auxiliar 1. | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| Art. 13. São pré-requisitos para ingresso e promoção nas | |
| classes do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, além | C) 40 art. 13. |
| do ensino superior completo: | |
| | |
| IV - classe A: ter qualificações específicas para a classe. | 1. as alíneas "a" e "b" do inciso IV do caput; e |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) ter grau de Mestre ou ter realizado, durante, pelo | |
| menos, três anos, atividade de gestão, planejamento ou | |
| infra-estrutura em Ciência e Tecnologia, que lhe atribua | |
| habilitação correspondente; e | |
| b) ter participado de trabalhos interdisciplinares ou da | |
| elaboração de sistemas de suporte, de relatórios técnicos e | |
| de projetos correlacionados com a área de Ciência e | |
| Tecnologia; | 2 a incica V da canastr |
| V - Analista em Ciência e Tecnologia Júnior: ter qualificações específicas para a classe. | z. o inciso v do caput; |
| Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998 | II - as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 17-A da |
| <u>Lei II- 3.037, de 3 de juliilo de 1338</u> | Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998; |
| Art. 17-A. Para fins de incorporação da GDATEM aos | 2011 3.037, de 3 de juinto de 1330, |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| II - para as aposentadorias concedidas e pensões | |
| instituídas após 19 de fevereiro de 2004: | |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os percentuais constantes das alíneas a e b do inciso I do | |
| caput deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| 18 de junho de 2004. | |
| Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002 | III - o parágrafo único do art. 5º da <u>Lei nº 10.404, de 9 de</u> |
| 25 25 7 46 5 46 juneiro 46 2002 | janeiro de 2002; |
| Art. 5º Para fins de incorporação da GDATA aos proventos | |
| de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: | |
| | |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes | |
| quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no | |
| inciso II deste artigo. | |
| <u>Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</u> | IV - o parágrafo único do art. 8º da <u>Lei nº 10.483, de 3 de</u> julho de 2002; |
| Art. 8º Para fins de incorporação da GDASST aos proventos | |
| de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: | |
| | |
| | · |



agrária e de assentamento;

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes | TEXTO ENCAMINITADO PELO EXECUTIVO |
| quando da vigência desta Lei aplica-se o disposto no inciso | |
| Il deste artigo. | |
| Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002 | V - da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002: |
| Art. 1º Fica estruturada a Carreira de Perito Federal | a) os art. 1º e art.2º; |
| Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e | a) 03 alt. 1- e alt.2-, |
| Reforma Agrária - INCRA, composta dos cargos efetivos de | |
| Engenheiro Agrônomo, regidos pela <u>Lei nº 8.112, de 11 de</u> | |
| dezembro de 1990, integrantes do Quadro de Pessoal | |
| daquela entidade, em 1º de abril de 2002, enquadrando-se | |
| os servidores de acordo com as respectivas atribuições, | |
| requisitos de formação profissional e posição relativa na | |
| tabela, conforme o constante do Anexo I. | |
| § 1º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá | |
| ocorrer mudança de nível. | |
| § 2º O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á | |
| mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada | |
| no prazo de trinta dias, a contar da vigência desta Lei. | |
| § 3º Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o | |
| caput que não optarem na forma do § 2º, comporão | |
| quadro suplementar em extinção. | |
| § 4º O posicionamento dos inativos na tabela | |
| remuneratória será referenciado à situação em que se | |
| encontravam no momento de passagem para a inatividade. | |
| Art. 2º Os ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo do | |
| Quadro de Pessoal do INCRA que integrarem a Carreira de | |
| Perito Federal Agrário têm por atribuições o planejamento, | |
| a coordenação, a orientação, a implementação, o | |
| acompanhamento e a fiscalização de atividades | |
| compatíveis com sua habilitação profissional inerentes às | |
| políticas agrárias e, mais especificamente: | |
| I - a vistoria, avaliação e perícia de imóveis rurais, com | |
| vistas na verificação do cumprimento da função social da | |
| propriedade, indenização de imóveis rurais e defesa | |
| técnica em processos administrativos e judiciais referentes | |
| à obtenção de imóveis rurais; | |
| II - o pronunciamento técnico a respeito de alienações de | |
| terras em projetos de regularização fundiária, reforma | |
| agrária e colonização; | |
| III - o pronunciamento conclusivo sobre a viabilidade | |
| técnica, econômica e ambiental, relativo à obtenção de | |
| áreas para fins de reforma agrária ou colonização; | |
| IV - a participação em equipes interdisciplinares no | |
| planejamento e acompanhamento dos projetos de reforma | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| V - a realização de estudos e análises para elaboração de | |
| normas relativas à regularização fundiária, à reforma e ao | |
| desenvolvimento agrários; e | |
| VI - a execução de outras tarefas de natureza similar, | |
| compatíveis com a sua habilitação profissional, na área de | |
| competência do INCRA. | |
| Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto | |
| neste artigo, disciplinará as especificações de classe do | |
| cargo de Engenheiro Agrônomo da carreira de Perito | |
| Federal Agrário. | |
| Art. 6º-B. Os titulares dos cargos de provimento efetivo de | b) os art. 6º-B, art. 6º-C e art. 6º-D; |
| que trata o art. 1º desta Lei, em exercício no Incra, quando | |
| investidos em cargo em comissão ou função de confiança | |
| farão jus à GDAPA da seguinte forma: | |
| I - os investidos em função de confiança ou cargos em | |
| comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - | |
| DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a respectiva | |
| gratificação de desempenho calculada conforme disposto | |
| no § 3º do art. 6º desta Lei; e | |
| II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção | |
| e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou | |
| equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de | |
| desempenho calculada com base no valor máximo da | |
| parcela individual, somado ao resultado da avaliação | |
| institucional do Incra no período. | |
| Art. 6º-C. Os titulares dos cargos de provimento efetivo de | |
| que trata o art. 1º desta Lei quando não se encontrarem em exercício no Incra somente farão jus à GDAPA: | |
| Art. 6º-D. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, | |
| com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus | |
| à GDAPA continuará a percebê-la em valor correspondente | |
| ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição | |
| de ocupante de cargo em comissão, até que seja | |
| processada a sua primeira avaliação após a exoneração. | |
| Art. 9º Para fins de incorporação da GDAPA aos proventos | c) do art. 9º: |
| de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: | -, |
| The state of the s | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | 1. as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput; e |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) a partir de 1º de março de 2008, no valor | |
| correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor | |
| máximo do respectivo nível; | |
| | · · |



| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, no valor correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível. Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo. Art. 16. Em decorrência do disposto no art. 5º desta Lei, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992. |
|--|
| correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível. Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo. Art. 16. Em decorrência do disposto no art. 5º desta Lei, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº |
| máximo do respectivo nível. Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo. Art. 16. Em decorrência do disposto no art. 5º desta Lei, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões existentes quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo. Art. 16. Em decorrência do disposto no art. 5º desta Lei, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº |
| existentes quando da publicação desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo. Art. 16. Em decorrência do disposto no art. 5º desta Lei, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº |
| disposto no inciso II deste artigo. Art. 16. Em decorrência do disposto no art. 5º desta Lei, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº |
| Art. 16. Em decorrência do disposto no art. 5º desta Lei, os servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº |
| servidores abrangidos por esta Lei deixam de fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da <u>Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998</u> , e à Gratificação de que trata o Anexo IX da <u>Lei nº</u> |
| Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária - GAF, instituída por intermédio da <u>Lei nº 9.651, de 27 de maio de</u> <u>1998</u> , e à Gratificação de que trata o Anexo IX da <u>Lei nº</u> |
| instituída por intermédio da <u>Lei nº 9.651, de 27 de maio de</u> <u>1998</u> , e à Gratificação de que trata o Anexo IX da <u>Lei nº</u> |
| 1998, e à Gratificação de que trata o Anexo IX da Lei nº |
| |
| 6.460, de 17 de Selembro de 1992. |
| |
| Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002 VI - do art. 6º da Lei nº 10.551, de 13 de novembro 2002: |
| Art. 6º Para fins de incorporação da GDASA aos proventos |
| de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: |
| de aposentadoria, serao adotados os seguintes criterios. |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como a) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput; |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. |
| a) quando percebida por período igual ou superior a 60 |
| (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. |
| 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional |
| nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos |
| valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; |
| b) quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) |
| meses, ao servidor de que trata a alínea a deste inciso |
| aplicar-se-á, a partir de 1º de julho de 2008, o valor |
| correspondente a 40 (quarenta) pontos e a partir de 10 de |
| julho de 2009, o valor correspondente a 50 (cinqüenta) |
| pontos, considerada a classe e padrão de referência do |
| servidor; e |
| III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das b) o inciso III do caput; e |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> |
| <u>18 de junho de 2004</u> . |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões c) o parágrafo único; |
| existentes por ocasião da publicação desta Lei aplica-se o |
| disposto nas alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo. |
| Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 VII - o § 5º do art. 4-C da Lei nº 10.682, de 28 de mai |
| <u>2003</u> ; |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| | TEXTO ENCAIVIINHADO PELO EXECUTIVO |
| Art. 4º-C. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de | |
| Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia | |
| Federal - GDATPF, devida aos servidores ocupantes de | |
| cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos | |
| do Departamento de Polícia Federal, quando em exercício | |
| das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo | |
| no Departamento de Polícia Federal. | |
| | |
| § 5º Para fins de incorporação da GDATPF aos proventos | |
| de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os | |
| seguintes critérios: | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, a GDATPF será: | |
| a) a partir de 1º de março de 2008, correspondente a 40% | |
| (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | |
| e | |
| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% | |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | |
| e | |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, | |
| de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o | |
| percentual constante do inciso I deste parágrafo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| <u>Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004</u> | VIII - da <u>Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004</u> : |
| Art. 2º Fica estruturada a Carreira do Seguro Social, | a) o § 2º do art. 2º; |
| composta dos cargos efetivos vagos regidos pela <u>Lei nº</u> | |
| 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Quadro | |
| de Pessoal do INSS, e dos cargos efetivos cujos ocupantes | |
| atenderem aos requisitos estabelecidos por esta Lei, e que | |
| sejam: | |
| | |
| § 2º Os cargos da Carreira do Seguro Social são agrupados | |
| em classes e padrões, na forma do Anexo I desta Lei. | |
| Art. 16. Para fins de incorporação da GDASS aos proventos | b) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 16; |
| de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | L | | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|------------|-----------|----------------------------------|
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | | | |
| critérios a integralidade e a paridade | de que | | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 d | e novem | | |
| 2019, deverá ser observado o disposto r | no art. 49 | º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constituciona | l. | | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1 | 286, de i | 2024) | |
| a) quando o servidor que deu origem à ap | osentado | ria ou à | |
| pensão enquadrar-se no disposto nos a | rts. 3º e | 6º da | |
| Emenda Constitucional nº 41, de 19 de de | zembro d | e 2003, | |
| e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 4 | 47, de 5 d | de julho | |
| de 2005, aplicar-se-á o constante das alíne | as a e b d | o inciso | |
| I do caput deste artigo; | | | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins | de cálcu | ılo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na l | _ei nº 10. | 887, de | |
| 18 de junho de 2004. | | | |
| Parágrafo único. Sobre os valores das Ta | belas con | stantes | c) o parágrafo único do art. 17; |
| do Anexo IV desta Lei incidirão os índ | ices de r | eajuste | |
| aplicáveis às tabelas de vencimentos | dos ser | vidores | |
| públicos federais, a título de revi | são ger | al das | |
| remunerações e subsídios, a partir de 2004 | ١. | | |
| ANEXO I | OC COCIAI | | d) o Anexo I; |
| ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DO SEGUI Cargos | Classe | Padrão | |
| | | V | |
| | ESPECIAL | IV | |
| | LOI LOINE | II | |
| | | l V | |
| | | V IV | |
| | С | III | |
| Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar | | ll I | |
| da Carreira do Seguro Social. | | V | |
| | | IV | |
| | В | III | |
| | | 1 | |
| | | V | |
| | _ | IV | |
| | Α | III | |
| | Α | III II | |



| | LEGISL/ | AÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUT |
|------------------|-------------------|--|-------------------------------|
| | | ANEXO IV | e) o Anexo IV; e |
| TABELAS DE | VENCIMENTO E | BÁSICO DOS CARGOS DA CARREIRA DO SEGURO SOCIAL | -, - : |
| a) Cargos de Nív | el Superior: | SOCIAL | |
| Em R\$ | , | | |
| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | |
| | V | A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2008 | |
| - | IV | 1.037,11 981,46 | |
| ESPECIAL | III | 928,42 | |
| LOI EOI/AE | II | 917,20 | |
| | I | 895,65 | |
| | V | 874,83 | |
| | IV | 854,61 | |
| С | III | 834,98 815,92 | |
| - | II | 797,41 | |
| | | 779,46 | |
| | IV | 762,01 | |
| В | III | 745,08 | |
| | II. | 728,63 | |
| | 1 | 712,69 | |
| | V | 697,21 | |
| A | IV III | 682,15 599,78 | |
| ^ | | 599,78 | |
| | | 575,61 | |
|) Cargos de Nív | el intermediário: | | |
| | | Em R\$ | |
| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | |
| 02.002 | | A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2008 | |
| | V IV | 763,85 719,41 | |
| ESPECIAL | III | 696,58 | |
| ESPECIAL | II | 674,73 | |
| | ï | 671,14 | |
| | V | 650,40 | |
| | IV | 630,52 | |
| С | III | 611,44 | |
| | II | 593,24 | |
| | l V | 575,75 559,10 | |
| | IV | 543,10 | |
| В | III | 527,78 | |
| | II | 513,13 | |
| | 1 | 499,09 | |
| | V | 485,68 | |
| | IV | 472,78 | |
| Α | III | 420,49 | |
| | II I | 410,30 400,54 | |
|) Cargos de Nív | | 400,04 | |
|) Cargos de Niv | CLAUXIUAL. | Em R\$ | |
| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | |
| CLASSE | | A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2008 | |
| | V | 464,46 | |
| FORESILL | IV | 448,32 | |
| ESPECIAL | III | 432,90 | |
| | II | 418,34 404,45 | |
| | V | 391,25 | |
| | IV | 378,68 | |
| С | III | 366,75 | |
| | II | 355,42 | |
| | I | 344,64 | |
| | V | 334,37 | |
| | IV | 324,63 | |
| В | <u>III</u> | 315,39 | |
| | ll ll | 306,58 298,22 | |
| | | Z30.ZZ | |
| | V I | | |
| | V IV | 290,22 | |
| A | V | 290,22 282,66 258,41 | |
| | V IV | 290,22 282,66 | |



| | | EGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--------------------------|----------------|---|----------------------------------|
| ANEXO VI | | | f) o Anexo VI; |
| TABELA DE V | ALOR DO PO | ONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DO SEGURO SOCIAL - GDASS | ,, , |
| a) Cargos de l | Nível Superio | | |
| Em R\$ CLASSE | PADRÃO | VALORES A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2007 | |
| | V | | |
| ESPECIAL | IV III | 14,00 | |
| LOFLOIAL | II | 14,00 | |
| | l V | | |
| | V IV | | |
| С | III | 12,60 | |
| | II . | | |
| | V | | |
| | IV | | |
| В | III | 11,90 | |
| | ll l | | |
| | V | | |
| А | IV III | 11,20 | |
| A | II | 11,20 | |
| | I | | |
| b) Cargos de N Em R\$ | Nível Interme | diário: | |
| CLASSE | PADRÃO | VALORES A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2007 | |
| | V | | |
| ESPECIAL | IV III | 11,00 | |
| EOI EOINE | II II | 11,00 | |
| | - 1 | | |
| | V IV | | |
| С | III | 9,90 | |
| | II I | | |
| | V | | |
| | IV | | |
| В | III II | 9,35 | |
| | - 1 | | |
| | V | | |
| Α | IV III | 8,80 | |
| | II II | | |
| c) Cargos de N | lívol Armilia | | |
| c) Cargos de N Em R\$ | ivet Auxiliar: | | |
| CLASSE | PADRÃO | VALORES A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2007 | |
| | V IV | | |
| ESPECIAL | III | 4,00 | |
| | II | | |
| | V | | |
| | IV | | |
| С | III | 3,60 | |
| | II I | | |
| | V | | |
| | IV | | |
| В | III | 3,20 | |
| | I | | |
| | V | | |
| | IV | 2.00 | |
| Α | III II | 3,00 | |
| | 1 | | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 | IX - a alínea "c" do inciso II do caput do art. 25 da 10.871, |
| 20111 201072) de 20 de maio de 2001 | de 20 de maio de 2004; |
| Art. 25. São pré-requisitos mínimos para promoção às | 1 |
| classes dos cargos de nível superior referidos no Anexo I | |
| desta Lei os seguintes: | |
| | |
| II - para a Classe C: | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| c) ser detentor de título de doutor e experiência mínima de | |
| 10 (dez) anos, ambos no campo específico de atuação de | |
| cada carreira. | |
| Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004 | X - o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 10.876, de 2 de |
| | junho de 2004; |
| Art. 13. Para fins de incorporação da GDAMP aos | |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões | |
| concedidas até a vigência da Medida Provisória nº 166, de | |
| 18 de fevereiro de 2004, aplica-se o disposto no inciso II do | |
| caput deste artigo. | |
| <u>Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004</u> | XI - o art. 6º da <u>Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004</u> ; |
| Art. 6º Fica instituída a Gratificação Temporária de | |
| Agências Reguladoras - GTAR, devida aos servidores dos | |
| órgãos e entidades da administração pública federal direta, | |
| autárquica e fundacional, cedidos às Agências Reguladoras | |
| de que trata o Anexo I da <u>Lei nº 10.871, de 20 de maio de</u> | |
| <u>2004</u> , enquanto permanecerem nesta condição, conforme valores máximos estabelecidos no Anexo V desta Lei, | |
| observado o disposto no § 3º deste artigo. | |
| § 1º A gratificação a que se refere o caput deste artigo será | |
| paga em conjunto, de forma não-cumulativa, com a | |
| remuneração devida pelo exercício de cargo ou função | |
| comissionada e não servirá de base de cálculo para | |
| quaisquer outros benefícios ou vantagens. | |
| § 2º A GTVS não integrará os proventos da aposentadoria e | |
| as pensões. | |
| § 3º O valor da GTAR será ajustado, para cada servidor que | |
| a ela fizer jus, de modo que a soma da GTAR com a | |
| remuneração total do servidor de que trata o caput deste | |
| artigo, excluídas as vantagens pessoais e devidas pela | |
| natureza ou local de trabalho, não seja superior ao valor | |
| estabelecido no Anexo VI desta Lei. | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| § 4º O quantitativo total de GTAR será reduzido à medida | |
| que os servidores de que trata o caput deste artigo, | |
| cedidos à Agência Reguladora na data da entrada em vigor | |
| do respectivo Plano Especial de Cargos, deixarem a | |
| condição de cedidos para a respectiva Agência. | |
| <u>Lei nº 10.908, de 15 de julho de 2004</u> | XII - a <u>Lei nº 10.908, de 15 de julho de 2004</u> ; |
| Institui Gratificação Específica de Apoio Técnico- | |
| Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais | |
| de Ensino - GEAT e dá outras providências. | |
| <u>Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004</u> | XIII - da <u>Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004</u> : |
| Art. 1º Ficam criadas, para exercício na Agência Nacional | a) o § 3º do art. 1º; |
| de Mineração – ANM, as carreiras de: | |
| | |
| § 3º Os padrões de vencimento básico dos cargos das | |
| carreiras de que trata o caput deste artigo são os | |
| constantes do Anexo II desta Lei. | |
| Art. 11. São pré-requisitos mínimos para promoção às | b) a alínea "c" do inciso II do caput do art. 11; |
| classes dos cargos de nível superior das Carreiras referidas | |
| nos incisos I e II do art. 1º desta Lei, observado o disposto | |
| em regulamento: | |
| | |
| II - para a Classe C: | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| c) ser detentor de título de doutor e ter experiência | |
| mínima de 10 (dez) anos, ambos no campo específico de | |
| atuação de cada carreira. | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | | | LTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------|--------------------|--|---|----------------------------------|
| | | | A NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, DE QUE TRATA O ART. 1º | c) o Anexo II; |
| | básico da Carreira | a de Especialista em Recursos Minerais: | | ' |
| Em R\$ | | VEN | CIMENTO BÁSICO | |
| CLASSE | PADRÃO | VEN | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 | |
| | III | 7,744,35 | 7.899.54 | |
| ESPECIAL | 11 | 7.446,22 | 7.594,96 | |
| EOI EOII E | - " | 7.159,38 | 7.303,03 | |
| <u> </u> | V | 6.568,26 | 6.699.96 | |
| | IV | 6.316,33 | 6.442,54 | |
| В | III | 6.073,30 | 6.194,44 | |
| | II | 5.839,00 | 5.955,35 | |
| | 1 | 5.614,97 | 5.727,24 | |
| | V | 5.151,65 | 5.255,14 | |
| | IV | 4.953,16 | 5.052,38 | |
| Α | III | 4.762,59 | 4.858,00 | |
| | II . | 4.579,33 | 4.670,43 | |
| | 1 | 4.402,78 | 4.491,07 | |
| b) Vencimento | básico da Carreir | a de Técnico em Atividades de Mineração: | | |
| Em R\$ | | | | |
| CLASSI | E PADRÃ | 1 | VENCIMENTO BÁSICO | |
| CLASSI | | | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 | |
| | III | 3.896,66 | 3.974,70 | |
| ESPECIA | AL II | 3.782,65 | 3.858,80 | |
| | 1 | 3.672,81 | 3.746,69 | |
| | V | 3.448,57 | 3.517,89 | |
| | IV | 3.347,65 | 3.414,36 | |
| В | III | 3.250,42 | 3.315,34 | |
| | II | 3.155,53 | 3.218,79 | |
| | 1 | 3.063,57 | 3.125,30 | |
| | V | 2.863,60 | 2.920,44 | |
| | IV | 2.676,27 | 2.729,35 | |
| A | III | 2.501,08 | 2.551,58 | |
| | II. | 2.337,28 2.184,46 | 2.383,90 | |
| | | | 2.228,39 | |
| | o básico da Carrei | ra de Analista Administrativo: | | |
| Em R\$ | | MEA | ICIMENTO BÁSICO | |
| CLASSE | PADRÃO | VEP | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 | |
| | III | 7.743,91 | 7.899,03 | |
| ESPECIAL | | 7,446,42 | 7.595,07 | |
| EGI EGIIII | - " | 7.159,96 | 7.303,05 | |
| | V | 6.568.69 | 6.699.70 | |
| | IV | 6.315,68 | 6,442,41 | |
| В | III | 6.073,21 | 6.194,53 | |
| | II | 5.839,78 | 5.956,45 | |
| | i i | 5.615,24 | 5.727,97 | |
| | V | 5.151,31 | 5.254,79 | |
| | IV | 4.953,06 | 5.052,45 | |
| A | III | 4.762,53 | 4.857,89 | |
| | II | 4.579,85 | 4.671,33 | |
| | | 4.403,14 | 4.491,70 | |
| | básico da Carreir | ra de Técnico Administrativo: | | |
| Em R\$ | | | | |
| CLASSE | PADRÃO | VEN | ICIMENTO BÁSICO | |
| | | | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 | |
| | III | 3.896,70 | 3.975,01 | |
| ESPECIAL | | 3.782,49 | 3.858,01 | |
| | 1 | 3.672,27 | 3.745,50 | |
| 1 | V | 3.448,82 | 3.518,09 | |
| | IV | 3.347,58 | 3.414,26 | |
| В | III | 3.251,01 | 3.315,63 | |
| 1 | II . | 3.155,87 | 3.218,88 | |
| I — | 1 | 3.063,91 | 3.125,39 | |
| 1 | V | 2.863,86 | 2.920,89 | |
| | IV | 2.676,09 | 2.730,04 | |
| A | III | 2.500,90 | 2.551,27 | |
| 1 | II . | 2.337,51 | 2.384,29 | |
| | 1 | 2.184,60 | 2.228,38 | |



| | L | .EGISLAÇÃO | | | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---------------------------|---------------------|--|---|---|--|
| TARFLA DE V | VALOR DO PONTO | | XO VI MPENHO DE ATIVIDADES DE | PRODUÇÃO MINERAL – GDAPM | d) os Anexos VI e VI-A; e |
| | | | | PONTO (em R\$) | aj ostalekos vi e vi ti, e |
| CLASSE | | PADRÃO | NÍVEL | NÍVEL | |
| | | | SUPERIOR | INTERMEDIÁRIO | |
| ESPECIAL | | | 18,03 17,62 | 8,94 8,75 | |
| LOFECIAL | _ | T T | 17,24 | 8,56 | |
| | | VI | 16,45 | 8,36 | |
| С | | V IV | 16,11 15,78 | 8,17 7,98 | |
| | | III | 15,47 | 7,79 | |
| | | II I | 15,16 14,55 | 7,59 7,40 | |
| | | VI | 14,28 | 7,21 | |
| | | V IV | 14,02 13,78 | 7,02 6,82 | |
| В | | III | 13,54 | 6,63 | |
| | | II . | 13,32 13,10 | 6,45 6,28 | |
| | | v | 12,89 | 6,12 | |
| А | | IV III | 12,70 12,50 | 5,97 5,83 | |
| | | II II | 12,32 | 5,70 | |
| | | I | 12,14 | 5,58 | |
| | | O DA GRATIFICAÇÃO DE DESEN de Especialista em Recursos M | PENHO DE ATIVIDADES DE RE- | CURSOS MINERAIS - GDARM | |
| CLASSE | PADRÃO | | VALOR DO PONTO DA GD | | |
| | III | 126,57 | EFEITOS FINANCEIRO | S A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 137,66 | |
| ESPECIAL | II I | 124,89 123,19 | | 135,66 133,58 | |
| | V | 122,29 | | 133,49 | |
| B | IV III | 120,46 118,59 | | 131,18 128,79 | |
| D. | II . | 116,71 | | 126,36 | |
| | V | 114,79 113,46 | | 123,84 122,87 | |
| | IV | 111,46 | | 120,19 | |
| A | III II | 109,44 107,40 | | 117,45 114,68 | |
| | I I | 105,32 | | 111,83 | |
| r do ponto da GD | JARM para a Carreir | a de Técnico em Atividades de M | ineração: | | |
| CLASSE | PADRÃO | | VALOR DO PONTO DA GO | DARM DS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 | |
| | III | 58,37 | El El Ioo I II II I I I I I I I I I I I I I | 66,18 | |
| ESPECIAL | II I | 57,05 55,77 | | 64,68 63,23 | |
| | V IV | 53,46 52,27 | | 60,53 59,19 | |
| В | III | 51,09 | | 57,85 | |
| | 11 | 49,94 48,81 | | 56,55 55,27 | |
| | v | 47,03 | | 53,34 | |
| A | IV III | 46,22 45,57 | | 52,59 52,1 | |
| | II I | 44,91 44,23 | | 51,59 51,02 | |
| | | ANEXO | | | a) a America VIII Co |
| VALOR r do ponto da GD | DO PONTO DA GRA | TIFICAÇÃO DE DESEMPENHO E o de Analista Administrativo da 0 | E ATIVIDADES ADMINISTRATIVA Carreira de Analista Administrat | AS DO DNPM - GDADNPM tivo: | e) o Anexo VI-C; |
| | | | VALOR DO PONTO DA GDAI | | |
| CLASSE | PADRÃO | | | DS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 | |
| ESPECIAL | = | 93,69 92,35 | | 113,20 111,47 | |
| | 1 | 90,97 | | 109,89 | |
| | V IV | 90,52 89,02 | | 109,65 107,83 | |
| В | III | 87,50 85,92 | | 105,73 103,53 | |
| | T I | 84,32 | | 101,28 | |
| | V IV | 83,44 81,76 | | 100,64 98,22 | |
| A | III | 80,05 | | 95,74 | |
| | II I | 78,31 76,56 | | 93,21 90,63 | |
| r do ponto da GD | ADNPM para o carg | o de Técnico Administrativo da C | arreira de Técnico Administrativ | | |
| CLASSE | PADRÃO | | VALOR DO PONTO DA GDAD | ONPM | |
| | III | 43,67 | EFEITOS FINANCEIRO | S A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 56,87 | |
| ESPECIAL | II . | 42,55 | | 55,48 | |
| | V | 41,44 39,45 | | 54,10 51,51 | |
| В | IV III | 38,44 | | 50,25 49,01 | |
| - | III | 37,45 36,49 | | 47,80 | |
| | I V | 35,54 33,90 | | 46,61 44,50 | |
| | IV | 33,45 | | 44,16 | |
| A | III II | 32,98 32,49 | | 43,77 43,34 | |
| | ï | 32,49 | | 42,88 | |
| | Lei nº : | 11.090, de 7 d | le janeiro de | 2005 | XIV - da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005: |
| | | £: : | ornoracão d | da GDARA aos | a) do art. 22: |
| . 22. | Para | tins de inc | orporacao i | 30 OD/111/1 Ut/ | |
| . 22. | | | | | |
| | | | | dos os seguintes | , |
| ventos | | | | | |
| | | | | | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|----------------------------------|
| § 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão | |
| instituídos até 19 de fevereiro de 2004, aplica-se o | |
| disposto no inciso I do caput, conforme interstício | |
| cumprido pelo instituidor. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| I - a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) | |
| meses; ou | |
| II - quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses: | |
| a) a partir de 1º de março de 2008, no valor | |
| correspondente a quarenta por cento do valor máximo do | |
| respectivo nível; e | |
| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, no valor | |
| correspondente a cinquenta por cento do valor máximo do | |
| respectivo nível. | 2 in size at a H de 20. |
| § 2º Aos benefícios não alcançados pelos incisos III e IV | 2. OS INCISOS I e II do 2º; e |
| do <i>caput</i> e pelo § 1º, será aplicado o disposto na <u>Lei nº</u> | |
| 10.887, de 18 de junho de 2004, ou no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, conforme a data de cumprimento dos respectivos | |
| requisitos, observado o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de | |
| abril de 2012. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| I - quando aos servidores que lhes deu origem se aplicar o | |
| disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, | |
| de 19 de dezembro de 2003 , e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o | |
| disposto no § 1º deste artigo; e | |
| II - aos demais, aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| Art. 25. O art. 2º da <u>Lei nº 10.550, de 13 de novembro de</u> | b) o art. 25; |
| 2002, passa a vigorar com a seguinte redação: | |
| "Art. 2º Os ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo | |
| do Quadro de Pessoal do INCRA que integrarem a Carreira | |
| de Perito Federal Agrário têm por atribuições o | |
| planejamento, a coordenação, a orientação, a | |
| implementação, o acompanhamento e a fiscalização de | |
| atividades compatíveis com sua habilitação profissional inerentes às políticas agrárias e, mais especificamente: | |
| I - a vistoria, avaliação e perícia de imóveis rurais, com | |
| vistas na verificação do cumprimento da função social da | |
| propriedade, indenização de imóveis rurais e defesa | |
| técnica em processos administrativos e judiciais referentes | |
| à obtenção de imóveis rurais; | |
| " (NR) | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 | XV - da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005: |
| Art. 5º Para todos os efeitos desta Lei, aplicam-se os seguintes conceitos: | a) o inciso V do caput do art. 5º; |
| V - nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; | |
| Art. 6º O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada, conforme Anexo I-C desta Lei. | |
| Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: | c) o § 2º do art. 8º; |
| § 2º As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento. | |
| Art. 10. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se- á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional. § 2º Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subseqüente, a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação. | |
| Art. 10-A. A partir de 1º de maio de 2008, o interstício para Progressão por Mérito Profissional na Carreira, de que trata o § 2º do art. 10 desta Lei, passa a ser de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício. Parágrafo único. Na contagem do interstício necessário à Progressão por Mérito Profissional de que trata o caput deste artigo, será aproveitado o tempo computado desde a última progressão. | e) o art. 10-A; |
| Art. 12. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV desta Lei, observados os seguintes parâmetros: | f) o art. 12; |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA

TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO

- I a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e
- II a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.
- § 1º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.
- § 2º O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.
- § 3º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 desta Lei.
- § 4º A partir de 1º de janeiro de 2013, o Incentivo à Qualificação de que trata o caput será concedido aos servidores que possuírem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual é titular, independentemente do nível de classificação em que esteja posicionado, na forma do Anexo IV.

| _ Anexo III | | | | | |
|------------------------|--|---|--|--|--|
| | TABELA PARA PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL | | | | |
| NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO | NÍVEL DE CAPACITAÇÃO | CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO | | | |
| | 1 | Exigência mínima do Cargo | | | |
| A | II | 20 horas | | | |
| | III | 40 horas | | | |
| | IV | 60 horas | | | |
| | The state of the s | Exigência mínima do Cargo | | | |
| В | ll l | 40 horas | | | |
| | III | 60 horas | | | |
| | IV | 90 horas | | | |
| | The state of the s | Exigência mínima do Cargo | | | |
| С | II . | 60 horas | | | |
| | III | 90 horas | | | |
| | IV | 120 horas | | | |
| | The state of the s | Exigência mínima do Cargo | | | |
| D | II | 90 horas | | | |
| | III | 120 horas | | | |
| | IV | 150 horas | | | |
| | T T | Exigência mínima do Cargo | | | |
| E | | 120 horas | | | |
| | III | 150 horas | | | |
| | IV | Aperfeicoamento ou curso de capacitação igual ou superior a 180 horas | | | |

g) o Anexo III; e



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | | | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|-----------|--|
| ANEXO V TABELA DE CONVERSÃO TEMPO DE SERVICO PÚBLICO FEDERAL | | | h) o Anexo V; |
| TABELA DE CONVERSAO TEMPO I Tempo de Serviço Público | DE SERVIÇO PUBLICO FEDERAL Padrão de vencimento de cada | | , |
| Federal / anos | Nível de Classificação e Nível de | | |
| | Capacitação | | |
| Até 1 ano e 11 meses | 1 | | |
| 2 | 2 | | |
| 3 | 2 | | |
| 4 | 3 | | |
| 5 | 3 | | |
| 6 | 4 | | |
| 7 8 | 4 5 | | |
| 9 | 5 | | |
| 10 | 6 | | |
| 11 | 6 | | |
| 12 | 7 | | |
| 13 | 7 | | |
| 14 | 8 | | |
| 15 | 8 | | |
| 16 | 9 | | |
| 17 | 9 | | |
| 18 | 10 | | |
| 19 | 10 | | |
| 20 | 11 | | |
| 22 | 12 | | |
| 23 | 12 | | |
| 24 | 13 | | |
| 25 | 13 | | |
| 26 | 14 | | |
| 27 | 14 | | |
| 28 | 15 | | |
| 29 | 15 | | |
| 30 ou mais | 16 | | |
| <u>Lei nº 11.095, do</u> | e 13 de janeiro de 2005 | | XVI - o § 5º do art. 11-D da <u>Lei nº 11.095, de 13 de janeiro</u> <u>de 2005</u> ; |
| Art. 11-D. Fica instituída a | Gratificação de Desemp | enho de | |
| Atividade de Apoio Te | | | |
| Rodoviária Federal - GI | | | |
| | | | |
| ocupantes de cargos de | | | |
| Especial de Cargos do Dep | | | |
| Federal, quando em exer | cício das atividades iner | entes às | |
| atribuições do respectiv | o cargo no Departame | ento de | |
| Polícia Rodoviária Federal | | | |
| | | | |
| | | | |
| § 5º Para fins de incorporação da GDATPRF aos proventos | | | |
| de aposentadoria ou às seguintes critérios: | s pensoes, serao adota | ados os | |
| I - para as aposentadorias | s e pensões instituídas at | té 19 de | |
| fevereiro de 2004, a GDAT | | | |
| a) a partir de 1º de março | de 2008, correspondent | e a 40% | |
| (quarenta por cento) do v | alor máximo do respectiv | vo nível; | |
| е | | | |



| LEGISLAÇAO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% | |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | |
| e | |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | |
| | |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o | |
| percentual constante do inciso I deste parágrafo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005 | XVII - da <u>Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005</u> : |
| Art. 8º Para fins de incorporação da GDAEM aos proventos | a) do art. 8º: |
| de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: | |
| | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | 1. as alíneas a" e "b" do inciso II do caput; e |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | • |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando percebida por período igual ou superior a 60 | |
| (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de | |
| | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| <u>nº 47, de 5 de julho de 2005</u> , aplicar-se-á a média dos | |
| valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; | |
| b) quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, ao servidor de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-á o disposto nas alíneas a e b do inciso I do caput | |
| deste artigo; e | |
| III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | 2. o inciso III do caput; e |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| 18 de junho de 2004. | |
| Art. 17. A GDAMB integrará os proventos da aposentadoria | b) o art. 17; |
| e das pensões, de acordo com: | |
| I - a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) | |
| meses; ou | |
| II - o valor correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, | |
| quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses. | |
| | |



| | TEVED ENCARAINILIA DO DELO EVECUTIVO |
|---|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| Parágrafo único. Às aposentadorias e às pensões instituídas até o dia anterior ao da vigência desta Lei | |
| aplica-se o disposto no inciso II do caput deste artigo. | |
| Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 | XVIII - da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005: |
| Art. 1º Ficam criadas, para exercício no Departamento | a) o § 4º do art. 1º; |
| Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, as | a) 0 9 4= 00 art. 1=, |
| carreiras de: | |
| currents de. | |
| § 4º Os padrões de vencimento básico dos cargos das | |
| carreiras de que trata o caput deste artigo são os | |
| constantes do Anexo II desta Lei. | |
| Art. 1º-A. A estrutura remuneratória dos titulares de | b) os art. 1º-A, art. 1º-B, art. 1º-C e art. 1º-D; |
| cargos da Carreira de que trata o inciso I do caput do art. | |
| 1º desta Lei terá a seguinte composição: | |
| I - Vencimento Básico; | |
| II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Infra- | |
| Estrutura de Transportes - GDAIT; e | |
| III - Gratificação de Qualificação - GQ. | |
| Art. 1º-B. A estrutura remuneratória dos titulares de cargos | |
| da Carreira de que trata o inciso II do caput do art. 1º desta | |
| Lei terá a seguinte composição: | |
| I - Vencimento Básico; e | |
| II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Infra- | |
| Estrutura de Transportes - GDAIT. | |
| Art. 1º-C. A estrutura remuneratória dos titulares de cargos | |
| da Carreira de que trata o inciso III do caput do art. 1º | |
| desta Lei terá a seguinte composição: | |
| I - Vencimento Básico; | |
| II - Gratificação de Desempenho de Atividades | |
| Administrativas do Dnit - GDADNIT; e | |
| III - Gratificação de Qualificação - GQ. | |
| Art. 1º-D. A estrutura remuneratória dos titulares de | |
| cargos da Carreira de que trata o inciso IV do caput do art. | |
| 1º desta Lei terá a seguinte composição: | |
| I - Vencimento Básico; e | |
| II - Gratificação de Desempenho de Atividades | |
| Administrativas do Dnit - GDADNIT. | s) a insisa IV da caput da art. 10: |
| Art. 10. O desenvolvimento do servidor nos cargos das | c) o meiso iv do caput do art. 10; |
| carreiras referidas no art. 1º desta Lei obedecerá às | |
| seguintes regras: | |
| IV - exictância de vaga | |
| IV - existência de vaga. | |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|
| d) a alínea "c" do inciso II do caput do art. 11; |
| |
| |
| |
| |
| e) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 11-A; |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| f) o art. 12; |
| |
| |
| |
| |
| |
| g) o art. 15-A; |
| |
| |
| |
| |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| Art. 21. Para fins de incorporação da GDIT e a GDAPEC aos | h) do art. 21: |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | 1. as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput; e |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 | |
| (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da <u>Emenda Constitucional nº 41, de 19 de</u> | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos | |
| valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; | |
| b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-ão os pontos constantes das alíneas a e b do | |
| inciso I do caput deste artigo; e | 2 - 1 - 1 - 11 - 1 1 |
| III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | 2. o inciso ili do caput; |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| 18 de junho de 2004. | i) as insignated to the second depart 20 a |
| Art. 28. Fica vedada a cessão de servidores integrantes das | i) os incisos i e ii do caput do art. 28; e |
| carreiras de que trata o art. 1º para outros órgãos ou | |
| entidades da administração pública federal, dos Estados, | |
| do Distrito Federal e dos Municípios, durante os primeiros dez anos de efetivo exercício no DNIT, contados a partir do | |
| ingresso no cargo das respectivas carreiras. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| I – durante os primeiros 10 (dez) anos de efetivo exercício | |
| no DNIT, a partir do ingresso em cargo das Carreiras de que | |
| trata o art. 1º desta Lei; ou | |
| II – pelo prazo de 10 (dez) anos contado da publicação | |
| desta Lei, para os servidores do Plano Especial de Cargos | |
| do DNIT, instituído pelo art. 3º desta Lei. | |
| do Divir, institutuo peto art. 3- desta Lei. | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** ANEXO II j) o Anexo II; TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DO DNIT a) Vencimento básico dos cargos da carreira de Infraestrutura de Transportes: VENCIMENTO BÁSICO PADRÃO CLASSE EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 7.620,51 **ESPECIAL** Ш 7.398.91 v 6.850.90 I۷ Ш 6.458.27 6.269,84 Ш ν 5.636,17 I۷ Ш 5.312,57 5.157,69 5.007,06 b) Vencimento básico dos cargos da carreira de Suporte à Infraestrutura de Transportes: VENCIMENTO BÁSICO CLASSE PADRÃO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 2.854,12 2.798,07 **ESPECIAL** 2.742,54 ٧ 2.662.54 I۷ 2.611,14 Ш 2.559,87 2.508,65 2.460.16 2.412.19 I۷ 2.341,04 2.251,34 2.206,16 c) Vencimento básico dos cargos da carreira de Analista Administrativo: Em R\$ VENCIMENTO BÁSICO CLASSE PADRÃO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 7.610,87 ESPECIAL 7.009,81 6.431,12 6.172,07 Ш 5.922,72 5.684,09 Ш 5.454,41 5.235,90 I۷ 4.802,54 4.609,68 Ш 4.424.11 Ш 4.245,58 d) Vencimento básico dos cargos da carreira de Técnico Administrativo: VENCIMENTO BÁSICO CLASSE PADRÃO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 3.774,58 **ESPECIAL** 3.615,33 3.463.56 ν 3.251.08 I۷ Ш 2.983.84 2.857,30 Ш 2.737,70 2.621,38 ĪΝ 2.462.36 Ш 2.258,32 2.205.91



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 | XIX - o § 4º do art. 2º-E da <u>Lei nº 11.233, de 22 de</u> |
| | dezembro de 2005; |
| Art. 2º-E. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de | , |
| Atividade Cultural - GDAC, devida aos servidores ocupantes | |
| de cargos de provimento efetivo do Plano Especial de | |
| Cargos da Cultura, quando em exercício das atividades | |
| inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério | |
| da Cultura ou nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. | |
| | |
| § 4º Para fins de incorporação da GDAC aos proventos de | |
| aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, a GDAC será: | |
| a) a partir de 1º de março de 2008, correspondente a 40% | |
| (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | |
| e | |
| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% | |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | |
| e | |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o | |
| percentual constante do inciso I deste parágrafo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| <u>Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006</u> | XX - alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 36 da <u>Lei</u> |
| | <u>nº 11.344, de 8 de setembro de 2006;</u> |
| Art. 36. Para fins de incorporação da GDASUS aos | |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |



18 de junho de 2004.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| ~ | |
|--|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os percentuais constantes do inciso I do caput deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| 18 de junho de 2004. | |
| Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 | XXI - da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006: |
| Art. 5º-B. Fica instituída, a partir de 1º de março de 2008, a | a) o § 6º do art. 5º-B; |
| Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da | |
| Saúde e do Trabalho (GDPST), devida aos titulares dos | |
| cargos de provimento efetivo da carreira da Previdência, | |
| da Saúde e do Trabalho, quando em exercício das | |
| atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo e | |
| lotados no Ministério da Fazenda, no Ministério do | |
| Desenvolvimento Social e Agrário, no Ministério da Saúde, | |
| no Ministério do Trabalho e na Funasa, em função do | |
| desempenho individual do servidor e do alcance de metas | |
| de desempenho institucional do respectivo órgão e da | |
| entidade de lotação. | |
| childade de lotação. | |
| § 6º Para fins de incorporação da GDPST aos proventos de | |
| aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, a GDPST será: | |
| a) a partir de 1º de março de 2008, correspondente a 40% | |
| (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | |
| e | |
| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% | |
| (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; | |
| e | |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os percentuais constantes do inciso I deste parágrafo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Art. 14. A Carreira de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, | b) os incisos I a IV do caput do art. 14; |
| Produção e Inovação em Saúde Pública é constituída do | |
| cargo de Pesquisador em Saúde Pública, com as classes | |
| Especial, C, B e A. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| I - Pesquisador em Saúde Titular; | |
| II - Pesquisador em Saúde Associado; | |
| III - Pesquisador em Saúde Adjunto; e | |
| IV - Assistente de Pesquisa em Saúde. | |
| Art. 17. A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em | c) os incisos I a V do caput do art. 17; |
| Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública | |
| é composta pelo cargo de Tecnologista em Saúde Pública, | |
| com as classes Especial, C, B e A. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| I - Tecnologista em Saúde Sênior; | |
| II - Tecnologista em Saúde Pleno 3; | |
| III - Tecnologista em Saúde Pleno 2; | |
| IV - Tecnologista em Saúde Pleno 1; e | |
| V - Tecnologista em Saúde Júnior. | |
| Art. 18. A Carreira de Suporte Técnico em Ciência, | d) os incisos I a III do caput do art. 18; |
| Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública é | |
| composta pelo cargo de Técnico em Saúde Pública, com as | |
| Classes Especial, C, B e A. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| I - Técnico em Saúde 3; | |
| II - Técnico em Saúde 2; e | |
| III - Técnico em Saúde 1. | |
| Art. 19. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e | e) do art. 19: |
| promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de | |
| Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, | |
| Produção e Inovação em Saúde Pública, além do curso | |
| superior em nível de graduação, com habilitação legal | |
| específica, quando for o caso, os seguintes: | |
| | |
| IV - classe A: ter qualificação específica para a classe. | 1. as alíneas "a" e "b" do inciso IV do caput; e |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) ter o grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo | |
| menos, 3 (três) anos atividade de pesquisa e | |
| desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação | |
| correspondente; e | |
| b) ter participado de projetos de pesquisa e | |
| desenvolvimento tecnológico; | 2 a incica V da caput |
| V - Tecnologista em Saúde Júnior: ter qualificação | z. o inciso v do caput; |
| específica para a Classe. | |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** Art. 22. A Carreira de Gestão em Ciência, Tecnologia, f) os incisos I a V do caput do art. 22; Produção e Inovação em Saúde Pública é composta pelo cargo de Analista de Gestão em Saúde, com as Classes Especial, C, B e A. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) I - Analista de Gestão em Saúde Sênior; II - Analista de Gestão em Saúde 3; III - Analista de Gestão em Saúde 2; IV - Analista de Gestão em Saúde 1; e V - Analista de Gestão em Saúde Júnior. Art. 23. A Carreira de Suporte à Gestão em Ciência, g) os incisos I a III do caput do art. 23; Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública é composta pelo cargo de Assistente Técnico de Gestão em Saúde, com as Classes Especial, C, B e A. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) I - Assistente Técnico de Gestão 3; II - Assistente Técnico de Gestão 2; e III - Assistente Técnico de Gestão 1. Art. 24. São pré-requisitos para ingresso na Classe inicial e h) do art. 24: promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, além do curso superior, em nível de graduação, concluído, os seguintes: IV - classe A: ter qualificação específica para a classe. 1. as alíneas "a" e "b" do inciso IV do caput; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) a) ter grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo menos, 3 (três) anos atividade de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde, que lhe atribua habilitação correspondente; e b) ter participado de trabalhos interdisciplinares ou da elaboração de sistemas de suporte, de relatórios técnicos e de projetos correlacionados com a área de Pesquisa, Produção, Serviços e Gestão em Saúde; V - Analista de Gestão em Saúde Júnior: ter qualificação 2. o inciso V do caput; específica para a Classe. Art. 42. Os servidores ocupantes de cargos de nível i) o art. 42; superior do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, quando possuidores de título de Doutor ou de habilitação equivalente, poderão, após cada período de 7 (sete) anos de efetivo exercício de atividades na Fiocruz, requerer até 6 (seis) meses de licença sabática para aperfeiçoamento profissional, assegurada a percepção da remuneração do respectivo cargo.



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| § 1º A concessão da licença sabática tem por fim permitir o | |
| afastamento do servidor de que trata o caput deste artigo | |
| para a realização de estudos e aprimoramento técnico- | |
| profissional e far-se-á de acordo com normas estabelecidas | |
| em ato do Poder Executivo. | |
| § 2º Para cada período de licença sabática solicitado, | |
| independentemente da sua duração, far-se-á necessária a | |
| apresentação de plano de trabalho, bem como de relatório | |
| final, conforme disposto no regulamento a que se refere o | |
| § 1º deste artigo. | |
| § 3º A aprovação da licença sabática dependerá de | |
| recomendação favorável de comissão competente, | |
| especificamente constituída para esta finalidade, no | |
| âmbito da Fiocruz. | |
| § 4º Não se aplica aos servidores a que se refere o caput | |
| deste artigo a licença para capacitação de que tratam o | |
| inciso V do art. 81 e o art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de | |
| dezembro de 1990. | |
| Art. 53. O CPCI será constituído por oito membros, dos | j) o inciso II do caput do art. 53; |
| quais: | |
| | |
| II – 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, | |
| Orçamento e Gestão; | |
| Art. 75. São pré-requisitos mínimos para ingresso na Classe | k) do art. 75: |
| inicial e a promoção às Classes subsequentes dos cargos de | |
| provimento efetivo das Carreiras referidas nos incisos II e | |
| IV do caput do art. 71 desta Lei, além do diploma de nível | |
| superior, em nível de graduação, os seguintes: | |
| | |
| IV - Classe A - ter qualificação específica para a Classe. | 1.as alíneas "a" a "c" do inciso IV do caput; e |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e | |
| experiência mínima de 5 (cinco) anos, todos no campo | |
| específico de atuação do cargo; ou | |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em | |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 4 (quatro) | |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | |
| c) ser detentor de título de Mestre e experiência mínima | |
| de 3 (três) anos, todos no campo específico de atuação do | |
| cargo; | |
| V - Classe A: ter qualificação específica para a Classe. | 2. o inciso V do caput; |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| Art. 95. São pré-requisitos mínimos para ingresso na Classe | l) do art. 95: |
| inicial e promoção às Classes subsequentes dos cargos de | |
| provimento efetivo de nível superior de Tecnologista em | |
| Propriedade Industrial e de Analista de Planejamento, | |
| Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial, além | |
| do curso superior em nível de graduação, com habilitação | |
| legal específica, quando for o caso, os seguintes: | |
| | |
| II - Classe C: | 1. a alínea "d" do inciso II do caput; |
| d) ser detentor do título de Doutor e experiência mínima | |
| de 9 (nove) anos, todos no campo específico de atuação do | |
| cargo; | |
| IV - Classe A: ter qualificação específica para a Classe. | 2. as alíneas "a" a "c" do inciso IV do caput; e |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) possuir certificação em eventos de capacitação e | |
| experiência mínima de 5 (cinco) anos, todos no campo | |
| específico de atuação do cargo; ou | |
| b) possuir pós-graduação lato sensu, ter certificação em | |
| eventos de capacitação e experiência mínima de 4 (quatro) | |
| anos, todos no campo específico de atuação do cargo; ou | |
| c) ser detentor de título de Mestre ou de Doutor e | |
| experiência mínima de 3 (três) anos, todos no campo | |
| específico de atuação do cargo; | |
| V - Classe A: ter qualificação específica para a Classe. | 3. o inciso V do caput; |
| Art. 105-A. Os servidores ocupantes de cargos de nível | m) o art. 105-A; e |
| superior do Plano de Carreiras e Cargos do Inpi, quando | |
| possuidores de título de Doutor ou de habilitação | |
| equivalente, poderão, após cada período de 7 (sete) anos | |
| de efetivo exercício de atividades no Inpi, requerer até 6 | |
| (seis) meses de licença sabática para aperfeiçoamento | |
| profissional, assegurada a percepção da remuneração do | |
| respectivo cargo. | |
| § 1º A concessão da licença sabática tem por fim permitir o | |
| afastamento do servidor para a realização de estudos e | |
| aprimoramento técnico-profissional e far-se-á de acordo | |
| com normas estabelecidas em ato do Poder Executivo. | |
| § 2º Para cada período de licença sabática solicitado, | |
| independentemente da sua duração, far-se-á necessária a | |
| apresentação de plano de trabalho, bem como de relatório | |
| final, conforme disposto no regulamento a que se refere o | |
| § 1º deste artigo. | |
| § 3º A aprovação da licença sabática dependerá de | |
| recomendação favorável de comissão competente, | |
| especificamente constituída para esta finalidade, no | |
| âmbito do Inpi. | |



| n) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 149; |
|--|
| n) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 149; |
| n) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 149; |
| |
| |
| |
| |
| <u>a</u> |
| <u>a</u> |
| <u>a</u> |
| 2 |
| |
| , |
| |
| I I |
| |
| 1 |
| 1 |
| |
| 2 |
| |
| |
| 5 |
| 2 |
| |
| XXII - da <u>Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006</u> : |
| • |
| 5 |
| |
| |
| |
| |
| 2 |
| ' |
| |
| r |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

complexidade compatíveis com o respectivo nível e classe;

V - qualificação profissional no campo de atuação de cada

cargo.

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** Art. 8º-L Para fins de incorporação da GDATUR aos b) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 8º-L; proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão os percentuais constantes do inciso I do caput deste artigo; b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 XXIII - da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006: Art. 6º O desenvolvimento do servidor nos cargos do PGPE, a) o art. 6º; mediante promoção e progressão, observará, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamento, os seguintes: I - interstício mínimo de 1 (um) ano entre cada progressão; II - experiência mínima no campo de atuação de cada cargo, fixada para promoção a cada classe subsequente à inicial: III - avaliação de desempenho; IV - possuir certificação em eventos de capacitação no campo de atuação do cargo, em carga horária mínima e



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO**

Art. 7º-A. Fica instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009, b) o § 4º do art. 7º-A; a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º desta Lei, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional.

§ 4º Para fins de incorporação da GDPGPE aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50 (cinqüenta) pontos do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão;

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o valor de pontos constante do inciso I deste parágrafo; e

b) aos demais, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 17-C. Para fins de incorporação da GTEMA aos c) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 17-C; proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios:

..... II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º,

(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024)

inciso II, da referida Emenda Constitucional.

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o disposto nas alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo; e



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| Art. 31-O. Para fins de incorporação da GDPCAR aos | d) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 31-O; |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | |
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da <u>Emenda</u> | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á a pontuação constante das alíneas a e b do | |
| inciso I do caput deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| Art. 36-D. Para fins de incorporação da GEDR aos | e) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 36-D; |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, incirca II da referida Emenda Constitucional | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6 º da Emenda | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no | |
| art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de | |
| 2005 , aplicar-se-á a pontuação constante das alíneas a e b | |
| do inciso I do caput deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei n º 10.887, de | |
| 18 de junho de 2004 . | |
| Art. 38 . O art. 6º da Lei nº 10.882, 9 de junho de 2004, | f) art. 38: |
| passará a vigorar com a seguinte redação: | , , , |
| passara a rigorar com a seguinte readção. | Į |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| "Art. 6º Fica instituída a Gratificação Temporária de | |
| Agências Reguladoras - GTAR, devida aos servidores dos | |
| órgãos e entidades da administração pública federal direta, | |
| autárquica e fundacional, cedidos às Agências Reguladoras | |
| de que trata o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de | |
| 2004, enquanto permanecerem nesta condição, conforme | |
| valores máximos estabelecidos no Anexo V desta Lei, | |
| observado o disposto no § 3º deste artigo. | |
| | |
| § 3º O valor da GTAR será ajustado, para cada servidor que | |
| a ela fizer jus, de modo que a soma da GTAR com a | |
| remuneração total do servidor de que trata o caput deste | |
| artigo, excluídas as vantagens pessoais e devidas pela | |
| natureza ou local de trabalho, não seja superior ao valor | |
| estabelecido no Anexo VI desta Lei. | |
| § 4º O quantitativo total de GTAR será reduzido à medida | |
| que os servidores de que trata o caput deste artigo, | |
| cedidos à Agência Reguladora na data da entrada em vigor | |
| do respectivo Plano Especial de Cargos, deixarem a | |
| condição de cedidos para a respectiva Agência."(NR) | |
| Art. 48. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de | g) o art. 48; |
| Atividades de Financiamento e Execução de Programas e | |
| Projetos Educacionais - GDAFE devida aos ocupantes dos | |
| cargos das Carreiras referidas nos incisos I e II do caput do | |
| art. 40, quando em exercício das atividades inerentes às | |
| atribuições do respectivo cargo no FNDE. | |
| Art. 48-B. A GDAFE será paga observando-se o limite | h) o art. 48-B; |
| máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) | |
| pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor | |
| estabelecido no Anexo XX-B desta Lei, com efeitos | |
| financeiros a partir de 1º de julho de 2008. | |
| Art. 48-M. Para fins de incorporação da GDPFNDE aos | 1) as alineas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 48-M; |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| II. avanda a haraffala da avandadada d | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os pontos constantes das alíneas a e b do inciso I do caput | |
| deste artigo; | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| 18 de junho de 2004. | |
| Art. 62-F. Para fins de incorporação da GDINEP aos | i) as alíneas "a" e "h" do inciso II do caput do art 62-F: |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | j) as aimeas a c s as meiss ii as capac as are oz r, |
| critérios: | |
| Circuitos. | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da <u>Emenda Constitucional nº</u> | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a | |
| pontuação constante do inciso I do caput deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| 18 de junho de 2004. | |
| Art. 72 . O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e nos | k) do art. 72: |
| Planos Especiais de Cargos de que tratam o parágrafo | |
| único do art. 1º e os arts. 12, 40, 42, 53 e 55 desta Lei | |
| ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. | |
| | |
| § 3º O regulamento definirá os quantitativos de vagas por | 1. os § 3º e § 4º; e |
| classe, observado o critério de que nenhuma classe terá | |
| mais de 40% (quarenta por cento) ou menos de 20% (vinte | |
| por cento) do total de vagas | |
| § 4º Os limites estabelecidos no § 3º deste artigo poderão | |
| ser desconsiderados nos primeiros 8 (oito) anos após a 1ª | |
| primeira nomeação, que venha a ocorrer a partir da | |
| publicação da Medida Provisória nº 304, de 29 de junho de | |
| 2006, para os cargos do Plano de Cargos e das Carreiras de | |
| que tratam, respectivamente, o parágrafo único do art. 1º | |
| e os arts. 40 e 53 desta Lei, visando a permitir maior | |
| alocação de vagas nas classes iniciais e a ajustar a | |
| distribuição atual aos limites estabelecidos no § 3º deste | |
| artigo. | |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | | | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---------------|--|----------------------------------|
| § 7º Para os efeitos dos arts. 6º, 16, 47 e 59 desta Lei, não | | | 2. o § 7º; |
| se considera como experiência o tempo de afastamento do | | | |
| · | | | |
| exercício do cargo do servidor para capacitação. | | | |
| | | ANEXO XX-B | I) o Anexo XX-B; e |
| | | O DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE ECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS – GDAFE | |
| | | DAFE para os cargos integrantes da carreira de Financiamento e | |
| | | s e Projetos Educacionais: | |
| | | Em R\$ | |
| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDAFE | |
| | IV | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 | |
| | III | 53,88 52,88 | |
| D | II | 51,88 | |
| | 1 | 50,91 | |
| | IV | 49,48 | |
| | III | 48,72 | |
| С | II | 47,99 | |
| | I | 47,25 | |
| | V | 45,63 | |
| | IV | 44,96 | |
| В | III | 44,32 | |
| | II I | 43,69 43,07 | |
| | V | 41,90 | |
| | IV | 41,34 | |
| Α | III | 40,80 | |
| | II | 40,26 | |
| | 1 | 39,75 | |
| | | OAFE para os cargos integrantes da carreira de Suporte Técnico ao | |
| Financiame | ento e Execuç | ção de Programas e Projetos Educacionais: Em R\$ | |
| | | VALOR DO PONTO DA GDAFE | |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 | |
| | IV | 33,51 | |
| D | III | 33,10 | |
| | II | 32,71 | |
| | 1 | 32,32 | |
| | IV | 31,76 | |
| С | III | 31,32 30,90 | |
| | II I | 30,90 30,50 | |
| | V | 29,39 | |
| В | IV | 28,92 | |
| | III | 28,46 | |
| | II | 28,02 | |
| | - 1 | 27,61 | |
| | V | 26,74 | |
| | IV | 26,35 | |
| Α | III | 25,96 | |
| | II I | 25,62 25,27 | |
| | | 20,27 | |



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA

ANEXO XXV-B

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECIALIZADAS E TÉCNICAS DE INFORMAÇÕES E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS – GDIAE

 a) Valor do ponto da GDIAE para os cargos integrantes da Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais:

| | | Em R\$ |
|--------|---------|--|
| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDIAE |
| CLAOOL | TADITAO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 |
| | IV | 53,88 |
| D | III | 52,88 |
| D | II | 51,88 |
| | 1 | 50,91 |
| С | IV | 49,48 |
| | III | 48,72 |
| C | II | 47,99 |
| | 1 | 47,25 |
| | V | 45,63 |
| | IV | 44,96 |
| В | III | 44,32 |
| | II | 43,69 |
| | 1 | 43,07 |
| | V | 41,90 |
| | IV | 41,34 |
| Α | III | 40,80 |
| | II | 40,26 |
| | | 20.75 |

b) Valor do ponto da GDIAE para os cargos integrantes da Carreira de Suporte Técnico em Informações Educacionais:

VALOR DO PONTO DA GDIAE CLASSE PADRÃO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 IV 33.51 Ш 33,10 D 32,71 32,32 I۷ 31,76 Ш 31.32 С П 30,90 30,50 29,39 28,92 В Ш 28.46 ш 28.02 27,61 26,74 Ш Α 25.96 Ш 25,62

TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO

m) o Anexo XXV-B;

Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007

Art. 6º A <u>Lei nº 11.355</u>, <u>de 19 de outubro de 2006</u>, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 105-A:

"Art. 105-A. Os servidores ocupantes de cargos de nível superior do Plano de Carreiras e Cargos do Inpi, quando possuidores de título de Doutor ou de habilitação equivalente, poderão, após cada período de 7 (sete) anos de efetivo exercício de atividades no Inpi, requerer até 6 (seis) meses de licença sabática para aperfeiçoamento profissional, assegurada a percepção da remuneração do respectivo cargo.

XXIV - o art. 6º da Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007;

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



XXVI - da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007:

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** § 1º A concessão da licença sabática tem por fim permitir o afastamento do servidor para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional e far-se-á de acordo com normas estabelecidas em ato do Poder Executivo. § 2º Para cada período de licença sabática solicitado, independentemente da sua duração, far-se-á necessária a apresentação de plano de trabalho, bem como de relatório final, conforme disposto no regulamento a que se refere o § 10 deste artigo. § 3º A aprovação da licença sabática dependerá de recomendação favorável de comissão competente, especificamente constituída para esta finalidade, no âmbito do Inpi. § 4º Não se aplica aos servidores a que se refere o caput deste artigo a licença para capacitação de que tratam o inciso V do caput do art. 81 e o art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990." XXV - as alíneas "e" e "g" do Anexo III à Lei nº 11.526, de 4 Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007 de outubro de 2007; ANEXO III FUNÇÕES GRATIFICADAS, GRATIFICAÇÕES E FUNÇÕES **COMISSIONADAS** NÍVEL ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 VENC. A PART venc. GRAT. (*) TOTAL VENC. clad de Gabinete 34,56 57,37 91,93 36,46 liar de Gabinete 35,11 58,28 93,39 37,04 A PARTIR DE 1° DE AGOSTO DE 2016 A PARTIR DE 1° DE JANEIRO DE 2017 VENC. GRAT. (*) TOTAL VENC. GRAT. (*) TOTAL NÍVEL g) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE FUNÇÃO DE GABINETE MILITAR - RMM VALOR UNITÁRIO ATÉ 31 DE JULHO A PARTIR DE 1º DE DE 2016 AGOSTO DE 2016 A PARTIR DE 1º DE | A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2018 | JANEIRO DE 2019 A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2017 Ajudante "A' 22.16 23,38 24,55 80.55 66.43 70.08 73.59 77.08 Aiudante "D" 88.59 93.46 98.14 102.80 107.42 Assistente/Adjunt 132,89 140,20 147,21 154,20 161,14 177,21 186,96 196,30 205,63 214,88



Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA

TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO

Art. 14-A. Fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, de que trata o art. 1º desta Lei, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de seus respectivos cargos, de acordo com os valores constantes do Anexo IV desta Lei, com efeitos financeiros a partir da data nele especificada.

- § 1º Os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários à percepção da GQ abrangem o nível de qualificação que o servidor possua em relação:
- I ao conhecimento dos serviços que lhe são afetos, na sua operacionalização e na sua gestão; e
- II à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de Doutorado, Mestrado ou pósgraduação em sentido amplo com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.
- § 2º Os cursos a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo deverão ser compatíveis com as atividades dos órgãos ou entidades onde o servidor estiver lotado, na forma que dispuser o regulamento específico.
- § 3º Os cursos de Doutorado e Mestrado, para os fins previstos no caput deste artigo, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto.
- § 4º Ao servidor com o nível de qualificação funcional previsto no § 1º deste artigo será concedida GQ, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo IV desta Lei, observados os seguintes limites:
- I Gratificação de Qualificação GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos providos;
- II Gratificação de Qualificação GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos providos.
- § 5º A fixação das vagas colocadas em concorrência e os critérios de distribuição, homologação, classificação e concessão da GQ de Nível I e II serão estabelecidos em regulamento específico.
- § 6º Em nenhuma hipótese, a GQ poderá ser percebida cumulativamente com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação.

a) o art. 14-A; e



| ~ . | |
|---|---|
| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
| § 7º A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das | |
| pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido | |
| obtido anteriormente à data da inativação. | |
| ANEXO IV TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO (GQ) PARA A CARREIRA DE ANALISTA DE INFRAESTRUTURA E O CARGO | b) o Anexo IV; |
| ISOLADO DE ESPECIALISTA EM INFRAESTRUTURA SÊNIOR | |
| Em R\$ VALOR DA GQ | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 Nível I Nível II | |
| 894,45 1.788,90 | |
| <u>Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008</u> | XXVII - da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008: |
| Art. 42. Para fins de incorporação da GDAIN ou da | a) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 42; e |
| GDACABIN aos proventos de aposentadoria, serão | |
| adotados os seguintes critérios: | |
| | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | |
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | |
| Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput | |
| deste artigo; e | |
| b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| 18 de junho de 2004. | 11) |
| Art. 42-A. A partir de 1º de julho de 2012, para fins de | b) o art. 42-A; |
| incorporação da GDAIN ou da GDACABIN aos proventos de | |
| aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, as gratificações serão correspondentes | |
| a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e | |
| padrão do servidor; | |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | |
| | |
| a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 | |
| (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da <u>Emenda Constitucional no 41, de 19 de</u> | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| <u>nº 47, de 5 de julho de 2005</u> , aplicar-se-á a média dos | |
| pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|---|
| b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e | |
| III - para as aposentadorias e pensões que não se | |
| enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do | |
| caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias | |
| e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de</u> | |
| <u>2004</u> . | |
| <u>Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008</u> | XXVIII - da <u>Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008</u> : |
| Art. 12. Os arts. 6º, 12 e 14 da <u>Lei nº 11.091, de 12 de</u> | a) art. 12; |
| <u>janeiro de 2005</u> , passam a vigorar com a seguinte redação: | |
| "Art. 6º O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) | |
| níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de | |
| capacitação cada, conforme Anexo I-C desta Lei." (NR) | |
| "Art. 12. O Incentivo à Qualificação terá por base | |
| percentual calculado sobre o padrão de vencimento | |
| percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV desta Lei, | |
| observados os seguintes parâmetros: | |
| " (NR) | |
| "Art. 14. Os vencimentos básicos do Plano de Carreira dos | |
| Cargos Técnico-Administrativos em Educação estão | |
| estruturados na forma do Anexo I-C desta Lei, com efeitos | |
| financeiros a partir das datas nele especificadas. | |
| " (NR) | |
| Art. 55. A Gecen e a Gacen serão devidas aos titulares dos | b) o § 3º do art. 55; |
| empregos e cargos públicos de que tratam os arts. 53 e 54 | a, 0 5 0 ac and 00, |
| desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem | |
| atividades de combate e controle de endemias, em área | |
| urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de | |
| remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e | |
| ribeirinhas. | |
| | |
| § 3º Para fins de incorporação da Gacen aos proventos de | |
| aposentadoria ou às pensões dos servidores que a ela | |
| fazem jus, serão adotados os seguintes critérios: | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, a Gacen será: | |
| a) a partir de 1º de março de 2008, correspondente a 40% | |
| (quarenta por cento) do seu valor; e | |
| b) a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% | |
| (cinqüenta por cento) do seu valor; e | |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão | |
| os percentuais constantes do inciso I deste parágrafo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| , - | c) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 86; |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar | |
| o disposto nos arts. 3o e 6º da Emenda Constitucional nº | |
| 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda | |
| Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o | |
| percentual constante do inciso I do caput deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| 18 de junho de 2004. | |
| Art. 131. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de | d) o art. 131; e |
| Professor do Ensino Básico Federal da Carreira de | |
| Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I | |
| do caput do art. 122 desta Lei, far-se-á no Nível 1 da Classe | |
| DI. | |
| § 1º Para investidura nos cargos de que trata o caput deste | |
| artigo, exigir-se-á aprovação em concurso público de | |
| provas ou de provas e títulos. | |
| § 2º Para ingresso nos cargos integrantes do Plano de | |
| Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal de que | |
| trata o art. 122 desta Lei, exigir-se-á habilitação específica | |
| obtida em licenciatura plena ou habilitação legal | |
| equivalente. § 3º O concurso público referido no § 1º deste artigo | |
| poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o | |
| edital de abertura do certame. | |
| § 4º O edital do concurso público de que trata este artigo | |
| disporá sobre as habilitações específicas requeridas para | |
| ingresso nos cargos de que trata o § 2º e estabelecerá os | |
| critérios eliminatórios e classificatórios do certame. | |
| | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO

e) o Anexo LXXVII-B;

| | | | | | LGI |) L/- | And | ÁO A | B | Ľ | . 17./ | 1DA | | | | | |
|---|---|--|---|---|---|--|--|--|--|---|--|---|--|---|--------------------------|--|--|
| | | | FEDE | RAL, OF | BSERVAD | O O DIS | POSTO | NO INCISC | I IIIX C | DO A | ART. 37 | DA CONS | | | O ENS | INO BÁSIC | |
| | | ntual do | | | co por nív VA | el, para RIAÇÃC | as jorna PERCE | adas de tra NTUAL DO | balho VEN | o de ICIM | Dedica ENTO | ação Exclu: BÁSICO EN | siva, 40 h e 1 RELAÇÃO | AO NÍVEL | | | |
| | CLASSE | | NÍV 1/ | | ATUAL AG | | | AGOST 5. | O DE ,99% | 201 | 7 | | TO DE 2018 3,12% | AC AC | AGOSTO DE 2019 10,00% | | |
| | | | 3 | | 1, | 76% 77% | | 2 | | | | 3 | 3,34% | | 4,00% | | |
| 2 0,15 | | | 15% | | 1, | 53% | | | - 2 | | 4,00% 4,00% | | | | | | |
| | | | 4 | | | ,90% 00% | | | ., | | | - | 24,03% 3,04% | | 25,0 4,0 | | |
| | DIII | | 3 | | | 00% 00% | | | 02% | | | | 3,02% 3,00% | | | 4,00% 4,00% | |
| | | | 1 | | 10 | ,00% | | 8 | 46% | | | (| 6,96% | | 5,5 | 0% | |
| | DII | | 1 | _ | | ,00% | | | 34% 45% | _ | | | 3,67% 5,96% | | 5,0 5,5 | | |
| | DI | | 2 | ! | 1, | 00% | | 2 | 34% | | | 3 | 3,67% | | 5,0 | 0% | |
| b) Variaçã | ão percei | ntual da | | | função d | | | | DELA | 010 |) i 101 | NIADA DE I | 201100404 | | | | |
| | ATU | IAL | | | AGOSTO | DE 20 | 17 | | | | TO DE | 2018 | 20 HORAS* | AGOSTO | | | |
| | ão Exclus 8,83% | | 0 horas 9,39% | Dedic | eação Excl 99,22% | ısiva | 40 hor | | | 5Exc 61% | lusiva | 40 hora: | | ação Exclus 100,00% | siva | 40 horas 40,00% | |
| c) Variaçã | * j | Referen | ia Class | e, Nível I ão de tit | DI 1 rulação ei | n funcă | io do ve | ncimento | básic | .0 | | | | | | | |
| abela I-A | | | | | | TUAL | | | | | | | ACCOUNT | DE 2017 | | | |
| CLASSE | NÍVE | L | | | spec. ou | Me | str. ou | | ţ. ou | | | | Espec. ou | Mest | tr. ou | Dout. o | |
| 02/1002 | | | Aperf. | | RSC-I+ Grad. | | SC-II+ spec. | | -III+ str. | | A | perf. | RSC-I+ Grad. | RSC Esp | | RSC-III Mestr | |
| TITULAR | 1/L | J | 14,03% | | 22,37% | | 1,29% | 155, | 20% | | | 45% | 21,44% | | 51% | 139,44 | |
| DIV | 3 | | 11,46% 11,14% | | 19,16% 18,88% | 49 |),95%),73% | 134, | .59% .22% | | 10, | ,91% ,72% | 19,48% 19,30% | 49,8 | 59% 33% | 130,30 ⁴ 127,06 ⁴ | |
| DIV | 2 | | 10,96% | | 18,61% 16,59% | 50 |),60%),64% | 129, | 74% 61% | | 10, | 61% 42% | 19,12% 17,81% | 50, | 38% 41% | 124,32 | |
| | 4 | | 9,14% | | 15,92% | 49 | 9,00% | 114, | 55% | | 9, | 44% | 17,36% | 49, | 35% | 114,71 | |
| DIII | 3 | | 8,71% 8,29% | | 15,45% 15,44% | | 7,55% 6,60% | | ,15% ,00% | | | 15% 87% | 17,03% 16,99% | | 10% 76% | 111,189 | |
| | 1 | | 8,13% | | 14,48% | 45 | ,65% | 101, | 98% | | 8, | 76% | 16,32% | 47, | 10% | 106,329 | |
| DII | 1 | | 8,44% | | 15,89% 14,95% | _ | 5,19% | | 94% | | | 97% 97% | 17,30% 16,64% | | 34% 37% | 109,70 | |
| DI | 2 | | 9,23% | | 16,29% | 49 | 9,73% | 117, | 51% | | 9, | 49% | 17,56% | 49,8 | 32% | 116,65 | |
| abela I-B | - Dedica | ção Exc | -, | | 15,37% | 48 | 3,13% | 115, | ,23% | | 9, | 20% | 16,92% | 48, | 76% | 115,16 | |
| CLASSE | | | | | AGOSTO I | | | | | | | _ | AGOSTO D | | | | |
| | NÍVEL | ARS | II. RS | spec. ou C-I + <u>Gr</u> | d. RSC | estr. ou -II + Esp | iec. R | Dout, ou SC-III + Me | str. | Ap | | Espec. or RSC-I + Gra | d. RSC- | estr. ou II + Espec. | RSC | Dout. ou :-III + Mest | |
| TITULAR | 1/U 4 | 11,1 | | 20,66% 19,75% | | 51,20% 50,28% | - | 126,23% 122,17% | | | 00% | 20,00% | | 0,00% | | 115,00% 115,00% | |
| DIV | 3 | 10,3 | 4% | 19,67% | | 19,92% | | 120,69% | | 10,00% 20,00% | | 6 50,00% | | | 115,00% | | |
| | 1 | 10,2 | | 19,58% 18,95% | | 50,18% 50,20% | _ | 119,43% 117,66% | | | 00% | 20,00% | | 0,00% | | 115,00% 115,00% | |
| | 4 | 9,7 | 3% | 18,72% 18,54% | | 19,69% 19,21% | | 114,86% 10,00% 113,12% 10,00% | | 20,00% 50,00 20,00% 50,00 | | 0,00% | | 115,00% | | | |
| DIII | 2 | 9,4 | 196 | 18,51% | | 18,89% | | 111,40% | | 10,0 | 00% | 20,00% | 5 | 0,00% | | 115,00% 115,00% | |
| | 1 2 | 9,3 | | 18,16% 18,67% | | 18,55% 18,44% | | 110,66% | | | 00% | 20,00% | | 0,00% | | 115,00% 115,00% | |
| DII | 1 2 | 9,4 | 996 | 18,32% | | 18,44% | | 112,43% 10,0 | | 00% 20,00% 00% 20,00% | | 5 | 50,00% 50,00% | | 115,00% | | |
| DI | 1 | 9,7 | | 18,80% 18,46% | | 19,91% 19,38% | | 115,08% | | 10,0 | | 20,00% | | 0,00% | | 115,00% 115,00% | |
| Tabela II-A | | ras | | | ATUA | | | | | | | | AGOSTO DE | 2017 | | | |
| CLASSE | NÍVEL | Ape | | pec. ou :-I + Grad | | str. ou I + Espe | | Dout, ou C-III + Mest | | Aper | | Espec. ou SC-I + Grac | | str. ou I + Espec. | | Dout, ou -III + Mest | |
| TITULAR | 1/U | 6,10 | % 1 | 4,12% | 3: | 3,91% | | 80,44% | (| 6,67% | | 14,48% | 35 | ,38% | | 82,82% | |
| DIV | 3 | 6,28 6,28 | | 4,60% 4,81% | 31 |),77%),05% | | 71,27% 68,87% | (| 6,76% | | 14,76% 14,89% | | 3,43% 2,95% | | 77,18% 75,64% | |
| DIV | 2 | 6,10 5,41 | | 5,06% 4.50% | |),35%),26% | | 66,23% 66,27% | | | | | | 2.98% | | 73,92% 73,77% | |
| | 4 | 5,86 | % 1 | 4,65% | | 1,32% | | 75,34% | (| 6,44% | | 14,77% | | 5,45% | | 79,20% | |
| DIII | 3 2 | 5,80 5,83 | | 4,50% 4,57% | | 1,13% | | 74,59% 74,92% | - | 6,40 | % | 14,68% 14,72% | | 5,29% | | 78,64% 78,82% | |
| | 1 2 | 6,00 | | 5,00% 3,66% | | 5,14% 5,71% | | 77,13% 78,39% | 6,52% 6,58% | | | | 35,95% 36,32% | | 80,28% 81,08% | | |
| DII | 1 | 6,22 | % 1 | 3,93% | 31 | ,45% | | 80,00% | - 6 | 6,65% | | 14,29% | 36,80% 36,47% | | | 82,11% | |
| DI | 1 | 6,14 5,98 | | 3,62% | | 5,94% 5,03% | | 80,18% 82,78% | | 6,60° 6,49° | | 14,09% 13,78% | | 5,47% 5,85% | | 82,23% 83,94% | |
| abela II-B | – 40 hor | as | | | 0010.00 | 2010 | | | | | | | 00010.00 | 2010 | | | |
| CLASSE | NÍVEL | Aperf. | | c. ou | OSTO DE Mest | , ou | D | out. ou | And | erf | Esp | ec. ou | GOSTO DE Mestr | . ou | | out. ou | |
| TITULAR | 1/U | 7,13% | HSC-I | + <u>Grad.</u> 77% | RSC-II + 36,5 | | RSC-I | III + Mestr. 4,71% | 7,50% | | RSC-I + Grad. 15,00% | | RSC-II + Espec. 37,50% | | RSC | -III + Mesti 36,25% | |
| | 4 | 7,16% | 14, | 89% 95% | 35,6 35,4 | 4% | 8: | 2,10% | 7,5 | 0% | 15 | 5,00% | 37,5 | 0% | | 86,25% 86,25% | |
| | 2 | 7,16% 7,10% | 15,0 | 02% | 35,4 | 5% | 8 | 1,36% 0,52% | 7,5 | 0% | 15 | 5,00% | 37,5 37,5 | 0% | 8 | 36,25% | |
| DIV | 1 | 6,89% | 14, | 85% 89% | 35,3 36,5 | | | 0,38% 2,83% | 7,5 | 0% | | 5,00% | 37,5 37,5 | | | 36,25% 36,25% | |
| DIV | 4 | 6,96% | 14, | 84% | 36,3 | 7% | 8: | 2,52% | 7,5 | 0% | 15 | 5,00% | 37,5 | 0% | 8 | 36,25% | |
| | 3 | | | 36% 00% | 36,4 36,7 | 1% 4% | | 2,59% 3,32% | 7,5 | | 15 | 5,00% | 37,5 37,5 | | | 36,25% 36,25% | |
| DIV | | 7,02% | 15,0 | | | 00/ | 83,70% | | 7,50% | | 15,00% | | 37,50% | | 86,25% 86,25% | | |
| | 3 2 1 2 | 7,02% | 14, | 57% | 36,9 | | | | 7,50% 15,0 | | 5,00% 37,50% 5,00% 37,50% | | 0% | | 36,25% | | |
| DIII | 3 2 1 | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% | 14,: 14,: 14,: | 55% 55% | 37,1 36,9 | 5% 9% | 8- | 4,20% 4,25% | 7,5 | 0% | | | | | 8 | 36,25% | |
| DIII DII | 3 2 1 2 1 2 1 | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% | 14,: 14,: 14,: | 65% | 37,1 | 5% 9% | 8- | 4,20% | | 0% | | 5,00% | 37,5 | 0% | | | |
| D III D II D II | 3 2 1 2 1 2 1 2 1 4 – 20 ho | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% | 14, 14, 14, 14, | 55% 55% 39% | 37,1 36,9 36,6 ATUAL | 5% 9% 8% | 8 | 4,20% 4,25% 5,10% | 7,5 | 0% | 15 | 5,00% A | GOSTO DE | 2017 | | | |
| D III D II D II CLASSE | 3 2 1 2 1 2 1 2 1 A – 20 ho | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% ras | 14,1 14,1 14,1 14,1 | 55% 55% 39% c. ou + Grad. | 37,1 36,9 36,6 ATUAL Mest RSC-II + | 5% 9% 8% ; ou Espec. | Barrell Barrel | 4,20% 4,25% 5,10% out. ou | 7,50 7,50 | 0% 0% erf. | Esp RSC- | Apec. ou I + Grad. | GOSTO DE Mestr RSC-II + | 2017 , ou Espec. | RSC | | |
| D III D II D II CLASSE | 3 2 1 2 1 2 1 4 – 20 ho NÍVEL | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% ras Aperf. 7,00% | 14,1 14,1 14,1 14,1 14,1 Espe | 65% 55% 39% c. ou + Grad. | 37,1 36,9 36,6 ATUAL Mest RSC-II + | 5% 9% 8% ; ou Espec. | Book RSC-I | 4,20% 4,25% 5,10% out. ou III + Mestr. 7,00% | 7,50 7,50 Apps 6,11 | 0% 0% erf. 7% | Esp RSC- | 5,00% A ec. ou I + Grad, 5,22% | GOSTO DE Mestr RSC-II + 33,1 | 2017 , ou Espec. 7% | RSC | III + Mestr 3,04% | |
| D III D II abela III-4 CLASSE | 3 2 1 2 1 2 1 4 – 20 ho NÍVEL 1/U 4 3 | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% ras Aperf. 7,00% 7,26% 7,24% | 14,: 14,: 14,: 14,: 14,: 18,: 19,: 19,: | 65% 55% 39% ac. ou + Grad. 94% 40% | 37,1 36,9 36,6 ATUAL Mest RSC-II + 39,0 31,2 30,9 | 5% 9% 8% ; ou Espec. 0% 2% | B: 8: 8: 8: 8: 8: 8: 8: 8: 8: 8: 8: 8: 8: | 4,20% 4,25% 5,10% but. ou III + Mestr. 7,00% 3,64% 3,14% | 7,50 7,50 Aps 6,11 6,33 6,33 | 0% 0% erf. 7% 5% | Esp RSC- 15 | Apec. ou I + Grad. 5,22% 6,61% | GOSTO DE Mestr RSC-II + 33,1' 28,7' 28,5' | 2017 . ou Espec. 7% 2% | RSC | -III + Mestr 63,04% 65,20% 64,88% | |
| D III D II abela III-4 CLASSE | 3 2 1 2 1 2 1 4 – 20 ho NÍVEL | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% ras Aperf. 7,00% 7,26% 7,24% 7,22% | 14,4 14,1 14,1 14,1 14,1 Espe RSC-I 18,1 19,1 19,1 | 65% 55% 39% ec. ou + Grad, 94% | 37,1 36,9 36,6 ATUAL Mest RSC-II + 39,0 31,2 | 5% 9% 88% ; ou Espec. 0% 22% 33% | Do RSC-1 61 55 55 55 | 4,20% 4,25% 5,10% out. ou III + Mestr. 7,00% 3,64% | 7,50 7,50 Aps 6,11 6,33 | 0% 0% erf. 7% 5% 5% | Esp RSC- 15 15 | A Dec. ou I + Grad. i,22% i,61% | GOSTO DE Mestr RSC-II + 33,1' 28,7: | 2017 ; ou Espec. 7% 2% 7% | RSC | -III + Mestr 63,04% 55,20% | |
| D III D II abela III-4 CLASSE | 3 2 1 2 1 2 1 4 – 20 ho NÍVEL 1/U 4 3 2 1 4 | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% ras Aperf. 7,00% 7,26% 7,24% 7,22% 7,21% 7,52% | 14,1 14,1 14,1 14,1 14,1 14,1 19,1 19,1 | 55% 55% 39% 4c. ou + Grad. 94% 40% 59% 51% 62% | 37,1 36,9 36,6 ATUAL Mest RSC-II + 39,0 31,2 30,9 30,6 30,3 25,6 | 5% 9% 8% ; ou Espec. 0% 2% 3% 5% 6% | D:: RSC-1 6 5: 5: 5: 5: 5: 4: | 4,20% 4,25% 5,10% 5,10% 0ut. ou III + Mestr. 7,00% 3,64% 2,65% 2,16% 3,97% | 7,50 7,50 6,11 6,31 6,31 6,31 6,31 6,31 | 0% 0% 7% 5% 5% 5% 2% | Esp RSC- 15 15 15 15 | A Dec. ou I + Grad. 5,22% 6,61% 6,77% 6,76% 6,87% | GOSTO DE Mestr RSC-II + 33,1' 28,7' 28,5' 28,4' 28,2' 25,3' | 2017 , ou Espec. 7% 2% 7% 2% 7% | RSC | HII + Mestr 63,04% 55,20% 64,88% 64,56% 64,24% 18,82% | |
| D III D II abela III-4 CLASSE | 3 2 1 2 1 2 1 2 1 A – 20 ho NÍVEL 1/U 4 3 2 1 | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% ras Aperf. 7,00% 7,26% 7,24% 7,22% 7,21% 7,52% 7,10% 6,89% | Espe RSC-I 18, 19, 19, 19, 19, 19, 8,9 8,5 | 55% 55% 339% ac. ou + Grad. 94% 40% 59% 51% 62% 44% | 37,1 36,9 36,6 ATUAL Mest RSC-II+ 39,0 31,2 30,9 30,6 | 5% 9% 8% ; ou Espec. 0% 2% 3% 5% 6% 0% | BSC-1 66 55 55 55 44 | 4,20% 4,25% 5,10% 5,10% 9ut. ou III + Mestr. 7,00% 3,64% 3,14% 2,65% 2,16% | 7,50 7,50 6,11 6,33 6,33 6,33 6,33 6,63 6,63 6,63 | 0% 00% 7% 55% 55% 55% 66% 33% | Esp RSC- 15 15 15 15 9 9 | Apec. ou 1+ Grad. 5,22% 6,61% 6,77% 5,76% 5,87% 5,11% 6,31% | GOSTO DE Mestr RSC-II + 33,1' 28,7' 28,5 28,4 28,2 | 2017 ; ou Espec. 7% 22% 7% 22% 776 886 | RSC | HII + Mestr 63,04% 65,20% 64,88% 64,56% 64,24% 18,82% 17,14% | |
| DIII DII abela III-F CLASSE TITULAR DIV | 3 2 1 2 1 2 1 4 – 20 ho NÍVEL 1/U 4 3 2 1 4 3 2 | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% ras Aperf. 7,00% 7,26% 7,22% 7,21% 7,52% 7,10% 6,89% 4,13% | Espe RSC-I- 18,1 19,1 19,1 19,1 19,2 8,5 8,5 8,4 | 55% 55% 339% | 37,1 36,9 36,6 ATUAL Mest RSC-II + 39,0 31,2 30,9 30,6 30,3 25,6 24,1 22,8 | 5% 9% 8% ; ou Espec. 0% 2% 3% 5% 6% 0% 6% 11% 33% | Do RSC-1 55 55 55 44 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 | 4,20% 4,25% 5,10% 5,10% 0ut. ou III + Mesty. 7,00% 3,14% 3,14% 2,65% 2,16% 3,97% 1,51% 1,27% 2,47% | 7,50 7,50 6,11 6,33 6,33 6,33 6,63 6,63 6,63 6,44 | 0% 00% 77% 55% 55% 66% 33% | Esp RSC- 15 15 15 15 9 9 | A A sec. ou I + Grad. ,22% ,6,61% ,77% ,76% ,78% ,31% ,03% ,97% | GOSTO DE Mestr RSC-II + 33,1' 28,7' 28,5' 28,4' 28,2' 25,3' 24,4' 23,5' 23,7' | 2017 , ou Espec. 7% 2% 7% 296 776 896 696 | RSC | -III + Mestr 63,04% 65,20% 64,88% 64,56% 64,24% 18,82% 17,14% 16,88% | |
| DII DI Gabela III-4 CLASSE TITULAR DIV | 3 2 1 2 1 2 1 4 3 3 | 7,02% 7,04% 7,08% 7,05% 6,99% ras Aperf. 7,00% 7,26% 7,24% 7,22% 7,21% 7,52% 7,10% 6,89% | 14,1 14,1 14,1 14,1 14,1 14,1 18,5 19,0 19,1 19,9 19,9 8,5 8,4 8,8 8,8 7,9 | 55% 55% 339% ac. ou + Grad. 94% 40% 59% 51% 62% 44% | 37,1 36,9 36,6 ATUAL Mest RSC-II + 39,0 31,2 30,9 30,6 25,6 24,1 22,8 | 5% 99% 88% ; ou Espec. 0% 22% 33% 55% 66% 00% 66% 11% 33% 33% 77% | B. 8.8 B. 8.8 B. RSC-1 6-6 5.5 5.5 5.5 4.4 4.4 4.4 4.4 4.4 4.4 | 4,20% 4,25% 5,10% 5,10% 0ut. ou III+ Mestr. 7,00% 3,64% 3,14% 2,65% 2,16% 3,97% 1,51% | 7,50 7,50 6,11 6,33 6,33 6,33 6,33 6,63 6,63 6,63 | 0% 00% 7% 55% 55% 66% 33% 88% 99% | Esp RSC- 15 15 15 15 9 9 9 9 8 | Apec. ou 1+ Grad. 5,22% 6,61% 6,77% 5,76% 5,87% 5,11% 6,31% | GOSTO DE Mestr RSC-II + 33,1' 28,7' 28,5' 28,4' 28,2' 25,3' 24,4' 23,5' | 2017 , ou Espec. 796 296 796 296 796 896 696 696 697 698 698 | RSC | -III + Mestr 63,04% 65,20% 64,88% 64,56% 64,24% 18,82% 17,14% | |

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| Tabela III-B - 20 horas AGOSTO DE 2018 AGOSTO DE 2019 | |
| CLASSE NIVEL Apart Espec. ou Mestr. ou Dout. ou Apart RSC-II+ Fapec. RSC-III+ Mestr. Apart RSC-III+ Apart | |
| 4 5,61% 12,63% 26,68% 55,46% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% 57,50% 2 5,63% 12,63% 26,63% 55,13% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% 2 5,62% 12,63% 26,63% 55,15% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% 57,50% 56,15% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% | |
| 1 5,62% 12,71% 26,51% 56,00% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% 4 5,78% 9,76% 25,18% 55,03% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% 3 5,66% 9,67% 24,74% 52,46% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% | |
| 2 5,61% 9,52% 24,29% 52,28% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% 1 4,72% 9,49% 24,37% 52,67% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% | |
| DII 2 4,75% 9,62% 24,50% 53,52% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% 57,50% 10,00% 25,00% 57,50% 2 4,81% 9,34% 24,53% 53,29% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% 2 4,81% 9,34% 24,90% 54,07% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% | |
| 1 4,76% 9,23% 24,59% 54,26% 5,00% 10,00% 25,00% 57,50% | VVIV. da Lai nº 11 900 da 24 da dazambra da 2009. |
| Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 Art. 10. A partir de 1ºde julho de 2008, passam a ser | XXIX - da <u>Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008</u> : a) o inciso I do caput do art. 10; |
| remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em | a) o meiso i do caput do art. 10, |
| parcela única, vedado o acréscimo de qualquer | |
| gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de | |
| representação ou outra espécie remuneratória, os titulares | |
| dos seguintes cargos de provimento efetivo: | |
| I - Analista de Finanças e Controle e Técnico de Finanças e | |
| Controle, da Carreira de Finanças e Controle; | |
| Art. 64. Para fins de incorporação da GDASUSEP aos | b) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 64; |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á o percentual constante do inciso I do caput | |
| deste artigo; e | |
| b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |
| Art. 64-A. A partir de 1º de julho de 2012, para fins de | c) o art.64-A; |
| incorporação da GDASUSEP aos proventos de | |
| aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, a GDASUSEP será correspondente a 50 | |
| (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão | |
| do servidor; | |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e III - para as aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Art. 99. Para fins de incorporação da GDECVM ou da d) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 99; GDASCVM aos proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput deste artigo; e b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Art. 99-A. A partir de 1º de julho de 2012, para fins de e) o art. 99-A; incorporação da GDECVM ou GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, as gratificações serão correspondentes a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor; II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

| LEGISLAÇAO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|----------------------------------|
| a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 | |
| (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 30 e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| | |
| no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos | |
| pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e | |
| b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e | |
| III - para as aposentadorias e pensões que não se | |
| enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do | |
| caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias | |
| e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de | |
| 2004. | |
| Art. 155. Para fins de progressão, serão considerados os | f) os §1º e §2º do art. 155: |
| resultados da avaliação de desempenho individual do | ,, 55 52 5 52 55 55 55 55 |
| servidor. | |
| § 1º Ato do Poder Executivo determinará o percentual | |
| · | |
| obtido na avaliação de desempenho individual: | |
| I - a partir do qual o servidor poderá progredir com 12 | |
| (doze) meses de efetivo exercício no padrão em que se | |
| encontrar; e | |
| II - abaixo do qual o interstício mínimo para progressão | |
| será de pelo menos 24 (vinte e quatro) meses de efetivo | |
| exercício no padrão em que se encontrar. | |
| § 2º A obtenção de percentual situado entre os limites | |
| referidos nos incisos I e II do § 10 deste artigo fará com que | |
| o servidor possa progredir, desde que cumprido o | |
| interstício mínimo de 18 (dezoito) meses de efetivo | |
| exercício no padrão em que se encontrar. | |
| Art. 157. O quantitativo de cargos por classe das Carreiras | g) o art. 157: e |
| de que trata o art. 154 desta Lei, observado o total de cada | (a) |
| cargo da Carreira, obedecerá aos seguintes limites: | |
| I - para as carreiras de que tratam os incisos I, II e XVI a XL | |
| do caput do art. 154: | |
| a) 45% (quarenta e cinco por cento) do total de cada cargo | |
| | |
| da Carreira na classe A; | |
| b) até 35% (trinta e cinco por cento) do total de cada cargo | |
| da Carreira na classe B; e | |
| c) até 20% (vinte por cento) do total de cada cargo da | |
| Carreira na classe Especial; e | |
| II - para as Carreiras de que tratam os incisos III a XV do | |
| caput do art. 154: | |
| a) 30% (trinta por cento) do total de cada cargo da Carreira | |
| na classe A; | |
| | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA

TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO

- b) até 27% (vinte e sete por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe B;
- c) até 23% (vinte e três por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe C; e
- d) até 20% (vinte por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe Especial.
- § 1º Para fins do cálculo do total de vagas disponíveis por classe para promoção, o quantitativo de cargos cujos titulares estejam posicionados na classe há mais de 10 (dez) anos será somado às vagas existentes, observado o limite de cada classe conforme estabelecido nas alíneas a, b e c do inciso I e a, b, c e d do inciso II do caput deste artigo.
- § 2º O titular de cargo integrante das Carreiras de que trata o art. 154 desta Lei que permanecer por mais de 15 (quinze) anos posicionado em uma mesma classe, desde que tenha obtido, durante pelo menos 2/3 (dois terços) do período de permanência na classe, percentual na avaliação de desempenho individual suficiente para progressão com 12 (doze) meses de efetivo exercício, será automaticamente promovido à classe subseqüente.
- § 3º O disposto no § 2º deste artigo não se aplica à promoção para a classe Especial.
- § 4º Os limites estabelecidos nas alíneas a e c do inciso I do caput e a e d do inciso II do caput poderão ser aumentados para 60% (sessenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente:
- I até 31 de agosto de 2013, no caso dos cargos referidos nos incisos I a XIV do caput do art. 154, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 28 de agosto de 2008; e
- II até 31 de agosto de 2016, no caso dos cargos referidos no inciso XV do caput do art. 154, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 30 de agosto de 2012.
- III até 31 de agosto de 2020, no caso dos cargos referidos nos incisos XVI a XXXVIII do art. 154 desta Lei, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 31 de dezembro de 2015.



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| § 5º Os limites estabelecidos nas alíneas "a" e "d" do inciso | |
| II do caput poderão ser aumentados, até 31 de agosto de | |
| 2020, para 60% (sessenta por cento) e para 25% (vinte e | |
| cinco por cento), respectivamente, no caso dos cargos de | |
| Agente Executivo da CVM e de Agente Executivo da Susep, | |
| visando a permitir maior alocação de vagas nas classes | |
| iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de | |
| cargos por classe existente em 31 de dezembro de 2015. | |
| Art. 158. Enquanto não forem publicados os atos a que se | h) os incisos I, II e III do caput do art. 158; |
| referem o § 1º do art. 155 e o § 2º do art. 156 desta Lei, as | |
| progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos que | |
| integram as carreiras referidas no art. 154 desta Lei serão | |
| concedidas observando-se as normas vigentes: | |
| I - em 28 de agosto de 2008, para os cargos referidos nos | |
| incisos I a XI do caput do art. 154; e | |
| II - em 30 de agosto de 2012, para o cargo referido no | |
| inciso XV do caput do art. 154. | |
| III - em 31 de dezembro de 2015, para os cargos referidos | |
| nos incisos XVI a XL do caput do art. 154. | |
| Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 | XXX - da <u>Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009</u> : |
| Art. 50. Para fins de incorporação da GDAPMP aos | a) do art. 50: |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| | |
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | 1. as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput; e |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando percebida por período igual ou superior a 60 | |
| (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos | |
| valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; | |
| b) quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, ao servidor de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-á o disposto nas alíneas a e b do inciso I do caput | |
| deste artigo; e | 2. a insira III da agrete |
| III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | 2. o inciso III do caput; |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| <u>18 de junho de 2004</u> . | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** Art. 170. A Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica | b) os incisos I a IV do caput do art. 170; em Saúde Pública é constituída do cargo de Pesquisador em Saúde Pública, composto pelas classes A, B, C e Especial. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) I - Assistente de Pesquisa e Investigação Biomédica; II - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Adjunto; III - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Associado; e IV - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Titular. Art. 173. A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em | c) os incisos I a V do caput do art. 173; Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica, composto pelas classes A, B, C e Especial. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) I - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Júnior: II - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica III - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica IV - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 3; e V - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Sênior. Art. 175. A Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e d) os incisos la III do caput do art. 175; Investigação Biomédica em Saúde Pública é constituída pelo cargo de Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica, composto pelas classes A, B, C e Especial. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) I - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 1; II - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 2; e III - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 3. Art. 178. A Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação | e) os incisos I a V do caput do art. 178; Biomédica em Saúde Pública é constituída pelo cargo de Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, composto pelas classes A, B, C e Especial. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) I - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica Júnior; II - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica 1;



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| III - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica 2; | |
| IV - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica 3; e | |
| V - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica Sênior. | |
| Art. 179. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial | f) o inciso V do caput do art. 179; |
| e promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de | |
| Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde | |
| Pública, além do curso superior, em nível de graduação, | |
| concluído, os seguintes: | |
| | |
| V - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação | |
| Biomédica Sênior: | |
| a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, | |
| pelo menos, 6 (seis) anos, após a obtenção de tal título, | |
| atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na | |
| área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde | |
| Pública, ou ter realizado, após obtenção do grau de | |
| Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra- | |
| estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em | |
| Saúde Pública, durante, pelo menos, 11 (onze) anos, que | |
| lhe atribuam habilitação correspondente, ou ter realizado, | |
| durante, pelo menos, 14 (quatorze) anos atividades de | |
| gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa | |
| e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe | |
| atribuam habilitação correspondente; e | |
| b) ter reconhecimento em sua área de atuação, aferida por | |
| uma relevante contribuição e consubstanciada por | |
| orientação de equipes interdisciplinares ou de profissionais | |
| especializados, treinamentos ofertados, coordenação de | |
| planos, programas, projetos e trabalhos publicados. | |
| Art. 180. A Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e | g) os incisos I a III do caput do art. 180; |
| Investigação Biomédica em Saúde Pública é constituída | · |
| pelo cargo de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e | |
| Investigação Biomédica, composto pelas classes A, B, C e | |
| Especial. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| I - Assistente Técnico de Gestão 1; | |
| II - Assistente Técnico de Gestão 2; e | |
| III - Assistente Técnico de Gestão 3. | |
| | h) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 202; |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | , |
| critérios: | |
| | |
| | 1 |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| II - quando o benefício de aposentadoria tiver como | |
| critérios a integralidade e a paridade de que trata a | |
| Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de | |
| 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, | |
| inciso II, da referida Emenda Constitucional. | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) quando aos servidores que lhes deram origem, | |
| beneficiários da GDAPIB, se aplicar o disposto nos arts. 3º e | |
| 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de | |
| 2003, e o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de | |
| julho de 2005, aplicar-se-á a pontuação constante do inciso | |
| I do caput deste artigo; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| 18 de junho de 2004. | |
| Art. 207. Os servidores ocupantes de cargos de nível | i) o art. 207; e |
| superior do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e | |
| Investigação Biomédica em Saúde Pública quando | |
| possuidores de título de Doutor ou de habilitação | |
| equivalente poderão, após cada período de 7 (sete) anos | |
| de efetivo exercício de atividades no IEC ou no CENP, | |
| requerer até 6 (seis) meses de licença sabática para | |
| aperfeiçoamento profissional, assegurada a percepção da | |
| remuneração do respectivo cargo. | |
| § 1º A concessão da licença sabática tem por fim permitir o | |
| afastamento do servidor de que trata o caput deste artigo | |
| para a realização de estudos e aprimoramento técnico- | |
| profissional e far-se-á de acordo com normas estabelecidas | |
| em ato do Poder Executivo. | |
| § 2º Para cada período de licença sabática solicitado, | |
| independentemente da sua duração, far-se-á necessária a | |
| apresentação de plano de trabalho, bem como de relatório | |
| final, conforme disposto no regulamento a que se refere o | |
| § 10 deste artigo. § 3º A aprovação da licença sabática dependerá de | |
| recomendação favorável de comissão competente, | |
| especificamente constituída para essa finalidade, no | |
| âmbito do IEC e do CENP, respectivamente. | |
| § 4º A licença para capacitação de que tratam o inciso V | |
| do caput do art. 81 e o art. 87 da <u>Lei nº 8.112, de 11 de</u> | |
| dezembro de 1990, não se aplica aos servidores a que se | |
| refere o caput deste artigo. | |
| | j) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 249; |
| proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes | · |
| critérios: | |
| | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024)

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão os pontos constantes das alíneas a e b do inciso I do caput deste artigo; b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 XXXI - do art. 74 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; Art. 74. O art. 28 da Lei no 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 28. Fica vedada a cessão para outros órgãos ou entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de servidores do DNIT, nos seguintes casos: I – durante os primeiros 10 (dez) anos de efetivo exercício no DNIT, a partir do ingresso em cargo das Carreiras de que trata o art. 1º desta Lei; ou II – pelo prazo de 10 (dez) anos contado da publicação desta Lei, para os servidores do Plano Especial de Cargos do DNIT, instituído pelo art. 3º desta Lei. Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo a cessão ou requisição para o atendimento de situações previstas em leis específicas, ou para a ocupação de cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS-6, DAS-5, DAS-4 ou equivalentes no âmbito do Ministério dos Transportes." (NR) Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 XXXII - da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009: Art. 37. Para fins de incorporação da GDCPREVIC aos a) as alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 37; e proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios: II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critérios a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no art. 4º, § 8º, inciso II, da referida Emenda Constitucional.



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou | |
| à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | |
| Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. | |
| 30 da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, | |
| aplicar-se-á o percentual constante no inciso I; e | |
| b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de</u> | |
| 18 de junho de 2004. | |
| Art. 38. A estrutura remuneratória dos cargos integrantes | b) o inciso II do caput do art. 38; |
| do PCCPREVIC compõe-se de: | , |
| | |
| II - Gratificação de Desempenho de Atividade | |
| Previdenciária Complementar - GDAPREVIC, nos termos do | |
| art. 24; e | |
| Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012 | XXXIII - da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012: |
| Art. 4º A Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passa a | a) o art. 4º; |
| vigorar acrescida do seguinte art. 42-A: | |
| "Art. 42-A. A partir de 1º de julho de 2012, para fins de | |
| incorporação da GDAIN ou da GDACABIN aos proventos de | |
| aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de | |
| fevereiro de 2004, as gratificações serão correspondentes | |
| a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e | |
| padrão do servidor; | |
| II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de | |
| fevereiro de 2004: | |
| a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 | |
| (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à | |
| aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. | |
| 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de | |
| dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional | |
| nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos | |
| pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; | |
| b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e | |
| III - para as aposentadorias e pensões que não se | |
| enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do | |
| caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias | |
| e pensões, o disposto na <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de</u> | |
| <u>2004."</u> | |
| Art. 11. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa | b) o art. 11; |
| a vigorar com a seguinte alteração: | |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1286/2024

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** "Art. 99-A. A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDECVM ou GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, as gratificações serão correspondentes a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor; II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e III - para as aposentadorias e pensões que não se

Art. 21. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa c) o art. 21; a vigorar com a seguinte alteração:

18 de junho de 2004. "

enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de

"Art. 64-A. A partir de 1º de julho de 2012, para fins de **GDASUSEP** incorporação da aos proventos aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

- I para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDASUSEP será correspondente a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor;
- II para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:
- a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|--|
| b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) | |
| meses, aos servidores de que trata a alínea a deste inciso | |
| aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput ; e | |
| III - para as aposentadorias e pensões que não se | |
| enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II | |
| do caput , aplicar-se-á, para fins de cálculo das | |
| aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de | |
| <u>18 de junho de 2004.</u> " (NR) | |
| Art. 56. A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, passa | d) o art. 56; e |
| a vigorar com a seguinte alteração: | |
| "Art. 55 | |
| | |
| § 3º Para fins de incorporação da Gacen aos proventos de | |
| aposentadoria ou às pensões dos servidores que a ela | |
| fazem jus, serão adotados os seguintes critérios: | |
| | |
| Art. 74. A Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a | e) o art. 74; |
| vigorar com a seguinte alteração: | |
| "Art. 15. Ficam instituídas a Gratificação de Desempenho | |
| de Atividade de Infraestrutura de Transportes - GDAIT, | |
| devida aos ocupantes dos cargos das Carreiras de | |
| Infraestrutura de Transportes e de Suporte à Infraestrutura | |
| de Transportes, e a Gratificação de Desempenho de | |
| Atividade de Transportes - GDIT, devida aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNIT, ocupantes dos cargos de | |
| nível superior de Arquiteto, Economista, Engenheiro, | |
| Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações, | |
| Estatístico e Geólogo e de nível intermediário de Agente de | |
| Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e | |
| Tecnologista, quando em exercício de atividades inerentes | |
| às atribuições do respectivo cargo no DNIT. | |
| | |
| Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 | XXXIV - da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012: |
| Art. 1º Fica estruturado, a partir de 1º de março de 2013, o | a) do art. 1º: |
| Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, | |
| composto pelas seguintes Carreiras e cargos: | |
| | |
| § 2º As classes da Carreira de Magistério Superior | 1. as alíneas "a" a "c" do inciso I do §2º; |
| receberão as seguintes denominações de acordo com a | |
| titulação do ocupante do cargo: | |
| I - Classe A, com a denominação de Professor Assistente; | |
| (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024) | |
| a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor; | |
| b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre; | |
| ou | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|-----------------------------------|
| c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de | |
| especialista; | |
| | |
| V - Classe E, com a denominação de Professor Titular. | 2. o inciso V do §2º; e |
| § 3º A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e | 3. o inciso V do §3º; |
| Tecnológico é composta das seguintes classes, observado o | |
| Anexo I: | |
| V - Titular. | |
| Art. 12. O desenvolvimento na Carreira de Magistério | h) o inciso IV do §3º do art. 12: |
| Superior ocorrerá mediante progressão funcional e | 5) 5 melse 14 de 35 de dit. 12) |
| promoção. | |
| | |
| § 3º São critérios da promoção: | |
| | |
| IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular: | |
| a) possuir o título de doutor; | |
| b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; | |
| e solograma aprovação do momorial que deverá considerar as | |
| c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão | |
| acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de | |
| tese acadêmica inédita. | |
| Art. 13. Os docentes aprovados no estágio probatório do | c) o art. 13; |
| respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de | |
| titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: | |
| I - para o nível inicial da Classe B, com denominação de | |
| Professor Assistente, pela apresentação de titulação de | |
| mestre; e | |
| II - para o nível inicial da Classe C, com denominação de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de | |
| doutor. | |
| Parágrafo único. Aos servidores ocupantes de cargos da | |
| Carreira de Magistério Superior em 1º de março de 2013 | |
| ou na data de publicação desta Lei, se posterior, é | |
| permitida a aceleração da promoção de que trata este | |
| artigo ainda que se encontrem em estágio probatório no | |
| cargo. | D |
| Art. 14. A partir da instituição do Plano de Carreiras e | d) o inciso IV do §3º do art. 14; |
| Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e | |
| Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e | |
| promoção, na forma disposta nesta Lei. | |
| 1 2 2, 1 2 1 2 protection (12 protec | |
| § 3º São critérios da promoção: | |
| | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|------------------------------------|
| IV - para a Classe Titular: | |
| a) possuir o título de doutor; | |
| b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; | |
| e | |
| c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as | |
| atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão | |
| acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa | |
| de tese acadêmica inédita. | |
| Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do | e) o art. 15; |
| respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de | |
| titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: | |
| I - de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D | |
| II, pela apresentação de título de especialista; e | |
| II - de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da | |
| classe D III, pela apresentação de título de mestre ou | |
| doutor. | |
| Parágrafo único. Aos servidores ocupantes de cargos da | |
| Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e | |
| Tecnológico em 1º de março de 2013 ou na data de | |
| publicação desta Lei, se posterior, é permitida a aceleração da promoção de que trata este artigo ainda que se | |
| encontrem em estágio probatório no cargo. | |
| Art. 16. A estrutura remuneratória do Plano de Carreiras e | f) a parágrafo único do art. 16: e |
| Cargos de Magistério Federal possui a seguinte | 1) o paragrato unico do art. 10, e |
| composição: | |
| composição. | |
| Parágrafo único. Fica divulgada, na forma do Anexo III-A, a | |
| variação dos padrões de remuneração, estabelecidos em | |
| lei, dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de | |
| Magistério Federal. | |
| | |



| | LE | GISLAÇÃO . | ALTERA D | A | | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|----------------------|---|--|---|-----------------------|--|
| DEMONSTRATIVO DA VARIAÇA | ÃO PERCENTUAL | Anexo II DAS TABELAS REMUNERATÓ | RIAS DO PLANO DE CARI | REIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRI | O FEDERAL, | g) o Anexo III-A; |
| a) Variação percentual do venc | | DO O DISPOSTO NO INCISO : r nível, para as jornadas de tr | rabalho de Dedicação Exc | lusiva, 40h e 20h | | , |
| CLASSE | NÍVEL | ATUAL | AL DO VENCIMENTO BAS AGOSTO DE 2017 | | DE 2019 | |
| TITULAR/TITULAR-LIVRE | 1/U 4 | 3,56% 1,76% | 5,99% 2,60% | | ,00% | |
| ASSOCIADO / D IV | 3 2 | 1,77% 0,15% | 2,59% 1,53% | | 00% 00% | |
| | 1 4 | 21,90% 1,00% | 22,99% 2,04% | 24,03% 25, | ,00% | |
| ADJUNTO / D III | 3 | 1,00% | 2,02% | 3,02% 4,0 | 00% | |
| | 1 | 1,00% 10,00% | 2,00% 8,46% | 6,96% 5,5 | 00% 50% | |
| ASSISTENTE / D II | 1 | 1,00% | 2,34% 8,45% | | 00% 50% | |
| AUXILIAR / D I | 2 | 1,00% | 2,34% | 3,67% 5,0 | 00% | |
| b) Variação percentual da remu | ineração em funç | ão da jornada de trabalho ENTUAL DA REMUNERAÇÃO I | EM RELAÇÃO À IORNADA | DE 20 HORAS* | | |
| ATUAL | j , | AGOSTO DE 2017 | AGOSTO DE 2018 Dedicação Exclusiva 40 | AGOSTO DE 201 | 19 40 horas | |
| 98,83% 39, | ,39% 9 | 9,22% 39,59% | | 9,80% 100,00% | 40,00% | |
| * Referência Classe, Nível A1 / c) Variação percentual da ret | | ão em função do vencimento b | pásico | | | |
| Tabela I-A – Dedicação Exclu | | ATUAL | | AGOSTO DE 2017 | | |
| | Aperf. | Espec. ou Mestr. ou RSC-II + RSC-II + | Dout. ou Aperf. RSC-III + | Espec. ou Mestr. ou RSC-II+ RSC-II+ | Dout. ou RSC-III + | |
| TITULAR/TITULAR-LIVRE | 1/U 14,03% | Grad. Espec. 22,37% 54,29% | Mestr. 155,20% 12,45% | Grad. Espec. 21,44% 52,61% | Mestr. 139,44% | |
| ASSOCIADO / D IV | 4 11,46% 3 11,14% | 19,16% 50,95% 18,88% 49,73% | 139,59% 10,91% 134,22% 10,72% | 19,48% 50,59% 19,30% 49,83% | 130,30% 127,06% | |
| | 2 10,96% 1 9,10% | 18,61% 50,60% 16,59% 50,64% | 129,74% 10,61% 123,61% 9,42% | 19,12% 50,38% 17,81% 50,41% | 124,32% 120,52% | |
| ADJUNTO / D III | 4 9,14% 3 8,71% | 15,92% 49,00% 15,45% 47,55% | 114,55% 9,44% 109,15% 9,15% | 17,36% 49,35% 17,03% 48,40% | 114,71% | |
| | 2 8,29% 1 8,13% | 15,44% 46,60% 14,48% 45,65% | 104,00% 8,87% 101,98% 8,76% | 16,99% 47,76% 16,32% 47,10% | 107,74% | |
| ASSISTENTE / D II | 2 8,44% 1 8,46% | 15,89% 45,19% 14,95% 45,30% | 106,94% 8,97% 107,28% 8,97% | 17,30% 46,84% 16,64% 46,87% | 109,70% | |
| AUXILIAR / D I | 2 9,23% 1 8,79% | 16,29% 49,73% | 117,51% 9,49% 115,23% 9,20% | 17,56% 49,82% 16,92% 48,76% | 116,65% | |
| Tabela I-B – Dedicação Exclusiv | | | 110,2070 0,2070 | | 110,10% | |
| CLASSE | NÍVEL | AGOSTO DE 2018 Espec. ou Mestr. o | u Dout. ou | AGOSTO DE 2019 Espec. ou Mestr. ou | Dout. ou | |
| 55.005 | Aper | f. RSC-I+ RSC-II+ Grad. Espec. | RSC-III + Aperf. Mestr. | RSC-I + RSC-II + Grad. Espec. | RSC-III + Mestr. | |
| TITULAR/TITULAR-LIVRE ASSOCIADO / D IV | 1/U 11,12 4 10,43 | | | | 115,00% 115,00% | |
| | 3 10,34 2 10,29 | 19,67% 49,92% | 120,69% 10,00% | 20,00% 50,00% | 115,00% 115,00% | |
| ADJUNTO / D III | 1 9,72 4 9,73 | % 18,95% 50,20% | 117,66% 10,00% | 20,00% 50,00% | 115,00% | |
| ADJONIO / D III | 3 9,59 | % 18,54% 49,21% | 113,12% 10,00% | 20,00% 50,00% | 115,00% | |
| | 2 9,44 1 9,38 | 96 18,16% 48,55% | 110,66% 10,00% | 20,00% 50,00% | 115,00% 115,00% | |
| ASSISTENTE / D II | 2 9,49 1 9,49 | | | | 115,00% 115,00% | |
| AUXILIAR / D I | 2 9,75 1 9,60 | | | | 115,00% 115,00% | |
| 1.4 | | 3.325, de 29 | | | | XXXV - da Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016: |
| | | | - | | | |
| | | | | <u>ro de 2012</u> , p | | a) o art. 4º; |
| a vigorar ac | rescida | do Anexo | III-A, na f | orma do Ane | exo II | |
| desta Lei. | | | | | | |
| | p0 11 * | 704 4- 22 - | lo coto o la | ro do 2000 | 20000 | h) a art CO |
| | | | | ro de 2008 , p | | b) o art. o≌; |
| a vigorar acr | escida | do Anexo L | XXVII-B, n | a forma do A | nexo | |
| IX desta Lei. | | | | | | |
| | | ANEXO | | | | c) a Anava II: a |
| DEMONSTRATIVO DA VARIAÇA | ÃO PERCENTUAL | | RIAS DO PLANO DE CARI | REIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRI | O FEDERAL, | c) o Anexo II; e |
| a) Variação percentual do venc | imento básico po | DO O DISPOSTO NO INCISO 3 or nível, para as jornadas de tr | rabalho de Dedicação Exc | lusiva, 40h e 20h | | |
| CLASSE | MIVEL | ATUAL AGOS | TO DE 2017 AGOSTO | RELAÇÃO AO NÍVEL ANTERIOR D DE 2018 AGOSTO DE 20 | 19 | |
| TITULAR/ TITULAR-LIV | 4 | 1,76% | 2,60% 3, | 12% 10,00% 34% 4,00% | | |
| ASSOCIADO / D IV | 2 | 1,77% | 2,59% 3, | 33% 4,00% 81% 4,00% | | |
| | 1 4 | 21,90% 2 | 2,99% 24 | ,03% 25,00% 04% 4,00% | | |
| ADJUNTO / D III | 3 | 1,00% | 2,02% 3, | 02% 4,00% | | |
| | 1 | 10,00% | 8,46% 6, | 00% 4,00% 96% 5,50% | | |
| ASSISTENTE / D II | 1 | | | 67% 5,00% 96% 5,50% | | |
| AUXILIAR / D I | 2 | | | 67% 5,00% | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | 1 |



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA **TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO** Tabela I-B – Dedicação Exclus Grad. 10,00% 20,00% 10,00% 20,00% 10,00% 20,00% ADJUNTO / D III ASSISTENTE / D II ADJUNTO / D III ASSISTENTE / D II AUXILIAR / D I ADJUNTO / D III ASSISTENTE / D II AUXILIAR / D I Tabela III-A – 20 hora ADJUNTO / D III ASSISTENTE / D II d) o Anexo IX; TITULAR DIV DII b) Variação percentual da remuneração em função da jornada de trabalho VARIAÇÃO PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO EM RELAÇÃO À JORNADA DE 20 HORAS*



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

| | | | LEGIS | LAÇÃ | O ALT | ERAC | Α | | | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|------------------------------------|--------------|------------------|----------------------|-------------------------|-----------------------|------------------|----------------------|------------------------|------------------------------|---|
| c) Variação pei Tabela I-A – De | | etribuição de 1 | | nção do vencim | | | | | | |
| abeta I-A - De | suicação Exc | tusiva | | UAL | 2 | | | O DE 2017 | | |
| CLASSE | NÍVEL | Aperf. | Espec. ou RSC-I + | Mestr. ou RSC-II + | Dout. ou RSC-III + | Aperf. | Espec. ou RSC-I + | Mestr. ou RSC-II + | Dout, ou RSC-III + Mestr. | |
| TITULAR | 1/U | 14,03% | Grad. 22,37% | Espec. 54,29% | Mestr. 155,20% | 12,45% | Grad. 21,44% | Espec. 52,61% | 139,44% | |
| | 4 | 11,46% | 19,16% | 50,95% | 139,59% | 10,91% | 19,48% | 50,59% | 130,30% | |
| DIV | 3 | 11,14% 10,96% | 18,88% 18,61% | 49,73% 50,60% | 134,22% 129,74% | 10,72% 10,61% | 19,30% 19,12% | 49,83% 50,38% | 127,06% 124,32% | |
| | 1 4 | 9,10% 9,14% | 16,59% 15,92% | 50,64% 49,00% | 123,61% 114,55% | 9,42% 9,44% | 17,81% 17,36% | 50,41% 49,35% | 120,52% 114,71% | |
| DIII | 3 | 8,71% | 15,45% | 47,55% | 109,15% | 9,15% | 17,03% | 48,40% | 111,18% | |
| - DIII | 2 | 8,29% 8,13% | 15,44% 14,48% | 46,60% 45.65% | 104,00% | 8,87% 8,76% | 16,99% 16,32% | 47,76% 47,10% | 107,74% | |
| DII | 2 | 8,44% | 15,89% | 45,19% | 106,94% | 8,97% | 17,30% | 46,84% | 109,70% | |
| | 1 2 | 8,46% 9,23% | 14,95% 16,29% | 45,30% 49,73% | 107,28% 117,51% | 8,97% 9,49% | 16,64% 17,56% | 46,87% 49,82% | 109,86% | |
| DI | 1 | 8,79% | 15,37% | 48,13% | 115,23% | 9,20% | 16,92% | 48,76% | 115,16% | |
| ela I-B – De | edicação Exc | lusiva | AGOSTO | O DE 2018 | | | AGOST | TO DE 2019 | | |
| CLASSE | NÍVEL | | Espec. ou | Mestr. ou | Dout, ou | | Espec. ou | Mestr. ou | Dout. ou | |
| | | Aperf. | RSC-I+ Grad. | RSC-II + Espec. | RSC-III + Mestr. | Aperf- | RSC-I + Grad. | RSC-II+ Espec. | RSC-III + Mestr. | |
| ITULAR | 1/U | 11,12% | 20,66% | 51,20% | 126,23% | 10,00% | 20,00% | 50,00% | 115,00% | |
| | 3 | 10,43% 10,34% | 19,75% 19,67% | 50,28% 49,92% | 122,17% 120,69% | 10,00% | 20,00% | 50,00% 50,00% | 115,00% 115,00% | |
| DIV | 2 | 10,29% | 19,58% | 50,18% | 119,43% | 10,00% | 20,00% | 50,00% | 115,00% | |
| | 4 | 9,72% 9,73% | 18,95% 18,72% | 50,20% 49,69% | 117,66% 114,86% | 10,00% | 20,00% | 50,00% 50,00% | 115,00% 115,00% | |
| DIII | 3 | 9,59% | 18,54% | 49,21% | 113,12% | 10,00% | 20,00% | 50,00% | 115,00% | |
| | 1 | 9,44% | 18,51% 18,16% | 48,89% 48,55% | 111,40% 110,66% | 10,00% | 20,00% | 50,00% 50,00% | 115,00% 115,00% | |
| DII | 2 | 9,49% | 18,67% | 48,44% 48,44% | 112,39% | 10,00% | 20,00% | 50,00% | 115,00% | |
| DI | 2 | 9,49% 9,75% | 18,32% 18,80% | 49,91% | 112,43% 115,81% | 10,00% | 20,00% | 50,00% 50,00% | 115,00% 115,00% | |
| | 1 | 9,60% | 18,46% | 49,38% | 115,08% | 10,00% | 20,00% | 50,00% | 115,00% | |
| ela II-A – 40 | 0 horas | | | ATUAL | | Т | AGOS | TO DE 2017 | | |
| CLASSE | NÍVEL | Aperf. | Espec. ou RSC-I + | Mestr. ou RSC-II + | Dout, ou BSC-III + | Aperf. | Espec. ou RSC-I+ | Mestr. ou BSC-II + | Dout, ou RSC-III + | |
| | | | Grad. | Espec. | Mestr. | | Grad. | Espec. | Mestr. | |
| TITULAR | 1/U 4 | 6,10% 6,28% | 14,12% 14,60% | 33,91% 30,77% | 80,44% 71,27% | 6,67% 6,76% | 14,48% 14,76% | 35,38% 33,43% | 82,82% 77,18% | |
| DIV | 3 | 6,28% | 14,81% | 30,05% | 68,87% | 6,76% | 14,89% | 32,95% | 75,64% | |
| | 1 | 6,10% 5,41% | 15,06% 14,50% | 30,35% 30,26% | 66,23% 66,27% | 6,64% | 15,03% 14,69% | 33,10% 32,98% | 73,92% 73,77% | |
| | 4 | 5,86% 5,80% | 14,65% 14,50% | 34,32% 33,98% | 75,34% 74,59% | 6,44% | 14,77% 14,68% | 35,45% 35,20% | 79,20% 78,64% | |
| DIII | 2 | 5,83% | 14,57% | 34,13% | 74,92% | 6,40% | 14,72% | 35,29% | 78,82% | |
| | 1 2 | 6,00% | 15,00% 13,66% | 35,14% 35,71% | 77,13% 78,39% | 6,52% | 15,00% 14,12% | 35,95% 36,32% | 80,28% 81,08% | |
| DII | 1 | 6,22% | 13,93% | 36,45% | 80,00% | 6,65% | 14,29% | 36,80% | 82,11% | |
| DI | 1 | 6,14% 5,98% | 13,62% 13,17% | 35,94% 35,03% | 80,18% 82,78% | 6,60% | 14,09% | 36,47% 35,85% | 82,23% 83,94% | |
| nbela II-B – 40 | 0 horas | | | | | | | | | |
| 01.1005 | | | AGOS Espec. ou | TO DE 2018 Mestr. ou | Dout. ou | | AGOS Espec. ou | Mestr. ou | Dout, ou | |
| CLASSE | NÍVEL | Aperf. | RSC-I+ | RSC-II+ | RSC-III+ | Aperf. | RSC-I+ | RSC-II+ | RSC-III + | |
| TITULAR | 1/U | 7,13% | Grad. 14,77% | Espec. 36,55% | Mestr. 84,71% | 7,50% | Grad. 15,00% | Espec. 37,50% | Mestr. 86,25% | |
| | 3 | 7,16% 7.16% | 14,89% 14,95% | 35,64% 35,40% | 82,10% 81,36% | 7,50% 7,50% | 15,00% 15.00% | 37,50% 37.50% | 86,25% 86,25% | |
| DIV | 2 | 7,10% | 15,02% | 35,45% | 80,52% | 7,50% | 15,00% | 37,50% | 86,25% | |
| | 4 | 6,89% | 14,85% 14,89% | 35,37% 36,50% | 80,38% 82,83% | 7,50% 7,50% | 15,00% 15,00% | 37,50% 37,50% | 86,25% 86,25% | |
| DIII | 3 | 6,96% | 14,84% 14,86% | 36,37% 36,41% | 82,52% 82,59% | 7,50% 7,50% | 15,00% 15,00% | 37,50% 37,50% | 86,25% 86,25% | |
| | 1 | 7,02% | 15,00% | 36,74% | 83,32% | 7,50% | 15,00% | 37,50% | 86,25% | |
| DII | 2 | 7,04% 7,08% | 14,57% 14,65% | 36,92% 37,15% | 83,70% 84,20% | 7,50% 7,50% | 15,00% 15,00% | 37,50% 37,50% | 86,25% 86,25% | |
| DI | 2 | 7,05% | 14,55% | 36,99% | 84,25% | 7,50% | 15,00% | 37,50% | 86,25% | |
| abela III-A – 2 | 1 | 6,99% | 14,39% | 36,68% | 85,10% | 7,50% | 15,00% | 37,50% | 86,25% | |
| | 1.0.03 | ATUAL | | | | AGOSTO DI | | | | |
| LASSE | NÍVEL | Aperf. | Espec. ou RSC-I + | Mestr. ou RSC-II + | Dout. ou RSC-III + | Aperf. | Espec. ou RSC-I + | Mestr. ou RSC-II + | Dout. ou RSC-III + | |
| ITULAR | 1/U | 7,00% | Grad. 18,94% | Espec. 39,00% | Mestr. 67,00% | 6,17% | Grad. 15,22% | Espec. 33,17% | Mestr. 63.04% | |
| JENN | 4 | 7,00% | 19,40% | 31,22% | 53,64% | 6,35% | 15,61% | 28,72% | 55,20% | |
| IV | 2 | 7,24% 7,22% | 19,59% 19,51% | 30,93% 30,65% | 53,14% 52,65% | 6,35% 6,35% | 15,77% 15,76% | 28,57% 28,42% | 54,88% 54,56% | |
| | 1 | 7,21% | 19,62% | 30,36% | 52,16% | 6,35% | 15,87% | 28,27% | 54,24% | |
| | 3 | 7,52% 7,10% | 9,24% 8,94% | 25,60% 24,16% | 43,97% 41,51% | 6,62% | 9,51% | 25,38% 24,46% | 48,82% 47,14% | |
| III | 2 | 6,89% | 8,52% | 22,81% | 41,27% | 6,23% | 9,03% | 23,56% | 46,88% | |
| | 2 | 4,13% 4,20% | 8,42% 8,80% | 23,03% | 42,47% 45,02% | 4,43% | 8,97% 9,22% | 23,71% 23,98% | 47,66% 49,37% | |
|) | 1 | 4,23% | 7,98% | 23,57% 24,69% | 44,64% | 4,49% | 8,67% | 24,05% | 49,00% 50,58% | |
| 1 | 1 | 4,43% 4,27% | 7,98% 7,68% | 23,78% | 47,02% 47,79% | 4,62% 4,51% | 8,66% 8,45% | 24,79% 24,18% | 50,58% | |
| abela III-B – 21 | 0 horas | | 1000 | TO DE 2010 | | | *000 | TO DE 2010 | | |
| CLASSE | NÍVEL | | Espec. ou | TO DE 2018 Mestr, ou | Dout. ou | | Espec. ou | TO DE 2019 Mestr, o | Dout. ou | |
| DE NOL | .414.2 | Aperf. | RSC-I+ Grad. | RSC-II + Espec. | RSC-III + Mestr. | Aperf. | RSC-I + Grad. | RSC-II + Es | BSC-III+ | |
| TITULAR | 1/U | 5,52% | 12,32% | 28,63% | 59,96% | 5,00% | 10,00% | 25,00% | 57,50% | |
| | 3 | 5,61% 5,61% | 12,54% 12,63% | 26,68% 26,63% | 56,46% 56,31% | 5,00% | 10,00% 10,00% | 25,009 25,009 | | |
| DIV | 2 | 5,62% | 12,64% | 26,57% | 56,15% | 5,00% | 10,00% | 25,00% | 57,50% | |
| | 1 4 | 5,62% 5,78% | 12,71% 9,76% | 26,51% 25,18% | 56,00% 53,32% | 5,00% | 10,00% 10,00% | 25,00% 25,00% | | |
| DIII | 3 | 5,66% | 9,67% | 24,74% | 52,46% | 5,00% | 10,00% | 25,00% | 57,50% | |
| | 1 | 5,61% 4,72% | 9,52% 9,49% | 24,29% 24,37% | 52,28% 52,67% | 5,00% | 10,00% | 25,00% 25,00% | | |
| DII | 2 | 4,75% | 9,62% | 24,50% | 53,52% | 5,00% | 10,00% | 25,00% | 57,50% | |
| | 1 2 | 4,75% 4,81% | 9,34% 9,34% | 24,53% 24,90% | 53,29% 54,07% | 5,00% | 10,00% 10,00% | 25,009 25,009 | 57,50% | |
| | 1 | 4,76% | 9,23% | 24,59% | 54,26% | 5,00% | 10,00% | 25,00% | | |
| DI | | | 12 00 | 1 40 1 | 0 do i | unho | de 20 | 18 | | XXXVI - o § 4º do art. 11 da <u>Lei nº 13.681, de 18 de j</u> u |
| DI | | Lei nº | 13.68 | I, ae I | LO UE I | umo | uc Zu | 1 0 | | |
| DI | <u> </u> | <u>Lei nº</u> | 13.68 | <u>1, de 1</u> | <u>to ue j</u> | ullilo | <u>uc 20</u> | 10 | | de 2018; e |

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|--|
| Art. 11. Fica instituída a Gratificação de Desempenho do | |
| Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais | |
| (GDExt), devida aos titulares dos cargos de provimento | |
| efetivo de níveis superior, intermediário, inclusive técnico, | |
| e auxiliar do PCC-Ext. | |
| | |
| § 4º Para fins de incorporação da GDExt aos proventos da | |
| aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes | |
| critérios: | |
| I - aos servidores que tenham por fundamento de | |
| aposentadoria o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| e aos abrangidos pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional | |
| nº 41, de 19 de dezembro de 2003, aplica-se o valor | |
| equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 | |
| (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por | |
| período igual ou superior a 60 (sessenta) meses; | |
| II - aos servidores que tenham por fundamento de | |
| aposentadoria o disposto nos arts. 3º e 6º da <u>Emenda</u> | |
| Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. | |
| 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, | |
| e aos abrangidos pelo art. 6º-A da <u>Emenda Constitucional</u> | |
| nº 41, de 19 de dezembro de 2003, aplica-se o valor | |
| equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a | |
| gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses; | |
| III - aos beneficiários de pensão amparados pelo parágrafo | |
| único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de | |
| julho de 2005, e pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional | |
| nº 41, de 19 de dezembro de 2003, aplica-se o disposto nos | |
| incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo | |
| instituidor; e | |
| IV - aos demais servidores e pensionistas aplica-se o | |
| disposto na <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004</u> , ou na | |
| Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o | |
| regramento previdenciário aplicável. | |
| <u>Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021</u> | XXXVII - o inciso IV do caput do art. 17 da <u>Lei nº 14.204, de</u> |
| | <u>16 de setembro de 2021</u> ; e |
| Art. 17. Ficam extintos os seguintes cargos em comissão, | |
| funções de confiança e gratificações que não forem | |
| transformados em CCE ou em FCE até as datas-limite | |
| estabelecidas no art. 18 desta Lei: | |
| | |
| IV – as Funções Gratificadas (FG), instituídas pelo art. 26 da | |
| <u>Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991</u> ; | |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|--|---|
| <u>Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023</u> | XXXVIII - o art. 25 da <u>Lei nº 14.673, de 14 de setembro de</u> <u>2023</u> . |
| Art. 25. A <u>Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004</u> , passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A: | |
| "Art. 5º-A. A partir de 1º de maio de 2023, a GESST passa a ter o valor de R\$ 224,54 (duzentos e vinte e quatro reais e | |
| cinquenta e quatro centavos)." | |
| | Art. 215. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de |
| | sua publicação. |
| | § 1º Os efeitos financeiros decorrentes das disposições |
| | desta Medida Provisória ficam condicionados à vigência da |
| | Lei Orçamentária Anual de 2025. |
| | § 2º Vigente a Lei Orçamentária Anual de 2025, os efeitos |
| | financeiros decorrentes das disposições desta Medida |
| | Provisória se iniciarão a partir de 1º de janeiro de 2025, |
| | nos termos do art. 117, § 1º, da <u>Lei nº 15.080, de 30 de</u> |
| | <u>dezembro de 2024</u> – Lei de Diretrizes Orçamentárias para |
| | 2025, respeitadas os marcos temporais iniciais previstos |
| | nesta Medida Provisória. |
| | § 3º O disposto no § 2º observará o montante |
| | autorizado no Anexo V da Lei Orçamentária Anual de |
| | 2025, para o exercício financeiro de 2025 e para a despesa |
| | anualizada. |